TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

Vol. 1 N. 1 – Nov. 2026

e-ISSN: 0101-0000



TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

Vol. 1 N. 1 – Nov. 2026

e-ISSN: 0101-0000

Publicado pela Universidade Estadual de Feira de Santana

Universidade Estadual de Feira de Santana

Reitora
Amali de Angelis Mussi

Vice-Reitora
Rita de Cassia Brêda Mascarenhas Lima

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação – PPPG
Silvone Santa Bárbara da Silva

Diretora do Sistema Integrado de Bibliotecas
Clemilda Santana dos Reis de Jesus

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLANTERR
Onildo Araujo da Silva

Projeto Gráfico e Diagramação
Ana Célia Coelho (SISBI-UEFS)

Edição de Textos
Luiz Rogério dos Santos Silva (SISBI-UEFS)

Foto da Capa
Bernardo Bezerra (UEFS, 2025)

Os trabalhos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.
Permitida a reprodução, total ou parcial, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Rejane Maria Rosa Ribeiro – Bibliotecária CRB-5/695

Publicado pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Av. Transnordestina, s/nº, Novo Horizonte - CEP: 44036-900, Feira de Santana-BA, Brasil.
Tel.: (75) 3161-8004 E-mail: periodicos@uefs.br Site: www.periodicos.uefs.br

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

Vol. 1 N. 1 – Nov. 2026

A Revista Território e Planejamento é uma publicação científica interinstitucional, de fluxo contínuo, com periodicidade anual e publicada somente em formato eletrônico.

Editor Geral
Dr. Danilo Uzêda da Cruz (UEFS, Brasil)

Conselho Editorial

Dr. Danilo Uzêda da Cruz (UEFS, Brasil)
Dra. Acácia Batista Dias (UEFS, Brasil)
Dra. Vanessa da Silva Vieira (UEFS, Brasil)
Dra. Geovana Freitas Paim Rêgo (UEFS, Brasil)
Dr. José Raimundo Oliveira Lima (UEFS, Brasil)
Dra. Sandra Medeiros Santo (UEFS, Brasil)
Dra. Tânia Cristina Azevedo (UEFS, Brasil)
Dra. Elane Fiuza Borges (UEFS, Brasil)
Dra. Maria da Paz de Jesus Rodrigues (UEFS, Brasil)
Ma. Yeisa B. Sarduy Herrera (Instituto Cubano de Investigacion Cultural – ICIC, Cuba)
Dra. Livia Dias de Azevedo (UEFS, Brasil)
Dra. Silmara Oliveira Moreira Bitencourt (UEFS, Brasil)
Dra. Renata Alvarez Rossi (UFBA, Brasil)
Dr. Antonio Angelo Fonseca (UFBA, Brasil)
Dra. Lysie Reis (UNEB, Brasil)
Dra. Gabriela Messias (UFBA, Brasil)
Dr. Clóvis Roberto Zimmermann (UFBA, Brasil)
Dr. Anderson Oliveira (Universidade Salvador, Brasil)
Dra. Alessandra Oliveira Teles (UEFS, Brasil)
Dr. Rubén Camilo Lois Gonzalez (Universidade de Santiago de Compostela – USC, Espanha)
Dr. Ricardo Augusto Souza Machado (UEFS, Brasil)
Dr. Luiz Diego Vidal Santos (UEFS, Brasil)
Dra. Gisela Pereyra Doval (Universidad Nacional de Rosario – UNR, Argentina)
Dra. Maria Victória Espiñeira González (UFBA, Brasil)
Dr. Onildo Araujo da Silva (UEFS, Brasil)
Dra. Ângela dos Santos Machado (UEMS, Brasil)
Dra. Aline Albuquerque Jorge (Unioeste, Brasil)
Dra. Lara Dalpério Buscioli (UFPEL, Brasil)
Dra. Andrea Geanina Gómez Herrera (Instituto de Estudios para el Desarrollo Social, Argentina)
Dra. Rízia Mendes Mares (UPE, Brasil)
Dra. Marcia Arteaga Pertuz (Universidad de Córdoba, Colombia)
Dra. Larissa Araújo Coutinho de Paula (UESC, Brasil)
Dr. Cristian Emanuel Jara (Instituto de Estudios para el Desarrollo Social, Argentina)
Dra. Rita de Cassia Gregorio de Andrade (Unesp, Brasil)
Dr. Fabio Pedro Souza de F. Bandeira (UEFS, Brasil)
Dr. Márcio Caniello (UFCG, Brasil)
Dr. Wodis Kleber Oliveira Araujo (UEFS, Brasil)
Dra. Oriana Araújo (UEFS, Brasil)
Dra. Nacelice Barbosa de Freitas (UEFS, Brasil)

SUMÁRIO

EDITORIAL 1

ARTIGOS

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL (2001 – 2023) 2-19

DEMOCRACY AND PARTICIPATION IN SCIENTIFIC PRODUCTION ON URBAN PLANNING IN BRAZIL (2001 – 2023)

Vanessa da Silva Vieira

MOBILIDADE URBANA E COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: INTERDEPENDÊNCIA COMO QUESTÃO DO PLANEJAMENTO 20-32

URBAN MOBILITY AND SOLID WASTE COLLECTION: INTERDEPENDENCE AS A PLANNING ISSUE

Jorgenes de Brito Chagas, Nacelice Barbosa Freitas

ABORDAGENS SOCIOLÓGICAS E A QUESTÃO TERRITORIAL 33-45

SOCIOLOGICAL APPROACHES AND A TERRITORIAL ISSUE

Carolina Galvanese, Arilson Favareto

TERRITÓRIO, DEMOCRACIA E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA CONTEMPORÂNEOS 46-60

TERRITORY, DEMOCRACY, AND CONTEMPORARY PROCESSES OF RESISTANCE

Danilo Uzêda da Cruz

FEIRAS LIVRES COMUNITÁRIAS E AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTO ESTÊVÃO-BA 61-69

COMMUNITY STREET MARKETS AND FAMILY FARMING IN SANTO ESTÊVÃO-BA

Gilmar Oliveira da Silva

PROTAGONISMO FEMININO E ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA EM QUILOMBOS RURAIS DA BAHIA 70-80

WOMEN'S LEADERSHIP AND SOCIOPOLITICAL ORGANIZATION IN RURAL QUILOMBOLA COMMUNI-TIES IN BAHIA

Vanessa Ionara dos Santos Rodrigues

USO DO SOLO, PRESSÃO ANTRÓPICA E CONSERVAÇÃO DE NASCENTES NO GRADIENTE URBANO-RURAL EM BREJO DE ALTITUDE PERNAMBUCANO 81-91

LAND USE, ANTHROPOGENIC PRESSURE, AND SPRING CONSERVATION ALONG THE URBAN-RURAL GRADIENT IN A PERNAMBUCO HIGHLAND FOREST

Éllida Cilene de Oliveira Dantas, Victor Casimiro Piscoya, Luiz Diego Vidal Santos, Guilherme Ferreira de Brito, Yana Batista Brandão, William Pinedo Cruz, Moacyr Cunha Filho, Mickaelly Espírito Santo Santos, Renisson Neponuceno de Araújo Filho, Jémison Mattos dos Santos

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA RAÇA GUZERÁ NA BAHIA: IDENTIFICAÇÃO DE *HOTSPOTS* COMO SUBSÍDIO PARA CONSERVAÇÃO GENÉTICA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO SEMIÁRIDO 92-99

Open access journal: http://periodicos.uefs.br/index.php/territorioeplanejamento
ISSN 0101-0000

TERRITORIAL DISTRIBUTION OF THE GUZERÁ BREED IN BAHIA: IDENTIFICATION OF HOTSPOTS TO SUPPORT GENETIC CONSERVATION AND SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT IN THE SEMI-ARID REGION

Leandro Lafaiete Barreto Lima, Joselisa Maria Chaves, Rita Kelly Couto Brandão Dias

O LUGAR DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL DA BAHIA: TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE, GOVERNANÇA MULTINÍVEL E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL **100-110**

THE ROLE OF PUBLIC CONSORTIA IN TERRITORIAL PLANNING IN BAHIA: IDENTITY TERRITORIES, MULTILEVEL GOVERNANCE, AND SOCIO-SPATIAL INEQUALITY

Daisy Lima de Souza Santos

MOBILIDADE URBANA EM FEIRA DE SANTANA-BA: A INFLUÊNCIA DA MALHA VIÁRIA NA FORMA E NA EXPANSÃO URBANA **111-121**

URBAN MOBILITY IN FEIRA DE SANTANA-BA: THE INFLUENCE OF THE ROAD NETWORK ON URBAN FORM AND EXPANSION

Ákila Soares de Britto, Nacelice Barbosa Freitas, Jânio Roberto Diniz dos Santos

MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR EM UMA COMUNIDADE COM ALTA VULNERABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL NO DISTRITO FEDERAL: O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL EM PERSPECTIVA **122-129**

AIR QUALITY MONITORING IN A COMMUNITY WITH HIGH SOCIO-ENVIRONMENTAL VULNERABILITY LOCATED IN THE FEDERAL DISTRICT: THE SUSTAINABLE LOCAL DEVELOPMENT IN PERSPECTIVE

Aldira Guimarães Duarte Domínguez, David Francisco Vieira Leite, Francisco Valmir Teixeira Júnior, Jean Carlos Custódio da Silva, Carlos Federico Domínguez Avila

ASPECTOS FITO-CLIMÁTICOS E AGRICULTURA: UM ESTUDO DE CASO DO DEPARTAMENTO NOVE DE JULHO NA PROVÍNCIA DE CHACO **130-143**

PHYTOCLIMATIC ASPECTS AND AGRICULTURE: A CASE STUDY OF THE NUEVE DE JULIO DEPARTMENT IN CHACO PROVINCE

Wodis Kleber Oliveira Araujo, Otávio de Freitas Baumhardt

PRODUÇÃO DE ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS E PARTICIPATIVOS NO TRABALHO ASSOCIADO: UM ESTUDO SOBRE O GRUPO CANTINHO DA ROÇA, ESPAÇO DE ALIMENTAÇÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS) **144-151**

CREATING DEMOCRATIC AND PARTICIPATORY SPACES IN ASSOCIATED WORK: A STUDY OF THE CANTINHO DA ROÇA GROUP, A FOOD SERVICE SPACE AT THE STATE UNIVERSITY OF FEIRA DE SANTANA (UEFS)

José Raimundo Oliveira Lima, Aline Santana de Andrade, Cláudia Lopes Silva, Kamile Oliveira Santos, Sueide Santana Linhares

DINÂMICAS TERRITORIAIS, PRODUÇÃO DE COMMODITIES E FINANCEIRIZAÇÃO DA AGRICULTURA: EXPANSÃO DO CULTIVO DE SOJA EM REGIÕES PARAENSES NO CONTEXTO RECENTE **152-170**

DINÂMICAS TERRITORIAIS, PRODUÇÃO DE COMMODITIES E FINANCEIRIZAÇÃO DA AGRICULTURA: SOYBEAN EXPANSION IN REGIONS OF PARÁ IN THE RECENT CONTEXT

Fernando Michelotti, Sergio Pereira Leite

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO
Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS
e-ISSN 0101-0000

EDITORIAL

A revista científica **Território e Planejamento** é um periódico interdisciplinar, de acesso aberto, voltado à publicação de artigos científicos, ensaios, relatos de experiência, entrevistas e resenhas que discutam, analisem e proponham abordagens inovadoras no campo do planejamento territorial no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLANTERR, da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS.

O Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLANTERR foi criado a partir de uma parceria entre a Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, e a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, SEPLAN, tendo como núcleo em 2012 diante da solicitação do Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais, GEOMOV, que pretendia realizar pesquisas no campo do planejamento territorial. E é justamente com o reconhecimento de que era necessário ampliar a pesquisa acadêmica em planejamento territorial, formação e qualificação da sociedade e da burocracia estatal para o tema que surgiu a proposição do Mestrado Profissional, aprovado em 2013.

O programa vem desenvolvendo pesquisas de relevo e contribuição para a comunidade acadêmica, governos e sociedade, já que a modalidade profissional permite e vincula os projetos de pesquisa a propostas de intervenção social ou nos processos de trabalho. A ausência de um periódico que mobilize e promova o intercâmbio científico tem feito falta para garantir a difusão do conhecimento.

A revista pretende assim atuar como um espaço de circulação de pesquisas, de ideias e de interação do diálogo entre academia, poder público e sociedade civil, com atenção as abordagens que prestigiem novas epistemologias e perspectivas críticas, emancipadoras e inclusivas. A partir as abordagens e temas do planejamento territorial, a revista espera mobilizar pesquisadoras e pesquisadores interessados em difundir e refletir partindo de seus campos de conhecimento.

É, portanto, um espaço acadêmico plural que pretende alcançar os diversos olhares e formas de pensar o planejamento territorial.

Esta edição inaugural reúne contribuições que expressam a diversidade teórico-metodológica e os desafios práticos do planejamento territorial contemporâneo. Os artigos analisam criticamente a expansão das fronteiras de commodities e a financeirização da agricultura na Amazônia; as conceituações e dimensões de poder, resistência e democracia na produção social do espaço; o panorama e os vazios investigativos da produção científica em doutorados sobre planejamento urbano e gestão democrática no Brasil; os conflitos de mobilidade urbana e o planejamento da coleta de resíduos sólidos em centros históricos; a trajetória das abordagens sociológicas e a consolidação do "giro territorial"; bem como o papel estratégico das feiras comunitárias no fortalecimento da agricultura familiar e da economia local no semiárido baiano.

Danilo Uzêda da Cruz
Editor Geral

Open access journal: http://periodicos.uefs.br/index.php/territorioeplanejamento
ISSN 0101-0000

DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL (2001 – 2023)

DEMOCRACY AND PARTICIPATION IN SCIENTIFIC PRODUCTION ON URBAN PLANNING IN BRAZIL (2001 – 2023)

Vanessa da Silva Vieira

Doutora em Geografia (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha). Docente da UEFS/PLANTERR, vanessavieira@uefs.br

Resumo

Qual o perfil acadêmico, institucional e espacial das pesquisas desenvolvidas em programas de doutorado no Brasil que abordam processos participativos e democráticos no planejamento urbano? Essa é a questão que motivou a investigação, decorrente de reflexões pedagógicas originadas na interação com discentes da disciplina Planejamento Urbano e Regional, do Curso de Bacharelado em Geografia. O artigo analisa pesquisas doutorais, em diferentes áreas, concluídas entre 2001 e 2023, disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Para a seleção foram usados os descritores "planejamento urbano e participação" e "planejamento urbano e democracia". Os resultados revelam baixa representatividade da Geografia, reduzido protagonismo do Norte e Nordeste e escassa atenção aos pequenos municípios, evidenciando desigualdades escalar e regional na produção científica brasileira.

Palavras-chave: Planejamento urbano; Participação; Pesquisa; Pós-graduação; Brasil.

Abstract

What is the academic, institutional, and spatial profile of research developed in doctoral programs in Brazil that addresses participatory and democratic processes in urban planning? This question motivated the study, stemming from pedagogical reflections arising from interactions with students enrolled in the Urban and Regional Planning course within the Bachelor's Degree in Geography. The article analyzes doctoral research across different fields, completed between 2001 and 2023, available in the CAPES Theses and Dissertations Catalog. The selection was based on the descriptors "urban planning and participation" and "urban planning and democracy." The results reveal a low representation of Geography, limited prominence of the North and Northeast regions, and scarce attention to small municipalities, highlighting scalar and regional inequalities in Brazilian scientific production.

Keywords: Urban Planning, Participation, Research, Brazil.

Considerações iniciais

O artigo é resultado de inquietações emergidas no contexto da docência e das atividades de pesquisa e extensão. Entre o conjunto de inquietações, destaca-se: qual o perfil acadêmico, institucional e espacial das pesquisas desenvolvidas em programas de doutorado, que abordam processos participativos e democráticos no planejamento urbano? A investigação teve como objetivo construir um painel analítico capaz de demonstrar: a) perfil das pesquisas doutorais sobre processos participativos e democráticos no planejamento urbano; b) contribuições acadêmicas já existentes e vazios investigativos; c) espacialidade investigativa que justifique o financiamento de editais voltados à proposição de formas mais democráticas e participativas no planejamento urbano.

Esse último objetivo foi inspirado no edital CNPq/FNDCT/SGPR/MDS nº 17/2025. Uma iniciativa que merece ser ampliada diante da escassez de pesquisas voltadas à democracia participativa e à justiça urbana. Isso é importante, pois, não raro, editais de pesquisas estão alinhados com alguma necessidade mercadológica ou puramente técnica. Os resultados encontrados dão as seguintes pistas: a) necessidade de ampliar e redirecionar práticas investigativas; b) necessidade de fomentar

projetos de pesquisa e extensão atentos às condições da democracia participativa; c) necessidade de valorizar práticas pedagógicas vinculadas à participação social.

Quando destacamos o tema da participação, queremos saber como as pessoas estão presentes nas decisões públicas sobre o planejamento urbano. Trata-se de uma demarcação importante, pois nos instiga a pensar quais são as formas de participação que se tornam centrais nas pesquisas de pós-graduação. Constitucionalmente, a gestão democrática, é prevista desde 1988. No âmbito da política urbana, o Estatuto da Cidade oferece diretrizes importantes, mas com resultados questionáveis. Os achados indicam que a existência da legislação não garante efetividade. E, ao mesmo tempo, as formas de participação institucionalizada são as protagonistas nas investigações acadêmicas, sob controle técnico-institucional. Esse movimento ocorre, ao meu ver, no escopo da democracia neoliberal e da democracia representativa.

Cruz (2025), do ponto de vista da ciência política, aponta as limitações da democracia neoliberal e nos ajuda a pensar como tais limitações repercutem na agenda democrática da gestão urbana. A repercussão, não raro, está no fato da iniciativa privada ditar a organização das cidades, quando, por exemplo, programas de interesse social, como o Programa Minha Casa Minha Vida, são fortemente impactados pela especulação imobiliária. A gestão democrática permanece vinculada às mesmas elites. O planejamento urbano, no escopo da gestão democrática neoliberal, submete cidades inteiras ao caos, e revele limites estruturais no enfrentamento das desigualdades urbanas mais profundas.

Na verdade, ainda nos aproximando das discussões de Cruz (2025), o que se tem de igualdade substantiva na cidade adveio das lutas políticas dos movimentos populares (Movimento de Luta pela Moradia, Movimento dos Sem Teto, marchas feministas e ações insurgentes de quem mora nas periferias sociais e espaciais). Nesse sentido, as pesquisas podem abrir caminhos para reconhecer práticas não institucionalizadas que quando não provocam efeitos diretos nos serviços e infraestruturas urbanas podem ser referências pedagógicas para outras ações insurgentes.

Ao priorizar a participação representativa (assembleias, conselhos, plenárias), a academia mantém em discussão apenas modelos tradicionais (insuficientes?) de participação, não alcançando experiências urbanas mais viscerais. A academia precisa ampliar a escuta de outras vozes urbanas e reconhecer novas possibilidades de práticas participativas. Conferimos à participação centralidade pois a vemos como "[...] uma forma de proporcionar melhores chances de um exercício mais pleno da cidadania [...]" (Souza, 2005, p. 194). Acreditamos, conforme Young (2000), que "[...] a participação direta e regular, nas tomadas de decisões, contribui para ampliar a justiça social [...]". Se acreditamos que a participação é capaz de atenuar as distorções estruturais da sociedade, quais metodologias precisam ser construídas para favorecer uma rotina participativa? Para responder essa pergunta, antes, é preciso trazer à discussão outras limitações: a) Como criar uma agenda em que as pessoas sejam participativas após uma escala de trabalho 6x1, sem garantias expressas de que suas demandas coletivas estarão no orçamento? b) Como participar de assembleias e plenárias noturnas quando o transporte é caro, escasso, precário e inseguro? c) No contexto urbano, teria direito e condições de participar apenas quem paga impostos? Como estariam representadas as pessoas em situação de rua? d) E quem mora em situações periféricas, com trabalho exaustivo de 12h, quais são as condições dadas para a participação? e) Superadas tais limitações acima quais são, afinal, as chances reais de incidência nas decisões? Essas questões indicam que pautar participação e democracia não é suficiente. É necessário perguntar quais condições sociais, espaciais, políticas e econômicas a tornam viável. Tais condições são constitutivas e devem ser incorporadas às metodologias participativas e às agendas de pesquisa.

Percurso metodológico

Fez mapeamento sistemático com base no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (CTDC), especificamente das teses, entre os anos de 2001 e 2023, delimitadas pelos descritores "planejamento urbano e participação" e "planejamento urbano e democracia", e nas grandes áreas de conhecimentos: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinar. O ano de 2001 foi definido, devido à promulgação do Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001. As buscas foram atualizadas até 26 de outubro de 2023. A escolha das grandes Áreas de Conhecimentos teve por motivação identificar o perfil das pesquisas realizadas na Geografia, na Arquitetura e Urbanismo e em áreas multidisciplinares, a exemplo do Planejamento Urbano Regional. Excluídas as pesquisas repetidas nos descritores, registraram-se 116 Teses. Para os descritores "Planejamento Urbano e participação" foram encontradas 93 Teses e para o segundo descritor "Planejamento Urbano e Democracia" foram encontradas 23. Essa filtragem correspondeu à primeira etapa da análise. Admite-se que algumas teses possam não ter sido captadas devido às especificidades dos descritores; ao caráter interdisciplinar das pesquisas; às particularidades da catalogação na plataforma. Assim, os resultados encontrados devem ser interpretados como uma aproximação do perfil das pesquisas.

A segunda etapa consistiu na leitura das 116 teses para identificar o perfil das pesquisas. Quando

não foi possível identificar, na introdução, o perfil da pesquisa, foram lidos resultados e considerações finais. Nessa etapa foram delimitadas as pesquisas ancoradas em instrumento de planejamento urbano. Nesse caso, planos diretores, ambientais, habitacionais e metropolitanos, desde que abarcassem a temática da participação. Mediante tal delimitação obteve-se um total de 39 teses, nas quais foram identificadas três tendências predominantes nas pesquisas de doutorado, assim classificadas: a) pesquisas orientadas para Análise Crítica de instrumentos de Participação (ACP), com ênfase analítico-discursiva; b) pesquisas orientadas para Avaliação de Práticas Participativas (APP), incluindo práticas insurgentes (APPI); e c) pesquisas orientadas para Propostas

Quadro 1 - Teses por descritores. Período: 2001 – 2023.

N.	Autor(a)	Ano	Descritores
1	Burnett, Carlos Frederico Lago	2009	Planejamento Urbano e Democracia
2	Castro, Andre Hacl	2017	Planejamento Urbano e Democracia
3	Costa, Márcia Helena Batista Corrêa da	2011	Planejamento Urbano e Democracia
4	Hass, Mônica.	2006	Planejamento Urbano e Democracia
5	Machado, Eduardo Gomes.	2010	Planejamento Urbano e Democracia
6	Matias, Vandeir Robson Da Silva.	2011	Planejamento Urbano e Democracia
7	Milagres, Ligia Maria Xavier.	2016	Planejamento Urbano e Democracia
8	Nunes, Luiz Antonio De Paula.	2005	Planejamento Urbano e Democracia
9	Nunes, Sandra Marilia Maia.	2015	Planejamento Urbano e Democracia
10	Oliveira Filho, J. T.	2009	Planejamento Urbano e Democracia
11	Silva, Evanildo Barbosa Da.	2010	Planejamento Urbano e Democracia
12	Silva, Silvio Domingos Mendes Da.	2014	Planejamento Urbano e Democracia
13	Balem, Tiago	2021	Planejamento Urbano e Participação
14	Bhering, Iracema G. de Abreu	2019	Planejamento Urbano e Participação
15	Borges, Junia Lucio de Castro	2017	Planejamento Urbano e Participação
16	Braga, Andrea Luiza Curralinho	2020	Planejamento Urbano e Participação
17	Brule, David Melo Van den	2020	Planejamento Urbano e Participação
18	Bugs, Geisa Tamara	2014	Planejamento Urbano e Participação
19	Cardoso, Silvia Laura Costa	2019	Planejamento Urbano e Participação
20	Coelho, Will Robson.	2017	Planejamento Urbano e Participação
21	Colenci, Pedro Luciano.	2017	Planejamento Urbano e Participação
22	Cunha, Luis Felipe	2019	Planejamento Urbano e Participação
23	Ferreira, Ana Monica Medeiros.	2019	Planejamento Urbano e Participação
24	Isoppo, Rodrigo Schames.	2003	Planejamento Urbano e Participação
25	Knebel, Norberto Milton Paiva.	2021	Planejamento Urbano e Participação
26	Lopes, Lara Cito.	2020	Planejamento Urbano e Participação
27	Mancini, Laura Moreira.	2014	Planejamento Urbano e Participação
28	Melchiors, Lucia Camargos	2019	Planejamento Urbano e Participação
29	Nascimento, Daniela Viegas da Costa	2019	Planejamento Urbano e Participação
30	Rebouças, Fadia Dos Reis.	2018	Planejamento Urbano e Participação
31	Rebouças, Thais De Miranda.	2019	Planejamento Urbano e Participação
32	Schurgelies, Vinicius.	2021	Planejamento Urbano e Participação
33	Senra, Kelson Vieira.	2022	Planejamento Urbano e Participação
34	Siqueira, Lucimar Fatima.	2019	Planejamento Urbano e Participação
35	Souza, Jairo Salvador De.	2021	Planejamento Urbano e Participação
36	Squera, Jorge Hector Rebollo.	2021	Planejamento Urbano e Participação
37	Staloch, Rubens.	2019	Planejamento Urbano e Participação
38	Toledo, Rodrigo Alberto.	2013	Planejamento Urbano e Participação
39	Valaski, Simone.	2013	Planejamento Urbano e Participação

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de Teses e Dissertações/CAPES, 2021 – 2023.

de Estratégias ou metodologias para fomentar a Participação (PEPP). Denominamos tais tendências de perfil temático-investigativo. Foram priorizadas as teses que analisaram processos participativos (exitosos e adversos) ou indicaram estratégias e propostas metodológicas para a efetivação da participação. Dentre as 39 teses, 27, estavam correlacionadas ao descritor Planejamento Urbano e Participação"; e 12, ao descritor "Planejamento Urbano e Democracia", conforme Quadro 01. Esse resultado criou a base para o estabelecimento da terceira etapa, a saber sistematização dos dados em gráficos, tabelas e mapas, permitindo visualizar a distribuição institucional e territorial da produção analisada.

Para fins comparativos, o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes apresenta 3.387 registros associados ao descritor "expansão urbana", no período de 2001 a 2023. No geral, tais pesquisas investigam a atuação do mercado imobiliário, articulada ao poder público municipal, evidenciando fragilidades e contradições dos processos de expansão urbana. Em contraste, o termo "planejamento democrático" reúne apenas 834 trabalhos, enquanto "insurgências urbanas" aparece em somente 47 registros. Esses dados revelam uma hierarquização temática sobre a prevalência de uma preocupação investigativa já reforçada na pauta das gestões municipais e do mercado, em detrimento de perspectivas direcionadas à democratização efetiva do planejamento. Na Geografia, Souza (2006), por exemplo, permite compreender essa assimetria como expressão do predomínio de paradigmas técnico-racionalistas, voltados à regulação do espaço em detrimento da participação cidadã.

Na arquitetura e urbanismo, Maricato (2007) destaca as amarras das universidades ao pensamento *funcional* sobre o planejamento urbano e as cidades, mantendo, em segundo plano, o enfrentamento social, político, econômico e cultural inscritas no espaço. No conjunto das teses analisadas e das referências usadas, observa-se a presença marcante desse viés funcional e técnico-racionalista na investigação sobre planejamento urbano. Além disso, termos como "insurgências urbanas" ainda representam categorias emergentes e poucas exploradas no vocabulário acadêmico brasileiro, o que contribui para sua baixa incidência nas pesquisas. Miraftab (2016) argumenta pela necessidade de renovação e diversificação do vocabulário e do conteúdo, no campo do planejamento urbano, defendendo que tais necessidades devem ser protagonizadas, também, no âmbito dos cursos de graduação. A preferência temática expressa como agendas de pesquisas protagonizadas no campo acadêmico podem favorecer centralidades epistemológicas alinhadas aos interesses mercadológicos em detrimentos de objetos de estudos mais alinhados à democratização do planejamento urbano.

A terceira etapa consistiu na sistematização dos resultados em gráficos, tabelas e mapas, das informações dos resultados para demonstrar: a) a temática específica abordada nas pesquisas de doutorado orientadas para participação social, no planejamento urbano; b) os municípios brasileiros que foram recortes espaciais destas pesquisas; c) a representatividade das Grandes Áreas de Conhecimento; d) a representatividade das Áreas nos programas de pós-graduação; e) a concentração das pesquisas por região; unidades federativas e Instituições de Ensino Superior/IES (públicas e privadas). A organização desses dados permite evidenciar padrões de concentração espacial e institucional, temática e lacunas investigativas, indicando caminhos para abordagens investigativas mais diversificadas sobre o planejamento urbano centrado na participação social.

Percurso dos resultados

A sistematização dos resultados está orientada para apresentar o perfil das pesquisas acadêmicas sobre a temática do planejamento urbano participativo e suas feições mais democráticas. A ideia é contribuir em três direções. Primeira, no direcionamento de novas investigações e ações acadêmicas, no nível da graduação e pós-graduação. Segunda, na realização de projetos de pesquisa e de extensão, propostas metodológicas e de conteúdo para o ensino de planejamento urbano, na graduação. Terceira, no despertar da curiosidade para investigar desafios, experiências e vivências cotidianas urbanas, em diferentes portes de cidades. A expectativa é subsidiar – no âmbito do ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação – novas pesquisas e roteiros para a prática na sala de aula; criar procedimentos metodológicos e outras argumentações mais imaginativas direcionadas para a ação conjunta entre universidade e comunidade externa, especialmente voltados para o recorte urbano, dos municípios baianos.

Os resultados e análises das buscas realizadas na segunda e terceira etapas serão apresentados nesta ordem: 1) Perfil temático-investigativo da pesquisa; 2) Temáticas e recortes espaciais na intersecção entre participação social e planejamento urbano nos municípios brasileiros que foram recortes espaciais destas pesquisas; 3) Perfil espacial e institucional das pesquisas: representatividade por áreas dos programas de pós-graduação, por Instituição de Ensino Superior e Unidades Federativas.

Perfil temático-investigativo da pesquisa

O perfil temático-investigativo da pesquisa, apresentado no Quadro 02, segue esta classificação: 1) Análise Crítica de Instrumentos de Planejamento (ACP); 2) Avaliação de Práticas Participativas (APP); 3) Avaliação de Práticas Participativas Insurgentes (APPI); 4) Proposta de Estratégia para Planejamento Participativo (PEPP).

Quadro 2 - Perfil investigativo da pesquisa acadêmica na temática do planejamento urbano e participação.

1	Planejamento urbano e inclusão social: um estudo a partir dos instrumentos de gestão democrática em Niterói-RJ	Castro (2017)	ACP/ PEPP	UFF - RJ
2	Gestão democrática, cultura política e conflitos de governança no planejamento e na gestão urbana no Recife	Silva (2010)	ACP	UFPE - PE
3	Planejamento urbano no recife: futuro do pretérito	Nunes (2015)	ACP	UFPE - PE
4	A participação popular no planejamento urbano: a experiência do Plano Diretor de Porto (planejamento e democracia) *análise normativa*	Oliveira (2009)	ACP	UFRGS - RS
5	O planejamento territorial regional e urbano como forma de militância social: experiências em Santa Catarina e Florianópolis *(análise dos documentos e revisão teórica sobre a temática)*	Squera (2021)	ACP	UDESC - SC
6	Trajetórias do planejamento urbano no município de Araraquara: centralismo decisório ou participação?	Toledo (2013)	ACP	UNESP - SP
7	Estrutura e dinâmica da paisagem: subsídios para a participação popular no desenvolvimento urbano do município de Curitiba-PR	Valaski (2013)	ACP	UFPR - PR
8	Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista: a fetichização dos planos diretores participativos'	Burnett (2009)	ACP	UFMA - MA
9	Jardins Botânicos**:** Preservação, Práticas Sociais, Gestão e Turismo no Ambiente Urbano	Cardoso (2019)	ACP	UFPA - PA
10	A 'governança urbana participativa': a experiência do conselho nacional das cidades – Ministério das Cidades'	Coelho (2017)	APP	UFRJ - RJ
11	Plano diretor municipal e participação popular contributiva avaliados por um modelo integrador'	Colenci (2017)	APP	UFSC - SC
12	Participação democrática e planejamento urbano: o Conselho de Política Urbana e as Conferências de Política Urbana em Belo Horizonte.	Costa (2011)	APP	UNICAMP - SP
13	Direito à cidade e participação popular na política urbana da cidade do Natal/RN: uma crítica sócio-jurídica ao direito urbanístico	Ferreira (2019)	APP/ PEPP	UFRN - RN
14	Democracia e governança: o planejamento estratégico participativo de desenvolvimento urbano de Chapecó (SC) - 2001-2004	Hass (2006)	APP	UFSC - SC
15	Cidades inteligentes e participação: crítica da economia política do espaço urbano contemporâneo.	Knebel (2021)	APP	UNIJUI - RS
16	Qualidade ambiental no centro de Teresina	Lopes (2020)	APP	Mackenzie - SP*
17	Planejamento urbano, democracia e participação: o caso do plano diretor de Fortaleza (2003-2008)	Machado (2010)	APP	UFCE - CE
18	A Participação na governança de projetos urbanos metropolitanos no Rio de Janeiro (A experiência do Projeto Reconstrução Rio)	Mancini (2014)	APP	PUC - RJ*
19	O *phármakon* da democracia eletrônica na gestão territorial urbana	Matias (2011)	APP	UFMG - MG
20	Processos de auto-organização sócio-espacial: ambivalências e desafios em situações de disputa por poder de decisão	Milagres (2016)	APP	UFMG - MG
21	Economia da partilha na dinâmica urbana: contradições para o direito à cidade	Nascimento (2019)	APP/ PEPP	PUC - MG*
22	A construção da esfera pública no planejamento urbano. Um percurso histórico: Santos, 1945-2000	Nunes (2005)	APP	USP - SP
23	Plano, prática e participação: percepções do processo de elaboração do Plano Diretor Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo	Schurgelies (2021)	APP	FGV - EAESP*
24	A intenção e o gesto: uma análise do processo de planejamento do PDUI/RMRJ-2018	Senra (2022)	APP	UFF - RJ
25	O papel do poder público local nos processos participativos de planos diretores em Santa Catarina	Silva (2014)	APP	UFSC - SC
26	Democracia e cidade: da democracia participativa à desdemocratização na experiência de Porto Alegre	Siqueira (2019)	APP	UFRGS - RS
27	Desenho institucional e bens democráticos: um estudo sobre as intersecções dos conselhos relacionados a política urbana em Curitiba	Braga (2020)	APP	UFPR - PR

Quadro 2 - Perfil investigativo da pesquisa acadêmica na temática do planejamento urbano e participação. (Comctinuação)

28	Justiça socioespacial e a participação popular no planejamento e gestão urbanos no município de Juazeiro do Norte - CE	Van de Brule (2020)	APP	UFPE - PE
29	O território do comum em práticas urbanas insurgentes	Balem (2021)	APPI	UFRGS - RS
30	Práticas espaciais e planejamento insurgente: os casos do Campeche em Florianópolis e Pointesaint- Charles em Montreal	Cunha (2019)	APPI	UFSC - SC
31	Da ocupação à retomada: cartografando processos de subjetivação em território urbano	Isoppo (2023)	APPI	UFRGS - RS
32	Reivindicando territórios na cidade contemporânea: experiências de ações coletivas contra-hegemônicas frente à mercantilização do urbano	Melchiors (2019)	APPI	UFRGS - RS
33	O lugar da periferia como possibilidade de efetivação da participação social no planejamento urbano	Rebouças (2018)	APPI	UNB-BR
34	O bairro e o plano: estratégias e disputas em torno da produção do espaço urbano em Salvador - BA e no Bairro da Paz	Rebouças (2019)	APPI	UFBA - BA
35	Planejamento insurgente, justiça socioespacial e o direito à cidade: práticas de resistência no território às políticas públicas de desfavelização em São José dos campos, São Paulo, no Século XXI	Souza (2021)	APPI	UNIVAP - SP
36	O urbanismo e a paisagem desejada	Bhering (2019)	PEPP	UFMG - MG
37	O potencial do ciberespaço na ampliação da participação social no planejamento territorial municipal	Staloch (2019)	PEPP	UESC - SC
38	O potencial da informação geográfica voluntária como suporte à democracia no planejamento e gestão territorial	Borges (2017	PEPP	UFMG-MG
39	Tecnologias da informação e comunicação, sistemas de informação geográfica e a participação pública no planejamento urbano.	Bugs (2014)	PEPP	UFRGS - RS

*Instituição privada

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de Teses e Dissertações/CAPES, 2021 – 2023.

No primeiro grupo estão as pesquisas classificadas em ACP. Tais pesquisas se orientaram na análise crítica da dimensão legal e normativa dos instrumentos da gestão democrática. São análises que apresentam como os instrumentos de Planejamento Urbano, em especial os Planos diretores, se distanciam ou se aproximam do tema da Gestão Democrática, prevista no Estatuto da Cidade. As pesquisas apontam que os planos diretores, são, no geral, espectros da exigência legal e pouco ou nada expressam as demandas coletivas. Aqui, destaco a investigação de Burnett (2009), que evidencia o entrelaçamento do Movimento Nacional de Reforma Urbana e o principal instrumento do Planejamento Urbano, do ponto de vista oficial, que são os Planos Diretores (ditos participativos) do Desenvolvimento Urbano. A pesquisa de Burnett (2009) tece uma análise argumentativa sobre uma farsa democrática transbordante. Na verdade, tal como escrito nas considerações de Burnett (2009, p. 29), as pesquisas evidenciam "significativas conquistas institucionais, mas poucos resultados efetivos". A tese apresenta uma dura crítica ao Movimento da Reforma Urbana, onde os planos diretores participativos são "fetiches" e o planejamento urbano democrático uma "farsa". Com base no autor, o caráter democrático se apresenta de forma superficial, e questiona o plano diretor como instrumento para alcançar a "justiça urbana", devido ao seu caráter tecnicista, legalista e presença dos interesses econômicos imobiliários, por exemplo.

No segundo grupo estão os resultados das pesquisas classificadas em Avaliação de Práticas Participativas (APP) e Avaliação de Práticas Participativas Insurgentes (APPI), os quais apresentam diferenças qualitativas. A APP trata de estudos de casos que analisaram os desafios e aprendizados dos processos de participação com alto grau de coordenação institucional. A APPI trata de análise sobre os processos de participação protagonizados pela ação coletiva e popular, cujo regramento institucional externo é pouco influente ou inexistente.

No grupo do perfil das APP os processos de participação, seguem o rito da participação prevista nos instrumentos legais, do planejamento urbano formal institucionalizado. Ou seja, audiências públicas, formação de conselhos, conferências urbanas, e estratégias de abertura à consulta pública. Neste perfil o centro da análise é a gestão pública, e está revelada nas investigações de Braga (2020), Costa (2011), Ferreira (2019), Nascimento (2019), Siqueira (2019), e Coelho (2017). Coelho (2017, p. 181), por exemplo, ao investigar a experiência do Conselho das Cidades (ConCidades), concluiu sobre a existência de fragilidades na gestão democrática das cidades entre as esferas federativas e a sociedade civil. Afirma, ainda, que "as decisões do ConCidades não funcionaram como políticas deliberativas

e, efetivamente, praticadas pelo governo, salvo poucas exceções [...]". Trata-se de uma crítica constante à inexistência de garantia para que as demandas expressas, coletivamente, ganhem materialidade efetiva. Aqui há uma queixa, mas também há uma oportunidade para que as pesquisas acadêmicas possam ir além da crítica, e investigar, e propor caminhos que encurtem o percurso entre as demandas coletivas e sua inclusão efetiva na pauta da gestão pública.

Nas práticas insurgentes (APPI), o centro da pesquisa está na ação da população, geralmente, junto às instituições de ensino (superior e pública) ou instituições não governamentais. São iniciativas com resultados mais lentos e menos contaminados pelo regramento burocrático institucionalizado, mas que sempre guardam a relação com o institucionalizado. Estes processos, podem ser observados, por exemplo, nas pesquisas de Balem (2021), Cunha (2019), Isoppo (2023), Melchiors (2019), Rebouças (2018) e Souza (2021). As investigações sobre as práticas de participação institucionalizadas e participação insurgente apontam feições desafiadoras, mas também exitosas com importantes lições pedagógicas.

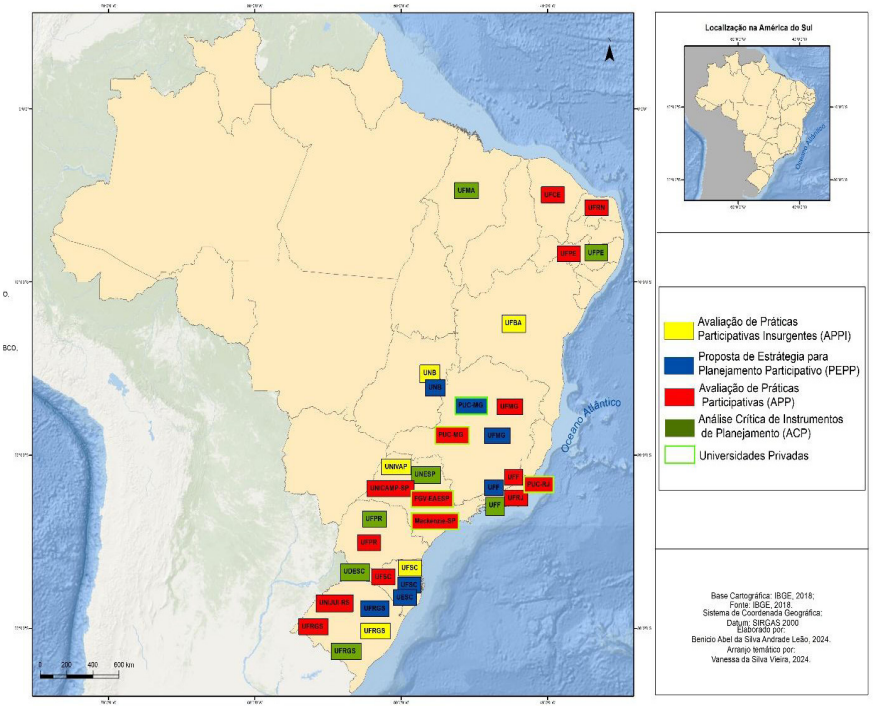
Sobre as práticas insurgentes, a pesquisadora Miraftab (2016), cobra uma postura mais transgressora no ensino universitário, quando a temática de ensino estiver relacionada ao planejamento urbano. A transgressão se articula à "descolonização do planejamento urbano" a qual implica, também, em "preparar os estudantes com linguagens que os conectem a diversos atores, que em contestações modelam o habitat humano" (Miraftab, 2016, p. 375). Para a urbanista, não raro, os futuros profissionais desenvolvem uma linguagem específica para lidar com os procedimentos técnicos, burocráticos e de interesses dos gestores municipais. Nesse caso, usam os tradicionais instrumentos de base teórica e normativa, para atender à agenda político-econômica dos gestores municipais. Tal situação é uma crítica ao uso de sistemas de informações geográficas, nas metodologias participativas, sob encomenda das gestões municipais. Nesse caso, pode haver maior preocupação com a aplicação teórica e a eficiência técnica da metodologia do que com as reais demandas coletivas. Um exemplo disso é quando a gestão municipal faz uso do Sistema de Informações Geográficas e instrumentos de geoprocessamento para mapear áreas urbanas que necessitam de investimento em equipamentos públicos, mas não estabelece, antes ou em paralelo, um processo de escuta e diálogo com moradoras e moradores para identificar as principais demanda coletivas. Nesse caso, prioriza-se os dados técnicos em detrimento das experiências vividas cotidianamente. Por outro lado, se a gestão pública cria espaços de participação via oficinas, plenárias, assembleias, mas não cria mecanismos para que as demandas expressas estejam na pauta e no orçamento dos instrumentos de planejamento e ação, torna-se inócua a presença das pessoas nesses espaços.

No terceiro grupo estão as pesquisas classificadas em Proposta de Estratégias para Planejamento Participativo (PEPP). Tais pesquisas possuem caráter propositivo, com aplicação e modelos de instrumentos metodológicos. Porém, observa-se baixa diversidade das propostas. No geral, direcionadas ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para incluir a participação da sociedade no planejamento urbano. Há pesquisas que avaliam o uso das TICs como metodologia acessível, com potencial para auxiliar na identificação das principais demandas e desafios urbanos. É o caso das pesquisas de Bugs (2014), Borges (2017) e Knebel (2021). Tais pesquisas apontam, também, faces limitantes no uso das tacnologias. Knebel (2021), em sua trajetória investigativa, questiona a ideia das novas TICs como recurso para gestão democrática, considerando que o acesso e a qualidade das informações disponíveis e geradas é desproporcional, pois não alcançam uma participação equitativa, sequer igualitária.

Como síntese, é preciso capturar os limites da tecnologia numa sociedade segmentada entre quem pode ou não acessar recursos. As estratégias técnico-instrumentais são incompletas, sem o enfrentamento conceitual da democracia e das relações de poder. Construir e adaptar espaços inclusive físicos, para circulação de informações e formular estratégias para além das TICs, via sistemas presenciais**,** articulados a coletivos e instâncias sociais**,** são alternativas. Universidades, Associações de Moradoras, Movimentos e Coletivos Sociais Urbanos, e escolas são espaços estratégicos para a pedagogias participativas Experiências extensionistas, com estudantes do Ensino Médio, evidenciam o potencial formativo dessas práticas, ampliando o repertório político e o olhar geográfico sobre os desafios urbanos. A articulação entre formação política e saberes técnicos, como SIG, geoprocessamento e cartografia social, ainda restritos à universidade, é fundamental para fortalecer a cidadania e fomentar a reivindicação de um planejamento mais inclusivo.

Do ponto de vista espacial, as pesquisas doutorais direcionadas para a gestão democrática, estão concentradas nas Instituições de Ensino Superior públicas; nas regiões Sul e Sudeste, rarefeita no Nordeste e Centro-Oeste e inexistente no Norte do país (Figura 01). Essa condição espacial fomenta as seguintes inquietações que devem conduzir outras análises futuras. O que justifica tal espacialização? Quais os desdobramentos de tal espacialização? Qual o papel da Universidade Pública na pesquisa sobre democratização do planejamento urbano? Por que essa geografia que pesquisa esses temas são tão pouco explorados no Nordeste? Por que os grandes centros urbanos se ressaem nos recortes espaciais das pesquisas?

Figura 1 - Perfil investigativo das Teses sobre Planejamento Urbano Participativo e/ou Democrático por Instituição de Ensino Superior e Unidades Federativas (2021 – 2023).



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de Teses e Dissertações/CAPES, 2021 – 2023.

Uma das possibilidades é a ampliação do repertório investigativo dos grupos e laboratórios de pesquisa, incluindo o tema da participação social nas decisões urbanas, e ampliando a pesquisa para cidades de pequeno e médio porte, de um Brasil mais profundo. E, ainda, provocando reflexões e encaminhamentos metodológicos sobre o engajamento de diferentes grupos na construção, por exemplo, de um plano diretor que contemple a realidade local.

3.2 Temáticas e recortes espaciais na intersecção entre participação social e planejamento urbano

O Quadro 03 apresenta os municípios brasileiros, especialmente em sua delimitação urbana, e as delimitações temáticas, que protagonizaram as pesquisas. Foram identificados 23 munícipios. Registra-se que esse número resultou do percurso da filtragem desde à primeira etapa. Pesquisas interurbanas e/ou com recorte metropolitano não compuseram o referido quadro síntese, pois o objetivo foi identificar o protagonismo de cada município, em sua especificidade. 23 municípios é uma quantidade ainda inexpressiva se compararmos ao total de municípios brasileiros, 5.561. E, mesmo se estabelecermos por referência os municípios com mais de 20.000 habitantes na zona urbana – 1.710, de acordo ao Censo 2022 (IBGE, 2023) –, obrigados a elaborar seus Planos Diretores, conforme Lei 10.257/2001, permanece inexpressiva.

É urgente a ampliação para o interior do país, das pesquisas que abordem os desafios, as alternativas, de um planejamento urbano que precisa ultrapassar a versão legislativa da gestão democrática e causar mudanças efetivas nas cidades. É imprescindível avançar na pesquisa acadêmica, denunciando entraves à democracia participativa e propondo formas mais inclusivas de administração do público. As pesquisas realizadas concentram-se no Sul e Sudeste, sobretudo em capitais e grandes cidades. A Figura 02 representa, cartograficamente, o vazio espacial brasileiro, sobre a pesquisa na pós-graduação, no nível de doutorado, sobre a temática aqui tratada, mas também que se impõe como possibilidades para análises mais profundas.

Nas pesquisas realizadas no Norte e Nordeste, exceto a pesquisa realizada por Van Den Brule (2020), em Juazeiro do Norte, todas as outras estão direcionadas para as capitais do estado. Está reproduzida nas pesquisas acadêmicas a tendência de concentração nos grandes centros. Tal concentração exclui a possibilidade de conhecimento sobre a dificuldade ou a presença de experiências participativas em pequenos municípios, mas com importantes repercussão na qualidade de vida urbana. Os municípios do Sul e Sudeste do país apresentam, também, o maior número de pesquisas sobre Avaliação de Práticas, Avaliação de Práticas Insurgentes e Proposições Metodológicas. Nota-se que as pesquisas referentes aos estados de São Paulo e Santa Catarina são aquelas que incluem o maior número de municípios interioranos.

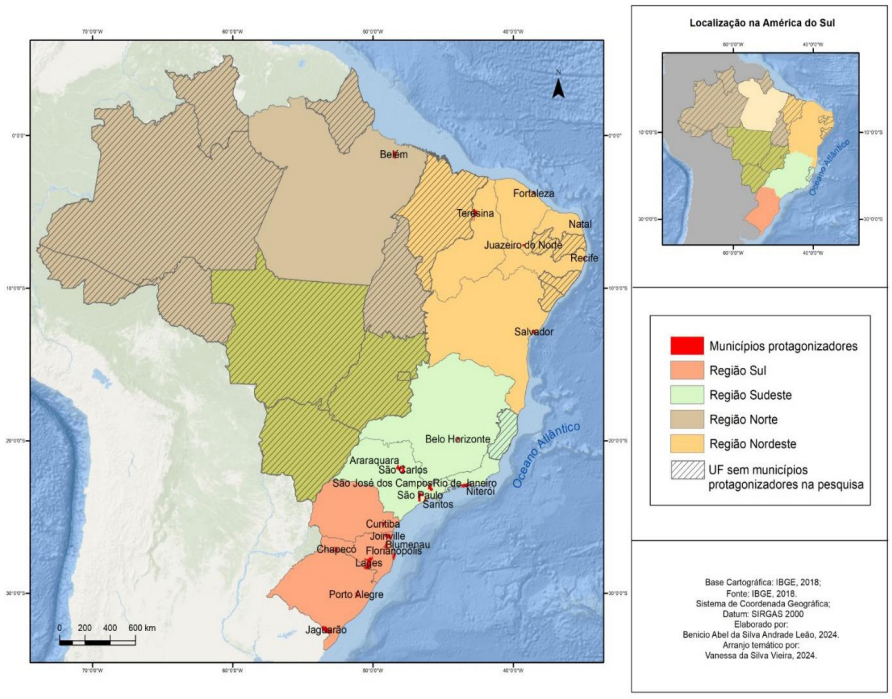
Em que pese a não representação do recorte metropolitano no mapa (Figura 2), encontraram-se quatro

Quadro 3 - Temáticas específicas e municípios na intersecção entre participação social e planejamento urbano.

Tema	UF	Região
Estudos de práticas urbanas insurgentes em **Salvador** (BALEM, 2021; REBOUÇAS, 2019); avaliação e proposta da/para efetivação participação popular em **Salvador** (REBOUÇAS, 2018)	Bahia	Nordeste
Movimento Ocupa Estelita em **Recife** (MELCHIORS, 2019) e BALEM, 2021); política Nacional de Desenvolvimento Urbano e a repercussão na governança democrática local em Recife (SILVA, 2010); crítica ao processo de planejamento e gestão urbanos no governo municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) (NUNES, 2015)	Pernambuco	
Processo de incorporação, ou não, da participação popular no planejamento urbano do município de **Juazeiro do Norte**-CE (VAN DEN BRULE, 2020); Ações contra hegemônica - Movimento Ocupe Cocó, em **Fortaleza** (BALEM, 2021); Estrutura institucional para no processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de **Fortaleza** (limites e conflitos) (MACHADO, 2010)	Ceará	
Processo participativo na revisão do Plano Diretor de **Natal** (FERREIRA, 2019)	Rio Grande do Norte	
Criação da Agenda 2010, com foco na participação da população (análise), em **Teresina** (LOPES, 2020)	Piauí	
Estudos das redes de relações na gestão dos espaços públicos verdes de **Belém** (CARDOSO, 2019)	Pará	Norte
Avaliação do grau de maturidade participativa contributiva no município de **São Carlos** (COLENCI, 2017); processo de elaboração do Plano Diretor de **Araraquara** (TOLEDO, 2013); processos contra hegemônicos na luta pelo direito à cidade no município de **São José dos Campos** (SOUZA, 2021); institucionalização das comissões e conselhos em **Santos** (NUNES, 2005); movimentos coletivos de arte e cultura em **São Paulo** (MELCHIORS, 2019); Estudos de práticas urbanas insurgentes em **São Paulo** - Ocupe Parque Augusta (BALEM, 2021); ações de insurgências no planejamento urbano e o impacto na justiça socioespacial em **São José dos Campos** (SOUZA, 2021)	São Paulo	Sudeste
Participação da sociedade civil na implantação do Projeto Reconstrução Rio (MANCINI, 2014); entraves da estrutura institucional para o planejamento participativo em **Niterói** (CASTRO, 2017); Ações contra hegemônica na Comunidade Vila Autódromo no **Rio de Janeiro** (MELCHIORS, 2019); Ações contra hegemônica - Ocupe Golfe Jacarepaguá, no **Rio de Janeiro** (BALÉM, 2021)	Rio de Janeiro	
Formas organizativas da economia, em **Belo Horizonte** (NASCIMENTO, 2019); Desenho institucional da participação criado pelo Conselho e Conferências Municipais, em **Belo Horizonte** (COSTA, 2011); Processo de auto-organização dos moradores da Vila das Antenas, em **Belo Horizonte** (MIILAGRES, 2016); Orçamento Participativo Digital em **Belo Horizonte** (MATIAS, 2011)	Minas Gerais	
Estudos de práticas urbanas insurgentes e contra hegemônica em **Porto Alegre** (BALEM, 2021; ISOPPO, 2023); aplicação do Diagnóstico Rápido Urbano Participativo no município de **Jaguarão** e Participação Pública com Sistema de Informação Geográfica, na Orla do Guaíba, em **Porto Alegre** (BUGS, 2014); experiência de democracia participativa em **Porto Alegre**, via planejamento urbano (SIQUEIRA, 2019; OLIVEIRA FILHO, 2009)	Rio Grande do Sul	Sul
Processos contra hegemônicos no planejamento urbano, em Campeche- **Florianópolis** (CUNHA, 2019); a participação da sociedade no processo de planejamento (SQUERA, 2021); Arranjo institucional na elaboração de planos diretores participativos (conflitos) dos municípios de **Lajes**, **Blumenau**, **Chapecó** e **Joinville** (SILVA, 2014); Implantação do Congresso da Cidade, em **Chapecó** (HASS, 2006);	Santa Catariana	
Intersecções dos conselhos municipais na política urbana de **Curitiba** (BRAGA, 2020); a importância da disponibilização de informações acessíveis no processo de participação em **Curitiba** (VALASKI, 2013)	Paraná	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de Teses e Dissertações/CAPES, 2021 – 2023.

Figura 2 - Perfil espacial dos municípios protagonizadores das Teses sobre Planejamento Urbano (2021 – 2023).



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de Teses e Dissertações/CAPES, 2021 – 2023.

investigações direcionadas para Regiões Metropolitanas, a saber: Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RJ (Mancini, 2014 e Senra, 2022); Região Metropolitana de São Paulo - SP (Schurgelies, 2021); e Região Metropolitana do Vale do Itajaí - SC (Staloch, 2019). Tais investigações avaliam os processos participativos, e a busca por resoluções mais democráticas, no âmbito da construção de projetos interurbanos metropolitanos e superação dos desafios

3.3 Perfil espacial e institucional das pesquisas: representatividade por áreas dos programas de pós-graduação, por Instituição de Ensino Superior e Unidades Federativas

As pesquisas que investigam a inclusão de processos participativos nos instrumentos de planejamento urbano estão distribuídas nos programas de pós-graduação da Capes, em 18 áreas de concentração. Entre estas, destaca-se uma convergência em torno de três disciplinas: Planejamento Urbano e Regional (6), na Arquitetura e Urbanismo (7) e na Geografia (6). Das 39 teses de doutorado aqui analisadas, 19 concentram-se nessas três áreas de conhecimento, o que demonstra a trajetória dessas três áreas no debate sobre a gestão democrática nas cidades. O detalhamento dessas áreas e a distribuição espacial estão apresentados, respectivamente, no Quadro 04 e Figura 03.

Do ponto de vista legal, arquitetos e urbanistas, com formação na graduação, são os profissionais designados para a coordenação técnica das equipes multi-profissionais de elaboração dos Planos Diretores Urbanos e Regionais (PL-0267/2007). Entre o corpo técnico multi-profissional, incluem-se, por exemplo, além dos arquitetos e urbanistas, os profissionais da geografia, economia, engenharia civil, administração, sociologia, ciência política (Saboya, 2007, p. 22). Para esse autor

> [...] a gestão mais democrática (*instituída pela Constituição Federal de 1988 e ratificada pela Lei 10.257/2001*), e agora amparada por lei, traz inúmeros benefícios para o processo de planejamento, mas também traz dificuldades para um corpo técnico que não foi preparado para trabalhar em conjunto com a população. [...] (grifo meu).

A afirmação feita por Saboya (2007), sobre os limites da preparação do corpo técnico para atuar em conjunto à população indica fragilidade na formação acadêmica dos profissionais do planejamento urbano. Reflete e é um reflexo do restrito repertório metodológico acadêmico, no tocante à abordagem participativa no planejamento urbano. Aponta para ausência de uma linguagem profissional alinhada aos instrumentos da gestão urbana democrática. Mostra uma concepção de universidade pouco imaginativa, que prioriza a técnica como solucionadora de questões que são também políticas, no sentido de formar profissionais com visões mais amplas onde as vozes das cidadãs e cidadãos 'comuns' possam ser mais ouvidas/valorizadas.

A necessidade de ampliar as pesquisas sobre a abordagem participativa no planejamento urbano é

Quadro 4 - Pesquisas por áreas de concentração dos programas de pós-graduação e por Instituição de Ensino Superior (IES) e Unidades Federativas (UF).

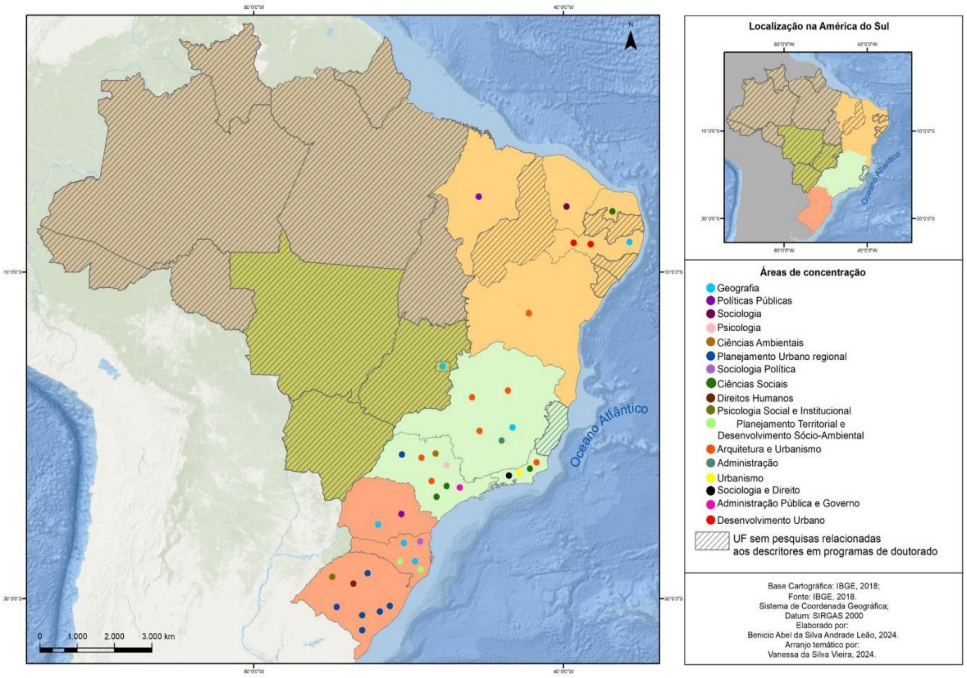
Autor(a)		Área de Concentração do Doutorado	Instituição de Ensino Superior/UF
1	NASCIMENTO (2019)	Administração	PUC/MG – MG
2	SCHURGELIES (2021)	Administração Pública e Governo	FGV/EAESP – SP
3	REBOUCAS (2019)	Arquitetura e Urbanismo	UFBA – BA
4	BORGES (2017)	Arquitetura e Urbanismo	UFMG – MG
5	BHERING (2019)	Arquitetura e Urbanismo	UFMG – MG
6	MILAGRES (2016)	Arquitetura e Urbanismo	UFMG – MG
7	SENRA (2022)	Arquitetura e Urbanismo	UFF – RJ
8	LOPES (2020)	Arquitetura e Urbanismo	Mackenzie – SP
9	NUNES (2005)	Arquitetura e Urbanismo	USP – SP
10	COLENCI (2017)	Ciências Ambientais	UFSC – SC
11	MANCINI (2014)	Ciências Sociais	PUC/RIO – RJ
12	FERREIRA (2019)	Ciências Sociais	UFRN – RN
13	TOLEDO (2013)	Ciências Sociais	UNESP – SP
14	COSTA (2011)	Ciências Sociais	UNICAMP – SP
15	CARDOSO (2019)	Desenvolvimento Sustentável	UFPA – PA
16	NUNES (2015)	Desenvolvimento Urbano	UFPE – PE
17	SILVA (2010)	Desenvolvimento Urbano	UFPE – PE
18	KNEBEL (2021)	Direitos Humanos	UNIJUI – RS
19	REBOUCAS (2018)	Geografia	UNB – BR
20	MATIAS (2011)	Geografia	UFMG – MG
21	VAN DEN BRULE (2020)	Geografia	UFPE – PE
22	VALASKI (2013)	Geografia	UFPR – PR
23	CUNHA (2019)	Geografia	UFSC – RS
24	SILVA (2014)	Geografia	UFSC – SC
25	SQUERA (2021)	Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental	UESC – SC
26	STALOCH (2019)	Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental	UESC – SC
27	BALEM (2021)	Planejamento Urbano e Regional	UFGRS – RS
28	BUGS (2014)	Planejamento Urbano e Regional	UFRGS – RS
29	MELCHIORS (2019)	Planejamento Urbano e Regional	UFRGS – RS
30	OLIVEIRA FILHO (2009)	Planejamento Urbano E Regional	UFRGS – RS
31	SIQUEIRA (2019)	Planejamento Urbano E Regional	UFRGS – RS
32	SOUZA (2021)	Planejamento Urbano e Regional	UNIVAP – SP
33	BURNETT (2009)	Políticas Públicas	UFMA – MA
34	BRAGA (2020)	Políticas Públicas	UFPR – PR
35	ISOPPO (2023)	Psicologia Social E Institucional	UFRGS – RS
36	MACHADO (2010)	Sociologia	UFCE – CE
37	CASTRO (2017)	Sociologia E Direito	UFF – RJ
38	HASS (2006)	Sociologia Política	UFSC – SC
39	COELHO (2017)	Urbanismo	UFRJ – RJ

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de Teses e Dissertações/CAPES, 2021 – 2023.

percebida em todas as áreas de conhecimento, inclusive e, sobretudo, na Geografia, defensora de um *espaço cidadão*. É preciso "observar a cidade do ponto de vista de quem a pratica cotidianamente" (Jacobs, 1961, p. 10). Para tanto, é preciso uma pedagogia do planejamento urbano promotora de um aprendizado junto à diversidade dos coletivos urbanos.

A Figura 3 evidencia disparidades regionais acentuadas nas pesquisas doutorais que versam sobre a temática do planejamento urbano participativo. Destacam-se a região Sul e Sudeste, e dentro desse recorte o Rio Grande do Sul se sobressai. Por outro lado, observa-se o enorme vazio regional, entre o Norte e Centro-oeste e baixa representatividade no Nordeste.

Figura 03 - Perfil das áreas de concentração do doutorado por IES e UF, quando usado os descritores planejamento urbano, participação e democracia (2021 – 2023).



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de Teses e Dissertações/CAPES, 2021 – 2023.

Considerações e proposições finais

O mapeamento apresentado se propôs identificar o perfil acadêmico, espacial e institucional das teses de doutorado desenvolvidas nas Instituições de Ensino Superior, sobre a temática do planejamento urbano participativo e democrático.

Os dados registrados no percurso metodológico revelam a desproporcionalidade nos temas que protagonizam a pesquisa acadêmica no âmbito dos programas de doutorado em Planejamento Urbano. Tal disparidade manifesta-se na quantidade de investigações que versam sobre eixos tradicionais, a exemplo da expansão urbana, habitação e transporte, em detrimento de abordagens com ênfase na participação cidadã, na gestão democrática ou nas insurgências urbanas. Essa configuração pode ser resultado da hegemonia da racionalidade técnica, e da busca ostensiva pela eficiência na gestão urbana, tradicionalmente protagonizado no urbanismo brasileiro. Sob esta influência o estudo das ações insurgentes permanece periférico no repertório acadêmico, talvez pela tradição em pesquisas ancoradas nos interesses estritos da administração pública ou nas agendas das agências de fomento. Não raro, tais agências aderem a temas já estabelecidos por políticas públicas vigentes, enquanto a temática da insurgência, por natureza, evoca vozes dissidentes que tensionam o *modus operandi*. Para além do perfil temático preliminar, outras três se fizeram mais significativas na referida investigação.

A primeira, do ponto de vista do perfil temático-investigativo, destaca que a produção cientifica demonstra o hiato persistente entre a intenção normativa e o gesto prático. As investigações realizadas nos eixos de Avaliação Crítica de Instrumentos de Planejamento, Avaliação de Práticas Participativas, Avaliação de Práticas Participativas Insurgentes reúnem resultados que deslocam o debate do campo das abstrações para a espacialidade urbana. Tais investigações revelam tanto o caráter "fetichista" dos ritos burocráticos e institucionalizados dos planos, quanto às possibilidades e aprendizados no âmbito das insurgências. No tocante às Propostas de Estratégias para o Planejamento Participativo, observa-se que muitas investigações permanecem "prisioneiras" de versões institucionalizadas e de técnicas de alcance limitado. Essa limitação é evidente na centralidade atribuída ao uso das Tecnologias da Informação e

Comunicação (TICs) como ferramenta para ampliar a participação. Nesse caso, é essencial ampliar o repertório propositivo e desenvolver metodologias mais inventivas. O aprofundamento desse perfil de pesquisa ajudará na construção de metodologias mais eficazes para a gestão pública e à elaboração de planos diretores que reflitam as demandas coletivas.

A segunda evidência, de natureza espacial, revela uma dupla centralidade nos recortes que protagonizam a pesquisa doutoral sobre o tema da participação no planejamento urbano. Identifica-se, a priori, a prevalência das regiões Sul e Sudeste, em contraste com a baixa incidência no Nordeste e Centro-Oeste, com lacunas expressivas no Norte. Somado ao desequilíbrio regional está a concentração desse olhar investigativo nas capitais e grandes centros urbanos (ex. Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Recife). Embora o mapeamento tenha identificado três regiões metropolitanas (o que inclui vários municípios) e mais vinte e três municípios, esse quantitativo é considerando o total de 5.561. Mesmo se a referência for os municípios com mais de 20.000 habitantes na zona urbana – 1.710, de acordo com o Censo 2022 (IBGE, 2023) –, os quais são obrigados a elaborar seus Planos Diretores, conforme Lei 10.257/2001, o quantitativo permanece diminuto. A concentração regional e escalar, embaça o conhecimento sobre experiências de gestão democrática nos pequenos municípios, com impactos diretos na qualidade de vida urbana.

A terceira evidência está relacionada ao perfil institucional, e a representatividade das pesquisas nos programas de pós-graduação no cenário da gestão democrática. Dentro do escopo metodológico observa-se que a produção científica emana, primordialmente, das IES públicas. Embora as universidades federais concentrem maior número nas investigações, possivelmente devido à capitação de recursos das agências de fomento, é importante destacar a participação das universidades estaduais. Estas instituições mesmo operando sob regime de financiamento e orçamentos, frequentemente, mais escassos e restritos, preservam compromisso com as fragilidades políticas no planejamento urbano. Sobre as áreas de concentração se sobressai uma tríade disciplinar, a saber: Arquitetura e Urbanismo, Geografia e Planejamento Urbano e Regional. Essa concentração é talvez influenciada pela abordagem das limitações da gestão democrática, no contexto da política urbana, ainda no período da graduação, tanto do curso de Geografia, como no curso de Arquitetura e Urbanismo. E o repertório temático adquirido na formação inicial favorece o surgimento de inquietudes para pesquisas mais aprofundadas.

Quais caminhos precisam ser construídos para ampliar a diversidade temática, atenuar as desigualdades espaciais e escalares em relação às investigações acadêmicas sobre a gestão democrática no contexto da política urbana? E quais caminhos precisam ser construídos para incentivar novos programas de pós-graduação a incluírem em suas agendas de pesquisas a referida temática? O perfil encontrado suscita caminhos acadêmicos na dimensão do ensino, pesquisa e extensão.

No campo do ensino, as inquietações sobre os desafios para o efetivo estabelecimento da gestão democrática da cidade deve ser fomentadas na graduação, nas práticas pedagógicas. A experiência docente permite as seguintes considerações sobre a temática da gestão democrática e da efetiva participação da sociedade na construção da cidade, a saber: a) a gestão democrática é vista como algo abstrato, de difícil concretização; b) é comum os estudantes expressarem que a gestão democrática é uma ilusão; c) desconhecem a previsão da gestão democrática na legislação urbana, e os dispositivos legais para que isso ocorra; d) há pouco conhecimento sobre experiências de práticas participativas no contexto urbano; e) subestimam o potencial pedagógico e multiplicador das práticas insurgentes. A gestão democrática nas cidades brasileiras apresenta desafios contundentes. Mas a ênfase exclusiva nesses limites é insuficiente para produzir avanços no processo democrático. É preciso uma geografia mais propositiva, capaz de produzir impacto real na vida das pessoas que moram nas cidades. A cidade é o que acontece enquanto discutimos legislações e teorias na sala de aula. É preciso rever discursos e de conceitos acadêmicos que se restringem ao âmbito acadêmico. É preciso valorizar outras versões, olhares e leituras sobre a cidade, e ampliar o conhecimento sobre às estratégias, movimentos e intervenções participativas e insurgentes, em curso, muitas vezes fora das previsões normativas. É preciso incorporar o exercício da abordagem participativa como etapa estruturante do planejamento urbano. É preciso deixar evidente para estudantes que a gestão democrática não é uma falácia, está prevista em lei, mas a legislação não é suficiente para assegurar inclusão e justiça urbana.

Nesse sentido, compartilho algumas possibilidades pedagógicas, desenvolvidas ao longo da trajetória docente, as quais despertam inquietações nos estudantes sobre o uso de metodologias e estratégias participativas na política urbana e que podem ser adaptadas. 1) Compreensão da cidade pelos olhos de Carolina Maria de Jesus, mediante a leitura da obra Quarto de Despejo; aqui são abertas vias de inquietações e perguntas. Os estudantes são estimulados a refletir sobre outras formas de conceituar a cidade, para além dos referenciais tradicionais. A intenção é diversificar a linguagem sobre os desafios urbanos. 2) Elabo-ração de planos elementares para implantação de equipamentos públicos urbanos, mediante consultas a grupos acessíveis aos discentes. Aqui a prioridade não é o rigor

metodológico, mas o exercício da pergunta como etapa inicial para metodologias mais elaboradas. É comum os estudantes resistirem à consulta de outras vozes, muitas vezes já com propostas pré-definidas.3. Construção de uma cidade virtual, considerando a legislação urbana no Brasil. A atividade é feita face o uso do aplicativo *SimCity*. É uma oportunidade para que os estudantes percebam como é desafiador planejar uma cidade, sob a avaliação e demanda constante dos moradores. E, nesse sentido, perceber a complexidade para propor estratégias reais para cidades reais, tarefa tão imprescindível quanto desafiadora.

Para além de atividades específicas, propõe-se a inclusão de metodologias participativas no ementário dos componentes curriculares que versam sobre o planejamento urbano. A ideia é a diversificação da linguagem, e o uso de uma versão linguística menos tecnoburocrática para se aproximar de coletivos urbanos. Alinhado à diversificação da linguagem, estimular elaboração de atividades acadêmicas, que transitem por um processo de escuta e de diálogo integrados aos coletivos urbanos organizados. Propor atividades focadas na criação de estratégias para integrar grupos vulnerabilizados, cujas experiências cotidianas se deem no espaço urbano, e que possam ser integradas ao planejamento e gestão das cidades. Considera-se importante construir espaços articuladores para que os sujeitos participantes sejam eles próprios construtores das possibilidades diversas de intervenções para a melhoria da qualidade de vida urbana, e não apenas receptores das propostas acadêmica-universitária ou objetos de pesquisa.

No âmbito da pesquisa, é importante que a temática esteja presente desde a iniciação científica, na graduação, como possibilidade para influenciar a pesquisa na pós-graduação. O vazio espacial brasileiro, referente às pesquisas doutorais sobre gestão democrática, se revela como possibilidade para ampliar o repertório investigativo dos grupos e laboratórios de pesquisas, vinculados aos programas de pós-graduação. A baixa representatividade no Nordeste, citada anteriormente, e o vazio investigativo no Norte e Centro-oeste permite desenhar novas inquietações para futuras pesquisas. Por exemplo, ainda é necessário compreender quais são os marcadores acadêmicos e espaciais que favorecem, por um lado, um maior conjunto de estudos sobre o planejamento participativo no Sul e Sudeste e, por outro, mas não alcançam o vazio investigativo no Norte e Centro-Oeste? É urgente a ampliação para o interior do país, das pesquisas que versem sobre os desafios, as alternativas, e as trincheiras de um planejamento urbano que precisa ultrapassar a versão tecnocrática e legalista da gestão democrática. Como já dito, aqui, é imprescindível avançar na pesquisa acadêmica, na direção da denúncia do que impede processos democráticos e participativos e anunciem formas mais inclusivas na gestão da coisa pública. O engajamento nesse perfil de pesquisa está vinculado, por exemplo, à criação de espaços para que estudantes da pós-graduação possam compartilhar relatos e reflexões sobre suas comunidades, estimulando a escuta e a troca de saberes, e como os desafios urbanos são percebidos na prática profissional e na vivência particular e cotidiana.

O comprometimento dos grupos e laboratórios podem ser traduzidos no desenvolvimento de projetos de pesquisa que integrem métodos participativos, via inclusão das comunidades e coletivos urbanos. Essa parceria é uma chance para integrar diversos atores sociais na criação de metodologias e modelos sistemáticos mais efetivos para a gestão democrática. Na mesma direção, análises que incluam a diversidade dos desafios e experiências participativas dos pequenos aos grandes núcleos urbanos brasileiros, e nas vinte e seis unidades federativas podem compor os projetos de pesquisas. Sugiro, ainda, algumas propostas de investigação, a saber: a) criação e ampliação de repertórios metodológicos, centrados no sujeito e alinhados com as atuais demandas da gestão democrática; b) comparação entre os resultados, no âmbito do espaço urbano, das gestões municipais que buscam a implantação de elaboração de Planos Diretores mais participativos e aquelas mais conservadoras; c) análise de processos e experiências insurgentes em coletivos urbanos organizados ou espontâneos, focados na identificação de desafios comuns e aspectos exitosos; d) verificar se no caso de gestões municipais que elaboram os planos diretores de forma mais participativa, haveria maior justiça urbana.

Uma outra possibilidade nas pesquisas seria, inclusive, acolher as experiências insurgentes do planejamento como uma etapa e dimensão da democracia urbana. Face tais identificações divulgá-las entre os agentes protagonizadores de processos insurgentes, como referência pedagógica.

No âmbito das atividades extensionistas, a valorização de ações que fomentem a interação com a diversidade de atores, se mostra como um caminho para valorização de múltiplos saberes. E, nesse sentido, valorizem uma visão e compreensão mais abrangente dos desafios vividos cotidianamente pelas pessoas, nas cidades brasileiras. Aqui, é possível registrar alguns exemplos práticos desenvolvidos nos projetos de extensão, com a participação de bolsista de iniciação à extensão, sob minha orientação. As atividades extensionistas realizada seguem os pressupostos de metodologias participativas, cuja integração dos diferentes atores sociais na elaboração das estratégias para superação dos desafios urbanos é imprescindível. Portanto, todas as atividades são desenvolvidas, mediante a interação com moradores e moradoras urbanos, agregando múltiplos conhecimentos, incluindo aqueles adquiridos na vivência

cotidiana, no engajamento político, e na academia.

Num contexto em que, tradicionalmente, a população tem poucos espaços para participar de forma efetiva das tomadas de decisões, propostas que incluam as demandas expressas por grupos esquecidos tem um papel diferenciador, sobretudo quando visam valorizar o conhecimento da comunidade. Atualmente, tem predominado no projeto, a realização de atividades no âmbito escolar, onde os bolsistas desenvolvem as atividades, com intensa participação de estudantes do Ensino Médio, docentes e coordenação da escola. A escuta coletiva, dos diferentes grupos sociais, na construção de propostas para melhoria da qualidade de vida urbana, direciona as atividades. Os resultados dessas atividades estão expressos em minutas de projetos de lei, *web sites* comunitários, mapeamento participativos. Nesse caso, a prioridade são ações extensionistas que atuem junto às escolas, sobretudo de bairros com infraestrutura urbana precarizada, onde as escolas sejam um observatório para as demandas coletivas, via oficinas, ciclo de debates, e integração de coletivos urbanos.

Trata-se da construção de espaços articuladores para os sujeitos participantes e que sejam eles os próprios construtores das possibilidades diversas de intervenções para a melhoria da qualidade de vida urbana, e não apenas receptores das propostas acadêmicas-universitárias ou objetos de pesquisa. É preciso criar possibilidades para incorporar o exercício da abordagem participativa e da linguagem acolhedora como etapa obrigatória do planejamento urbano. É comum observarmos nos discursos acadêmicos críticas referentes à ausência da participação popular nos processos decisórios governamentais, inclusive referente ao planejamento urbano. Cabe nos inquietarmos sobre a forma pela qual a universidade tem preparado os futuros profissionais, sobretudo das referidas Área de Conhecimento (Geografia, Arquitetura, Engenharia, Economia, Administração, por exemplo) para trabalhar em conjunto com a população, e incorporar os saberes comunitários na construção do planejamento. Isso requer uma outra concepção epistemológica de saber, outra visão de universidade e de sociedade. Requer uma educação política, pois o ser humano é um ser político, vive na polis. Como e quem a governa? Pouco pensamos nisso, não raro ficamos num reducionismo de ser a favor ou contra o governante da vez.

A construção desse processo participativo e diverso do planejamento urbano – digo, para além desse saber acadêmico-técnico-burocrático –, só ocorre no contato com a própria diversidade de saberes, mediante o uso de uma retórica do planejamento urbano fundamentada no conhecimento diverso, plural, coletivo e em contato com a alteridade de percepções urbanas fora da universidade. Os resultados encontrados refletem inquietações nascidas na interação com alunas e alunos, colegas, escolares e coletivos urbanos, no contexto do ensino, a extensão e a pesquisa. Sustenta-se, aqui, que o ato de pesquisar nasce tanto de provocações internas e subjetivas, quanto do diálogo com o outro, cultivado nas práticas pedagógicas e na busca por experiências de aproximação entre Universidade e comunidade externa.

Por fim, sugerimos, ciente das limitações do campo investigativo de onde olhamos três propostas de temáticas para pesquisas: 1) Repertórios metodológicos, centrados nos sujeitos (e sujeitas) e alinhados com as atuais demandas da gestão democrática; 2) Análises comparativas entre os resultados, no âmbito do espaço urbano, das gestões municipais que buscam a implantação de elaboração de Planos Diretores mais participativos e aquelas mais conservadoras; 3) Análise de processos e experiências insurgentes em coletivos urbanos organizados ou espontâneos, focados na identificação de desafios comuns e aspectos exitosos.

Para que a agenda de pesquisa se amplifique, torna-se fundamental a abertura de editais de pesquisas direcionadas à investigação de experiências participativas nas cidades brasileiras, que contemplem, em especial, as IES localizadas nas regiões e Unidades Federativas com maior vazio investigativo relacionado à temática da participação e democracia no planejamento urbano.

Referências

ALMEIDA, Alisson; VIEIRA, Vanessa da Silva. **Direito de ir, de vir e de ficar**: a população em situação de rua em Feira de Santana – um relato de experiência a partir das atividades extensionistas. In: Congresso Brasileiro de Geografia, 10, 2024. Anais [...] São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2024.

BALEM, Tiago. **Território do comum em práticas urbanas insurgentes**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

BHERING, Iracema Generoso de Abreu. **O urbanismo e a paisagem desejada.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

BORGES, Júnia Lúcio de Castro. **O potencial da informação geográfica voluntária como suporte à democracia no planejamento e gestão territorial**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BRAGA, Andréa Luiza Curralinho. **Desenho Institucional e bens democráticos:** um estudo sobre as intersecções dos conselhos relacionados à política urbana em Curitiba**.** Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

BUGS, Geisa. **Tecnologias da informação e comunicação, sistemas de informação geográfica e a participação pública no planejamento urbano**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista:** a fetichização dos planos diretores participativos. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, 2009.

CASTRO, André Hacl. **Planejamento urbano e inclusão social:** um estudo a partir dos instrumentos de gestão democrática em Niterói-RJ. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

COELHO, Will Robson. **A 'Governança Urbana Participativa':** A Experiência do Conselho Nacional das Cidades – Ministério das Cidades. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

COLENCI, Pedro Luciano. **Plano diretor municipal e participação popular contributiva avaliados por um modelo integrador**. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

CONCEIÇÃO, Larissa; VIEIRA, Vanessa da Silva. **Construção de mapas participativos e afetivos para compreender os desafios das comunidades urbanas experimentados e vivenciados pelos servidores terceirizados da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)**. Feira de Santana; 2023. 1-32. (Relatório Técnico de Iniciação à Extensão).

COSTA, Márcia Helena Batista Corrêa da. **Participação democrática e planejamento urbano:** o Conselho de Política Urbana e as Conferências de Política Urbana em Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CUNHA, Luis Felipe. **Práticas espaciais e planejamento insurgente:** os casos do Campeche em Florianópolis e Pointe-Saint-Charles em Montreal. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DANTAS, Érica; VIEIRA, Vanessa da Silva. **Vivências estudantis e a criação de *website* comunitário como forma de expressão das conquistas e desafios socioespaciais no bairro Baraúnas** – Feira de Santana (BA). In: Congresso Brasileiro de Geografia, 10, 2024. Anais [...] São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2024.

FERREIRA, Ana Mônica Medeiros. **Direito à Cidade e participação popular na política urbana da cidade do Natal-RN:** uma crítica sócio-jurídica ao direito urbanístico. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

HASS, Mônica. **Democracia e Governança:** o planejamento estratégico participativo de desenvolvimento urbano de Chapecó (SC) - 2001-2004. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ISOPPO, Rodrigo Schames. **Da ocupação à retomada:** cartografando processos de subjetivação em território urbano. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

KNEBEL, **Norberto Milton Paiva. Cidades inteligentes e participação:** crítica da economia política do espaço urbano contemporâneo**.** Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Doutorado em Direitos Humanos, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2021.

LOPES, Lara Citó. **Qualidade ambiental no centro de Teresina.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

LOURENCETTI, Luiz Antonio. **Políticas públicas de desenvolvimento urbano:** uma análise comportamental da gestão democrática da cidade. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2020.

MACHADO, Eduardo Gomes. **Planejamento urbano, democracia e participação popular:** o caso da revisão do plano diretor de Fortaleza (2003-2008). Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2011.

MANCINI, Laura Moreira. **A participação na governança de projetos urbanos metropolitanos no Rio de Janeiro:** a experiência do projeto Reconstrução Rio**.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**: Planejamento Urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do

pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000

MATIAS, Vandeir Robson da Silva. **O *Phármakon* da democracia eletrônica na gestão territorial urbana**. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

MELCHIORS, Lúcia Camargos. **Reivindicando territórios na cidade contemporânea:** experiências de ações coletivas contra-hegemônicas frente à mercantilização do urbano. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MILAGRES, Lígia Maria Xavier. **Processos de auto-organização sócio-espacial:** ambivalências e desafios em situações de disputa por poder de decisão. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

MIRAFTAB. Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais. (online), Recife, v.18, n.3, p.363-377, set.-dez. 2016.

NASCIMENTO, Daniela Viegas da Costa. **Economia da partilha na dinâmica urbana – Contradições para o Direito à Cidade.** Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

NUNES, Luiz Antonio de Paula. **A construção da esfera pública no planejamento urbano:** um percurso histórico: Santos, 1945-2000. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

NUNES, Sandra Marília Maia. **Planejamento Urbano no Recife:** Futuro do pretérito. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2015.

OLIVEIRA, Joélisson; VIEIRA, Vanessa da Silva. **Ciclo de oficinas nas escolas para fomentar o envolvimento dos(as) estudantes nos desafios comunitários**: uma proposta face o conhecimento geográfico na dimensão urbana e política. Feira de Santana, 2022. 1-7 (Relatório Técnico de Iniciação à Extensão).

OLIVEIRA, Joélisson; VIEIRA, Vanessa da Silva. **Potencialidades e Fragilidades dos equipamentos públicos do bairro Aviário**: análise crítica por meio da percepção dos estudantes do Colégio Estadual de Tempo Integral de Feira de Santana (CETIFS). Feira de Santana, 2023. 1-8 (Relatório Técnico de Iniciação à Extensão).

OLIVEIRA FILHO, João Telmo de. **A participação popular no planejamento urbano:** a experiência do plano diretor de Porto Alegre. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PEREIRA, Carlos Henrique Medeiros. **Planejamento urbano e participação social:** a experiência de Vitória da Conquista/BA. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

PONTES, Adriana de Oliveira. **Gestão democrática da cidade:** análise da efetividade dos instrumentos participativos do Estatuto da Cidade. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

REBOUÇAS, Thaís de Miranda**. O bairro e o plano:** estratégias e disputas em torno da produção do espaço urbano no bairro 2 de Julho, em Salvador, Bahia, Brasil. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2019.

REBOUÇAS, Fádia dos Reis. **O lugar da periferia como possibilidade de efetivação da participação social no planejamento urbano**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.

RIBEIRO, Edson Paulo. **Democracia participativa e política urbana no Brasil:** a experiência do orçamento participativo. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

RODRIGUES, Carolina Monteiro. **Governança urbana e participação popular na política habitacional em Recife:** avanços e desafios**.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SABOYA, Renato T. de. **Construção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos.** Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianopólis, 2007.

SANTOS, Ricardo Luiz de Souza. **Planejamento urbano e justiça espacial:** a participação da sociedade nos processos decisórios. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2020.

SILVA, Antônio Marcos da. **Planejamento urbano democrático:** os desafios da participação social nos processos de requalificação de centros históricos**.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SOUZA, Jairo Salvador de. **Planejamento Insurgente, justiça socioespacial, e o direito à cidade**: práticas

de resistência no territórios às políticas públicas de desfavelização em São José dos Campos, São Paulo, no século XXI. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos – SP, 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2006.

SOUZA, Marina de. **Planejamento urbano colaborativo:** desafios e oportunidades na implementação de ferramentas digitais participativas. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

TEIXEIRA, João Felipe Moreira. **A cidade como bem comum:** participação social e direito à cidade em perspectiva crítica**.** Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

TOLEDO, Rodrigo Alberto. **Trajetórias do Planejamento Urbano no município de Araraquara:** Centralismo decisório ou participação?. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2013.

VAN DEN BRULE, David Melo. **Justiça Socioespacial e a participação popular no planejamento e gestão urbanos no município de Juazeiro do Norte-CE**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2020.

VIEIRA, Patrícia Gomes. **Participação cidadã no planejamento urbano:** entre a teoria e a prática nos conselhos municipais de desenvolvimento urbano**.** Tese (Doutorado em Administração Pública) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

VILLAS BÔAS, Gabriela. **Inovações na gestão democrática da cidade:** a experiência dos conselhos municipais de habitação**.** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

Mobilidade urbana e coleta de resíduos sólidos: interdependência como questão do planejamento

Urban mobility and solid waste collection: interdependence as a planning issue

Jorgenes de Brito Chagas

Geógrafo (UEFS). Mestrando em Planejamento Territorial (PLANTERR/UEFS), jbtochagas@gmail.com

Nacelice Barbosa Freitas

Doutora em Geografia (Universidade Federal de Sergipe). Docente da UEFS/PLANTERR, nbfreitas@uefs.br

Resumo

A mobilidade urbana reflete e é reflexo do processo de urba-nização em todo o mundo. Apresenta variadas características, dimensões e modos que precisam ser considerados no pensar e gestar a cidade – não excetuando-se as cidades pequenas, a exemplo de Santo Amaro, Bahia – a partir de instrumentos urbanísticos de planejamentos que se esquadrinham normalmente no PDDU e no PlanMob. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é o estudo da coleta de resíduo sólido em duas vias principais do núcleo histórico de Santo Amaro, a partir da perspectiva da mobilidade urbana e do trânsito. Para tanto, utilizou-se da abordagem quali-quanti em duas etapas, a primeira, por meio da análise bibliográfica e documental de dados secundários, e a segunda com a aplicação de instrumento de coleta de dados primários. Os resultados indicam que a coleta acontece por um lado, a revelia de parâmetros legais em torno da PNMU, do código de Trânsito, dissociada de planejamento e política local, e por outro, como fator de retardo da fluidez dos que transitam e trafegam nas referidas vias. Conclui-se que a coleta de resíduos sólidos não encontra-se amparada no planejamento para que, efetivamente ao cumprir a sua função enquanto serviço público, considere os parâmetros da mobilidade urbana.

Palavras-chave: Coleta de lixo, mobilidade urbana, planejamento.

Abstract

Urban mobility reflects and is a reflection of the urbanization process throughout the world. It exhibits a variety of characteristics, dimensions, and modes that must be taken into account when conceiving and managing a city – including small cities such as Santo Amaro, Bahia – through urban planning instruments typically outlined in the PDDU and PlanMob. In this context, the objective of this article is to study solid waste collection on two main streets in the historic center of Santo Amaro, from the perspective of urban mobility and traffic. To this end, a qualitative-quantitative approach was used in two stages: the first through a bibliographic and documentary analysis of secondary data, and the second through the application of a primary data collection instrument. The results indicate that collection occurs, on the one hand, in violation of legal parameters regarding the PNMU and the Traffic Code, disconnected from local planning and policy, and on the other hand, as a factor hindering the flow of those transiting and traveling on these roads. It is concluded that solid waste collection is not supported by planning so that, in effectively fulfilling its function as a public service, it takes into account the parameters of urban mob.

Keywords: Waste collection, urban mobility, planning.

INTRODUÇÃO

A cidade é o modelo de organização espacial presente em todas as partes do mundo, na qual reflete um modo de vida urbano em suas peculiaridades. A sua complexidade é primaz quanto a realidade que a materializa, e mesmo as urbes de menores dimensões escalar, a exemplo de cidades pequenas, que aqui no Brasil, são reconhecidas como parte do município enquanto unidade federativa, não fogem à regra. Nelas, solucionar problemas cotidianos e equacionar conflitos no espaço urbano é muito mais factível que noutras cidades de médio ou grande porte, contudo, nenhum problema dada a contextualidade da sociedade atual, que é ao mesmo tempo local e global, pode ser enxergado de forma e simplória, por isso, os habitantes da cidade precisam lançar mão de um sumário em torno do planejamento para adequar as ações governamentais e políticas públicas quanto a gestão do espaço.

Além de complexas, as cidades são dinâmicas, e é através da mobilidade em particular a urbana, que é possível perceber, na malha urbana, a parte visível disso, ou seja, o seu movimento. Os diversos *fluxos* de pessoas e mercadorias entre os *fixos* (comércio e serviço) traduzem uma gama de interesses – sociais, políticos e econômicos – que dia a dia produzem e se reproduzem no espaço (Santos, 1978).

Concorre colaborativa ao conjunto geral das funcionalidades, a estética e o saneamento, por estarem vinculados aos aspectos de organização e limpeza do ambiente urbano. A cadeia dos fluxos, tem como resultado final a produção de resíduos sólidos nos fixos, ao qual irá prescindir de uma outra categoria de fluxo específica, que não é a de pessoas ou mercadorias, mais a de resíduos sólidos, ou seja, a coleta, que por sua vez relaciona-se na interação com os demais fluxos da mobilidade urbana. Assim, esse outro elemento também se intersecciona com os elementos básicos do conjunto de modo característico da mobilidade.

O cenário apresentado tem duas dimensões, a teórica, no bojo dos conceitos fundamentais aos quais se fomenta, a princípio em número de cinco: cidade pequena, mobilidade urbana, o trânsito, coleta de lixo e o planejamento, e a prática, a partir da práxis no espaço urbano dos sujeitos envolvidos, das ações praticadas e das interações no cotidiano do viver e do fazer do modo citadino em suas peculiaridades.

Buscou-se a abordagem de natureza quali-quantitativa para atingir o objetivo proposto que é o estudo da coleta de resíduos sólidos em duas vias principais do núcleo histórico de Santo Amaro, município situado no Recôncavo da Bahia, a partir da perspectiva da mobilidade urbana e do trânsito.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

O recorte espacial abrange a rua Conselheiro Saraiva e a avenida Viana Bandeira, localizadas no centro da cidade. Para o alcance do objetivo, além da pesquisa bibliografia e documental como subsídio para a construção teórica foi aplicado um questionário com o público nas referidas vias no mês de junho de 2025, para embasar a análise da realidade quanto a associação entre os parâmetros do transporte de coleta de resíduos sólidos e os da mobilidade urbana, para tanto foi, utilizada uma amostra de 58 questionário (Gil, 2008). A amostra se definiu a partir do estabelecimento da relação entre o comprimento máximo das vias e a extensão máxima para a aplicação de cada questionário, assim, com aproximadamente 2,86 km e valor de extensão máxima de aplicação de 50 metros por questionário obteve-se o quantitativo de 58 aplicações, onde 2860m/50m = 58q. Acredita-se que as respostas obtidas irão conservar a tendência das linhas dos gráficos ainda que seja ampliada a amostragem, cujo o respaldo é em função de como o problema se apresenta e de como este é compreendido pela população.

O instrumento de aplicação abordou questões pertinentes a mobilidade urbana e a coleta de resíduos sólidos no qual foram inquiridas questões como: O caminhão do lixo transita em baixa velocidade e para de porta em porta, esse fato retarda a mobilidade e trânsito? O horário de coleta de lixo poderia mudar? Os transportes de coleta de resíduos, carga e descarga de mercadorias precisam de organização (espaço, horário) buscando assim, melhorar a mobilidade e trânsito? Veículos de carga (médio e grande porte) que transitam nas ruas históricas de Santo Amaro, bloqueiam/ retardam o trânsito e a mobilidade nas vias? Ao final do questionário, o(a) participante foi convidado(a) a sugeri qual o melhor horário para a ocorrência da coleta de resíduos no contexto do descarte e da mobilidade urbana.

Quanto a terminologia, as palavras lixo e mobilidade, foram utilizadas como sinônimos respectivamente de resíduos sólidos e mobilidade urbana, para o melhor acesso e compreensão da população e adequação da nomenclatura a linguagem cotidiana, no entanto, durante a aplicação do instrumento, foram contextualizadas quanto a significação.

A *data visualization* compreendeu as seguintes dimensões imagéticas: o georefenciamento a partir da ferramenta cartográfica Google Earth Pro, com o qual foram geradas imagens das vias e do calçadão, o levantamento e registro de imagens da coleta e da mobilidade urbana através de fotográficas georeferenciadas por meio de aplicativo de localização, e a geração de

gráficos a partir da tabulação dos dados-respostas do questionário.

O CENTRO URBANO DE SANTO AMARO

As referidas vias, denominadas avenida Viana Bandeira e rua Conselheiro Paranhos, compõem em conjunto as artérias de fluxo da mobilidade urbana da cidade. Santo Amaro, possui extensão territorial de 494,502 km² e da malha urbana do distrito sede em torno de 15km², sua população de 56.012 pessoas das quais 43.126 possuem residência urbana (IBGE, 2023).

Historicamente a cidade foi uma das primeiras da Bahia, concomitantemente com Salvador, a possuir transporte público coletivo voltada para o atendimento da população através dos bondes, entre os anos de 1874 e 1962, que de iniciativa privada logo passou a ser gerido pela gestão municipal, esse fato, traz à tona o pioneirismo da cidade quanto aos primeiros pressupostos do que se hoje convencionalmente se chama mobilidade urbana.

As vias são duas das três da malha urbana dispostas paralelamente ao curso do Rio Subaé – este que além de elemento de favorecimento do povoamento desde de o período colonial, também condiciona a forma do desenho urbano dada a geometria do vale e consequentemente os sentidos dos fluxos – estão situadas ao longo da bacia de inundação. As características do relevo no entorno da macha urbana, dada a declividade devido a presença de um conjunto de morros ao longo do perímetro, condiciona a transversalidade e perpendicularidade das demais vias, que são de classe secundária.

O maior fluxo de automóveis, pedestres, ciclistas e de veículos de transporte de carga se dão basicamente nessas duas vias porque nelas estão concentradas variedade de serviços e comércios, e dentre outras ofertas para atender a população (figura 1). Logo, pela peculiaridade

é importante que a fluidez de mobilidade urbana e trânsito seja contínua e acessível quanto às suas condições, para que os moradores, frequentadores e veículos possam transitar e trafegar livremente em ambos os logradouros durante o horário comercial das 8h às 18hs, assim, o serviço de coleta de lixo aí realizado precisa coadunar-se a estes, para que haja a garantia das condições de mobilidade urbana quanto aos fluxos diários.

Figura 1 - Concentração do fluxo interno nas referidas vias da malha urbana.



Fonte: Google Earth Pro, elaborado pelos autores (2026).

Ademais, essas vias recebem os fluxos de veículos que vêm das rodovias Ba 084 e Ba 420. Na BA 084 transitam os veículos que vem de cidades como Feira de Santana, Berimbau, Amélia Rodrigues e adjacências, enquanto que na Ba 420, os fluxos divide-se em dois segmentos, o primeiro recebe os veículos que bifurcam da BR 324 – no sentido Salvador – Feira de Santana – em direção ao Recôncavo Sul e ao litoral, mas também, os de origem das cidades circunvizinhas como São Francisco do Conde, Candeias, São Sebastião, Madre de Deus, Terra Nova, enquanto que o segundo segmento, recebe os de sentido inverso com origem de cidades no Recôncavo e litoral, para Santo Amaro (figura 2).

Figura 2 - Desague dos fluxos das BAs 084 e 420 nas referidas vias da malha urbana**.**



Fonte: Google Earth Pro, elaborado pelos autores (2026).

A avenida Viana Bandeira – também chamada de rua do Amparo, possui tráfego em sentido duplo, delimitado pela presença do canteiro central que divide as faixas de rodagem, com largura média de 14 m, tem extensão de aproximadamente 1,41 km e estacionamento em ambos os lados, enquanto que a rua Conselheiro Saraiva – de codinome, rua Direita – apresenta largura media em torno de 7m, e tráfego em único sentido, em direção a montante do rio Subaé, e apresenta um segmento de quase 350 metros no qual o poder público instalou um calçadão, onde não há estacionamento ao longo das margens da via, nas quais são presentes bancas de vendedores ambulantes de hortifrútis e diversos (figura 3).

O controle do ritmo dos veículos ocorre devido a sequência de redutores de velocidade. Após o fim do calçadão, inicia-se a área de estacionamento que margeia a via. A extensão total da rua direita é de aproximadamente 1,45 km.

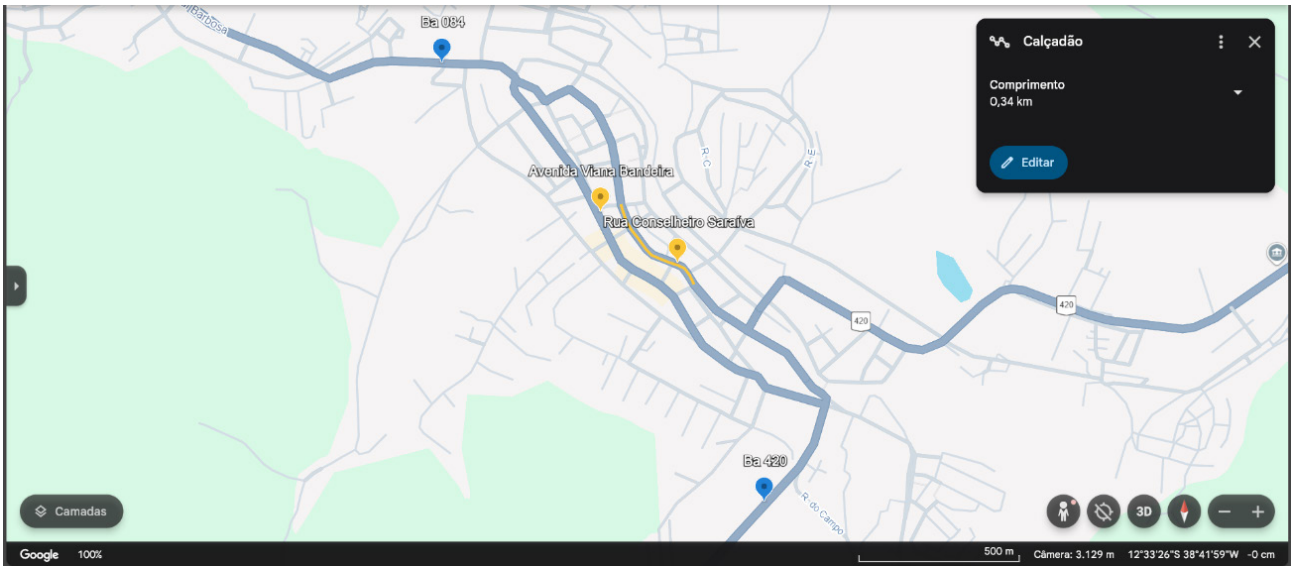
CIDADES PEQUENAS E A COLETA DO LIXO: SITUANDO SANTO AMARO

A cidade pequena deve ser pensada na perspectiva escalar, no comparativo hierárquico com demais núcleos quanto a sua função e área de influência considerando a rede urbana a qual está inserida, e para melhor compreendê-la é preciso ultrapassar a simplória categorização a partir do critério da população absoluta.

Em oposição a visão reducionista, alerta que as “cidades pequenas, atualmente, emergem como resultado da própria divisão territorial e social do trabalho, articuladas no processo de um desenvolvimento desigual e combinado” (da Silva 2009, p. 210). Dessa forma, compreendê-las perpassa pela análise dos processos historicamente construídos e do contexto local em suas particularidades.

> O importante disso tudo é compreender que as cidades pequenas são diversas e que os

Figura 3 - Secção do calçadão comercial na Rua Conselheiro Paranhos



Fonte: Google Earth Pro, elaborado pelos autores (2026).

> padrões espaciais que elas assumem ao longo do tempo são igualmente distintos. Nesse caso, compreendemos que a perspectiva histórica deve-se fazer presente nos estudos de Geografia Urbana para que não incorramos em equívocos conceituais e marginalizemos os processos que engendraram as transformações espaciais. (da Silva, 2009, p. 211).

Logo, a discussão conceitual a respeito do que seja uma cidade pequena na perspectiva da diversidade, torna complexa essa tarefa, contudo, dentre muitas definições possíveis será considerada para o estudo aquela que se aproxima da definição trazida por(Fernandes, 2018, p. 22), visto que, leva em consideração a relação entre elas e os resultado endógenos da sua construção histórica. Na visão do autor:

> uma boa opção de definição acerca da temática é a que considera pequenas cidades como aquelas que apresentam área de influência apenas na sua municipalidade ou em uma área imediata ao seu entorno municipal, ou seja, sobre outra(s) pequena(s) cidade(s) que depende(m) dela, como exemplo, sendo a sede da comarca ou portadora de órgãos públicos.

A dinâmica do espaço urbano, que embora com relativa malha urbana, é complexa, e é ditada por diversos processos, dentre os quais destaca-se a mobilidade urbana, que deve ser entendida como "um atributo associado a pessoas e aos bens, corresponde as diferentes respostas dadas por indivíduos e agentes econômicos às suas necessidades de deslocamento, consideradas as dimensões do espaço urbano e a complexidade das atividades nele desenvolvidas" (Vasconcelos, 2000, p.18).

Numa visão integradora entre os conceitos de mobilidade urbana e de cidade, tendo os sujeitos como centralidade, aquela deve ser entendida

> não apenas no que se refere à ocupação do solo e ao deslocamento, mas também, e sobretudo, ao próprio tipo de cidade que se poderia produzir, mais democrática e menos desigual. Neste sentido, passa a dialogar de forma mais estreita com o princípio de equidade, incentivando e orientando a participação de diversos atores sociais nos debates sobre planos e projetos, revelando assim seu caráter multidisciplinar. Isso, de certa forma, faz com que transcorrer hoje sobre mobilidade urbana seja transcorrer também sobre o significado da palavra cidadania, pois o tema evoca a responsabilidade que cada parcela da sociedade tem numa participação no mais alto grau da política que é o compromisso com o coletivo, contribuindo na busca de um melhor padrão de bem-estar social para todos (Silva, 2016, p. 299).

Incorpora-se aí, a preocupação com os atores e usuários na perspectiva construtiva do espaço urbano, da equidade, e da melhoria da qualidade de vida, a partir de políticas públicas e gestão, na busca da superação de problemas, da redução dos conflitos e do fortalecimento do viés democrático como bem orienta alguns documentos direcionados como: o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (Brasil, 2020) e a Mobilidade Urbana e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Costa, 2018).

Ao contexto, são vinculadas legislações específicas que norteiam o tema da mobilidade urbana quanto a objetivos e diretrizes, a fim do atendimento das especificidades urbanas e da comunidade pertença.

Das quais se destacam a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) (Brasil, 2012) e seu Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob) e o Código de Trânsito Brasileiro (Brasil, 1997).

A PNMU, considera no inciso 2º do artigo 4º que a mobilidade urbana "é a condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano" (Brasil, 2012). E para tanto, os municípios devem elaborar de forma "integrada e compatível" (Brasil, 1997) com o respectivo plano diretor. O Plano de Mobilidade Urbana enquanto instrumento urbanístico de efetivação da PNMU, a fim da ordenar e orquestrar a previsibilidade das ações no conjunto do modos, fatores e condicionantes da circulação na cidade. Nessa esfera, são obrigados a executar o PlanMob, segundo a lei de número 14.000 de 19 de maio de 2020, todos os municípios acima de 20.000 habitantes.

De publicação anterior, mas que deve ser observada concomitantemente a PNMU, está a legislação de trânsito do país, que além de normatizar a prática, transfere ao município poderes no seu âmbito, objetivando dirimir conflitos de circulação afim de planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos. Segundo o Código de Transito Brasileiro (CTB) cabe ao município cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, devendo este ser compreendido como "*a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga*" (Brasil, 1997, § 1º Art. 1º).

Dentre as ações que precisam estar de acordo com a legislação de trânsito quanto a circulação, estão os veículos responsáveis pelo transporte e coleta de resíduos sólidos, sejam eles domésticos, comerciais, hospitalares ou industriais. O tema é tratado pela lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), atentando-se para a maior complexibilidade desse exercício quanto se trata do espaço urbano no contexto da sua mobilidade.

Geralmente, nos municípios a coleta do resíduos sólidos ocorre de forma unificada, ou seja, recolhe ao mesmo tempo de diferentes fontes, doméstico e comercial, por exemplo. Devendo ser entendida como "processo de recolhimento de materiais descartados que não são mais utilizados e que, se não tratados adequadamente, podem causar impactos negativos ao meio ambiente e à saúde pública" (Oliveira, 2024). Seu recolhimento, no espaço urbano, normalmente utiliza de meios motorizados como "caçamba convencional do tipo prefeitura, caçamba do tipo basculante e caminhão com e sem compactação" (Brasil, 2006, p.236).

Segundo Cunha (2002, p. 145), ela engloba desde a "partida do veículo de sua garagem, compreendendo todo o percurso gasto na viagem para remoção dos resíduos dos locais onde foram condicionados aos locais de descarga, até o retorno ao ponto de partida". Logo, ao longo de toda a operacionalização, é a circulação por meio de transporte nas vias que efetivamente a coleta é executada.

A ação da coleta precisa ser estrategicamente planejada considerando sua aplicabilidade não de forma isolada, mas na totalidade da dimensão do espaço urbano, quanto ao atributo, sistema e dinâmica que o define no conjunto e dos agentes e das relações que a ele são inerentes. Assim, o *dimensionamento da coleta precisa está "ligado ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos onde descreve as ações relativas ao manejo, sendo contemplado a geração, segregação, acondicionamento, coleta, transporte e destinação final*" (Brasil, 2006, p. 238).

Nesse sentido, a estruturação da coleta precisa ser de fato organizada quanto as rotas, horários, pontualidade e qualidade, por um lado, e por outro, contribuir quanto a mobilidade urbana e a fluidez do trânsito. Contemplar esses dois aspectos reverbera de forma estimulante junto a comunidade no sentido de colaborar de forma comportamental quanto a observação das normas do descarte dos resíduos tanto quanto da mobilidade urbana.

Incidir sobre a realidade dual, da coleta em concomitância com a da mobilidade, buscando equacionar o denominador comum que propicie a operacionalização de ambas as vertentes somente é possível por meio do ato de planejar, que leve a construção de instrumentos urbanísticos normativos, definidores e delineadores que permita a efetividade em torno dos objetivos e das diretrizes no cenário. Sua concretude somente é possível através da presença do Estado aqui representando pelos poderes constitutivos em escala municipal (Cocco, 2013, p. 47).

É o planejamento o princípio, meio e o fim que fundamenta e sustenta ação pública e a prática social no espaço urbano, e também o seu ordenamento. Dessa forma, refletir sobre a realidade da urbe perpassa pelo caminho de construção teórico-prática sobre suas problemática e é neste prisma que o planejamento pode define-se enquanto processo de construção que abrange variadas dimensões. Segundo Zanon (2019, p. 14), "embora a urbanização no Brasil não seja recente, a institucionalização do planejamento como política territorial ainda está em curso, perfazendo uma construção influenciada por conjunturas políticas, entraves econômicos e questões culturais". Processo que se debruça sobre o problema vivido objetivando por um lado a melhoria das condições de vida e do outro, das condições de ocupação e uso do espaço em questão. Assim,

> o Planejamento Urbano se ergue enquanto uma ação que visa prever os problemas que irão se desenvolver no perímetro da cidade e tentar preparar a mesma para que ocorra a diminuição

> dos danos decorrente do sua dinâmica, buscando melhoria na qualidade paisagística e na vida dos habitantes. (Silva, 2017, p. 8)

Além disto, sobre a ação recai o viés da complexibilidade enquanto elemento para a sua construção, trazendo para si, a própria natureza do espaço que também é complexa, ratificando.

> Contudo, planejar, orçar e gerir a ação pública a partir de uma perspectiva territorial não é uma tarefa simples, requer, dentre outras coisas, um "diagnóstico" compartilhado por parte dos atores governamentais acerca dos principais problemas [...] (MPOG-BRASIL, 2008 apud Arruda, 2013).

Evidente complexidade, também está presente no bojo da legislação que traz a obrigatoriedade da construção de certos planos, sobre os quais se devem equacionar as perspectivas de cada um deles, buscando na sua intersecção a integração de objetivos e de diretrizes. Desse modo, para contemplar de forma harmônica, e ao mesmo tempo, as perspectivas quanto a mobilidade urbana e a coleta de resíduos, a cidade precisa desenvolver em cumprimento legal três planos: o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), o Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob) e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).

A construção de tais planos deve considerar também os aspectos ligados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) uma vez que a coleta de resíduos sólidos se insere diretamente no tema, enquanto que indiretamente a ele, tem-se a mobilidade urbana presente transversalmente nos ODS a ponto da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) fomentar documento base orientador aos municípios, intitulado Mobilidade Urbana e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no qual afirma que

> O presente documento se baseou no relatório das Nações Unidas, disponível no link (https://sustainabledevelopment.un.org), com a finalidade de ampliar as discussões da mobilidade como temática transversal, junto aos ODS, e tornar o tema mais acessível aos gestores e técnicos municipais. (Costa, 2018, p. 3)

Destarte, o planejamento como instrumento técnico e estratégico deve se basear nas dimensões econômica, política e social considerando também, os aspecto do acordo de desenvolvimento sustentável ao qual o Brasil é signatário.

A COLETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM SANTO AMARO

Na abordagem da problemática em questão, através da análise dos instrumentos urbanísticos, foi possível referendar apenas a existência do Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) municipal que é do ano de 2014, o o qual já apresenta, segundo a orientação do Estatuto da Cidade defasagem, pois aconselha para a atualização em no máximo 10 anos da data de publicação, situação que ainda não se efetivou.

O PDDU, lei nº 1990/2014, indica no artigo nº 116 que "o Espaço do Cidadão tem por objetivo democratizar as informações do Município e ampliar as possibilidades de participação popular na gestão da Cidade", enquanto que o artigo nº 117, consta "que devem ser disponibilizadas informações, dentre elas sobre o transporte urbano", já o artigo 68, parágrafo primeiro, inciso 4º, alínea b, traz as "diretrizes para o saneamento básico, compreendendo os sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem de águas pluviais e a coleta regular de resíduos sólidos" (Santo Amaro, 2014, p. 58, 75 e 76).

Assim, percebe-se no documento menção as terminologias que são apropriadas ao objeto em estudo, sendo elas o transporte urbano e a coleta regular de resíduos sólidos, no entanto, inexistem leis complementares que tenham homologado os planos específicos para as áreas respectivamente, ou seja, para o PlanMob e o PMGRS. Compreende-se que ambos os aspectos, a coleta de resíduos e a mobilidade urbana, são geridos única e exclusivamente em caráter governamental, alheio aos paramentos estatal em escala superior dado o não cumprimento da legislação, quanto a elaboração dos planos, por parte do entende público.

Esse contexto, enfatiza a premissa de críticas quanto ao urbanismo e a prática do planejamento do Brasil, que é evidenciado no recorte em questão, a primeira de pensamento de Francisco de Oliveira ao afirmar que "as idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias", e a segunda, de Ermínia Maricato ao tratar da "obra sem plano e plano sem obra".

A inexistência de PlanMob impede-se de fazer prevenção quanto ao bloqueio temporário da via pelo veículo de coleta, e assim, se fazer cumprir e pôr em prática por exemplo, orientações do inciso 9º do artigo 24º, que estabelece "as áreas e horários de acesso e circulação restrita ou controlada" (PNMU, 2012), ou os inciso, V e VII, do PMGRS (PNRS, 2010) que instrui respectivamente sobre os "procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada", e as "regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos".

Ainda na esfera dos resíduos sólidos é preciso considerar as orientações da portaria do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) n.º 4.101, 16 de dezembro de 2022, norma de número 38, que estabelece o limite de velocidade dos veículos em 10km/h como

procedimento de segurança ao trabalhadores da coleta, por exemplo. Encontra-se aqui um denominador comum, de hierarquia superior ao município, quanto a normatização entre a mobilidade urbana e o serviço da coleta. No zelo as condições de trabalho dos operadores da atividade, essa portaria traz orientações que precisam ser consideradas, dentre elas:

> **38.6.2.2** A plataforma operacional somente poderá ser utilizada pelos coletores nas áreas de trabalho (setores) de coleta desde que sejam observados os seguintes procedimentos de segurança:
> a) **subida e descida da plataforma apenas com o veículo parado**;
> b) **limitação da velocidade do caminhão a 10 km/h** no deslocamento nas áreas de trabalho (setores);
> c) **o motorista deve esperar o coletor acionar o sinal sonoro**, de acordo com a alínea "g" do item 38.5.3 desta NR, **antes de mover o veículo**; e
> d) é vedada a permanência dos coletores na plataforma quando o veículo operar em marcha à ré. (Brasil, 2022, p. 5, grifo nosso)

Na prática as orientações são descumpridas na operacionalização da coleta, a inexistência dos planos leva a crer que inexiste também, por parte da gestão local, a inobservância da referida portaria.

Sobre a matéria, o Código de Trânsito Brasileiro redige proibição específica exceto por meio de autorização – o que se enseja então através de ato público e do estabelecimento legal do planos – quando seu artigo 235º "*proíbe conduzir pessoas, animais ou carga nas partes externas do veículo, salvo nos casos devidamente autorizados*" (Brasil, 1997, p. 76). Isso inclui a prática dos operadores que ficam suspensos sobre as plataforma e assim configura infração grave.

A realidade da coleta de resíduos nas vias evidenciam situações problemas comprovadas em duas instâncias empíricas, a primeira a partir da captura de imagens e a segunda por meio da aplicação de instrumento de coleta.

Na primeira, pode-se identificar aspectos complicadores quanto a retenção da circulação e da mobilidade urbana gerando o bloqueio da via, decorrente por um lado, ao modo de condução do motorista, e de outro, da arquitetura da via que corrobora a isto (figuras 4, 5 e 6). Também foi possível notar por meio da observação a variabilidade de horário da coleta demonstrando falta de pontualidade, pois é executado em diferentes horário num mesmo turno, e a exposição dos operadores quando dependurados na carroceria descumprindo as diretrizes do ministério do trabalho, velocidade dos veículos, manobras proibidas de contra mão, enviezamento nas paradas, marcha ré em percurso de ruas transversais. Situações pontuais que descumprem normas de trânsito (figuras de 7, 8. 9 10, 11 e 12).

Figuras 4, 5 e 6 - Demonstram a retenção da mobilidade urbana nas vias.



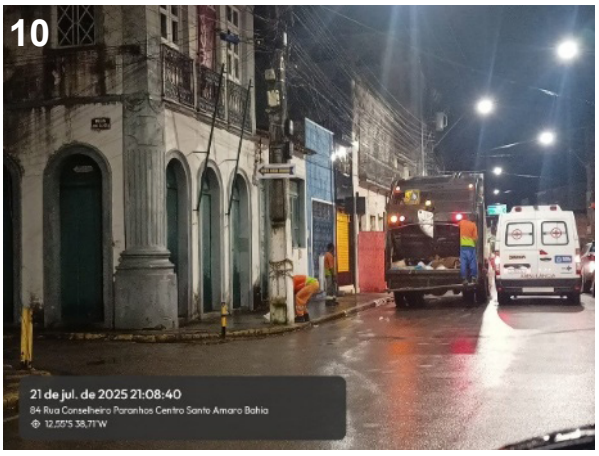
Fonte: Acervo fotográfico dos autores, 2025.

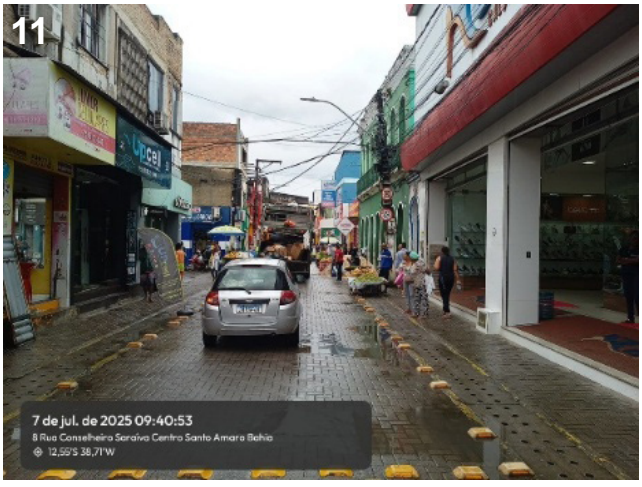
Figuras 7, 8, 9, 10, 11 e 12 - Coleta de resíduos sólidos em distintos horários nas vias.













Fonte: Acervo fotográfico dos autores, 2025.

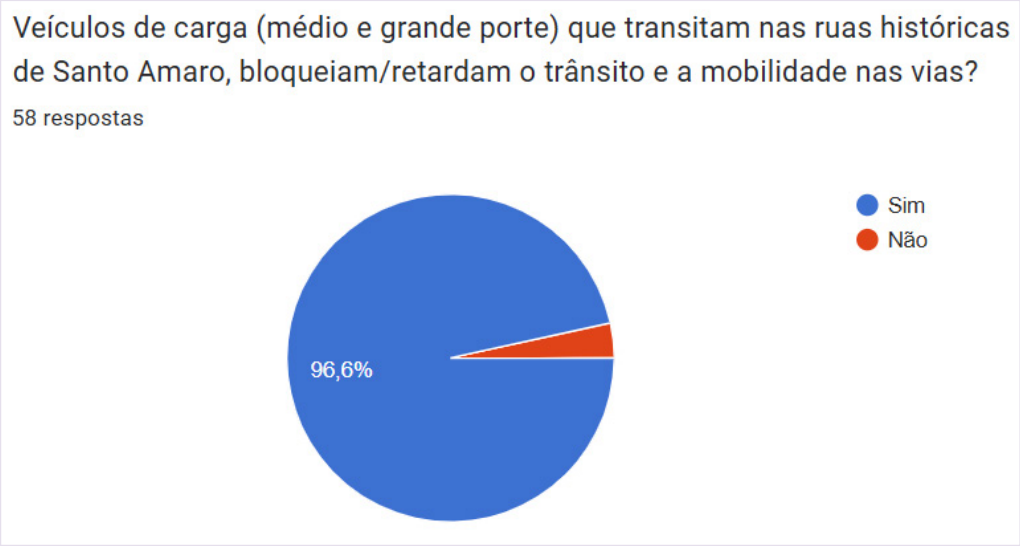
Na segunda, a partir da oitiva da comunidade, endossou o quadro de situações problemas, cujo o qual já é de conhecimento da população e evidentemente dos poderes públicos. Ratificado a partir das resposta derivadas da aplicação de pesquisa por meio de questionário, do qual foi possível identificar tanto a crença e quanto o percentual correspondente sobre as questões problemas.

A tabulação por meio da análise dos dados indicam que 96,6 % acreditam que veículos de carga (médio e grande porte) que transitam nas ruas históricas de Santo Amaro, bloqueiam/retardam o trânsito e a mobilidade nas vias (gráfico 1).

O gráfico 2 indica a iminência de organização da coleta, observando-se que 100% dos entrevistados

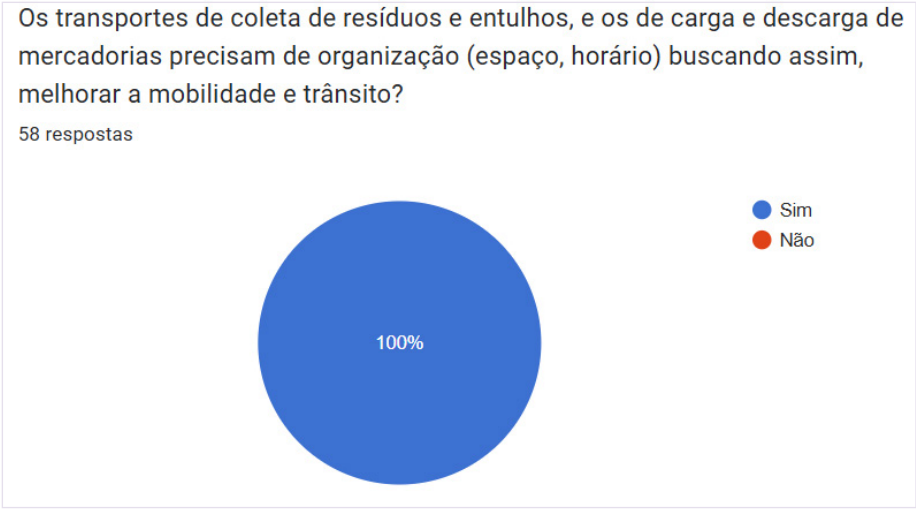
afirmaram que os transportes de coleta de resíduos e entulhos, e os de carga e descarga de mercadorias precisam de organização (espaço, horário) buscando assim, melhorar a mobilidade urbana e trânsito, ou seja, elaborar o planejamento quanto as dimensões espaço-tempo na execução do serviço. Especificamente, todas as respostas indicam que a coleta de resíduos é fator de retardo da mobilidade urbana (gráfico 3).

Gráfico 1 - Relação porte dos veículos e bloqueio da mobilidade urbana.



Fonte: Google Formulário/Mobilidade Urbana e Coleta de Resíduo Sólido. Elaborado pelos autores, 2025.

Gráfico 2 - Iminência de organização da coleta.



Fonte: Google Formulário/Mobilidade Urbana e Coleta de Resíduo Sólido. Elaborado pelos autores, 2025.

Gráfico 3 - O serviço de coleta retarde a mobilidade urbana.



Fonte: Google Formulário/Mobilidade Urbana e Coleta de Resíduo Sólido. Elaborado pelos autores, 2025.

Segundo as iformaçõe4s obtidas sobre o que o horário de coleta de lixo, 89, 7% dos entrevistados respondeu que, precisa de alteração para otimizar a mobilidade urbana e o trânsito (gráfico 4).

Quanto ao questionamento anterior, referente a alteração do horário, as indicações ficaram distribuídas da seguinte forma (gráfico 5): 10,3% dos inquiridos(as) indicaram o intervalo temporal que justamente coincide com o que acontece de fato na prática, enquanto, 84,1%, indicam alteração para horário fora do período comercial entre 8h e 18h, desse montante, 60,3% optaram pela coleta após às 18h. Os percentuais obtidos, contrariam assim a prática cotidiana do serviço nas vias, que acontecem no turno da manhã entre 8h e 12h.

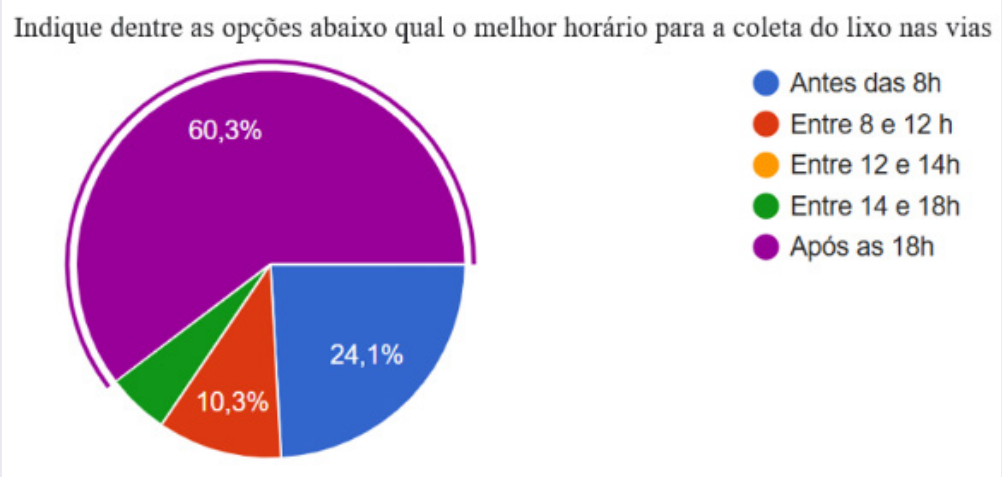
A análise dos resultados corroboram para a sustentação de que os serviços públicos, assim como, as demais atividades no espaço urbano precisam ser planejadas a fim de qualificar a mobilidade urbana quanto a sua capacidade de fluidez e de realização da sua função permissionária a circulação, porque com já tinha constatado Philippi Júnior (1979, p. 7) no final da década de 1970, e que é recorrente na contemporaneidade, "é o grau de improvisação e a falta de uniformidade nas técnicas empregadas no desenvolvimento dos serviços de limpeza pública", dentre eles, o de coleta. Ainda, que hoje haja a constatação dos avanços significativos das pautas, sejam a nível de legislação ou políticas públicas, ou instrumentalização urbanística, os fenômenos da improvisação, da ausência de planos – ou da inobservância do plano existente – são comuns nas práticas de execução de serviços e de obras no Brasil a fora.

Gráfico 4 - Iminente alteração do horário da coleta.



Fonte: Google Formulário/Mobilidade Urbana e Coleta de Resíduo Sólido. Elaborado pelos autores, 2025.

Gráfico 5 - Adequação do horário da coleta.



Fonte: Google Formulário/Mobilidade Urbana e Coleta de Resíduo Sólido. Elaborado pelos autores, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso a qualificação da mobilidade urbana e da forma como se dá a coleta dos resíduos sólidos no espaço urbano, assim como também uma série de outros serviços e demandas que ocorrem nesse espaço. Pois a qualificação dos vieses sobre esse espaço, fruto do planejamento – e do arcabouço que o possibilita, seja teórico-conceitual, técnico-instrumental e legal - permite a efetividades de ações e funções, a mitigação de conflitos e problemática e consolidações das amenidades do modo de vida urbano.

As problemáticas identificadas na concomitância entre a mobilidade urbana e coleta dos resíduos sólidos são espectros de problemáticas estruturais de como a cidade é pensada e construída, tanto por parte dos agentes públicos, tanto quanto dos demais agentes e sujeitos e da população como um todo. A mobilidade urbana, assim como a gestão dos resíduos sólidos não são tratado a contento, pois neste caso, não há planos específicos para tais, e o PDDU, como sustentáculo da urbe necessita de mais atenção e 'onipresença' para ampará-los e norteá-los.

Estudos a respeito dos temas trazem importante aprofundamentos e direcionam para estratégias e inovações diante das realidades conflituosas e problemáticas, demonstrando avanços nas pautas, contudo, vê-se ainda práticas contraditórias e atrasadas como a coleta do resíduo de porta-a-porta, ou o trânsito e tráfego de pessoas e veículos sem o alicerce da legislação própria. Situações que escanaram o engessamento de entidades representativas de cunho democrático no fomento da gestão participativa e democrática a exemplo dos conselhos municipais de trânsito e meio ambiente.

Consta-se que a comunidade é submetida a situações problemas que precisam de tratamento adequado, pois existem os caminhos já postos, para não correr o risco do agravamento e da afetação da qualidade de vida que se deteriora no espaço urbano, dada as pressões cotidianas e os embates próprios da contradição da sociedade instalada.

O planejamento, em seus planos, é o caminho para contornar distorções na prestação do serviço de coleta de resíduos sem impactar a mobilidade urbana. Através dele é possível restringir áreas e horário de circulação de veículos de cargas por um lado, e por outro, estabelecer a disposição e coleta dos resíduos em horário específicos que não inviabilizem a circulação, a exemplo dos períodos pré e pós horário comercial.

A partir dos dados e da observação da realidade do objeto em questão, conclui-se que a coleta não encontra-se amparada no planejamento local para que efetivamente ao cumprir a sua função enquanto serviço público considere os parâmetros da mobilidade urbana e do trânsito.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, A. G. F. "Planejamento territorial" e "ordenamento territorial": uma busca da compreensão usual e epistemológica na gestão do território. *Akrópolis Umuarama*, v. 21, n. 2, p. 125-132, jul/dez, 2013.

BRASIL. Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 07 abr. 2026

_____. Fundação Nacional de Saúde. Manual de saneamento. 3. ed. rev. – Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006. 408 p.

_____. Código Nacional de Trânsito (1997). Código de Trânsito Brasileiro. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009. 196 p.

_____. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. – 3. ed., reimpr. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. 80 p.

_____. Lei no 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm. Acesso em: 08 abr. 2026

_____. Lei nº 14.000, de 19 de maio de 2020. Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14000.htm. Acesso em: 09 abr. 2026

_____. Carta Brasileira de Cidades Inteligentes. Brasília: MDR, 2021.

_____. Portaria nº 4.101, de 16 de dezembro de 2022. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-eemprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaoscolegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normasregulamentadoras-vigentes/nr-38-atualizada-2022-vigente.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

_____, I.B.G.E. Censo demográfico 2022. Dados nacionais. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil, 2023.

COCCO, R. G; SILVEIRA, M. R. Transporte Público, mobilidadeeplanejamentourbano:contradiçõesessenciais, Estudos Avançados, 27(79), 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/SvVY3qDMDFxwkZWXr7cMJ3m/. Acesso em: 20 jun. 2025.

COSTA, L. C. Mobilidade Urbana e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Área Técnica de Trânsito e Mobilidade Urbana/CNM. Editora. CNM. Brasília. 2018.

CUNHA, Valeriana; CAIXETA FILHO, José Vicente. Gerenciamento da coleta de resíduos sólidos urbanos: estruturação e aplicação de modelo não-linear de programação por metas. *Gestão & Produção*, v. 9, n. 2, p. 143-161, 2002.

DA SILVA, Paulo Fernando Jurado; SPOSITO, Eliseu Savério. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. *Geografia*, v. 34, n. 2, p. 203-217, 2009.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. *Revista Eletrônica Geoaraguaia*, v. 8, n. 1, p. 13-31, 2018.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. Atlas, 6. ed. São Paulo. 2008.

Oliveira. Junior. Coleta de Resíduos Sólidos: Importância e Métodos. Paulínia-SP. 29 de dezembro de 2024. Disponível em: https://www.tombstonereciclagem. com. br/blog/categorias/artigos/coleta-de-residuos-solidos-importancia-e-metodos. Acesso em: 11 abr. 2026

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. Sistema de resíduos sólidos: coleta e transporte no meio urbano. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. 1979.

SILVA, André da. Mobilidade urbana e equidade social: possibilidades a partir das recentes políticas de transporte público na Metrópole do Rio de Janeiro. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território* (GOT), n.º 10 (dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 293-317, 2016.

SILVA, Angélica Maria da (Orgs.). Planejamento urbano – Mossoró-RN: EDUERN, 2017. 252p.

SANTO AMARO. [PDDU] Lei nº1990 de 30 de dezembro de 2014. Disponível em: https://www.cauba.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/LEI-1990-PLANO-DIRETOR-URBANO-2014.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

VASCONCELLOS, E. A. Transporte Urbano nos países em desenvolvimento: *Reflexões e Propostas.* 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2000.

ZANON, Elisa Roberta. Planejamento Territorial: Reflexões sobre uma cultura em construção no Brasil. ENANPUR, Natal, 2019.

DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

ABORDAGENS SOCIOLÓGICAS E A QUESTÃO TERRITORIAL

SOCIOLOGICAL APPROACHES AND A TERRITORIAL ISSUE

Carolina Galvanese
Doutora em Planejamento e Gestão do Território (UFABC). Docente da Universidade Federal do ABC. Pesquisadora do Cebrap-Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, carolina.galvanese@ufabc.edu.br

Arilson Favareto
Doutor em Ciência Ambiental (USP). Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC/PPGPGT). Pesquisador do Cebrap-Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, arilson.favareto@ufabc.edu.br

Resumo

O texto analisa a incorporação do território ao pensamento sociológico e discute se o chamado "giro territorial" representa apenas a ampliação de um objeto de estudo ou sinaliza uma transformação epistemológica mais profunda. A trajetória reconstruída parte dos clássicos da sociologia, que abordaram o espaço de forma indireta, passa pela consolidação das sociologias urbana e rural e alcança, a partir dos anos 1970, abordagens que tratam o espaço como produto social e dimensão ativa das relações de poder. Lefebvre, Harvey e Bagnasco são referências centrais desse deslocamento, posteriormente ampliado por estudos sobre desenvolvimento territorial, conflitos socioambientais, ruralidades, efeitos de lugar, estigmatização territorial e implementação de políticas públicas. O argumento central é que o território deixou de ser concebido como simples cenário das dinâmicas sociais para ser entendido como estrutura constitutiva das práticas, desigualdades, identidades e disputas. No período contemporâneo, essa perspectiva articula escalas locais e extralocais, relações entre rural e urbano, natureza, economia, cultura e poder. O texto conclui propondo a hipótese de uma transição de paradigmas: embora existam inovações conceituais importantes, a construção de uma verdadeira teoria territorial dependeria de maior integração interdisciplinar e da reconfiguração das fronteiras tradicionais entre as ciências sociais no interior das ciências humanas contemporâneas.

Palavras-chave: Pensamento sociológico; giro territorial; epistemologia das ciências sociais; conflitos socioambientais.

Abstract

The text examines the incorporation of territory into sociological thought and asks whether the so-called "territorial turn" represents merely the expansion of a research object or signals a deeper epistemological transformation. The reconstruction begins with classical sociology, where space appeared mostly indirectly, moves through the consolidation of urban and rural sociology, and reaches approaches emerging from the 1970s onward that treat space as a social product and an active dimension of power relations. Lefebvre, Harvey, and Bagnasco are central references in this shift, later expanded by studies on territorial development, socio-environmental conflicts, ruralities, place effects, territorial stigmatization, and public policy implementation. The main argument is that territory has ceased to be understood simply as the setting in which social processes unfold and has increasingly been conceived as a constitutive structure of practices, inequalities, identities, and disputes. Contemporary perspectives connect local and extra-local scales, rural and urban relations, nature, economy, culture, and power. The text concludes by proposing the hypothesis of a paradigm transition: although important conceptual innovations have emerged, the construction of a genuinely territorial theory would require stronger interdisciplinary integration and a reconfiguration of the traditional disciplinary boundaries that historically separated the study of culture, economy, power, and nature.

Keywords: Sociological thought; territorial turn; epistemology of social sciences; socio-environmental conflicts.

Introdução

No Brasil, até o fim do século XX, não existia uma tradição forte de estudos ou de políticas territoriais. É somente na virada para o século XXI que proliferam programas de pós-graduação que trazem a questão territorial em suas denominações oficiais (gestão territorial, planejamento territorial, desenvolvimento territorial. É também nesse mesmo período que começam a ser desenhadas políticas públicas explicitamente organizadas em torno de questões territoriais (Programas estaduais ou federais como Territórios da Cidadenia, Territórios de Identidade, ou estratégias de territorialização de políticas governamentais. Esse fenômeno não se restringe ao Brasil (Berdegué, Christian, Favareto, 2019). Uma das principais inovações promovidas nas ciências humanas e sociais. em organismos de cooperação internacional, e na formulação de políticas publicas, nesse período, é a disseminação do adjetivo territorial em pesquisas e análises aplicadas a diferentes fenômenos (Galvanese, 2021). A categoria território já era utilizada há bem mais tempo em disciplinas como a antropologia e, principalmente, na geografia (Haesbaert, 2005). Mas seus usos foram ampliados significativamente para o conjunto das ciências humanas e sociais. E houve uma importação da abordagem territorial para o campo das políticas públicas, com a proliferação de programas e políticas que trazem o adjetivo territorial (Favareto & Lotta, 2022). Paralelamente ocorreram correspondentes atualizações nos dispositivos institucionais da prática científica: foram criados inúmeros eventos científicos, revistas especializadas e programas de pós-graduação que, cada um à sua maneira, também buscaram expressar esse posicionamento da questão territorial como objeto privilegiado de esforços científicos. Tudo isso representa uma virada importante – um giro territorial (Soja, 1989; Favareto, 2024) – que atingiu três dimensões fundamentais do campo científico (Giorgi & Favareto, 2024): a dimensão epistemológica, com novos enfoques e investimentos em pesquisa aplicada e aperfeiçoamento de quadros de análise; a dimensão institucional, com a criação de espaços de reprodução de uma comunidade dedicada aos temas territoriais; e a dimensão societal, com processos de influência recíproca entre a comunidade dos cientistas sociais dedicada aos estudos territoriais, e outras esferas da vida social que usam esses conhecimentos para suas práticas ou que, inversamente, pressionam o campo científico a buscar respostas para seus problemas.

Esse giro territorial tomou forma diferente em cada uma das disciplinas das ciências humanas e sociais. Porque em cada uma delas havia uma trajetória anterior, na qual temas correlatos aos fenômenos de natureza espacial já eram tratados – a questão agrária, a questão urbana, a questão regional, a questão ambiental. Isso deixas heranças que informam as novas práticas científicas. E porque seu amálgama em uma questão territorial confronta os grandes fundamentos teóricos e paradigmas que sustentavam, nessas disciplinas, a análise de diferentes fenômenos (Klink et al., 2015). Disso deriva uma pergunta importante, mas em grande medida negligenciada até aqui. A questão territorial representaria, então, apenas um novo objeto, a ser elucidado a partir dos quadros analíticos já estabelecidos; ou, diferente disso, os novos desafios teóricos obrigam a moldagem de uma nova epistemologia, erigida a partir das especificidades desse fenômeno novo – ou, se não exatamente novo, posto de maneira renovada à análise? Essa é a pergunta que motivou a elaboração das reflexões contidas nas próximas páginas, tendo por base a evolução e o estado atual do tema no âmbito de uma disciplina específica: a sociologia.

Território é uma categoria correlata a outras de natureza espacial, como região, paisagem, espaço e lugar. Na trajetória do pensamento sociológico, especificamente, as relações entre sociedade e essa natureza espacial de certos fenômenos estiveram presentes desde os primórdios, ainda que nem sempre de maneira explícita. Embora os fundadores da disciplina não tenham formulado uma teoria sistemática sobre o território, suas reflexões lançaram as bases para uma posterior compreensão sociológica do espaço como dimensão fundamental da vida coletiva. A problemática territorial – entendida aqui como a maneira pela qual as dinâmicas sociais, a um só tempo, se materializam, mas são também condicionadas pelo espaço – perpassou diferentes momentos da teoria sociológica, assumindo contornos distintos conforme os contextos históricos e as diferentes configurações do capitalismo ao longo do tempo. As próximas páginas buscam reconstituir a evolução desse debate, desde suas raízes nos clássicos da sociologia até os seus contornos contemporâneos, quando o território se impõe à análise não apenas como palco de manifestação de processos sociais ou como lugar de concretização de determinantes econômicos ou políticos como é mais comum na literatura atinente ao tema, mas como estrutura internalizada nas práticas sociais, nas estratégias de dominação, e nas formas de sociabilidade dos agentes.

Para isso, o percurso aqui traçado está organizado em quatro momentos principais. Primeiro, retomamos como os fundadores da sociologia – Marx, Weber e Durkheim – e autores clássicos como Georg Simmel abordaram, ainda que de modo indireto, a questão espacial e, principalmente, a vida social nas cidades diante do contexto de acelerada urbanização que marcou as origens da sociologia como disciplina científica. Em seguida, apresentamos as reflexões sociológicas que se voltaram à dimensão espacial durante a primeira metade do século XX, com ênfase na Escola de Chicago e

nas abordagens da sociologia urbana e rural, disciplinas que, naquele momento, ganhavam crescente destaque embora não apresentassem, ainda, um uso do território como categoria analítica. Na terceira parte exploramos a emergência de uma sociologia territorial propriamente dita, sob a influência das reflexões de Henri Lefebvre e David Harvey acerca da produção do espaço e seus desdobramentos para compreensão do território como produto ativo das relações sociais, no último terço do século passado. Também neste momento é dado destaque ao seminal livro de Arnaldo Bagnasco, sobre a chamada Terceira Itália, que, à mesma época, inaugurou uma rica geração de estudos sobre a heterogeneidade e os determinantes do desenvolvimento territorial em um mundo cada vez mais globalizado, com repercussões enormes para os usos dessa categoria no âmbito das políticas públicas e na abertura de um diálogo explícito com a ciência econômica no campo dos estudos do desenvolvimento. Na última parte abordamos algumas contribuições sociológicas mais recentes, nas quais o território é concebido como estrutura incorporada pelos agentes – como na ideia de "efeito lugar" de Pierre Bourdieu ou de estigma territorial tal com formulado por Loic Wacquant – e como arena de conflitos por apropriação e poder onde se disputam recursos, identidades e projetos políticos - como nos estudos que destacam a financeirização do espaço e da natureza, como o faz Maristella Svampa e outros autores.

Ao percorrer essa trajetória, o capítulo interroga se, e em que medida, a sociologia vem integrando o espaço e o território aos seus fundamentos teóricos, quais as eventuais inovações epistemológicas derivadas dessa incorporação e quais as novas questões de investigação que daí emergem. Se no século XIX o espaço era tratado como pano de fundo ou variável secundária, é impossível compreender as dinâmicas fundamentais do mundo contemporâneo – das desigualdades às lutas por poder, das identidades coletivas aos conflitos ambientais – sem uma sociologia que tome o território não como cenário ou espaço onde se projetam dinâmicas extra locais, mas como categoria constitutiva e estruturante da análise social. Compreender em que medida esse desafio vem sendo enfrentado pela teoria social contemporânea e quais as fronteiras de investigação que podem contribuir nesse sentido é, portanto, a ambição das próximas páginas.

Primórdios da questão territorial no pensamento sociológico

Desde cedo a sociologia se debruça, em alguma medida, sobre questões associadas ao espaço. Embora a sociologia do espaço, do território e disciplinas afins só tenham ganhado força e mais adeptos décadas depois, os autores clássicos já traziam, no final do século XIX e início do XX, elementos para a compreensão da dimensão espacial das relações e das práticas sociais. Friedrich Engels (1845) mostrou como a constituição da cidade industrial era um componente fundamental dos processos de concentração e superexploração dos trabalhadores na Inglaterra de sua época, com condições de vida marcadas por brutal precariedade e insalubridade. Émile Durkheim (1893, 1895, 1897) abordou o espaço de forma indireta, porém estrutural, integrando-o ao seu conceito de morfologia social – como um substrato material que condiciona as formas de solidariedade e organização coletiva – e à análise empírica do suicídio e seu vínculo com fenômenos como a urbanização e o isolamento rural. Karl Marx (1867), ao analisar a renda da terra e a acumulação primitiva, demonstrou como a apropriação do espaço é um mecanismo constitutivo da reprodução das relações capitalistas, e sua discussão sobre a propriedade fundiária e a expropriação camponesa revela o espaço como componente ativo na estruturação da dinâmica de reprodução do capital e das classes sociais. Max Weber (1921), por sua vez, destacou o papel do espaço urbano na formação de novas formas de associação e racionalidade, contrapondo a cidade medieval, como espaço de autonomia política e econômica, ao domínio feudal e evidenciando como mudanças sociais mais amplas são inseparáveis de uma dimensão territorial.

A despeito do pioneirismo dessas contribuições, elas permaneceram pontuais em uma trajetória disciplinar *"na qual a noção de espaço constituiu antes pressuposto do que objeto epistemológico próprio"* (Frehse, 2013). Como destacam Schroer (2008) e Frehse (2013), predominou na teoria sociológica um uso implícito de categorias espaciais, raramente problematizadas em sua especificidade analítica. O espaço foi frequentemente naturalizado como dimensão evidente, relegado à função de pano de fundo ou variável residual, sem exigir maior sistematização teórica. Esse tratamento marginal deriva, em parte, de uma reação da sociologia ao determinismo geográfico do século XIX, que atribuía ao espaço um papel causal quase absoluto na organização social, política e cultural das sociedades. Preocupada em negar reducionismos ambientais e em se consolidar como campo científico, a sociologia buscou corrigir um erro com outro erro e relegou o espaço a uma posição secundária, subordinada à primazia explicativa do "fato social". Também contribuiu para isso certa expectativa de homogeneização do capitalismo industrial, coerente com a ideia de uma sociedade de massas, na qual as particularidades tenderiam a ser solapadas pelo caráter envolvente das dinâmicas sociais e econômicas mais amplas. Seria apenas a partir dos anos 1970, não por acaso nos marcos da passagem para um capitalismo flexível ou pós-industrial, que o espaço ressurge como objeto de estudo privilegiado da sociologia, inicialmente por meio da teoria da produção do espaço de Lefebvre,

de Harvey sobre a produção capitalista do espaço, de Castells sobre a questão urbana, ou de autores latino-americanos dedicados à chamada produção da periferia, como se verá mais adiante.

É sobre a cidade e o espaço urbano que a sociologia clássica produziu, porém, a parte mais considerável de seu conhecimento sobre o território, em debates sobre a temática urbana e a conformação das cidades modernas, configurando o início das reflexões de um campo de estudos que, mais tarde, viria a se constituir como sociologia urbana, propriamente (Lemos, 2012). Essa centralidade do urbano fica particularmente clara na obra de Georg Simmel, cuja análise da vida metro-politana reflete sua experiência na Berlim da virada do século XIX para o XX – uma cidade que, em poucas décadas, transformou-se radicalmente, passando por intensa industrialização, crescimento populacional acelerado e profundas mudanças nas relações sociais (Waizbort, 2000). Simmel compreendia a metrópole moderna como o espaço privilegiado de manifestação das contradições fundamentais da modernidade, particularmente a tensão entre a emancipação individual e as forças objetivas da sociedade massificada.

Em “A Metrópole e a Vida Mental” (1903), ele demonstra como o ambiente urbano, com sua aceleração temporal, concentração de estímulos sensoriais e predominância da economia monetária, produz transformações profundas na subjetividade humana. O sociólogo alemão identifica na cidade grande um fenômeno psicológico característico que qualifica como “intensificação da vida nervosa”, resultante do intenso e contínuo fluxo de impressões sensoriais, interações fugazes e demandas cognitivas complexas. Para lidar com essa sobrecarga, o habitante metropolitano desenvolve uma atitude intelectualizada e blasé – um mecanismo de defesa que combina racionalização extrema e indiferença emocional (Kapp, 2011; Dias, 2012).

Simmel contrasta essa realidade com a vida em pequenas cidades ou no meio rural, onde a menor densidade de estímulos permitia um ritmo mais lento e relações sociais baseadas na afetividade e na tradição. Se nas comunidades menores a coesão social limita a liberdade individual mediante o controle comunitário, a metrópole oferece maior autonomia, mas à custa do anonimato e da atomização social. Essa liberdade paradoxal – conquistada pela impessoalidade, mas marcada pela solidão – revela o dilema central da modernidade: como conciliar individualização e pertencimento em um contexto de fragmentação social crescente. Ao analisar Berlim em transformação, Simmel anteviu os desafios psicológicos das metrópoles contemporâneas, onde a aceleração tecnológica e a cultura do efêmero radicalizam tais processos. Sua análise permanece atual precisamente por capturar a ambivalência da experiência urbana, a um só tempo espaço de emancipação e alienação, diversidade e padronização, liberdade e isolamento (Kapp, 2011; Dias, 2012).

A presença da cidade como objeto de reflexão no pensamento sociológico evidencia-se não apenas como tema empírico, mas como elemento constitutivo do imaginário teórico da disciplina (Frehse, 2012). A metrópole moderna, em Simmel, não é apenas um pano de fundo, mas um operador conceitual que explicita as tensões entre individualização e massificação, liberdade e anonimato, emoções e racionalização da vida cotidiana. Assim, mais do que um *locus* de investigação, a cidade representa importante categoria analítica que permite desvendar as dinâmicas da modernidade. A influência de Simmel ultrapassou as fronteiras alemãs, encontrando ressonância especialmente nos Estados Unidos, onde sua obra foi traduzida e amplamente difundida. A Escola de Chicago incorporou elementos fundamentais de sua abordagem, tornando-o referência fundadora para a sociologia urbana norte-americana, como mostramos a seguir.

A ilusão de mundo plano e os contornos da sociologia urbana e rural

O encontro de 1925 da American Sociological Society, que contou com a participação de expoentes da Escola de Chicago como Robert Park e Ernest Burgess, representa um marco decisivo no processo de consolidação da Sociologia Urbana enquanto campo disciplinar autônomo (Lemos, 2012). Como destaca Topalov (2008), esse evento pode ser interpretado como o momento fundador em que a disciplina adquire o estatuto de uma verdadeira “etiqueta científica”, ou seja, marcada pelo domínio sobre um tipo específico de conhecimento legitimado no âmbito acadêmico (Lemos, 2012). A partir de então, ainda que de forma não linear e permeada por disputas teóricas, a sociologia urbana começou a se estruturar como um campo científico, uma esfera social que pressupõe formas específicas de interesse e engajamento intelectual (Bourdieu, 1976). Esse processo de institucionalização envolveu o desenvolvimento de métodos de investigação, o refinamento de conceitos analíticos e a adoção de técnicas de pesquisa particulares, ao mesmo tempo em que demandou a criação de estruturas institucionais capazes de assegurar sua reprodução enquanto saber especializado e garantir solidez e reconhecimento a essa nova área do saber sociológico (Lemos, 2012).

A Escola de Chicago (1915-1935) estabeleceu os fundamentos da sociologia urbana através de estudos pioneiros baseados nos princípios da Ecologia Humana. Seus principais expoentes - como Robert Park (1929), que via a cidade como “laboratório social”, e Louis Wirth (1938), que desenvolveu o conceito de “urbanismo como modo de vida” – analisaram fenômenos urbanos como crescimento desordenado, assimilação cultural, questões

étnicas e delinquência juvenil. Esses estudos emergiram no contexto da rápida urbanização norte-americana, onde se observava uma tensão fundamental entre a comunidade rural, associada à tradição, e a sociedade urbana, associada à modernidade. A abordagem, fortemente informada pelas reflexões de Simmel, destacava que a constituição da vida na metrópole resultava da relação direta entre o aumento numérico e territorial de uma aglomeração e o aumento das interações e comunicações recíprocas entre os indivíduos que vivem neste mesmo espaço. É devido à extensão numérica e à intensidade das relações sociais que o modo de vida urbano ganha a sua especificidade relativamente à vida no campo. Concebida como um mosaico de territórios étnicos e sociais em constante competição espacial, a cidade era, portanto, mais do que uma aglomeração física, um "estado de espírito" cristalizado no conceito de "urbanidade", que sintetiza a arte peculiar de viver nas metrópoles modernas (Wirth, 1938).

Ao lado da interessante caracterização das cidades e do modo de vida urbano, as reflexões da Escola de Chicago levaram, indiretamente, a construções teóricas acerca do espaço rural e seus modos de vida, ao institucionalizarem uma matriz analítica fundamentada na dicotomia urbano-rural, ainda hoje presente nos debates rurais. A constituição da sociologia rural como campo autônomo insere-se neste contexto histórico-epistemológico, marcado pela emergência da oposição binária entre os espaços como forma hegemônica de compreensão das transformações sociais engendradas pelo capitalismo industrial até meados do século XX.

Na sociologia rural, duas tradições derivaram dessa oposição binária (Favareto, 2006). Uma delas tendo como fundamento a dicotomia entre o urbano e o rural, e herdeira de antagonismos formulados nos clássicos – como a oposição entre a solidariedade mecânica, derivada dos laços de conhecimento recíproco, e a solidariedade orgânica, apoiada na complementaridade obtida pelas complexas interações típicas de formações sociais marcadas pela impessoalidade e por elevada divisão social do trabalho, tal com formulada por Durkheim; ou pela antinomia entre comunidade, lugar da tradição, e sociedade, espaço típico da produção da modernidade, vinda de autores como Weber. Tem origem aí os chamados estudos de comunidade, praticados tanto por sociólogos como por antropólogos, nos quais a ênfase sempre cai sobre a tentativa de entender os modos de vida e a condição de relativa autonomia das localidades rurais, ainda que pressionadas pelas dinâmicas que vêm da sociabilidade urbana e da penetração de relações monetizadas e marcadas pela racionalização e pela competitividade, ameaçando a sociabilidade rural e fragilizando as relações de cooperação e reciprocidade. Nela, a relação com o urbano é vista como ameaça.

A segunda tradição, por sua vez, tem como fundamento a ideia de *continuum* urbano-rural. Nesse caso, a herança vem tanto do funcionalismo como de certas vertentes do marxismo, segundo as quais a dinâmica envolvente do capitalismo não deixaria margem à sobrevivência de tradições ou de outras formas sociais que não aquelas assumidas pela industrialização e pela urbanização. As realidades marcadas pela ruralidade também seriam, mais cedo ou mais tarde, subsumidas pelos mesmos conteúdos associados inicialmente à vida urbana. Trata-se não de um antagonismo, mas de um gradiente, no qual o polo do qual emana o conteúdo da vida social é o urbano, não restando aos fenômenos tipicamente rurais qualquer papel explicativo, já que seriam mera extensão do que tem origem nas cidades. Ainda se trata de uma oposição binária, mas cuja dinâmica se explica pelo predomínio gradual de um polo, o urbano, sobre outro, o rural.

Essa demarcação conceitual, que opunha o rural (associado à tradição, ao atraso e à periferia) ao urbano (símbolo da modernização, do progresso e do centro da dinâmica social e econômica do capitalismo), não apenas organizou o pensamento sociológico, como esteve na base das análises sociais hegemônicas sobre a transição para a modernidade e para o mundo urbano industrial ao longo de parte importante do século XX. Contudo, do ponto de vista da teoria sobre o espaço, essa abordagem dualista apresentava duas limitações principais.

Uma se refere a certa "essencialização" das categorias espaciais. Ao operar por meio de dicotomias rígidas ou de oposições binárias, ainda que não dicotômicas, as perspectivas da sociologia rural e urbana daquela época essencializavam o rural e o urbano como entidades mutuamente excludentes, negligenciando relações de interdependência e co-constituição entre eles e as inúmeras variações regionais e culturais que podem ser observadas nas diferentes configurações espaciais. A outra limitação está relacionada a um pressuposto de homogeneização espacial, presente também nos dois subcampos disciplinares naquele momento, mas igualmente em outras disciplinas como a economia e suas teorias da localização (Galvanese, 2021). Apoiada nas teorias da modernização, hegemônicas no auge do paradigma fordista, a sociologia dominante partia do pressuposto de uma progressiva uniformização dos territórios, resultado de uma ampla expectativa na modernização e convergência de modelos de desenvolvimento e de estilos de vida, e de uma concepção instrumental do espaço como palco passivo dos processos sociais. A urbanização acelerada e a expansão do capitalismo industrial pareciam sugerir uma uniformização progressiva do espaço, obscurecendo heterogeneidades e contradições territoriais. Foi apenas com as crises do fordismo e o questionamento dessas narrativas de progresso que a sociologia passou a se

debruçar sobre o espaço de maneira mais crítica – em um movimento que ganharia força a partir dos anos 1970 com abordagens que, como mostra a próxima seção, ressignificaram o espaço, denunciaram as assimetrias na produção dos territórios e revelaram as contradições do "projeto moderno" em sua manifestação espacial.

Produção do espaço e a heterogeneização territorial no mundo pós-industrial

Nos anos 70, um conjunto de autores inscritos na corrente marxista colocaram no centro da análise as dinâmicas do sistema capitalista em contexto urbano, tomando a cidade como expressão das contradições desse mesmo sistema. A sociologia urbana francesa, sob uma perspectiva crítica, passa a contestar vigorosamente as leituras prevalecentes até então. Grandes empresas e frações do aparelho de Estado, agentes das classes dominantes, são os atores principais da organização do território e da maneira de produzi-lo. Essa aliança objetiva controlar a reprodução da força de trabalho. O espaço passa ser visto como outra coisa além do simples suporte material das relações sociais que se definem em outra esfera. Esse é o momento em que a promessa da modernidade perde fôlego. Ao invés da prometida homogeneização e crescente expansão do bem-estar, começa a ficar claro que o capitalismo urbano e industrial havia produzido uma sociedade desigual e opressiva. Não só se mantiveram assimetrias entre centro e periferia, mas mesmo ali, no centro, as fraturas mostravam-se evidentes. As influências dessa forma de pensar são várias e cumulativas, entre elas cabe citar os influentes livros de Herbert Marcuse, "Eros e civilização" (1955) e "O homem unidimensional" (1964), ecoando a crítica à sociedade de massas da Escola de Frankfurt ou o existencialismo de Jean-Paul Sartre ou, noutro registro, com o diagnóstico radical de Foucault sobre a inseparabilidade entre a as formas sociais e as formas subjetivas da vida social e o que há, nelas, de controle e disciplina, como já se anunciava nos seus influentes trabalhos publicados nos anos 1960, mas principalmente em "Vigiar e Punir", ou no desenvolvimento ulterior das articulações entre segurança, território e população, produzida nos seus cursos no Collège de France (Foucault, 1975, 1978) .

A virada decisiva em direção a uma sociologia do território ocorreu com Henri Lefebvre que, em A Produção do Espaço (1974), argumentou que o espaço não é um recipiente neutro, mas um produto social ativamente constituído pelas relações de poder e pela acumulação capitalista. Para ele, a urbanização não era apenas uma transformação morfológica, mas uma dimensão central da reprodução do capital, na qual o espaço se torna mercadoria e instrumento de controle. Lefebvre (1999; 2010; 2000) capturou bem o espírito da época e o traduziu em suas obras, dando forma a algo que se converteria em uma espécie de slogan, este até hoje presente no pensamento social aplicado ao fenômeno urbano: a ideia de "direito à cidade". A sociedade industrial representava o ápice do desenvolvimento capitalista. Mas seu sucedâneo não seria a sociedade socialista, pois àquele mesmo momento, a versão industrial do chamado socialismo real havia produzido o autoritarismo soviético. Em Lefebvre, a sociedade industrial seria sucedida pela sociedade urbana. O campo de lutas se deslocaria então das reivindicações típicas da sociedade salarial, para uma sociedade de direitos, e, em um mundo urbanizado e industrializado, na disputa pelo *locus* central das decisões e da vida social: as cidades. Não mais a produção do valor, mas a produção do espaço, sob uma urbanização extensiva, envolvendo todos os demais tipos de espaços, passaria a ser preocupação central, pois ali estaria a fronteira de ampliação das possibilidades das pessoas, para além do mundo do trabalho (Lefebvre, 1999).

Ocorre que nesse mesmo momento ocorria uma outra mudança que escapou a esse quadro interpretativo de Lefebvre: a sociedade industrial dava lugar a uma sociedade pós-industrial. O capital produziria o desemprego estrutural e a disputa no mundo do trabalho continuaria tendo centralidade na virada para o século XXI, embora em bases bem mais desfavoráveis aos trabalhadores. Castells (2020) compreendeu bem o sentido dessa mudança e, em alusão ao livro clássico de Kautsky, *A questão agrária*, publicou nos anos 1970 um livro que se tornaria também clássico: *A questão urbana*. Nos marcos de uma sociedade na qual o pleno emprego vinha deixando de existir, as disputas se deslocariam para a reivindicação por uma espécie de salário indireto, materializado na luta pelo direito à habitação e a outras condições para a reprodução da vida social que agora não seriam mais providas pelas empresas, via salários, em função do desemprego estrutural, e sim pelo Estado. A população marginalizada, e não mais o operário industrial, se converteria então em agente das transformações. A organização do espaço urbano, e nele, a atuação do Estado, voltavam a ganhar centralidade; uma visão convergente com a leitura de Lefebvre sobre o urbano e as cidades, mas adaptada aos moldes marxistas daquela etapa do pensamento de Castells. Suas análises estavam fortemente marcadas também pela tentativa de produzir uma explicação coerente com as condições de mudança social na América Latina, onde viveu, que não havia se convertido completamente em uma região industrializada e, como tal, não poderia produzir o movimento operário revolucionário clássico.

Anos mais tarde Harvey (2005) introduziria aí mais um elemento. Desta vez, em alusão ao livro de Lefebvre, *A produção do espaço*, Harvey resgatava a centralidade

do componente capitalista na explicação das dinâmicas do mundo contemporâneo e introduzia esse adjetivo no título de seu livro*: A produção capitalista do espaço.* Um de seus principais argumentos recuperava algo de Marx, em especial sua explicação sobre a renda da terra, que havia sido secundarizado mesmo pela tradição marxista ao longo do século XX. Se no auge do capitalismo industrial os marxistas acreditaram que a terra havia perdido centralidade como fator de produção e se concentraram nos demais fatores, capital e trabalho, eis que no capitalismo pós-industrial o espaço voltava ao centro da dinâmica de acumulação, se convertendo em nova fronteira de realização do valor, transformando-se, também ele, em mercadoria por excelência e em fator de diferenciação na produção das rendas - crises de acumulação são resolvidas através de investimentos espaciais, como infraestrutura, gentrificação, frentes de expansão de fronteiras. A revolução introduzida com as novas tecnologias da informação e dos transportes havia rompido a rigidez que as distâncias até então impunham à hierarquização do espaço. A chamada acumulação flexível permitiu a disseminação de processos de deslocalização e relocalização de empresas e fluxos demográficos que tornaram o espaço um fator ativo da dinâmica econômica e social de forma relativamente inédita deste o advento do capitalismo.

Algo da explicação de Harvey já podia ser encontrado também, e mesmo antes dele, em uma geração das mais ricas análises sobre a questão urbana, regional e rural na América Latina. No Brasil ela reuniu um grupo de intelectuais – sociólogos, economistas, urbanistas – reunidos na Universidade de São Paulo e no Cebrap nos anos 1970 (OLIVEIRA, 2003; SINGER, 1973; KOWARICK et al., 1975; MARICATO, 1979). Eles mostravam como, diante da impossibilidade de fazer do processo produtivo a principal fronteira de valorização do capital, no Brasil este se valia da produção da periferia como vetor de acumulação – seja sob a forma da incorporação de novas áreas ao mercado imobiliário, ou viabilizando condições de superexploração da classe trabalhadora que vive nessas periferias, por exemplo, por meio da autoconstrução de moradias em vez da reivindicação por salários melhores o suficiente para viabilizar o pagamento pela habitação. E com dois outros avanços em relação à literatura da época: havia em algumas dessas obras uma crítica à forma como o Estado na periferia do capitalismo havia se convertido em instrumento capturado por elites associadas ao capital internacional, evidenciando os limites do desenvolvimentismo clássico; e havia também uma complexificação da leitura de Castells sobre as condições para a transformação social, pois a produção da periferia mostrava-se funcional à acumulação capitalista, e não uma ameaça a ela. No campo da sociologia rural, os trabalhos de José de Souza Martins (1973) também mostram as combinações entre tradição e modernidade nas frentes de expansão agropecuária. Com nuances, vários autores poderiam ser mencionados para ilustrar o rico panorama da produção latino-americana desta época, explorando questões similares, como os conhecidos trabalhos de Rodolfo Stavenhagen (1969) sobre América Latina e México, ou de José Nun (1969) sobre a capital argentina e outras metrópoles, entre tantos outros. E o panorama não estaria completo sem uma menção à rica tradição de obras clássicas e de um pensamento original latino-americano sobre a questão regional e suas articulações com o subdesenvolvimento, desde a contribuição de economistas como Raúl Prebisch (1949) e Celso Furtado (1958), mas também com a crítica de sociólogos como Fernando Henrique Cardoso & Enzo Faletto (1969) e sua teoria da dependência ou, ainda, com a crítica à razão dualista de Francisco de Oliveira (1973/2003).

Se a dimensão espacial já estava, portanto, sendo alçada ao primeiro plano das ciências sociais na virada para o último quarto do século XX, é em 1977, com a publicação do livro *Tre Italie – la problemática territoriale dello svilluppo italiano*, pelo sociólogo Arnaldo Bagnasco (1977) que o território passa a ser amplamente utilizado como categoria de análise nas ciências sociais aplicadas ao desenvolvimento e, daí, para outros campos como as políticas públicas. Nele o autor se perguntava se haveria, naquele momento marcado pela crise e pelo desemprego que sucederam os "Trinta anos gloriosos" do pós-guerra, localidades que estariam conseguindo gerar empregos e dinamizar suas economias. A resposta foi positiva, mas de maneira surpreendente não se tratava nem do Norte italiano, com sua economia industrial, nem do Sul agrário, onde os custos de produção mais baixos poderiam estar atraindo investimentos, ambas as regiões representativas dos dois arquétipos a partir dos quais sempre se estruturou as leituras sobre tradição e modernidade. A região central da Itália, com economias diversificadas, uma complementaridade entre rural e urbano, e com uma rede de pequenas e médias empresas é que apresentava melhor desempenho. A explicação estaria na maior flexibilidade e adaptabilidade desse seu tecido social e econômico a contextos de crise, ativando laços locais de cooperação, fazendo deles a base para soluções inovadoras, e fazendo da complementaridade entre setores e entre áreas rurais e urbanas um fator de amortecimento de choques externos. Em uma frase: o tecido social dos territórios é o que explicava o dinamismo.

A partir daí, uma geração de estudos passou a pôr ênfase nos fatores intraterritoriais como fundamentais para a explicação do desenvolvimento em um mundo pós-industrial, mesclando influências da literatura neoschumpeteriana sobre inovações e da literatura neomarshalliana sobre distritos industriais. Alguns identificaram esses fatores na dimensão cívica e cultural (PUTNAM, 1993). Outros nas economias de

escopo em oposição às economias de escala típicas da sociedade industrial (PORTER, 2000; PIORE; SABEL, 1984). Outros na capacidade de inovação (MAILLAT; CAMAGNI, 2006; PECQUEUR, 2000). Houve também estudos que enfatizaram, a combinação entre fatores endógenos e o tipo de relações com espaços extralocais (VELTZ, 2012). Essa geração reuniu em torno de um mesmo programa de pesquisas sociólogos, economistas, geógrafos, mas tendo como ponto de partida um elemento comum: o território não é apenas espaço de manifestação de fluxos econômicos ou de dominação externos que nele se realizam – diferente disso, é nas relações sociais produzidas nos (e entre os) territórios que se constitui a essência dos fenômenos contemporâneos.

Esse programa de pesquisas também ganha forma na América Latina, no final do século XX e início do século XXI. Sem a pretensão de esgotar o amplo e diversificado panorama de autores que irão se dedicar a diferentes temas, pode-se mencionar alguns nomes. No Brasil é impossível não lembrar a influência do geógrafo Milton Santos, mas entre os cientistas sociais, os trabalhos de Ricardo Abramovay (2006) e do economista José Eli da Veiga (2002) foram decisivos para influenciar a constituição de políticas territoriais no governo nacional da época, o que favoreceu a disseminação deste debate em vários campos. No Equador, Luciano Martinez (2015, 2017) publicou trabalhos inspirados na sociologia bourdieusiana para analisar transformações territoriais e criou na Flacso um importante programa de pós-graduação especializado na abordagem territorial. Na Argentina, Maristela Svampa (2019) cunhou a expressão “consenso das commodities”, em alusão ao “consenso de Washington”, para dar forma à análise das dinâmicas econômicas e de poder associadas com as formas de uso dos recursos naturais na América Latina, nos marcos de um neoextrativismo. Na Colômbia, Arturo Escobar (2015), em uma perspectiva pós-desenvolvimentista, também exerceu grande influência ao analisar os territórios como espaços de vida. Embora não sejam sociólogos, Júlio Berdegué & Alexander Schejtman (2003) – respectivamente mexicano e boliviano, mas radicados no Chile, publicaram um dos textos mais influentes para a disseminação da abordagem territorial na América Latina, dando forma a um programa de pesquisas colaborativo envolvendo redes de pesquisadores em vários países, vários deles sociólogos, como mostrado a seguir.

Delineamentos contemporâneos – natureza, poder e o território como estrutura social incorporada nos agentes

No período contemporâneo, as abordagens anteriormente apresentadas seguem existindo, com maior ou menor força. Não há, exatamente, uma substituição de velhas abordagens por novas. Ocorre, isso sim, recomposições hierárquicas entre elas. E a esse já vasto panorama se agregam novas perspectivas, cujo traço comum é compreenderem o território como estrutura social ativa, seja como suporte à ação social, ou como estrutura internalizada pelos agentes em suas práticas cotidianas e em suas lutas políticas. Essa coexistência se manifesta em programas de investigação que combinam diferentes matrizes teóricas e se articulam em redes transnacionais de pesquisa em torno de análises que permitam abordar a complexidade dos fenômenos territoriais atuais – da financeirização do espaço à crise ecológica, passando pelo reconhecimento da diversidade de modos de vida. Esta seção esboça, ainda que de forma esquemática e assumidamente incompleta, uma tentativa de classificação envolvendo alguns desses programas de pesquisa.

Um primeiro grupo, numericamente talvez o mais expressivo, retoma a tradição dos conflitos sociais, agora apresentados como conflitos territoriais ou sob a narrativa de justiça socioambiental. Abrangendo uma grande diversidade de abordagens, estas pesquisas ganham maior evidência a partir da crise financeira de 2008, que intensificou a corrida por terras agrícolas, terras raras e minérios estratégicos, especialmente no Sul Global (Svampa, 2019). Esse processo, chamado por alguns autores de *greengrabbing* (Fairhead et al., 2012), ou neoextrativismo verde (Svampa, 2019; Favareto, 2025), vincula-se também com as influências postas por um contexto de mudanças climáticas, o que amplia a disputa por recursos naturais, em um mundo que anseia por trajetórias de descarbonização das economias. Nesse contexto, o território emerge como um nó de contradições: de um lado, a pressão do capital transnacional em busca de “ativos seguros”; e de outro, a resistência de comunidades tradicionais, indígenas e camponesas, que defendem seus modos de vida e suas territorialidades (Fairhead et al., 2012; Svampa, 2019).

Um segundo grupo de pesquisas apresenta afinidades temáticas com os estudos de conflitos territoriais, mas se diferencia por sua ênfase nos modos de vida como expressões da pluralidade e da diversidade típicas de um mundo pós-industrial e em perspectiva anticolonial, para além da clássica oposição entre tradição e modernidade. Inspirados por autores como Escobar (2015) e Blaser (2013) e em conceitos como o de “ontologias territoriais”, esses estudos revelam como práticas locais e saberes tradicionais não são resíduos do passado, mas alternativas de organização socioespacial que coexistem com (e, em certa medida, contestam) a lógica capitalista dominante. Nesta perspectiva, comunidades tradicionais reelaboram criativamente sua inserção na modernidade, produzindo territorialidades híbridas que desafiam as categorias analíticas convencionais. O território é, assim, analisado a partir de sua materialidade

cotidiana – nas relações não-mercantilizadas com a natureza, nos sistemas de conhecimento incorporados e nas dinâmicas de reprodução cultural. Essa abordagem não ignora os conflitos, mas os situa em um marco mais amplo, onde a disputa não é apenas por recursos, mas pela confrontação e coexistência entre diferentes projetos e formas de produção de espaço (De la Cadena, 2015).

Um terceiro eixo de pesquisas contemporâneas tem por objeto central as dinâmicas territoriais e as interdependências entre espaços rurais e urbanos, explorando suas interdependências. Em vez de reafirmar as velhas dicotomias que marcavam a sociologia rural clássica, trata-se de explorar um enfoque relacional, que aborda a pluralidade de caminhos a partir dos quais podem se dar configurações plurais de relação entre estes dois espaços, antes tidos como antagônicos ou mutuamente excludentes. Autores voltados às dinâmicas territoriais da América Latina no início do século XXI, como Berdegué et al. (2015, 2019), Favareto et al. (2015), Martínez (2013) demonstram como os espaços rurais e urbanos se interpenetram e como o "rural", longe de ser um espaço residual, é componente ativo das transformações territoriais contemporâneas, integrando mercados de trabalho, de produtos, de serviços, mas também um mercado de bens simbólicos, reconfigurando a chamada "nova ruralidade", também ela marcada por identidades territoriais cada vez mais plurais (Wanderley, 2009).

Um quarto agrupamento particularmente promissor envolve as abordagens que, derivadas da sociologia de Pierre Bourdieu (1997) e de autores como Loic Wacquant (1993), se concentram nos efeitos do território sobre os habitus e as disposições sociais – o que Bourdieu chamou de efeito-lugar. Nesses autores, o território opera como estrutura incorporada que molda disposições a agir (o habitus bourdieusiano) e oportunidades abertas aos agentes sociais, havendo, portanto, homologias entre o espaço social, o espaço simbólico e o espaço físico por eles ocupado (Peters, 2022). Essas leituras, em continuidade e inovação relativamente a obras clássicas como "Os estabelecidos e os outsiders – sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade", de Norbert Elias e John Scotson (1965/2000), mostram que o território opera, também, como princípio de estigmatização e segregação espacial, cristalizando desigualdades (Wacquant, 2006, 2018), à medida que o simples pertencimento a um território bloqueia ou franqueia possibilidades de interação e acesso a ativos e trunfos necessários à vida social, funcionando, ele mesmo, o território, como uma forma de classificação social. Variações deste tipo de enfoque (Andrade e Silveira, 2013) envolve pesquisas baseadas na ideia de efeito-território, difundida em vertentes como a norte-americana dos "neighborhood effects" (Ellen e Turner, 1997), "efecto vicindário" no Uruguai (Kaztman e Filgueira, 2006), effets territoire na França (Bidou-Zachariasen, 1996) e efeito-vizinhança ou efeito-território no Brasil (Sant'Anna, 2009; Ribeiro, 2008).

Por fim, um conjunto emergente de estudos vem buscando analisar o papel dos tecidos territoriais na implementação de políticas públicas e investimentos privados. Essas pesquisas mostram que intervenções externas (de um grande projeto minerador a um programa social) não "aterrissam" em territórios vazios, mas em espaços carregados de histórias, conflitos e arranjos institucionais específicos e com presença de forças sociais. Esses são fatores que refratam ou, mais precisamente, percolam (Favareto et al. 2015) aquelas forças exógenas ao território, submetendo-as à dinâmica desse espaço e fazendo assim com que elas assumam contornos novos e muitas vezes distintos de seu sentido original. Esse processo de percolação confere ao território papel ativo, mesmo diante da influência das forças externas e em sua interação com elas. Conceitos já estabelecidos, como o de *embeddedness* (Granovetter, 1985) são ressignificados para entender por que e como certas políticas falham enquanto outras alcançam êxito ou, ainda são adaptadas e ressignificadas em diferentes territórios. Partindo da ideia de que os atores locais interpretam e ressignificam intervenções externas, produzindo resultados imprevistos, essa abordagem é particularmente relevante para entender fenômenos como a difusão desigual do agronegócio ou os impactos diferenciados de grandes obras de infraestrutura (Lotta e Favareto, 2022), ou ainda para compreender como se constitui e como funciona o espaço de discricionaridade exercido por funcionários de governos na implementação de políticas públicas (Ayuero, 2020; Lotta, Lima-Silva, Favareto, 2021), por exemplo.

Considerações finais

Desde os clássicos até autores contemporâneos, o território se afirmou como eixo indispensável para entender dinâmicas de poder, desigualdades e identidades no mundo moderno. A expressão *spatial turn* (Soja, 1989) ou giro territorial (Favareto, 2024) nomeia essa relevância que a noção de espaço alcançou nas ciências humanas e sociais a partir de então. Mais que isso, essa retomada e essa revalorização se fizeram acompanhar de certa ressignificação quanto à posição dos territórios ou, ao menos, do fenômeno espacial, conferindo a essa dimensão do real um papel mais substantivo comparativamente à tradição que dominou seu tratamento no decorrer do século passado. Menos evidente é a resposta para a pergunta lançada na introdução deste texto: esse reposicionamento se traduz em inovações epistemológicas como novos conceitos ou aparatos teóricos coerentes com esse estatuto revisitado ou trata-se de uma abordagem renovada que,

no entanto, se apoia essencialmente em ferramentas analíticas já estabelecidas nos quadros interpretativos das ciências humanas e sociais e, nesse caso particular, de uma de suas disciplinas, a sociologia?

Este texto não oferece uma resposta cabal a esta pergunta. Em seu lugar, propõe uma hipótese, a ser retomada e testada em estudos de maior fôlego. O que parece estar ocorrendo é uma transição de paradigmas. Por um lado, há uma tentativa de produzir novas categorias de análise, mas muitas delas derivadas da adaptação de conceitos já estabelecidos – umas mais ambiciosas, outras nem tanto – a um enfoque que permita conferir um caráter mais ativo e substantivo aos territórios e seus componentes – é o que ocorre com a ideia de efeito-território; ou com a substituição de adjetivos, como no caso dos conflitos territoriais; ou com a introdução de prefixos como na ideia de um neoextrativismo; ou com os usos do território como categoria-síntese, o que permite operar com uma unidade entre distintos domínios, como rural e urbano, sistemas sociais e sistemas naturais, local e extra-local. Por outro lado, essas inovações parciais se fazem nos marcos de teorias já estabelecidas, gerando certa tensão entre a emergência de fenômenos empíricos relativamente novos ou de interesse e sob olhar renovados, e marcos interpretativos que foram formulados em outro contexto. Como novos enfoques não significam o mesmo que novas teorias, essa tensão talvez só possa ser bem equacionada com um grau mais elevado de inovações, próximo ao que se poderia chamar de uma verdadeira teoria territorial. E o que parece estar bloqueando esse tipo de emergência é o fato de que, se território é uma categoria síntese de processos multidimensionais, uma tal teoria precisaria mobilizar elementos historicamente confinados a tradições disciplinares que se especializaram no tratamento de cada uma dessas dimensões – a cultura, a economia, o poder, a natureza. Dito de outra forma, o futuro do território como conceito depende de que sejam refeitas as fronteiras disciplinares erguidas no período de afirmação das ciências humanas e sociais – em uma quase ironia, trata-se, enfim, de romper e reconfigurar os territórios disciplinares para fazer emergir uma teoria territorial que possa se beneficiar e se apoiar em diálogos e complementaridades interdisciplinares. Eis aí uma promissora agenda de pesquisas e de práticas científicas.

Referências

ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In MANZANAL, Mabel; Guillermo NEIMAN e Mario LATTUADA (2006) – Desarrollo rural – Organizaciones, instituciones y territorios, Ediciones Ciccus, Buenos Aires pp. 51-70. 2006.

ANDRADE, L. T.; SILVEIRA, L. S. Efeito-território: explorações em torno de um conceito sociológico. Civitas, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 381-402. 2013

AYUERO, J. Patients of the State: The Politics of Waiting in Argentina. Duke University Press. 2020

AZEVEDO, A. R.; VARGAS, H. M. Os efeitos de lugar segundo Pierre Bourdieu: desigualdades geográficas de acesso à educação superior no Estado do Rio de Janeiro. Anais da 41º Reunião Nacional da Anped. Manaus, outubro de 2023.

BAGNASCO, A. Tre Italie – la problematica territoriale dello svilluppo italiano. Torino: Il Mulino. 1977.

BERDEGUÉ, J. et al. Conceptualizing spatial diversity in latinamerican rural development: structures, institutions and coalitions. World Development, v. 73, p. 1-10, 2015.

BERDEGUÉ, J.; FAVARETO, A.; CHRISTIAN, C. Quince años de desarrollo territorial rural: que nos muestra la experiencia? Buenos Aires: Teseo Editorial, 2019.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. Classes populaires et classes moyennes en centre rénové. In: HAUMONT, N. (Org.). La ville: agrégation et ségrégation sociales. Paris: L'Harmatan, p. 131-142.1996.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. [et al.]. Retours en ville: des processus de "gentrification" urbaine aux politiques de "revitalisation" des centres, Paris, Descartes. 2003

BLASER, M. Ontological Conflicts and the Stories of Peoples in Spite of Europe. Current Anthropology, Vol. 54, No. 5 (October), pp. 547-568. 2013.

BOURDIEU, P. "Le champ scientifique". Actes de la Recherche in Sciences Sociales, Vol. 2, nº 2-3, 88-104. 1976.

BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. (Coord.) A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo, Porto Alegre: Edusp, Zouk, 2007. CASTELLS, M. A Questão Urbana. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. Estudos Avançados, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. *Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica.* Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 1969

CASTELLS, M. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1972/2020.

DE LA CADENA, Marisol. Earth Beings. Ecologies of Practice Across Andean Worlds - Durham: Duke University Press. 2015.

DIAS, Fadil Lira. Sociabilidade na Metrópole: as reflexões de Georg Simmel. Laboratório Didático – USP ensina Sociologia. 2012.

DURKHEIM, E. O suicídio. O Suicídio Um Estudo Socio--lógico Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1897/1982.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987. 1895/1987.

DURKHEIM, E. A divisão do trabalho social. Trad. São Paulo: Martins Fontes. 1893/2004.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. *The Established and the Outsiders: A Sociological Enquiry into Community Problems*. London: Frank Cass, 1965. *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1965/2000.

ELLEN, I. G.; TURNER, M. A. Does neighborhood matter? Assessing recent evidence. Housing Policy Debate, v. 8, n. 4, p. 833-866. 1997.

ENGELS, F. The condition of the working class in 1894, Cambridge, Cambridge University Press. 1845/2010.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 35, p. 89-100. 2015.

FAVARETO, A.; KLEEB, S.; GALVANESE, C.; MAGALHÃES, C.; MORALEZ, R.; SEIFER, P.; BUZATO, H.; CARDOSO, R. Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas do Brasil. Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade, n. 1. 2015.

FAVARETO, A.; LOTTA, G. A longa evolução das ideias sobre Estado, políticas públicas e territórios – para além das políticas e abordagens territorialmente cegas. Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais, 24(1). 2022.

FAVARETO, A. O giro territorial e os usos fortes e fracos da associação entre território e políticas públicas. Desenvolvimento Em Questão, 22(61). 2024.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M.; SCOONES, I. Green Grabbing: a new appropriation of nature? Journal of Peasant Studies, volume 39. 2012.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Tradução de Raquel Ramalhete. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1975/2011.

FOUCAULT, M . *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978).* Paris: Gallimard/ Seuil, 2004.

FREHSE, F. U-topias (urbanas) do pensamento sociológico. Estudos Avançados 26 (75). 2012.

FREHSE, F. O espaço na vida social: uma introdução. Estudos Avançados, São Paulo, v. 27 n. 79, p. 69-74, 2013. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68703/71283.

FREHSE, F. Apresentação. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 25, n. 2. 2013

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure. American Journal of Sociology, Vol. 91, No. 3. 1985.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo, Ed. Annablume. 2005.

KAPP, S. De Simmel ao cotidiano na metrópole pós-urbana. In: Robert Moses Pechman (ed.). A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. Las normas como bien público y como bien privado: reflexiones en las fronteras del enfoque AVEO. Montevideo: Universidad Católica del Uruguay, Serie Documentos de Trabajo del Ipes – Colección Aportes Conceptuales, n. 4. 2006.

KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1975.

LEMOS, T. C. A propósito da produção do território. Sociologia urbana e relações de poder na estruturação do território como representação política e científica. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIII, 2012, pág. 51-70. 2012.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1970/1999

LEFEBVRE, H. La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos. 1974/2000.

LEFEBVRE, H. (2010). O direito à cidade. São Paulo: Centauro Ed. 1968/2010.

LOTTA, G.; LIMA-SILVA, F.; FAVARETO, A. Dealing with violence: Varied reactions from frontline workers acting in highly vulnerable territories. Environment and Planninc C – Politics and Space. 2021.

MARCUSE, H. *Eros e civilização: uma investigação sobre Freud, Marx e a sociedade repressiva.* Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1955/2008.

MARCUSE, H. *O homem unidimensional: estudos sobre ideologia da sociedade industrial avançada.* Tradução de Jacob Gorender. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1964/2007.

MARX, K. O Capital: critica da economia política. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1867/1988.

MADRUGA, A. P. A produção dos Espaços dos pobres urbanos, o Efeito de lugar e a questão da moradia, de

1990 a 2010 em Porto Alegre/RS. Anais XIV Enanpur, Rio de Janeiro. 2011.

MAILLAT; D.; CAMAGNI, R. Milieux innovateurs, théorie et politiques. Paris: Anthropos Economica, Paris. 2006.

MARIANO, J.G. & FAVARETO, A. Notas críticas sobre a emergência e evolução do campo dos estudos rurais no Brasil. *Preprint* apresentado no GT "Ruralidades contemporâneas: desafios teóricos", Encontro Anual da ANPÓCS, 2024.

MARICATO, E. (org.). A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial. Petrópolis: Vozes. 1979.

MARTÍNEZ VALLE, L. Asalariados rurales en territorios del agronegocio: flores y brócoli en Cotopaxi. Quito: Flacso, 2015.

MARTÍNEZ VALLE, L.Agrobusiness, peasant agriculture and labour markets: Ecuador in comparative perspective. Journal of Agrarian Change, Hoboken, v. 17, n. 4, p. 680-693. 2017.

MARTINS, J. S. *Expansão da fronteira agrícola e dinâmica social no Brasil.* São Paulo: Hucitec, 1973.

NUN, J. La masa marginal: un estudio sobre exclusión social en América Latina. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1969.

OLIVEIRA, F. Crítica a razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Ed. 1973/2003.

PARK, R. La ville comme laboratoire social. In Isaac Joseph e Yves Grafmeyer, L'École de Chicago, Paris, Flammarion, pp. 167-183. 1929/3004.

PECQUEUR, B. Le Développement local. 2. ed. Paris: Syros, 2000.

PERROUX, F. Note sur la notion de pôle de croissance. Economie Appliquée, n. 1-2, Janvier-Juin. 1957.

PETERS, G. A caminho da cidade: momentos decisivos na teorização do espaço geográfico em Bourdieu. Sociedade E Estado, 37(03), 1003–1025. 2022.

PIORE, M.; SABEL, C. The second industrial divide – possibilities for prosperity. New York: Basic Books. 1984.

PREBISCH, R. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. CEPAL, Santiago de Chile, 14 de maio de 1949.

PORTER, M. Location, Competition, and Economic Development: Local Clusters in a Global Economy. Economic Development Quarterly. V. 14. (1). 2000.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. São Paulo: Ed. da FGV, 1993.

RIBEIRO, L. C. Q. Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito de lugar a partir de um enclave urbano. VeraCidade, Salvador, v. 3, n. 3, p. 1-21. 2008.

SANT'ANNA, M. J. O papel do território na configuração das oportunidades educativas: efeito escola e efeito vizinhança. In: CARNEIRO, S. de S.; SANT'ANNA, M. J. G. (Orgs.). Cidade: olhares e trajetórias. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. Desarrollo territorial rural Documento de Trabajo, RIMISP, Santiago/Chile, 2003.

SCHROER, Markus. "Bringing Space Back In: Zur Relevanz des Raums als soziologischer Kategorie". In: döring, Jörg & thieLmann, Tristan (orgs.). Spatial Turn: Das Raumparadigma in den Kultur- und Sozialwissenschaften. Bielefeld, Transcript, pp. 125-148. 2008.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. In: Mana, Rio de Janeiro, vol.11, n.2, out. 2005, p. 577-591. 1903/2005.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida do espírito. In: FORTUNA, Carlos (Org). Cidade, cultura e globalização. Oeiras: Celta Editora, 1997. p. 31-44. 1903.

SINGER, P. Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense. 1973.

SOJA, E. W. Postmodern geographies. London; New York: Verso, 1989.

STAVENHAGEN, R. *Las clases sociales en las sociedades agrarias.* Ciudad de México: Siglo XXI Editores. 1.ª ed., 292 páginas. Colección *El Mundo del Hombre: Sociología y Política. 1969*

STAVENHAGEN, R. *Capitalismo y campesinado en México*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia / Centro de Investigaciones Superiores, 1976.

SVAMPA, M. Las fronteras del neoextractivismo en América Latina. CALAS, 2019.

TAPIE, G. Sociologia do espaço: modelos de interpretação. Sociologias, Porto Alegre, ano 20, no 47, jan/abr 2018, p. 370-391. 2018.

TOPALOV, C. Sociologie d'un étiquetage scientifique: Urban Sociology. In L'Anée Sociologique, vol. 58, nº 1, 203-234. 2008.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. Interações: revista internacional de desenvolvimento local, v. 3, n. 5, p. 5-19. 2002.

VELTZ, P. Des lieux et des liens - Essai sur les politiques du territoire à l'heure de la mondialisation. Paris: Ed. de l'Aube. 2012.

WACQUANT, L. Da América como utopia às avessas. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). A miséria do Mundo. RJ: Ed. Vozes, 1993. p. 167-175. 1993.

WACQUANT, L. Parias urbains: ghetto, banlieues, État, Paris, La Découverte. 2006.

WACQUANT, L. Bourdieu comes to town: pertinence, principles, applications. International Journal of Urban and Regional Research, v. 42, n. 1, p. 90-115. 2018.

WAIZBORT, L.. As aventuras de Georg Simmel. São Paulo: Editora 34. 2000.

WANDERLEY, M. N.. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agri-cultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009.

WEBER, M. Economía y sociedad. Tradução de José Medina Echavarría, Juan Roura Parella, Eugenio Ímaz Echeverría, Eduardo García Máynez e José Ferrater Mora. México: FCE. 1944/1921.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: FORTUNA, Carlos (Org). Cidade, cultura e globalização. Oeiras: Celta Editora. 1938/1997.

DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

Território, democracia e processos de resistência contemporâneos

Territory, democracy, and contemporary processes of resistance

Danilo Uzêda da Cruz

Doutor em Ciências Sociais (UFBA). Pesquisador do Observatório Internacional de Estudos em Democracia, Desigualdades e Ruralidades do Sul Global (OIDDER). Docente da UEFS/PLANTERR, ducruz@uefs.br

Resumo

Este artigo desenvolve uma análise abrangente do conceito de território, explorando suas diferentes acepções ao longo do tempo e nas mais diversas correntes teóricas. A partir de uma leitura que abrange autores clássicos e contemporâneos, como Claude Raffestin, Henri Lefebvre, Milton Santos, Rogério Haesbaert e Carlos Walter Porto-Gonçalves, são discutidas as dimensões políticas, sociais, culturais e simbólicas que estruturam a territorialidade. O texto enfatiza o território como produto social, espaço de poder e de disputa, bem como arena de resistência e de reinvenção coletiva, sobretudo no contexto latino-americano. Aborda também os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, fundamentais para compreender a fluidez e a complexidade das dinâmicas espaciais na contemporaneidade. Ao final, propõe que o território seja pensado como categoria central para repensar a democracia, portanto como pano de fundo para a análise crítica das desigualdades, das práticas sociais e das alternativas emancipatórias diante da globalização.

Palavras-chave: Território; Territorialidade; Espaço; Poder; América Latina.

Abstract

This article develops a comprehensive analysis of the concept of territory, exploring its different meanings over time and within diverse theoretical approaches. Drawing on classical and contemporary authors such as Claude Raffestin, Henri Lefebvre, Milton Santos, Rogério Haesbaert and Carlos Walter Porto-Gonçalves, it discusses the political, social, cultural, and symbolic dimensions that structure territoriality.The article highlights the territory as a social product, a space of power and dispute, as well as an arena of resistance and collective reinvention, especially in the Latin American context. It also addresses the processes of territorialization, deterritorialization, and reterritorialization, which are essential to understand the fluidity and complexity of spatial dynamics in contemporary society. Finally, it argues that territory should be considered a central category for critical analysis of inequalities, social practices, and emancipatory alternatives in the face of globalization.

Keywords: Territory; Territoriality; Space; Power; Latin America.

Introdução

O conceito de território constitui uma das categorias centrais das ciências humanas e sociais, assumindo papel fundamental para compreender as dinâmicas que articulam espaço, poder e sociedade. Embora sua origem esteja profundamente enraizada na tradição da geografia, sua relevância extrapola os limites dessa disciplina, alcançando a filosofia, a sociologia, a ciência política, a antropologia, a economia e os estudos culturais. A importância do território advém justamente de sua condição híbrida: ele não é apenas uma base físico-material, mas um produto histórico e social, resultado de processos múltiplos de apropriação, dominação, resistência e significação. São essas condições que têm sido discutidas no âmbito da geografia crítica.

A trajetória do conceito demonstra sua complexidade. Durante boa parte do século XIX e início do século XX, as formulações sobre território estiveram associadas a perspectivas de cunho naturalista, vinculadas sobretudo ao pensamento geopolítico clássico. Autores como Friedrich Ratzel enfatizavam a relação entre espaço, Estado e poder, associando a expansão territorial à força vital de uma nação. Esse paradigma,

mais tarde apropriado por ideologias nacionalistas e expansionistas, acabou reduzindo o território a uma dimensão física, mensurável e delimitada por fronteiras político-administrativas.

Entretanto, a segunda metade do século XX trouxe inflexões críticas importantes. O território passa a ser compreendido como uma construção social, não podendo ser reduzido a dado natural ou simples suporte físico. Henri Lefebvre (1991), ao propor a noção de espaço como produto social, abriu caminho para uma abordagem que privilegia os processos históricos, econômicos, culturais e políticos que dão forma e sentido ao espaço habitado. Nesse horizonte, Claude Raffestin (1993) enfatizou o território como espaço produzido por relações de poder mediadas pela técnica, pela linguagem e pelas práticas sociais, enquanto Michel Foucault (2008) introduziu a análise das arquiteturas e espacialidades do poder, problematizando a articulação entre território, disciplina e governamentalidade.

No Brasil, as contribuições de Milton Santos (2000) foram decisivas ao destacar a dimensão histórica e desigual da produção do território, evidenciando como as lógicas do capital global reconfiguram os usos do espaço e geram novos arranjos territoriais. Rogério Haesbaert (2004) incorporou, da mesma forma crucial, a noção de multiterritorialidade, ressaltando a coexistência e a sobreposição de diferentes formas de pertencimento e apropriação territorial em um mesmo espaço. Essa perspectiva amplia o olhar para além da ideia de território como entidade única e estática, permitindo compreender as complexidades da vida contemporânea marcada pela mobilidade, diversidade, projetos políticos e estratégias de desenvolvimento e desigualdades como parte de processo dialéticos de desterritorialização e reterritorialização.

A análise do território, entretanto, não se esgota em seu valor teórico, assumindo nas contradições e processos de construção da territorialidade, implicações práticas de extrema relevância para o mundo contemporâneo. Em contextos de globalização desigual, mobilidades e fluxos migratórios, desigualdades persistentes, democracias em risco e emergência de crises climáticas, o território se converte em arena de disputa entre diferentes atores sociais, econômicos e políticos. Tais disputas, ao mesmo tempo em que demarcam conceitualmente o debate acadêmico, ampliam as abordagens em torno dos dilemas vividos por populações inteiras. São lutas sociais de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais pelo reconhecimento e demarcação de seus territórios, processos de expropriação territorial em função de grandes projetos de infraestrutura, especulação imobiliária, mineração e agronegócio, estratégias de resistência territorial em favelas e periferias urbanas e as novas formas de planejamento regional e urbano que buscam articular desenvolvimento e justiça social. Em um cenário mundial em que as democracias aparecem fragilizadas a partir de governos conservadores e/ou parlamentos controlados por interesses corporativos, religiosos e anti-democráticos, os grupos e elites econômicas impõem uma fragilização e fragmentação ainda mais agressiva aos direitos constitucionais aparentemente garantidos.

Essa perspectiva, ultrapassando a leitura clássica, propõe novas abordagens críticas latino-americanas, como as de Aníbal Quijano (2005) e Arturo Escobar (2010), inserindo a dimensão da colonialidade como chave interpretativa para a compreensão dos territórios do Sul Global, ao mesmo tempo que reafirmam a necessidade de uma nova epistemologia “a partir de” e não “sobre” os territórios. Sem colocar em conflito o global e o local, os autores fundamentam a necessidade de que essa outra epistemologia possa traduzir de forma mais autêntica e real as dimensões das populações do Sul Global. De um modo geral, essas perspectivas ressaltam como a dominação colonial não apenas se expressou em termos econômicos e políticos, mas também configurou espacialidades, subjetividades e epistemologias. Assim, compreender o território implica reconhecer tanto a violência histórica da expropriação e da subordinação quanto às formas de resistência e de construção de alternativas, que se expressam em territorialidades insurgentes, que contrapõe a experiência hegemônica, e em projetos de vida distintos do paradigma moderno-colonial.

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise aprofundada do conceito de território, articulando aportes clássicos e contemporâneos em diálogo com reflexões críticas latino-americanas. Parte-se da compreensão de que o território é indissociável das relações de poder, da produção social do espaço e sua historicidade, ao mesmo tempo em que se abre para múltiplas dimensões identitárias, culturais e políticas, mas também e por isso mesmo, não é uma categoria de análise despossuída de temporalidade e lugar empírico. Nesse sentido, pensar o território é pensar também os modos de habitar, resistir e projetar futuros coletivos em um mundo marcado por contradições entre globalização e financeirização, e processo de lutas sociais e resistências locais.

Primeiramente, apresentam-se as formulações clássicas sobre o conceito de território, destacando suas origens e limites e contribuições para a atualidade. Posteriormente, são analisadas as contribuições contemporâneas, com foco na multiterritorialidade e nos processos de territorialização e desterritorialização. Essa compreensão nos remete ao debate da centralidade das relações de poder e da produção social do espaço e as reflexões latino-americanas sobre território, colonialidade e resistências locais. Por fim, são discutidas as contradições entre globalização e territorialidades insurgentes, apontando caminhos para compreender a

relevância contínua do conceito tanto no campo acadêmico quanto nas práticas políticas e sociais. As considerações finais possibilitam refletir sobre o enfeixamento dos debates, apontando alguns caminhos para a abordagem territorial.

O conceito de território nas Ciências Humanas: o que podemos aprender com os clássicos?

O conceito de território tem suas raízes na geografia moderna, emergindo em estreita relação com o fortalecimento do Estado-nação e com a necessidade de legitimar práticas de dominação, organização espacial e controle político. Nesse contexto, sobretudo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a tradição clássica da geografia conferiu centralidade à relação entre espaço e poder, concebendo o território essencialmente como expressão material do Estado e de sua soberania.

Entre os autores que consolidaram esse marco, Friedrich Ratzel (1844-1904) ocupa lugar destacado. Considerado fundador da Geografia Política, Ratzel foi influenciado pelo organicismo e pelo darwinismo social, concepções que lhe permitiram interpretar o Estado como um organismo vivo que, para sobreviver, necessita expandir-se. É nesse horizonte que o autor formulou a noção de *Lebensraum* (espaço vital), apresentada em sua obra *Politische Geographie*, publicada em 1897. O território, nessa leitura, não se reduz a um recorte físico, mas constitui a base vital do Estado e da sua expansão. Embora tenha desempenhado papel importante na institucionalização da geografia política, tal formulação acabou por naturalizar as relações de poder e fornecer subsídios teóricos a discursos nacionalistas e expansionistas, sobretudo no cenário europeu da virada do século (Ratzel, 1990).

Por um caminho distinto, Paul Vidal de La Blache (1845-1918), reconhecido como o pai da Escola Francesa de Geografia, formulou o possibilismo geográfico em contraposição ao determinismo naturalista ratzeliano. Em sua obra *Tableau de la Géographie de la France*, de 1903, o território é concebido como espaço de interação entre sociedade e natureza. As condições naturais, para Vidal, não impõem um destino, antes oferecem possibilidades a partir das quais as sociedades escolhem seus modos de uso. A geografia, portanto, deveria compreender os modos de vida e a organização social enraizados na materialidade do espaço (território). Essa abordagem, embora mais aberta à historicidade e à ação humana, ainda privilegia uma leitura funcional e naturalizada do território e entendido principalmente como suporte às práticas sociais e econômicas (Vidal de la Blache, 2012). Sua abordagem, embora tenha tentado caminhar por outros pressupostos, matinha o pensamento positivista-funcionalista que lhe era contemporâneo.

Enquanto Ratzel e La Blache mantinham seu foco na disputa entre natureza ou sociedade, além da intensa relação com o Estado e institucionalização da disciplina, em sua obra The Nature of Geography, publicada em 1939 Richard Hartshorne (1899-1992), geógrafo norte-americano, desloca a discussão para uma dimensão metodológica e epistemológica (COSCIONI, 2015). Argumenta o autor que a tarefa da geografia é compreender a diferenciação real da superfície terrestre. Embora não formule uma teoria sistemática do território, Hartshorne contribui para consolidar a noção de território como unidade de análise vinculada à organização espacial do Estado e à distribuição de fenômenos geográficos. Seu esforço metodológico reforçou a centralidade da geografia como ciência voltada à análise da diferenciação e da organização de áreas, mantendo o território como base conceitual implícita (Hartshorne, 1939; COSCIONI, 2015). O autor de certa forma ainda serviu para as naquele momento recentes estratégias de planejamento estatal no mundo capitalista, fundamentalmente alimentadas pelo plano de planificação da então URSS e da ascensão do nazi-facismo alemão-italiano.

Essas formulações clássicas, apesar de suas diferenças, compartilham uma matriz comum, qual seja, atribuem ao território uma materialidade rígida e uma vinculação direta ao Estado, enfatizando suas dimensões físico-políticas em detrimento de aspectos sociais, culturais ou simbólicos. Constituem, assim, um momento inaugural e fundante do conceito, cuja força reside em estabelecer um campo de reflexão sobre a relação entre espaço e poder. Ao mesmo tempo, suas limitações abriram caminho para abordagens críticas e renovadoras que, a partir da segunda metade do século XX, buscaram superar a visão estatal e naturalizada do território, incorporando nele as dimensões da vida social, da produção do espaço e da construção simbólica.

Abordagens contemporâneas sobre território

A discussão sobre território possui, em nossa análise, uma longa trajetória no pensamento ocidental, estando tradicionalmente associado a uma base física delimitada por fronteiras, frequentemente vinculada ao Estado-nação e à ideia de soberania. No entanto, essa concepção se mostrou insuficiente para captar a complexidade dos fenômenos sociais e espaciais contemporâneos.

Um dos autores fundamentais na renovação da discussão é Claude Raffestin (1993). Para ele, o território é inseparável das relações de poder: “o território é produzido a partir do espaço, sendo este o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático que, apropriando-se dele, o territorializa” (Raffestin, 1993, p. 143). Nessa perspectiva, o território não é dado, mas construído, emergindo das práticas de apropriação, controle e significação que os sujeitos exercem sobre o espaço.

Mas é com Henri Lefebvre (1991) que emerge outro elemento central ao debate, alcançando o espaço enquanto produto social. Para o autor, não se trata de um recipiente neutro onde os fenômenos ocorrem, mas de uma produção histórica, na qual as relações sociais se materializam e se reproduzem. Essa concepção abre caminho para pensar o território (ainda confusamente tratada ora aqui, ora ali como espaço) como campo de conflitos, em que múltiplas forças disputam a organização do espaço.

No Brasil, Milton Santos (2000) oferece uma contribuição decisiva ao articular espaço, território e globalização ao meio técnico e informacional. Para ele, o território é "o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence" (Santos, 2000, p. 96). Essa definição destaca tanto a materialidade quanto a dimensão simbólica e afetiva do território, ressaltando sua importância para a compreensão das desigualdades e das práticas sociais. Outros geógrafos brasileiros, como Rogério Haesbaert (2004), ampliam o debate ao introduzir a noção de multiterritorialidade. Para o autor, vivemos em uma sociedade marcada pela coexistência de múltiplos territórios, sobrepostos e interdependentes, que variam entre escalas locais, nacionais e globais. Esse enfoque desloca a ideia de território único e estático, enfatizando sua fluidez e complexidade.

Mais recentemente Haesbaert (2021) faz uma convocação ao pensamento geográfico para incluir no debate a perspectiva decolonial do território. Pensar no território como re-existência, territórios alternativos, territórios insurgentes. Sposito (2009) e Souza (2010) também aprofundam a reflexão ao analisar o território a partir das práticas de planejamento regional e urbano, ressaltando como as políticas públicas constroem e reconfiguram territórios. Nesse sentido, o território se mostra não apenas como objeto de análise acadêmica, mas também como instrumento de ação estatal e de resistência social. A abordagem crítica, portanto, rompe com visões naturalizadas ou exclusivamente jurídico-políticas do território, ressaltando seu caráter relacional e histórico. Como sintetiza Haesbaert, "o território é, antes de tudo, uma relação social mediada pelo espaço" (Haesbaert, 2004, p. 23). Nas últimas décadas, o conceito de território tem se expandido significativamente, acompanhando as transformações sociais, políticas e econômicas que caracterizam o mundo contemporâneo. Esse giro rompe com visões tradicionais que concebiam o território como espaço fixo, homogêneo e exclusivo, permitindo compreender fenômenos contemporâneos como migrações, redes digitais, movimentos transnacionais e comunidades diaspóricas, evidenciando a fluidez e a simultaneidade das territorialidades.

Em alguns trabalhos Marcos Saquet (2007; 2013) vem desenvolvendo o conceito de territorialidade, destacando seu caráter dinâmico como processo de apropriação, simbolização e vivência do espaço. Segundo o autor, a territorialidade envolve dimensões materiais e subjetivas, sendo fundamental para compreender práticas sociais, estratégias econômicas e identidades coletivas. Saquet articula ainda os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, inspirados em Deleuze e Guattari (1995). A territorialização refere-se à criação de vínculos e práticas em um espaço; a desterritorialização, à ruptura desses vínculos, muitas vezes impulsionada por forças econômicas e políticas globais; e a reterritorialização, à recomposição de novos vínculos e práticas em contextos transformados. Esses conceitos permitem interpretar o território como fenômeno estratégico e sujeito a mudanças contínuas, articulando dominação, resistência e criação de novas formas de organização social.

Autores como Sposito (2009) e Iná Elias de Castro (2006) aprofundam o debate ao articular território e planejamento urbano e regional, mostrando que a compreensão das dinâmicas territoriais é essencial para a formulação de políticas públicas, ordenamento territorial e ação política estratégica. O território deixa de ser apenas objeto de análise teórica, tornando-se instrumento de intervenção social capaz de integrar demandas locais e objetivos institucionais de maneira articulada.

Nessa mesma perspectiva, pensando os contextos urbanos, Barbosa (2007) e Moraes (2002) destacam os processos contemporâneos de urbanização e regionalização devem exigir abordagens inovadoras, considerando fenômenos como metropolização, redes técnicas e circulação de capitais e mercadorias, do contrário as análises tornam-se insuficientes para alcançar a complexidade do fenômeno. Nesse contexto, o território emerge como arena de contradições do capitalismo globalizado e de construção de resistências locais, seja por meio de movimentos sociais, associações comunitárias ou práticas culturais que desafiam a lógica dominante. Essa perspectiva, presente também em Milton Santos e David Harvey, concentra-se na dimensão urbana, analisando os territórios a partir das relações sociais, políticas e econômicas, embora tangencie de forma mais limitada as dinâmicas do mundo rural.

Uma última perspectiva que anotamos, ainda que existam outras bastante vigorosas, é a perspectiva do desenvolvimento territorial. O conceito de desenvolvimento territorial, conforme elaborado por Ricardo Abramovay, Arilson Favareto e aprofundado nos documentos do IICA, está intrinsecamente vinculado à noção de território não apenas como recorte espacial ou delimitação geográfica, mas, novamente, como construção social, política e cultural, marcada por relações de poder, identidades coletivas e formas de cooperação. Para Abramovay (2003), o território é um espaço relacional, constituído por redes de atores e instituições

que, ao interagir, produzem capacidade de inovação e dinâmicas econômicas sustentáveis, superando a visão setorial e produtivista do desenvolvimento rural. Favareto (2010), por sua vez, enfatiza que o território é também campo de disputas, onde coexistem projetos de modernização agrícola, muitas vezes excludentes, e iniciativas de desenvolvimento endógeno que valorizam os recursos locais, a diversidade sociocultural e a sustentabilidade. Os trabalhos do IICA (2005; 2010) que pesquisamos, reforça esse entendimento ao propor o território como unidade estratégica de planejamento e intervenção pública, reconhecendo a interdependência entre dimensões econômicas, sociais e ambientais, e destacando a importância da governança participativa. Essas concepções foram mobilizadas em políticas públicas no Brasil, como o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e o Programa Territórios da Cidadania, que buscaram articular associações comunitárias, cooperativas, universidades e órgãos governamentais em arranjos institucionais inovadores. No Território do Sisal, por exemplo, a atuação das cooperativas da agricultura familiar, em diálogo com colegiados territoriais, materializa essa concepção de desenvolvimento territorial como processo de construção coletiva, em que o território se torna palco de resistência, inovação e democratização da gestão pública (Cruz, 2015). Distintamente das proposições em que o território aparece como síntese dos conflitos, esses autores enfatizam o território como resultado da cooperação, associação e da concertação, fluindo para uma boa gestão e governança.

Em síntese, as abordagens contemporâneas revelam o território como processo múltiplo, relacional e dinâmico, cujas dimensões materiais e simbólicas se entrelaçam em redes complexas de poder, identidade e resistência. Mas também como o lugar dos pactos, dos acordos e acertos de boa convivência entre as diferentes formas de estar nele. Conceitos como multiterritorialidade, territorialidade relacional e territórios usados constituem ferramentas teóricas essenciais para compreender conflitos socioespaciais, práticas de reterritorialização e os desafios do mundo globalizado, evidenciando o território como recurso estratégico, arena de disputa e espaço de resistência social, política e cultural; enquanto as conceções, sobretudo de origem cepalina, enfatizam sobremaneira o como lugar de agremiação para ação.

Assim, a análise do território a partir da perspectiva da produção social do espaço, das relações de poder e das dinâmicas contemporâneas de multiterritorialidade e reterritorialização permite apreender sua complexidade como recurso estratégico, arena de disputa e espaço de resistência. Em nossa análise as desigualdades socioespaciais, as tensões entre globalização e identidade local, bem como as práticas de planejamento territorial, só podem ser compreendidas à luz dessas interações, que revelam o caráter profundamente político, social e cultural do território.

Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização

Parte significativa dos debates contemporâneos sobre o território dialoga com a filosofia de Deleuze e Guattari (1995), na qual os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização são concebidos como movimentos imanentes às relações sociais, marcados pela instabilidade, pela fluidez e pela constante reconfiguração das formas de organização espacial, sendo posteriormente reinterpretados no interior da Geografia crítica. São conceitos em debate constante entre geógrafos, sociólogos e historiadores, o que demonstra sua vitalidade explicativa. Esses processos expressam as dinâmicas de constituição, desintegração e recomposição de territórios nas sociedades contemporâneas, permitindo compreender o território não como dado fixo, mas como resultado de fluxos, rupturas e recomposições constantes.

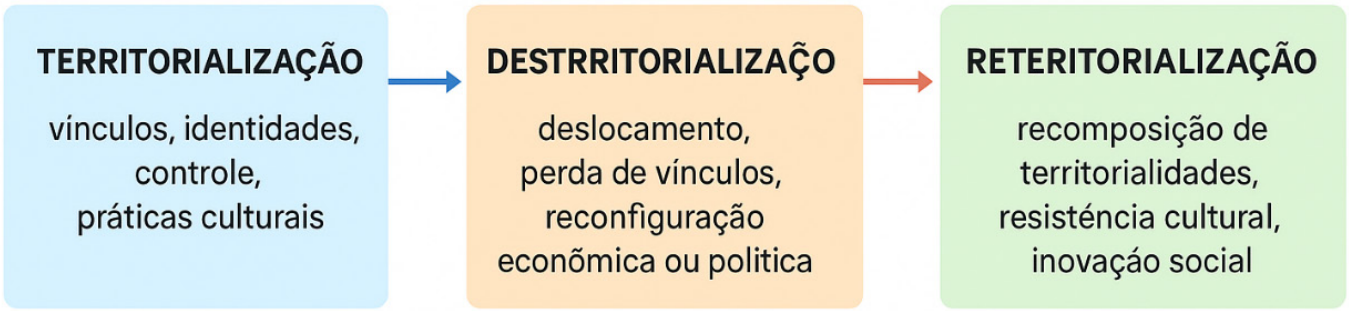
A territorialização refere-se à criação de vínculos, símbolos, identidades e práticas que ancoram grupos sociais em determinado espaço, consolidando-o como espaço de pertencimento e controle. No Brasil, por exemplo, a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ilustra essa dinâmica, na medida em que a ocupação e a reforma agrária transformam lugares anteriormente negligenciadas em territórios estruturados socialmente, com escolas, comissões comunitárias e atividades produtivas que ressignificam o uso da terra (Fernandes, 2012). Também nas cidades, experiências de urbanização participativa em favelas paulistanas, como a Ocupação Mauá ou iniciativas de autogestão, mostram como comunidades redefinem espaços urbanos por meio de regras coletivas, delimitando usos, promovendo serviços essenciais e construindo identidades territoriais compartilhadas (Perlman, 2010; The Guardian, 2021).

A desterritorialização corresponde à ruptura ou deslocamento desses vínculos, frequentemente intensificada por processos econômicos e políticos globais, como migrações forçadas, grandes projetos de infraestrutura e financeirização da economia. Todo o processo que levou à construção de usinas hidrelétricas, como Belo Monte, gerou deslocamento de centenas de famílias indígenas, camponesas e ribeirinhas, redefinindo circuitos produtivos e relações sociais dessas famílias, ao mesmo tempo em que provocou debates públicos e mobilizações contra a perda de territórios tradicionais (Folha de S. Paulo, 2019). Essa perspectiva também se manifesta em territórios urbanos, onde reformas de grandes áreas centrais em cidades brasileiras e latino-

americanas resultam na expulsão de populações de baixa renda, fragmentando comunidades e alterando a dinâmica social, como ocorreu na reforma da região da Luz em São Paulo ou na modernização do centro histórico de Medellín (Harvey, 2005). O debate sobre o "mito da desterritorialização" enfatiza que esses processos não eliminam territorialidades, mas reconfiguram vínculos e relações, criando novas formas de pertencimento, muitas vezes mais complexas e híbridas (Haesbaert, 2004).

Já a reterritorialização diz respeito à recomposição de vínculos e significados após a desterritorialização. Comunidades quilombolas e indígenas no Brasil, deslocadas por empreendimentos econômicos, reorganizam suas práticas culturais, sociais e produtivas em novos territórios, ou reforçam lutas de resistência em seus espaços tradicionais, como visto em reportagens sobre reassentamentos de comunidades no Pará e na Amazônia (O Estado de S. Paulo, 2020). Internacionalmente, o movimento zapatista no México redefine suas práticas políticas e culturais em resposta a políticas neoliberais e à pressão do mercado, articulando autonomia territorial, educação comunitária e organização social em uma estratégia de reterritorialização insurgente (Escobar, 2005). A multiplicidade de territórios vividos, ou multiterritorialidade, proposta por Haesbaert (2004), demonstra que indivíduos contemporâneos transitam entre diferentes espaços simultaneamente, construindo identidades móveis e múltiplas, que coexistem com as estruturas materiais e simbólicas dos lugares.

Figura 1: Mapa conceitual Territorialização, desterritorialização e reterritorialização



Fonte: Elaborado ção do autor, com utilização da plataforma Canva.

Há, portanto, uma relação, não necessariamente isolada desses conceitos, já que podem acontecer simultaneamente. É que nos informa Milton Santos (2000), ao ressaltar que a globalização intensifica simultaneamente desterritorializações e novas territorializações. Os massacres às populações palestinas no território de Gaza, promove deslocamentos de populações e circuitos produtivos, mas ao mesmo tempo favorece a emergência de redes de solidariedade e organização comunitária, local e global, que redefinem práticas e significados nesses territórios. Esse movimento também é visível em Estados-nação cuja aparente paz democrática é imperiosa, como em assentamentos urbanos e rurais que articulam economia solidária, agricultura familiar e redes de comércio local, resistindo à lógica homogênea do mercado global e promovendo novas territorialidades. Se por um lado fortalece-se essa dimensão, por outro está penumbral a cidadania negada, a violência da ausência estatal, e o desequilíbrio econômico-político do mercado. A colonialidade do poder, destacadas por Enrique Leff (2001) e novamente Arturo Escobar (2005), na América Latina, retroalimentam processos de desterritorialização estreitamente ligados à atividades extrativistas que deslocam comunidades, enquanto a reterritorialização se manifesta na recuperação de práticas culturais, ambientais e identitárias, como em projetos de conservação territorial indígena no Chaco paraguaio ou nas reservas extrativistas da Amazônia (Svampa, 2019). Entretanto, nada disso deixa claro porque essas populações precisam dar lugar, do seu território, ao extrativismo que abastece o capital.

Podemos também identificar as sobreposições (*overlays*) de desterritorialização e reterritorialização em dinâmicas onde é o Estado que realiza em nome de um "comum" abstrato ou da vontade pública, igualmente abstrata. Ainda há processos em que a presença estatal (poder público) em acordo como capital (indústrias, comércio, mineradoras) para o desenraizamento de populações e/ou movimentos. Nesses casos o poder de mobilização ou dos grupos de pressão podem garantir a permanência ou a ressignificação territorial em processos decisórios cujo resultado não signifique sempre perda para as populações e movimentos sociais.

Alguns fatores desestabilizam, deslocam ou fragmentam o território (*overlay* de desterritorialização), como Projetos de infraestrutura **(**rodovias, barragens, grandes obras urbanas), Financeirização (especulação fundiária, crédito direcionado, investimento externo), Migração **(**êxodo rural, migração forçada ou econômica) e políticas neoliberais (privatizações, flexibilização do trabalho, redução de direitos sociais). Esses *overlays* de desterritorialização obrigam sobreposições ao território, indicando pressão, deslocamento ou perda de controle sobre recursos e espaços para quem pertence ao território.

Figura 2: Mapa de Overlay Desterritorialização e Reterritorialização.



Fonte: Elaborado ção do autor, com utilização da plataforma Canva.

Figura 3: Contextos de reterritorialização e resistência.



Fonte: Elaborado ção do autor, com utilização da plataforma Canva.

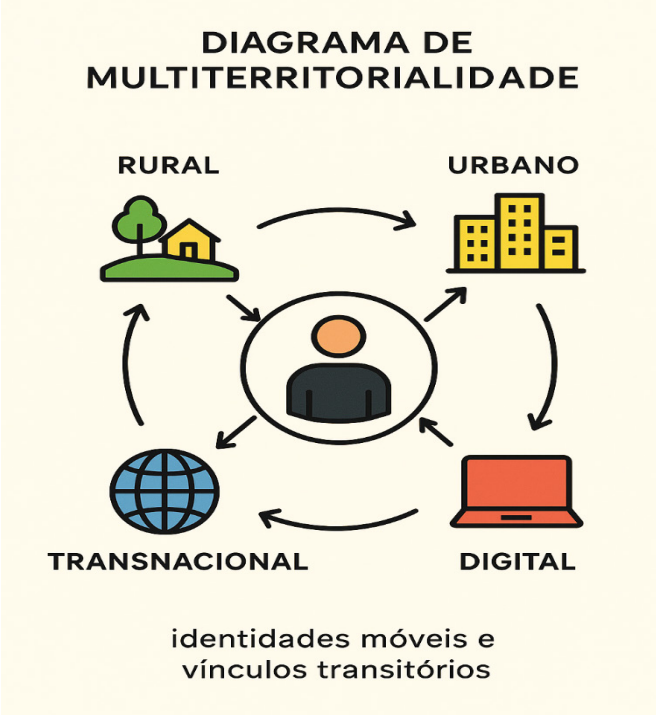
Já o *overlay* de reterritorialização, implicam processos que ressignificam, reapropriam ou consolidam territórios, provisória ou permanentemente. Como a organização por meio de Movimentos sociais ou coletivos (ocupações urbanas, lutas por terra, associações comunitárias), reassentamentos (realocação planejada, assentamentos rurais, programas de habitação), economia solidária (cooperativas, agricultura familiar, feiras comunitárias), práticas culturais (festas, religiões, tradições, patrimônios locais).

O sentido dado a esses processos é de reestruturação das relações sociais, a partir de processos de resistência, reconstrução e apropriação. Conflitos em grandes obras, grilagem, expulsão ou especulação, tendem a gerar resistências nos territórios com mobilização comunitária, movimentos sociais ativos ou coletivos, que se mobilizam para enfrentar o contencioso, reivindicando os territórios de pertencimento. Também há uma tendência à criação de territórios de ressignificação, zonas onde práticas culturais ou economia solidária transformam a percepção e função do novo território, dando novo sentido e significado ao território ocupado.

O capitalismo global, portanto, conforme argumenta David Harvey (2005), intensifica a desterritorialização por meio da acumulação por espoliação, que fragmenta espaços e populações, reorganizando territórios segundo interesses financeiros e mercadológicos. Ao mesmo tempo, movimentos sociais produzem formas criativas de reterritorialização, combinando resistência, inovação social e práticas culturais, como os assentamentos rurais agroecológicos em Pernambuco, que associam produção sustentável e identidade comunitária (Petrônio; Figueiredo, 2017). Assim, territorialização, desterritorialização e reterritorialização constituem processos simultâneos e contraditórios, em que enraizamento e desenraizamento, perda e reinvenção, fixidez e fluidez, coexistem, revelando o caráter profundamente político, social e cultural do território.

Essa abordagem evidencia que o território contemporâneo não desaparece frente à globalização, mas se transforma e se adapta continuamente, sendo espaço de disputa, resistência e produção de sentido social, em uma dinâmica permanente local - global - local, ou simplesmente *glocal*, para usar o neologismo proposto por Santos (2000). Ao integrar práticas culturais, políticas e econômicas, a tríade conceitual de Deleuze e Guattari, articulada com os estudos de Santos, Haesbaert, Harvey, Escobar e Leff, é possível compreender a complexidade das dinâmicas territoriais contemporâneas, destacando a multiplicidade de processos de apropriação/reapropriação, deslocamento e recomposição que moldam a vida social e o espaço vivido. Mas também e de forma categoria que a democracia territorial (ou justiça espacial?) acontece da mesma forma desigual e seletiva, pressupondo que há lugares onde as famílias “tradicionais” ou os empreendimentos econômicos estão protegidos, e alhures (tantas vezes na esquina do lado) a vulnerabilidade e hierarquização informam, senão determinam, que essa ideia mesma é não apenas seletiva como uma decisão de quem deve viver ou morrer, quem pode ou não ser soberano (Foucault, 1988; Mbembe, 2018).

Figura 4: Diagrama de multiterritorialidade.



Fonte: Elaborado ção do autor, com utilização da plataforma Canva.

Perspectivas latino-americanas

A América Latina possui uma tradição específica na reflexão sobre território, fortemente marcada por processos históricos de colonização, exploração econômica, desigualdades persistentes, crises democráticas e resistência cultural. Diferentemente das abordagens clássicas, centradas na soberania estatal e no espaço físico, as perspectivas latino-americanas enfatizam a dimensão social, política e cultural do território, incorporando elementos de identidade, interseccionalidades, memória, luta de classes e luta por direitos. Essa abordagem amplia a compreensão do território como um espaço dinâmico e enraizado, atravessado por relações de poder, práticas sociais e processos históricos, e não apenas como uma porção geográfica delimitada, colocando campos do conhecimento em intrerconexões analíticas propositivas que fizeram dialogar a geografia e a cultura (Ceceña, 2018); ciência política, sociologia rural e territórios (Cruz, 2021); e, de forma ainda mais sofisticada articulam modelos de governo, participação social e a geografia (Vieira, 2026).

Desse modo, a partir da ideia de colonialidade, Quijano (2005) oferece uma contribuição para refletir a

organização social e espacial da América Latina moldada pela imposição europeia de categorias de poder, raça, hierarquização/subalternização e território. Segundo Quijano, a construção do território colonial não se limitou à exploração física da terra, mas incluiu a hierarquização de populações, a imposição de fronteiras e a desconsideração das territorialidades indígenas e afrodescendentes, subalternizando-as a condição de não humano. O território, nesse sentido, é um espaço de dominação e exclusão, mas também de resistência e reapropriação. Isso porque as populações não assistem paradas e alienadas a esses processos. Antes pelo contrário. Alguns movimentos sociais e organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)[1] no Brasil, que luta pela reforma agrária e pela ocupação de terras improdutivas, promovendo democratização da terra, e formação de assentamentos com base em princípios agroecológicos, e a Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB) na Bolívia[2], demonstram que no processo histórico a politização dos territórios enfrenta esses processos de colonialidade, articulando demandas territoriais e políticas de preservação cultural frente à expansão de projetos extrativistas.

Acompanhando essa leitura, retornamos a Escobar (2010) porque ele amplia essa abordagem ao propor o conceito de *territorios de diferencia*, espaços socialmente produzidos por comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas, que desafiam as lógicas neoliberais e propõem modos alternativos de vida, como o *buen vivir*. Escobar afirma que os territórios da diferença são lugares de resistência e de criação de mundos outros, nos quais a vida é pensada para além da lógica capitalista. Entre os exemplos de movimentos nacionais, destaca-se o Movimento Indígena do Equador, que organizou mobilizações históricas contra reformas neoliberais e projetos de mineração em territórios ancestrais; e o Pueblo Mapuche no Chile, que tem defendido terras frente à exploração florestal e à construção de hidrelétricas, mantendo práticas culturais e comunitárias como estratégia de resistência territorial.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) relaciona o território à geopolítica ambiental, destacando que a globalização intensifica a apropriação dos recursos naturais, impactando diretamente comunidades locais. Para Porto-Gonçalves, os territórios latino-americanos são atravessados por contradições entre a preservação de modos de vida tradicionais e a expansão de lógicas extrativistas globais. Nessa perspectiva, alguns movimentos de resistência e luta pelo território são emblemáticos, entre eles o movimento indígena da Amazônia peruana[3] (Chirif; García Hierro, 2007), que se organizou nacionalmente contra a invasão de seus territórios e o avanço de atividades extrativistas, como a exploração madeireira, de petróleo e o cultivo de coca; o Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC)[4], na Colômbia, onde comunidades indígenas atuam em defesa de terras ancestrais e proteção ambiental, combinando lutas jurídicas e mobilizações sociais.

Em torno do tema do fenômeno do neoextrativismo, a autora Maristella Svampa (2016; 2019), realiza uma análise interpretativa criativa e complexa ao caracterizar esse fenômeno pela exploração intensiva de recursos naturais com lógica de exportação, observando seus impactos sobre territórios e populações locais. Svampa mostra que esse modelo econômico gera conflitos territoriais (interterritoriais e entre territórios), ao mesmo tempo em que fortalece formas de resistência e reterritorialização (Svampa, 2016). Conforme a caracterização da autora, podemos identificar diversos movimentos nacionais de destaque, como o Movimento de atingidos por barragens no Brasil (MAB), que mobiliza comunidades atingidas por hidrelétricas em ações de resistência, exigindo reassentamento digno e compensações; e o Movimiento de pueblos del sur de México, como uma ampla frente que abriga dentre outras organizações o Exército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) e o Congreso Nacional Indígena (CNI), organizando protestos e campanhas jurídicas principalmente contra a instalação de projetos eólicos e mineradoras em terras indígenas e camponesas[5].

O enfoque latino-americano evidencia, que o território acompanha empiricamente, ou seja, é simultaneamente instrumento de dominação e espaço de insurgência. Olhar apenas como lugar de dominação ofusca a cultura política de resistência, essa é a principal impressão quando elaboramos e analisamos o Quadro 1. Nele, comunidades quilombolas, indígenas e rurais reinterpretam suas territorialidades, preservando saberes locais, identidades culturais e relações com a natureza, vivendo o território de forma dinâmica, como campo de disputa, mas não somente. Quando movimentos nacionais em países como Brasil, Bolívia, Chile, Equador e México demonstram, que a partir de suas atuações ainda que o conflito seja parte de uma estrutura estruturante, ou de um sistema de ações, leem o território (ou a totalidade-mundo) como possibilidade também de cooperação. É possível pensar de forma muito evidente nesses movimentos que anotamos, a articulação entre mobilização social, defesa de direitos territoriais e preservação ambiental constituindo estratégias de insurgência frente a políticas excludentes e modelos de desenvolvimento hegemônicos. O que as análises que encontramos demonstram é que há possibilidade de integrar as perspectivas latino-americanas ao debate sobre território, ampliando-se a compreensão das múltiplas dimensões em torno desse conceito (histórica, social, política, cultural e ambiental), mas essa leitura não está limitada a uma dimensão. Não se limita à materialidade ou à soberania do Estado-nação, envolve ainda relações de poder, identidade e resistência, fundamentais para compreender

Quadro 1: Caracterização movimentos de resistência nacional-territorial no contexto latino americano.

Movimento / Organização	Surgimento	Atuação	País	Principais bandeiras atuais
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	1984	Ocupação de terras improdutivas; construção de assentamentos; agroecologia; educação do campo	Brasil	Reforma agrária popular; soberania alimentar; justiça social; agroecologia
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	1989-1991	Mobilização de populações deslocadas por barragens; incidência política e jurídica	Brasil	Reassentamento digno; reparação integral; direitos energéticos; justiça ambiental
Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC)	1971	Defesa de territórios indígenas; educação intercultural; autonomia política	Colômbia	Autonomia territorial; direitos coletivos; proteção ambiental; autodeterminação
Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE)	1986 (marco político em 1990)	Levantes indígenas; articulação nacional contra políticas neoliberais e extrativistas	Equador	Plurinacionalidade; defesa territorial; direitos da natureza; justiça social
Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDESEP)	1980	Representação de povos amazônicos; resistência a projetos extrativistas	Peru	Defesa da Amazônia; autodeterminação; direitos territoriais; proteção ambiental
Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN)	1994	Autonomia territorial; autogoverno; resistência ao neoliberalismo	México	Autonomia indígena; anticapitalismo; democracia direta; defesa do território
Congreso Nacional Indígena (CNI)	1996	Articulação nacional de povos indígenas; redes de resistência territorial	México	Defesa dos territórios; autodeterminação; resistência a megaprojetos
Coordinadora Arauco-Malleco (CAM)	1998	Recuperação territorial; ações diretas contra empresas florestais	Chile	Territorialidade mapuche; autonomia; resistência ao extrativismo
Povo Mapuche (rearticulação contemporânea)	Décadas de 1980-1990	Mobilização sociopolítica; revitalização cultural; disputas territoriais	Chile / Argentina	Direitos territoriais; autodeterminação; preservação cultural e ambiental

Fonte: Elaborado ção do autor,

os desafios contemporâneos da região, particularmente o Sul Global e suas expressões na política, na vida pública, na esfera privada, e na dimensão comunitária. Tal abordagem permite interpretar o território como espaço vivo, constantemente produzido e reconfigurado, onde coexistem conflitos e alternativas, exploração e autonomia, memória e criação de futuros possíveis.

É justamente na disputa pelo território que se evidencia, de outro modo, a qualidade da democracia nos territórios e suas populações. Ainda que não tenhamos explorado suficientemente essa dimensão, trata-se de uma dimensão crucial para compreender as formações histórico-sociais dos Estado e as suas populações (Cruz, 2021), como também as permanências e mudanças políticas dos grupos demandantes (Cruz; Ruano-Ibarra, 2021). Sem compreender como a disputa democrática acontece nos territórios, entre grupos, movimentos sociais e movimentos conservacionistas, coletivos e mesmo o ressurgimento organizado da extrema direita, todo o debate sobre território como lugar de disputa e luta política se esvazia. É, portanto, na e para a ampliação de espaços e públicos participativos que tem caminhado a experiência concreta nos territórios a partir das experiências concretas do fazer coletivo no território. O que inclui, claro, está, a disputa em condições não igualitárias, a despeito da teoria normativa democrática, da ascensão da extrema direita e da desdemocratização (Cruz, 2025).

Giro ou grito epistemológico?

Por isso mesmo é preciso acompanhar o giro epistemológico que em curso no conhecimento científico, a fim de dar conta de perspectivas “a partir de” e não “sobre”. Como percebem e vivem nos territórios vividos as comunidades quilombolas, ribeirinhas ou de fundo e fecho de pasto, essa perspectiva da resistência?

Nesse sentido, as comunidades tradicionais brasileiras (ribeirinhas, de fundo e fecho de pasto e quilombolas) constituem experiências concretas de produção territorial que desafiam concepções clássicas e contemporâneas de espaço. O território, nesse contexto, não é apenas um recorte físico ou administrativo, mas um espaço socialmente produzido, atravessado por relações de poder, memória, cultura e modos de vida (Oliveira; Silva, 2017). Os autores que discutimos ao longo do artigo ofereceram bases para compreender a interdependência entre sociedade e meio natural. Enfatizam a configuração espacial como produto da ação humana em interação com o ambiente, destacando a dimensão coletiva da apropriação do espaço, especialmente visível nas comunidades ribeirinhas, comunidades que se organizam e habitam às margens dos rios, cuja dinâmica determina práticas de pesca, extrativismo e mobilidade sazonal. A territorialidade ribeirinha, portanto, é relacional e fluida, articulando dependência ecológica, usos coletivos e saberes tradicionais, ainda de pressões do capital e do Estado, principalmente por conta de projetos de barragens.

Do mesmo modo é possível propor uma análise a partir de uma lente que permita compreender as comunidades de fundo e fecho de pasto, cujos modos de ocupação do território são historicamente construídos a partir de relações sociais e manejo agropecuário tradicional. A posse da terra, nesse caso, é socialmente legitimada, marcada por genealogia, memória coletiva e práticas de gestão coletiva e comunitária. Essas comunidades frequentemente enfrentam pressões externas, como políticas de regularização fundiária ou projetos de desenvolvimento, que configuram na prática processos de desterritorialização, ou seja, deslocamentos forçados ou restrições à autonomia territorial. A violência privada ou estatal nesses casos dilacera e fragmenta as vivências e experiências culturais e histórico-sociais dessas comunidades, seja pela omissão (que é também uma ação) que permite a ação de capangas armados, ou pela ação policial direta, com ou sem autorização da justiça, a fim de atender novamente ao capital, nesse caso aos interesses de ruralistas ou de empresas eólicas.

Poderíamos estender a múltiplos exemplos concretos, em comunidades rurais, observando como o território é um produto social e histórico, atravessado por fluxos, redes e desigualdades (Santos, 2000). Essa perspectiva sintetiza a compreensão da territorialidade quilombola, por exemplo, cuja dimensão simbólica e política reflete resistência histórica contra a escravidão, marginalização e processos de extermínio e expulsão, em uma sociedade cuja democracia é racializada (Cruz, 2025). O território quilombola é simultaneamente espaço de reprodução cultural, arena de disputa democrática e *locus* de negociação de direitos. Processos de desterritorialização, como pressões urbanísticas, mineração ou projetos imobiliários, podem ser respondidos com estratégias de reterritorialização, que incluem mobilização comunitária, ações judiciais e parcerias com universidades e órgãos públicos.

Mesmo que cada comunidade encaminhe seus processos a partir de suas relações histórico-culturais, a perspectiva territorial e a territorialidade estão presentes em suas lutas e processos de resistência, e se articulam de forma intensa com dinâmicas que ultrapassam suas dimensões locais. É por exemplo como observamos as questões territoriais no Quilombo Rio dos Macacos na cidade de Salvador, Bahia, como analisado por Cordeiro (2020). Ali, ainda que o enfrentamento aos projetos urbanos de grande impacto esteja explícito, essas ações combinam mobilização comunitária, ações jurídicas e pesquisas acadêmicas como forma de garantir direitos territoriais, justiça social e ambiental e finalmente o direito de permanecer no território habitado. Como nos diz Cordeiro, o conflito com a Marinha é apenas parte de um processo profundo de subalternização histórica e cultural longeva dessas populações (Cordeiro, 2020).

Do mesmo modo, as lutas dos povos originários em toda a América Latina e seus territórios não podem ser compreendidos apenas como recortes geográficos ou como recursos a serem explorados dentro da lógica capitalista. Eles constituem espaços de vida, nos quais se expressam cosmovisões próprias, temporalidades distintas e formas alternativas de organização política. Inclusive a possibilidade de “negociar” em seu próprio nome suas terras e territórios. Em diálogo com Gonçalves (2002), é possível afirmar que a luta dessas populações pela defesa e reinvenção de seus territórios representa não apenas um embate por terras, mas um confronto civilizatório, ou seja de um lado, a territorialidade imposta pelo Estado e pelo capital, orientada pela apropriação e mercantilização da natureza; do outro, a territorialidade originária, baseada na reciprocidade, no cuidado e na continuidade da vida. Assim, pensar os territórios das populações originárias a partir da proposta de “reinvenção territorial” de Gonçalves implica reconhecer que esses espaços não são resquícios do passado, mas laboratórios de futuro, capazes de oferecer alternativas à crise ambiental e social contemporânea. São territórios insurgentes que reconfiguram a geopolítica da região, evidenciando que a América Latina é lugar de resistência, mas também de invenção de novos mundos possíveis, o que não exclui a reificação desse mundo, sob o manto indelével da colonialidade. Esses casos que trouxemos ao longo de nosso artigo, evidenciam o território tradicional como espaço de resistência, de produção social e de reinvenção cultural, em que territorialidade é uma prática coletiva que articula memória, identidade e cidadania.

As comunidades produzem territórios vivos, atravessados por processos de desterritorialização e reterritorialização, que revelam tensões entre interesses

mercantis e direitos sociais, entre políticas públicas e práticas culturais. Além disso, movimentos sociais como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), por exemplo, desempenham papel central na defesa de territórios, na mobilização política e na implementação de estratégias de desenvolvimento local, fortalecendo o protagonismo comunitário. A atuação desses movimentos demonstra que a disputa pelo território não é apenas material, mas também simbólica e política, envolvendo participação democrática, reivindicação de direitos e preservação de modos de vida tradicionais.

Portanto, o estudo das comunidades tradicionais confirma que território e territorialidade, não podem ser concebidos de forma abstrata ou unidimensional. São processos dinâmicos, continuamente produzidos e recriados, nos quais memória, identidade, cultura, política e ambiente estão profundamente entrelaçados. O território emerge como campo de conflito e negociação, e as práticas comunitárias representam formas de democracia territorial, em que o pertencimento, o direito à terra e a autonomia cultural são exercidos e defendidos coletivamente.

Considerações finais

Pensar o território é, em última instância, pensar sobre o próprio modo como a vida se organiza em meio a forças que produzem vínculos e rupturas. Ao longo deste percurso, ficou evidente que o território não pode ser reduzido a um recorte físico ou à extensão do poder estatal. Ele é, sobretudo, um espaço vivido, tecido por memórias, afetos, resistências e também por conflitos e violências.

As abordagens clássicas, ainda que fundamentais, mostraram-se insuficientes diante das dinâmicas contemporâneas. Ao lado da leitura crítica, o território se revela como processo construído**:** sempre em disputa, sempre em transformação. A articulação entre teoria clássica, abordagens contemporâneas e perspectivas latino-americanas permite não apenas apreender a complexidade do território, mas também iluminar caminhos para políticas públicas, planejamento urbano-regional e práticas de resistência que promovam equidade e sustentabilidade.

A multiterritorialidade, as dinâmicas de territorialização e desterritorialização e a própria reterritorialização insurgente nos lembram que habitar o espaço não é apenas ocupar, mas criar sentidos e modos de vida. Afinal, porque discutir, pesquisar e refletir sobre território em tempos de globalização? O território não é apenas um espaço físico delimitado, mas resultado de relações sociais, práticas culturais e políticas de poder (Raffestin, 1993; Lefebvre, 1991; Santos, 2000). Assim os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização revelam a dinâmica do território, sua fluidez e sua reconfiguração constante diante de transformações econômicas, políticas e culturais (Deleuze; Guattari, 1995; Harvey, 2005). As perspectivas latino-americanas ampliam a compreensão do território, incorporando a dimensão histórica da colonização, a luta contra a desigualdade e a resistência de comunidades indígenas, quilombolas e rurais (Quijano, 2005; Escobar, 2010; Svampa, 2019). É simultaneamente campo de dominação e arena de resistência, evidenciando sua centralidade para compreender as desigualdades, os processos de globalização e as formas alternativas de organização social e ambiental (Porto-Gonçalves, 2006; Svampa, 2016).

Portanto, compreender o território é fundamental para análises críticas do espaço, das relações de poder e das estratégias de resistência. A multiplicidade de enfoques apresentados evidencia que o território é, acima de tudo, um conceito relacional, histórico e dinâmico, cuja compreensão é imprescindível para pesquisas em geografia, sociologia, planejamento territorial, antropologia e estudos latino-americanos.

A conjugação de globalização e resistência mostra que o território é simultaneamente vulnerável e potente. Ele não é apenas um objeto passivo da ação do capital ou do Estado, mas um espaço dinâmico, sujeito a práticas insurgentes que produzem sentido, identidade e alternativas de vida. Assim, compreender o território implica analisar tanto os processos de dominação quanto os mecanismos de resistência e criação social.

Mais do que um conceito, o território se apresenta como desafio e como projeto político. Desafio, porque expõe as contradições de uma sociedade marcada pela desigualdade e pela violência estrutural. Projeto político, porque nele se abrem brechas de resistência, invenção e democratização, lugares onde a vida insiste em afirmar-se para além das fronteiras impostas, criando novas territorialidades possíveis.

Notas

[1]O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi constituído em 1984, no contexto das lutas pela democratização do país e da intensificação dos conflitos agrários, articulando trabalhadores rurais em torno da luta pela reforma agrária. Conforme Fernandes, sua formação resulta da convergência de experiências regionais de ocupação de terras e da organização coletiva de camponeses, configurando-se como um movimento socioterritorial que produz e disputa territórios no campo brasileiro (Fernandes, 2000).

[2]A emergência de organizações indígenas como a Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano

deve ser compreendida no contexto das transformações sociopolíticas bolivianas ocorridas a partir das décadas de 1970 e 1980, quando povos indígenas das terras baixas passaram a se articular politicamente em torno da defesa de seus territórios, identidades e formas próprias de organização. Segundo Albó, esse processo expressa não apenas uma reação às políticas estatais de marginalização, mas também a construção de novos sujeitos coletivos que reivindicam reconhecimento, autonomia e participação na redefinição do Estado boliviano (Albó, 2002).

[3]O movimento indígena amazônico peruano, articulado sobretudo em torno da Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana, consolida-se a partir das décadas de 1970 e 1980 como expressão da organização política dos povos indígenas da Amazônia em defesa de seus territórios, modos de vida e direitos coletivos. Conforme analisam Alberto Chirif e Pedro García Hierro, esse processo está diretamente relacionado à luta pela titulação territorial e ao enfrentamento das formas de expropriação impostas pelo Estado e pelo avanço de projetos econômicos sobre a floresta, configurando o território como eixo central da mobilização indígena (Chirif; García Hierro, 2007).

[4]Segundo Rappaport (1990), o Consejo Regional Indígena del Cauca foi criado em 1971, no departamento do Cauca, na Colômbia, como uma das primeiras organizações indígenas contemporâneas da América Latina. Sua formação está vinculada à luta pela recuperação de terras, defesa dos territórios ancestrais e fortalecimento das formas próprias de organização política e cultural dos povos indígenas. Para a autora, o CRIC constitui-se como um sujeito coletivo que articula identidade, território e autonomia, desempenhando papel central na construção de formas próprias de governança indígena e na resistência às dinâmicas de expropriação e marginalização (Rappaport, 1990).

[5]Longe de constituírem apenas movimentos de contestação conjuntural, essas experiências configuram formas de organização política enraizadas na defesa dos territórios e na construção de autonomias locais, nas quais o território é compreendido como espaço de vida, reprodução sociocultural e exercício de autogoverno. Conforme analisam Neil Harvey e Gilberto López y Rivas, tais articulações expressam a constituição de sujeitos coletivos que, a partir de suas territorialidades, confrontam as formas hegemônicas de poder estatal e neoliberal, propondo alternativas baseadas em práticas comunitárias, redes de solidariedade e formas próprias de governança (Harvey, 1998; López y Rivas, 2004.).

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (orgs.). Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: UNESP; EDUSP, 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALBÓ, Xavier. Pueblos indígenas en la política. La Paz: CIPCA, 2002.

BARBOSA, Jorge Luiz. O ordenamento territorial na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, Milton et al. Território, territórios: ensaios de ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 125-144.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CECEÑA, Ana Esther. Territorialidade do poder. Inclusions Magazine, [S. l.], p. 178-193, 2018. Disponível em: https://revistainclusiones.org/index.php/inclu/article/view/2257. Acesso em: 28 ago. 2025.

CORDEIRO, Paula Regina de Oliveira. Cartografias e conflito territorial no Quilombo Rio dos Macacos. Vivência: Revista de Antropologia, Natal, v. 1, n. 55, p. 1-15, jul. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/21693. Acesso em: 28 ago. 2025.

COSCIONI, Fernando José. Reflexões sobre as posições epistemológicas de Richard Hartshorne em The Nature of Geography. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 11-24, 2015.

CRUZ, Danilo Uzêda da. A democracia deslindada. Feira de Santana: EDUEFS, 2025.

CRUZ, Danilo Uzêda da. A estratégia territorial e a criação de públicos participativos: apontamentos para discussão. In: SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; COELHO NETO, Agripino Souza; SILVA, Onildo Araújo da (orgs.). (Re)pensando as políticas públicas: o Estado na interface entre participação e movimentos sociais. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

CRUZ, Danilo Uzêda da. O Estado contemporâneo na América Latina: história e teoria política. Salvador: Pinaúna, 2021.

CRUZ, Danilo Uzêda da; RUANO-IBARRA, Elizabeth (orgs.). Democratización, inestabilidad y desigualdades en América Latina. Campos dos Goytacazes: Associação Latino-Americana de Ciência Política, 2021.

CRUZ, Danilo Uzeda. Estado, desenvolvimento e política pública: espaços participativos na gestão dos Territórios de Identidade na Bahia. Salvador: EGBA, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DUARTE, Joana das Flores; GROSSI, Patrícia Krieger; ALMEIDA, Eliane Moreira de. Luta pelo território: as experiências sociais das mulheres quilombolas no âmbito das políticas públicas. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 25, n. 2, p. 618-635, 2022. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/18463. Acesso em: 29 ago. 2025.

ESCOBAR, Arturo. Más allá del Tercer Mundo: globalización y diferencia. Bogotá: ICANH, 2005.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes. Medellín: Envión, 2010.

FAVARETO, Arilson. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Brasil. Revista NERA, [S. l.], n. 1, 2012. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1495. Acesso em: 29 ago. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. Desapropriações em Belo Monte provocam deslocamento de comunidades indígenas. São Paulo, 2019.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2008.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARTSHORNE, Richard. Propósitos e natureza da geografia. São Paulo: Hucitec, 1978.

HARTSHORNE, Richard. The concept of geography as a science of space, from Kant and Humboldt to Hettner. Annals of the Association of American Geographers, v. 48, n. 2, p. 97-108, 1958.

HARTSHORNE, Richard. The nature of geography. Lancaster: Association of American Geographers, 1939. ed. 2000.

HARVEY, David. A condição da pós-modernidade. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, Neil. The Chiapas Rebellion: the struggle for land and democracy. Durham: Duke University Press, 1998.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). A nova ruralidade na América Latina e o Caribe. San José: IICA, 2005.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). Desenvolvimento territorial rural sustentável: lições da experiência latino-americana. San José: IICA, 2010.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. São Paulo: UNESP, 2000.

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: ciência, sociedade e natureza. Petrópolis: Vozes, 2001.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. Autonomías: democracia o contrainsurgencia. México: Era, 2004.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n. 1 edições, 2018.

MONTEIRO, Gabriel Romagnose Fortunato de Freitas; ALMEIDA, Adriani Lameira Lameira Theophilo de. Território e territorialidades dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade, v. 1, n. 1, p. 137-165, 2020. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/riet/article/view/12968. Acesso em: 29 ago. 2025.

MORAES, Carlos. Território e desenvolvimento regional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

O ESTADO DE S. PAULO. Reassentamento de comunidades na Amazônia. São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, Andressa Rodrigues Sensato; SILVA, Carla Holanda da. Território, territorialidade e identidade territorial. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 27, n. 49, p. 411-426, 2017. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/p.2318-2962.2017v27n49p411. Acesso em: 29 ago. 2025.

PERLMAN, Janice. Favela: four decades of living on the edge in Rio de Janeiro. Oxford: Oxford University Press, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana. In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir (orgs.). Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 151-197. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar. Acesso em: 28 ago. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. Ecuador Debate, Quito, n. 44, p. 227-238, 1998. Disponível em: http://hdl.handle.net/10469/6042.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

RAPPAPORT, Joanne. The politics of memory: native historical interpretation in the Colombian Andes. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

RATZEL, Friedrich. Geografia política. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2000.
SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo: Hucitec, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Contexto, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 77–116.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Contexto, 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SVAMPA, Maristella. Las desigualdades territoriales en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2019.

SVAMPA, Maristella. Las fronteras del neoextractivismo en América Latina. Buenos Aires: CALAS, 2019.

THE GUARDIAN. Urban occupations and community organization in São Paulo. Londres, 2021.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. As características próprias da geografia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

VIEIRA, Vanessa da Silva. Ascensão petista ao governo do estado da Bahia. Revista Brasileira de Ciências Sociais Aplicadas, v. 2, n. 1, 2026.

DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

FEIRAS LIVRES COMUNITÁRIAS E AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTO ESTÊVÃO-BA

COMMUNITY STREET MARKETS AND FAMILY FARMING IN SANTO ESTÊVÃO-BA

Gilmar Oliveira da Silva

Geógrafo (UEFS). Mestrando em Planejamento Territorial (PLANTERR/UEFS), gosilva780@gmail.com

Resumo

A Feira Comunitária da Urbis, localizada na Praça Valter Vieira Oliveira no bairro Urbis, em Santo Estêvão-BA, representa um espaço central de comercialização da agricultura familiar, articulando produção rural e consumo urbano. Inserido em região de clima semiárido, com solos argilosos e arenosos e vegetação de caatinga, o município apresenta desafios naturais que influenciam a prática agrícola. A pesquisa utilizou abordagem qualitativa e quantitativa, por meio de revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários estruturados junto aos feirantes e consumidores, visando compreender o perfil socioeconômico, produção local, desafios e impactos socioeconômicos da feira. Os resultados indicam que a feira é fundamental para a renda familiar, preservação de saberes locais e consolidação da identidade rural. Observa-se necessidade de políticas públicas integradas que promovam infraestrutura, capacitação técnica e ampliação de mercados. Assim, a feira se configura como instrumento de desenvolvimento local e sustentabilidade da agricultura familiar em Santo Estêvão.

Palavras-chave: Feira comunitária; agricultura familiar; economia local.

Abstract

The Urbis Community Fair, located at Valter Vieira Oliveira Square in the Urbis neighborhood of Santo Estêvão-BA, represents a central space for family farming trade, linking rural production and urban consumption. Situated in a semi-arid climate region with clayey and sandy soils and Caatinga vegetation, the municipality presents natural challenges that influence agricultural practices. This research employed a qualitative and quantitative approach through literature review, documentary analysis, and the application of structured questionnaires with vendors and consumers, aiming to understand the socioeconomic profile, local production, challenges, and socioeconomic impacts of the fair. The results indicate that the fair is fundamental for family income, the preservation of local knowledge, and the consolidation of rural identity. There is a noted need for integrated public policies that promote infrastructure, technical training, and market expansion. Thus, the fair stands as an instrument for local development and the sustainability of family farming in Santo Estêvão.

Keywords: Community fair; family farming; local economy.

1 INTRODUÇÃO

As feiras livres comunitárias desempenham um papel relevante na dinâmica socioeconômica das comunidades, especialmente por funcionarem como espaços fundamentais para a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar. Esses ambientes, além de promoverem o escoamento da produção local, fortalecem a interação direta entre agricultores e consumidores, configurando-se como instrumentos de fomento à economia e à segurança alimentar. Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a contribuição da Feira Livre Comunitária da Urbis para a economia local e para a segurança alimentar no município de Santo Estevão, localizado no estado da Bahia, com ênfase nas interações estabelecidas entre produtores familiares e consumidores.

A relevância da pesquisa justifica-se diante do cenário atual, no qual a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável ganham centralidade nas agendas públicas e acadêmicas. Com o agravamento dos desafios relacionados ao acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, compreender o papel das feiras livres torna-se essencial para a formulação de políticas públicas

eficazes, que incentivem a agricultura familiar e assegurem o abastecimento alimentar da população. Além disso, o estudo busca oferecer subsídios concretos para o fortalecimento desses espaços como mecanismos de geração de renda, inclusão social e desenvolvimento local.

A investigação parte de uma fundamentação teórica que abrange os conceitos de feiras livres, agricultura familiar e segurança alimentar, permitindo uma análise crítica e abrangente das relações entre esses elementos. A escolha do município de Santo Estevão como objeto de estudo se justifica por sua relevância regional e características geográficas e socioeconômicas específicas. Situado no semiárido baiano, Santo Estevão localiza-se às margens da BR-116, com coordenadas geográficas de 12°25'60'' Sul e 39°14'60'' Oeste. Integra a Mesorregião do Centro Norte Baiano e a Microrregião de Feira de Santana, fazendo parte do Território de Identidade Portal do Sertão, com uma população estimada em 55.146 habitantes (IBGE, 2025), dos quais cerca de 32 mil residem na zona urbana.

Diante desse panorama, a problemática central que norteia o estudo questiona; Como a feiras livres comunitárias em Santo Estevão impactam, de forma concreta, a agricultura familiar e a segurança alimetar da comunidade, e de que maneira a ausência de dados sistemáticos dificulta a formulação de políticas públicas eficazes para o fortalecimento desses espaços e da economia local? Parte-se da hipótese de que a feira livre comunitária contribui de forma significativa para o fortalecimento da economia local e para o acesso a alimentos frescos e saudáveis, ao mesmo tempo em que promovem a valorização dos saberes e práticas da agricultura familiar.

Portanto, este artigo propõe-se a analisar a importância da Feira Comunitária da Urbis como agentes de transformação socioeconômica no contexto de Santo Estevão, contribuindo tanto para o debate acadêmico quanto para a construção de estratégias de desenvolvimento sustentável em comunidades semelhantes.

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa adotou metodologia mista, combinando abordagem qualitativa e quantitativa, combinando revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários estruturados junto aos feirantes da feira livre. O questionário foi elaborado com o objetivo de coletar informações sobre o perfil socioeconômico dos feirantes, incluindo idade, escolaridade e zona de residência; a produção comercializada e a origem dos produtos; a relação com a agricultura familiar e a percepção sobre a participação de produtores locais; bem como as transformações ocorridas na feira ao longo dos anos e seus impactos econômicos e culturais. Foram aplicados 144 questionários, sendo 24 deles direcionados aos feirantes e 120 aos consumidores que frequentavam a feira comunitária, a pesquisa foi realizada nos dias 02, 09 de novembro de 2025 durante as feiras, garantindo o anonimato e a participação voluntária dos respondentes. Os dados coletados foram analisados de forma descritiva e interpretativa, permitindo relacionar aspectos econômicos, sociais e culturais da feira com a dinâmica da agricultura familiar em Santo Estêvão.

2 APORTE TEÓRICO CONCEITUAL

Com o objetivo de construir o embasamento teórico que sustenta esta pesquisa, realizou-se uma revisão da literatura sobre os principais conceitos relacionados à temática das feiras livres comunitárias, agricultura familiar e segurança alimentar. Estes elementos, interligados entre si, fornecem subsídios para compreender o papel estratégico da feira na promoção da economia local e do acesso a alimentos saudáveis. A seguir, são apresentados os principais eixos conceituais que fundamentam o estudo.

2.1 Feiras Livres: Espaços de Comercialização e Integração Social

As feiras livres comunitárias configuram-se como espaços multifuncionais, nos quais ocorre não apenas a venda de produtos, mas também a troca de saberes, experiências e valores culturais. De acordo com Silva (2016), "A feira livre, deste modo, consegue se manter no espaço urbano porque ao mesmo tempo em que proporciona diferentes tipos de consumo oferece a cidade um lugar de encontro, ou seja, um lugar do acontecer social."

Nessa perspectiva a feira livre desempenha um papel fundamental na valorização das práticas tradicionais e na preservação de identidades locais, funcionando como um elo entre passado e presente, entre o rural e o urbano, e entre diferentes camadas sociais que ali se encontram e se reconhecem.

Segundo Minnaert (2008), "As feiras-livres proporcionam ao imaginário popular um universo de proximidades, de figuras, de encantamento, de repulsa e confusões de fronteiras. Elas oferecem um mergulho em um ambiente de sons estranhos, gestos, imagens, pessoas, animais e coisas." Nesse contexto, as feiras-livres configuram-se como espaços privilegiados de manifestação da cultura popular, nos quais distintos saberes e práticas sociais se entrelaçam em uma dinâmica própria de trocas simbólicas e materiais. A heterogeneidade dos sujeitos que circulam por esses espaços, aliada à variedade de produtos e discursos ali presentes, evidencia a complexidade desses territórios, nos quais o formal e o informal, o tradicional e o contemporâneo coexistem e se reconfiguram de maneira contínua. Mais do que meros pontos de comercialização, as feiras-livres constituem-se como espaços de resistência cultural e

de construção identitária, marcados por um fluxo permanente de significados, afetividades e tensões. Tais espaços refletem a (re)produção do espaço e a vitalidade das interações sociais, transformando-se em lugares onde a cultura e a economia se entrelaçam. Nesse cenário, vendedores e consumidores estabelecem vínculos baseados na confiança e no pertencimento, o que favorece a diversidade de mercadorias e promove práticas de sustentabilidade local. Dessa forma, as feiras-livres tornam-se importantes espaço de convivência e de intercâmbio de experiências.

Além disso, as feiras livres têm se mostrado eficazes na aproximação entre campo e cidade, promovendo o chamado consumo consciente e o fortalecimento da economia circular. Quando organizadas de forma participativa e com apoio institucional, podem se transformar em estratégias eficazes de combate à insegurança alimentar e à exclusão econômica.

2.2 Agricultura Familiar: Características, Desafios e Relevância

A agricultura familiar é definida, no Brasil, pela Lei nº 11.326/2006, como aquela praticada por produtores que utilizam predominantemente mão de obra familiar e cuja gestão do empreendimento é exercida pelos próprios membros da família. Este modelo de produção é responsável por uma parte significativa do abastecimento alimentar nacional, sobretudo no fornecimento de alimentos básicos como feijão, mandioca, leite e hortaliças (FAO, 2014).

Entretanto, a agricultura familiar enfrenta desafios estruturais como o acesso limitado a crédito, tecnologia, assistência técnica e canais de comercialização. Ainda assim, ela é considerada um pilar estratégico para a promoção da segurança alimentar e nutricional, além de contribuir para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável (GRISA & SCHNEIDER, 2015). Nesse contexto, as feiras livres aparecem como uma alternativa viável para ampliar as possibilidades de escoamento da produção e promover o fortalecimento dessa categoria de produtores.

A agricultura familiar não é apenas um modo de produção; ela cumpre papéis vitais no contexto brasileiro, contribuindo diretamente para segurança alimentar, geração de emprego e valorização das economias locais.

Carvalho & Grossi (2019) afirmam que:

> A agricultura familiar tem como objetivo em seu sistema de produção a diversificação de cultura que permite aos produtores a obtenção de alimentos e renda os doze meses do ano. Esse segmento de produção é significativo devido a sua função ambiental, econômica e social tornando-se imprescindível para produtores familiares, pois é por meio desta que ocorre a venda e agregação do valor no produto. (CARVALHO; GROSSI, 2019, p. 226).

Tal afirmação evidencia não apenas os fins econômicos da agricultura familiar, mas também sua interseção com aspectos ambientais e sociais essenciais. No contexto de Santo Estêvão-BA, por exemplo, iniciativas como o projeto Viva Horta, que apoia famílias rurais na produção agroecológica e permite que parte dos produtos seja consumida em casa enquanto o excedente é comercializado localmente, ilustram bem essa diversidade de culturas e fontes de renda contínua. Além disso, a parceria técnica entre a Prefeitura e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) com o objetivo de fortalecer a agricultura local, demonstra o papel coletivo e institucional que complementa o trabalho dos agricultores familiares, fomentando maior capacidade produtiva e sustentável ao longo do ano.

Portanto, essa diversificação e agregação de valor não é apenas ideal teórico, mas prática real que se manifesta em Santo Estêvão, reforçando a relevância econômica, social e de segurança alimentar do segmento.

2.3 Segurança Alimentar: Definições e Indicadores

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um direito humano fundamental e está diretamente relacionada à dignidade, saúde e bem-estar da população. No Brasil, o conceito está definido legalmente desde 2006, por meio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). De acordo com essa legislação, entende-se por SAN:

> a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (BRASIL, 2006, p. 1).

De acordo com a CAISAN (2018), a SAN é um conceito multidimensional, e envolve pelo menos quatro dimensões fundamentais: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade. A disponibilidade de alimentos se refere à oferta suficiente de alimentos, seja por produção local, importações ou estoques. Já o acesso abrange a capacidade de indivíduos adquirirem alimentos de forma segura e digna, incluindo aspectos econômicos, físicos e sociais. A utilização biológica dos alimentos, por sua vez, relaciona-se à forma como os nutrientes são aproveitados pelo corpo, o que depende de boas práticas de higiene, preparo e condições de saúde. Por fim, a estabilidade diz respeito à manutenção constante dessas condições ao longo do tempo.

O município de Santo Estêvão, apresenta características que o tornam relevante para estudos sobre segurança alimentar. Com uma população estimada de 55.146 habitantes e uma área territorial de 360,334 km² (IBGE, 2025), o município enfrenta desafios no que tange à infraestrutura básica. Segundo dados do Instituto Água e Saneamento (2022), apenas 57,76% da população tem acesso à rede de abastecimento de água, e apenas 8,77% ao esgotamento sanitário, o que pode afetar diretamente a segurança alimentar, especialmente em relação à manipulação e preparo de alimentos.

Nesse cenário, a Feira Livre Comunitária da Urbis em Santo Estêvão se configura como um espaço estratégico para o acesso da população a alimentos frescos e diversos. De acordo com informações do portal oficial do município, a feira livre é considerada um "símbolo tradicional da história e da cultura popular local e regional, sendo um tradicional centro de comercialização de gêneros alimentícios, confecções, calçados, animais, peças de couro, cerâmica, comidas regionais, tira-gostos diversos e bebidas" (SANTO ESTÊVÃO, 2025).

A feira livre comunitária localizada no bairro Urbis, em Santo Estêvão, ocorre aos domingos pela manhã, reunindo uma grande diversidade de produtos e um fluxo mais intenso de pessoas em comparação aos demais dias da semana. Esse cenário consolida o espaço como um importante polo de acesso físico e econômico a alimentos no município. A ampla oferta de produtos hortifrutigranjeiros, em grande parte provenientes da agricultura familiar local, reforça o papel da feira na promoção da disponibilidade alimentar.

No entanto, a análise da SAN nesse espaço deve considerar indicadores específicos para essa realidade. Entre os indicadores propostos para o contexto da feira comunitária da urbis em Santo Estêvão, destacam-se:

A variedade de alimentos ofertados, especialmente frutas, hortaliças e proteínas;

A acessibilidade econômica, medida pela comparação dos preços de alimentos básicos com a renda média da população;

As condições sanitárias da feira, que incluem limpeza das bancas, higiene dos manipuladores e existência de instalações adequadas para armazenamento e descarte de resíduos;

A percepção dos consumidores sobre a qualidade dos alimentos e os riscos alimentares percebidos;

A frequência de funcionamento da feira e a estabilidade da oferta ao longo do ano.

Dessa forma, a Feira Comunitária da Urbis em Santo Estêvão pode ser considerada uma ferramenta local de promoção da SAN, desde que respaldada por ações que garantam sua sustentabilidade, seu funcionamento regular e sua adaptação às necessidades da comunidade. Sua importância vai além do abastecimento alimentar, sendo também um espaço de sociabilidade, troca de saberes e fortalecimento da economia local, especialmente da agricultura familiar.

3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

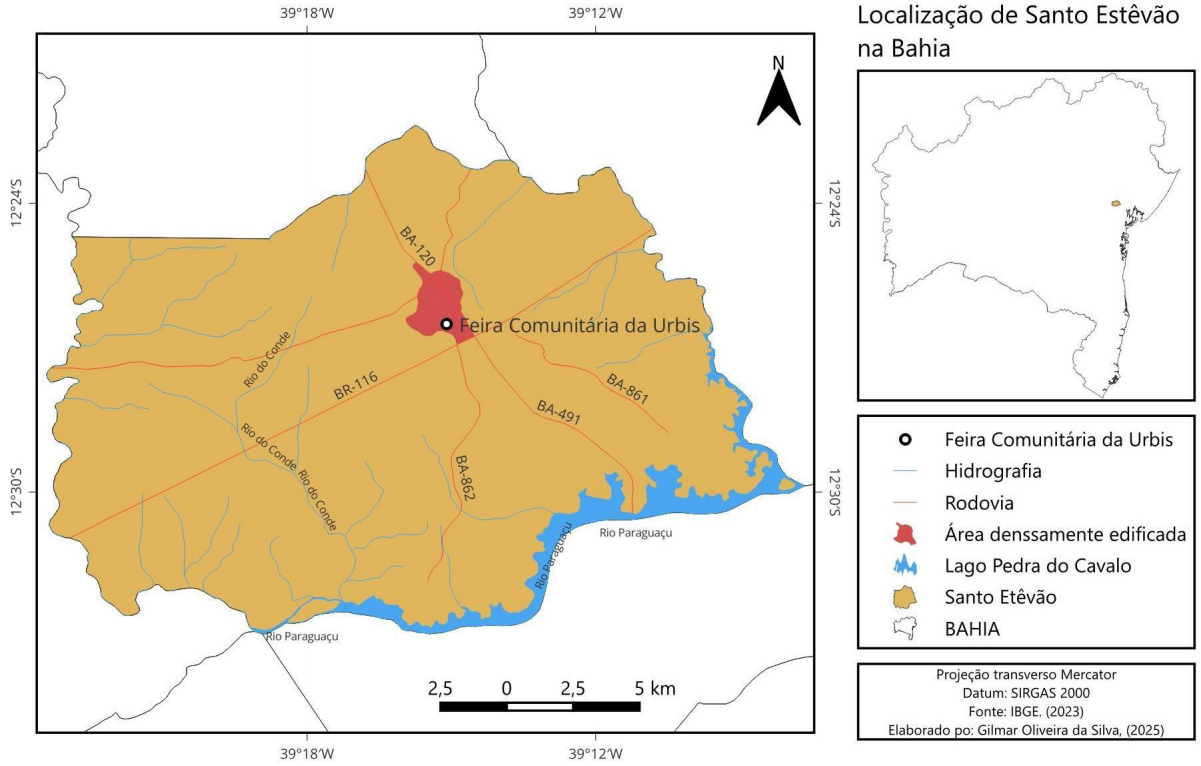
A Feira Comunitária da Urbis está localizado na Praça Valter Vieira Oliveira no bairro da Urbis no município de Santo Estevão-BA (figura 01), no qual, o município está condicionado pelo domínio morfoclimático semiárido, localizado às margens da BR 116 com as seguintes coordenadas geográficas: 12° 25' 60'' Sul, Longitude: 39° 14' 60'' Oeste. Do ponto de vista de sua regionalização está se encontra na Mesorregião Geográfica do Centro Norte Baiano, na Microrregião de Feira de Santana, tem como municípios vizinhos Ipecaetá, Rafael Jambeiro, Antônio Cardoso, Castro Alves e Cabaceiras do Paraguaçu, localizado na região Econômica do Paraguaçu, redefinida e denominada, em 2007, pelo Governo do estado como Território de Identidade Portal do Sertão, constitui a área de influência urbana da cidade de Feira de Santana. A densidade demográfica 145,07 hab/Km².

O município é caracterizado por um clima semiárido, com baixa pluviosidade e períodos de seca, exigindo técnicas de irrigação para a agricultura, especialmente em função da predominância da agricultura familiar na região. Essa prática é fundamental para a economia local, sendo responsável pela produção de hortaliças, frutas e outros produtos agrícolas que abastecem não só a feira comunitária do bairro da Urbis, como também abastecem o centro de abastecimento do município onde acontecem predominantemente aos sábado a principal feira livre do município, que serve como um canal direto para que os agricultores familiares comercializem seus produtos, fortalecendo a economia local e promovendo a interação social. Assim, a feira livre configura-se como um patrimônio imaterial de Santo Estêvão, integrando dimensões econômicas, sociais e simbólicas.

A diversidade dos solos de Santo Estevão, que variam entre argilosos e arenosos, favorece a produção agrícola, permitindo que pequenos agricultores familiares cultivem uma variedade de produtos. Segundo Santos (2004), a qualidade do solo e a disponibilidade de água são aspectos essenciais para a prática agrícola, especialmente em regiões com características climáticas desafiadoras. A vegetação local, predominantemente de caatinga, adapta-se ao clima seco, influenciando as práticas agrícolas e contribuindo para a biodiversidade da região.

Localizado estrategicamente entre grandes rotas de transporte, como a BR-116, Santo Estevão facilita o acesso a mercados e a outras cidades da Bahia, atraindo consumidores de regiões vizinhas e ampliando a rede de comercialização. Essa localização favorece a integração entre a agricultura familiar e a feira comunitária,

Figura 01: Localização geográfica da Feira Comunitária da Urbis em Santo Estêvão, Bahia.



Fonte: IBGE (2023), elaborado pelo autor, 2025.

tornando-a um espaço vital para a subsistência de muitas famílias e um pilar importante da vida econômica e social da comunidade.

Dessa forma, a relação entre a agricultura familiar e a feira livre, aliada aos aspectos geográficos e físicos do município, forma um ciclo sustentável que não apenas contribui para a economia local, mas também preserva e valoriza as tradições culturais, consolidando a feira livre como um verdadeiro patrimônio imaterial de Santo Estevão.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A Feira Comunitária da Urbis configura-se como resultado de uma significativa cooperação institucional entre o Município de Santo Estêvão e a Associação de Moradores do Conjunto Ângelo Magalhães, popularmente conhecido como URBIS. A primeira edição da feira ocorreu em 04 de julho de 2021 e, desde então, vem sendo realizada semanalmente, aos domingos, no período das 6h às 12h.

Em sua fase inicial, a gestão e o monitoramento das atividades estavam sob a responsabilidade da Secretaria de Assistência Social, por intermédio do Departamento de Agricultura Familiar. Atualmente, a coordenação e o acompanhamento das ações estão a cargo da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Econômico e Rural, reafirmando o compromisso do poder público municipal com o fortalecimento e a valorização da agricultura familiar no contexto local.

Além de desempenhar uma função comercial, a feira constitui um espaço de sociabilidade e integração comunitária, no qual se consolidam as relações entre feirantes e consumidores, expressando e reforçando a identidade cultural do município de Santo Estêvão.

A aplicação do questionário junto aos feirantes, em Santo Estêvão-BA, permitiu traçar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares e compreender os impactos econômicos, sociais e culturais da feira livre. As informações obtidas confirmam a relevância desse espaço para o fortalecimento da agricultura familiar, o abastecimento local e a preservação das tradições culturais do município.

Os dados indicam que a maior parte dos feirantes possui idade entre 41 e 60 anos, o que evidencia o predomínio de agricultores experientes e o envelhecimento da população rural ativa. A presença de jovens é minoritária, o que reforça a necessidade de políticas de incentivo à sucessão familiar e à permanência da juventude no campo.

A escolaridade varia entre o ensino fundamental incompleto e o ensino médio completo, revelando avanços recentes no acesso à educação, mas ainda com lacunas em termos de formação técnica e capacitação agroecológica.

A produção agrícola presente na feira livre é bastante diversificada, abrangendo hortaliças, frutas, cereais como feijão e milho, mandioca e seus derivados, além

de produtos de origem animal, como carne bovina, suína, ovos e aves caipiras. Essa diversificação, típica da agricultura familiar, assegura estabilidade econômica e continuidade da produção ao longo do ano (figuras 02 e 03).

O acesso à assistência técnica permanece restrito, ocorrendo principalmente por meio de programas municipais e parcerias com instituições como a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A utilização de insumos químicos é baixa, prevalecendo práticas tradicionais e manejo agroecológico. Quanto ao transporte, predomina o uso de veículos próprios ou o compartilhamento entre produtores, o que encarece o processo e limita o alcance comercial.

Figura 02: Produção agrícola comercializados na feira livre.



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Figura 03: Produção agrícola e artigos artesanais feira livre.



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

A feira livre constitui o principal canal de comercialização da produção local e fonte primordial de renda para os agricultores familiares. Para grande parte dos entrevistados, a renda obtida com as vendas representa entre 40 % e 60 % do orçamento mensal familiar, reforçando sua importância para a manutenção das famílias rurais.

Os custos de produção estão associados sobretudo ao transporte e à aquisição de insumos, o que afeta diretamente a margem de lucro. Mesmo assim, os preços praticados na feira comunitária são mais vantajosos que os oferecidos por atravessadores, garantindo maior autonomia comercial e fortalecimento da economia local.

A concorrência com produtos vindos de outros municípios, principalmente de centros de distribuição de Feira de Santana juntamente com a feira livre realizada aos sábados no Centro de Abastecimento Municipal, é apontada como fator que reduz a lucratividade, pois, a Feira Comunitária da Urbis é realizada aos domingos. Apesar disso, a Feira Comunitária da Urbis contribui para a circulação interna de renda, beneficiando pequenos comerciantes e consumidores locais, e consolidando-se como instrumento de economia solidária.

Além de seu papel econômico, a Feira Comunitária da Urbis exerce uma função essencial na dinâmica sociocultural da comunidade. Mais do que um espaço de comercialização, ela se configura como um ambiente de convivência, troca de saberes e fortalecimento dos laços de confiança e solidariedade entre produtores e consumidores (figura 04). As atividades culturais realizadas durante a feira – como gincanas, corrida acústica, pau de sebo, quebra-pote, apresentações de quadrilhas juninas e performances de artistas do Instituto Bambu – reforçam esse caráter integrador, promovendo a valorização das tradições locais e o fortalecimento do sentimento de pertencimento comunitário.

A venda de produtos típicos, como peças de artesanato, biscoitos, beiju, ervas medicinais, manteiga e conservas em geral, representa a preservação das tradições alimentares e da identidade sertaneja (figura 05), reafirmando os saberes e modos de vida característicos da cultura local.

Essas práticas reforçam a memória coletiva e a valorização dos modos de vida rurais, perpetuando costumes e fortalecendo o sentimento de pertencimento comunitário.

Entre os principais desafios identificados na Feira Comunitária da Urbis, destacam-se as deficiências de infraestrutura, como a ausência de cobertura adequada, insuficiência de pontos de energia elétrica e condições precárias de armazenamento dos produtos (Gráfico 01).

Figura 04: Atividades culturais realizadas durante a Feira.



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Figura 05: Produtos típicos comercializados na Feira.



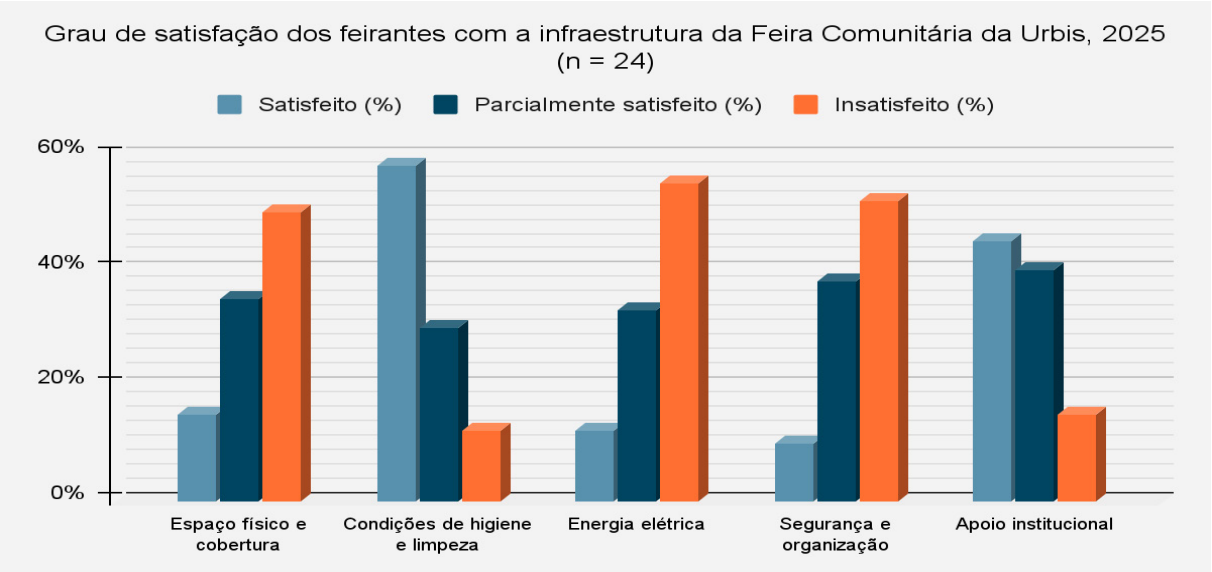
Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Os resultados indicam que, na Feira Comunitária da Urbis em 2025, os feirantes apresentam níveis elevados de insatisfação quanto ao espaço físico sem cobertura, fornecimento de energia elétrica e segurança, enquanto as condições de higiene e o apoio institucional registram maior satisfação. Tais dados sugerem a necessidade de intervenções estruturais e aprimoramento do suporte organizacional para otimizar as condições de trabalho.

De acordo com um feirante, outro fator que influencia a renda dos agricultores é a logística de transporte de suas mercadorias "Além disso, a logística de transporte é um grande problema para nós, por causa do alto custo do combustível e da falta de transporte público rural regular. Isso acaba prejudicando a comercialização e nossa participação na feira" (FEIRANTE, comunicação pessoal, 2025).

Por outro lado, observam-se oportunidades relevantes para o fortalecimento do sistema produtivo local, como o fortalecimento das associações de produtores, a redução de custos por meio da venda direta ao consumidor, sem a intermediação de atravessadores, e a ampliação do mercado consumidor. A localização estratégica do município de Santo Estêvão, situado às margens da BR-116 e em proximidade com o município de Feira de Santana, favorece o escoamento da produção agrícola e o acesso a novos mercados regionais.

Gráfico 01: Grau de satisfação dos feirantes com a infraestrutura e funcionamento da Feira.



Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor, 2025.

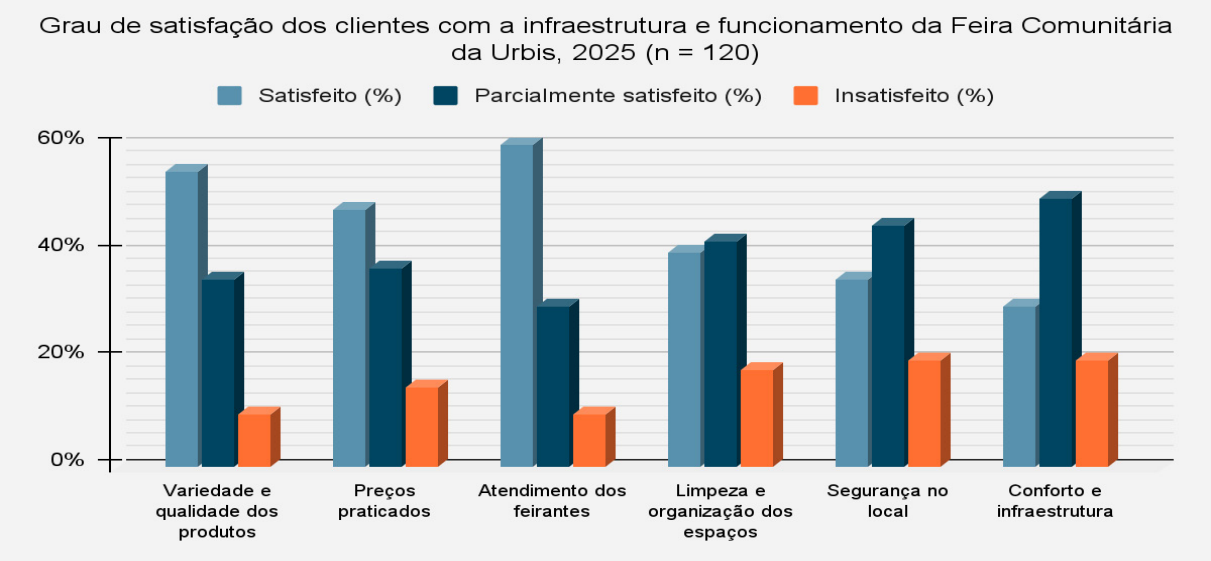
O incentivo à certificação agroecológica e à comercialização institucional, por meio de programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), apresenta-se como alternativa concreta para o aumento da renda familiar e agregação de valor aos produtos locais.

Em outras regiões do estado da Bahia, como o município de Vitória da Conquista, verifica-se maior formalização da agricultura familiar, evidenciada pela atuação de cooperativas e associações organizadas, além de iniciativas de certificação agroecológica. Como e apontado por Conceição Júnior e Brito (2013, p. 121), o município de Vitória da Conquista "[...] podem ser citados a criação do Colegiado do Território, a formação do Conselho Quilombola e a organização de seis cooperativas que integram a Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar do TVC.". Esse modelo demonstra o potencial da organização coletiva como instrumento de desenvolvimento rural sustentável.

Em contrapartida, em Santo Estêvão predomina uma dinâmica mais informal, baseada em redes de confiança e práticas solidárias, que, embora apresentem limitações estruturais e institucionais, preservam a essência comunitária e a relação direta entre produtor e consumidor, aspectos fundamentais da identidade socioeconômica local.

No que se refere aos clientes, o Gráfico 02 apresenta o nível de satisfação em relação à infraestrutura e ao funcionamento da feira. Esses dados foram obtidos por meio de um questionário aplicado a 120 clientes que visitaram a feira comunitária da Urbis no dia 09 de novembro de 2025.

Gráfico 02: Grau de satisfação dos clientes com a infraestrutura e funcionamento da Feira.



Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor, 2025.

No qual, a análise dos dados mostra que os clientes da Feira Comunitária da Urbis, em 2025, apresentam um nível geral de satisfação moderado. Os aspectos mais bem avaliados foram o atendimento dos feirantes e a variedade e qualidade dos produtos, indicando boa relação entre comerciantes e consumidores. Em contrapartida, os menores índices de satisfação estão relacionados ao conforto e infraestrutura e à segurança do local, evidenciando a necessidade de melhorias estruturais e organizacionais para proporcionar uma experiência mais agradável e segura aos frequentadores da feira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Feira Livre Comunitária da Urbis consolida-se como um elo vital entre campo e cidade, assegurando renda, diversidade alimentar e valorização da cultura local. Seu papel ultrapassa o aspecto econômico, atuando também na promoção da segurança alimentar, na preservação das tradições e no fortalecimento da identidade rural.

Entretanto, para que seu potencial seja plenamente desenvolvido, é indispensável o apoio institucional e a criação de políticas públicas integradas que contemplem infraestrutura adequada, capacitação técnica e acesso a mercados ampliados. Dessa forma, a feira livre continuará sendo um instrumento eficaz de desenvolvimento local, inclusão social e sustentabilidade da agricultura familiar baiana.

A Feira Comunitária da Urbis constitui um elo fundamental entre produção agrícola familiar e consumo urbano, garantindo renda, diversidade alimentar e preservação da cultura local. Observa-se que a feira funciona como instrumento de desenvolvimento territorial, promovendo segurança alimentar, inclusão social e fortalecimento da identidade rural.

Para o pleno aproveitamento de seu potencial, recomenda-se:

- Investimento em infraestrutura adequada (cobertura, energia, água e higiene);
- Ampliação de programas de capacitação técnica e assistência agroecológica;
- Expansão de mercados por meio de políticas públicas e incentivo à certificação agroecológica;
- Fortalecimento das associações de produtores e redes de comercialização direta;
- Promoção de políticas de incentivo à permanência da juventude no campo, garantindo sucessão familiar na agricultura.

Assim, a feira se consolida como espaço de sustentabilidade econômica, social e cultural, refletindo a capacidade da agricultura familiar de articular práticas produtivas, identidade comunitária e desenvolvimento territorial em Santo Estêvão.

REFERÊNCIAS

AO. Agricultura Familiar no Brasil: **Um olhar a partir do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: FAO, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>.Acesso em: 25 set. 2025.11:20.

CAISAN – CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019**. Brasília: CAISAN, 2018.

CARVALHO, F.F.; GROSSI, S.F. **A importância das feiras livres e seus impactos na agricultura familiar**. Revista Interface Tecnológica, Taquaritinga, SP, v. 16, n. 2, p. 226-234, 2019. DOI:10.31510/infa.v16i2.665.

CONCEIÇÃO JÚNIOR, Valdemiro; FERRAZ SANTOS DE BRITO, Ivana Paula. **Fortalecimento da agricultura familiar como instrumento para o desenvolvimento rural do território de Vitória da Conquista - Bahia.** Revista Extensão & Cidadania, [S. l.], v. 1, n. 2, 2016. DOI: 10.22481/recuesb.v1i2.2205.

CONHEÇA SANTO ESTÊVÃO. **Centro de Abastecimento – Feira Livre**. Disponível em: <https://conheca.santoestevao.ba.gov.br/feira-livre/>. Acesso em: 25 set. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: resultados para Santo Estêvão-BA**. Disponível em: https://acesse.one/wb9Jt. Acesso em: 25 set. 2025.09:30.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. **Saneamento em Santo Estêvão (BA)**. 2023. Disponível em:<https://https://l1nq.com/b3ZGD>. Acesso em: 25 set. 2025.

JEREMOABO. **Viva Horta impulsiona a agricultura familiar e transforma a realidade de famílias de Santo Estêvão**. Jeremoabo.com.br, 13 jun. 2025. Disponível em: <https://l1nq.com/UxS93>.Acesso em: 25 set. 2025.10:40.

GOVERNADORDO ESTADO DA BAHIA. **Fortalecendo a Agricultura de Santo Estêvão com Parceria e Conhecimento**. Prefeitura Municipal de Santo Estêvão (SEADER), 21 mar. 2025. Disponível em:https://l1nk.dev/OQYaD>.Acesso em: 25 set. 2025.13:40.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MINNAERT, A.C.ST. **A feira livre sob um olhar etnográfico**. In:FREITAS, MCS., FONTES, GAV., and OLIVEIRA, N., orgs. Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 422 p. ISBN 978-85-232-0543-0. Available from SciELO Books.Disponível em: <http://books.scielo.org>.Acesso em: 24 set. 2025.13:40.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, I. T. da; SILVA, A. B. da. **A feira livre na contemporaneidade: estudo de caso em uma pequena cidade paraibana**. Revista GeoSertões (Unageo/CFP-UFCG). vol.1, nº 2, jul./dez. 2016.

DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

Protagonismo feminino e organização sociopolítica em quilombos rurais da Bahia

Women's leadership and sociopolitical organization in rural quilombola communi-ties in Bahia

Vanessa Ionara dos Santos Rodrigues

Mestra em Educação e Diversidade (Universidade do Estado da Bahia). Especialista em Desenvolvimento Sustentável no Semiárido (Instituto Federal Baiano), vanessaionara@hotmail.com

Resumo

Com foco em vivências de mulheres quilombolas da Bahia que desempenham papéis de liderança em suas associações comunitárias, reconhecendo o processo histórico de invisibilização de suas lutas e resistências, objetiva-se compreender e publicizar o movimento de ampliação da presença de mulheres na presidência de entidades rurais do terceiro setor, interseccionando aspectos como gênero, raça e territorialidade. A abordagem é qualitativa, baseada na revisão bibliográfica e na Entrevista Compreensiva, enquanto instrumento de construção e análise de dados, identificando três unidades de sentido principais: protagonismo feminino, bem-estar social e luta(s). As associações se mostraram uma eficiente ferramenta de integração e mudança social, promovendo processos de empoderamentos individuais e coletivos que atingem os níveis psicológico, organizacional e estrutural. Este protagonismo e autonomia sociopolíticos não isentam as mulheres de opressões veladas e explícitas, como violências domésticas e sobrecarga de tarefas cotidianas. Em suma, trata-se de muito suor derramado em trabalhos braçais, intelectuais, emocionais e políticos, marcados por redes de apoio e teias de solidariedade. Assim, incorporar cosmovisões de mulheres de comunidades tradicionais em produções científicas e agenda governamental é imprescindível.

Palavras-Chave: Interseccionalidades; Agricultura Familiar; Processos de Empoderamento.

Abstract

Focusing on the experiences of quilombola women from Bahia who play leadership roles in their community associations, recognizing the historical process of invisibilization of their struggles and resistances, the aim is to understand and publicize the movement to increase the presence of women in the leadership of rural third-sector entities, intersecting aspects such as gender, race, and territoriality. The approach is qualitative, based on bibliographic review and Comprehensive Interviews as a tool for data construction and analysis, identifying three main units of meaning: female protagonism, social well-being, and struggle(s). The associations proved to be an efficient tool for integration and social change, promoting individual and collective empowerment processes that reach psychological, organizational, and structural levels. This sociopolitical protagonism and autonomy do not exempt women from hidden and explicit oppressions, such as domestic violence and the overload of everyday tasks. In short, it involves a lot of sweat poured into manual, intellectual, emotional, and political work, marked by support networks and webs of solidarity. Thus, incorporating worldviews of women from traditional communities into scientific productions and government agendas is essential.

Keywords: Intersectionalities; Family Farming; Empowerment Processes.

Introdução

Entrecruzando gênero, raça e territorialidade, o presente artigo objetiva compreender e fazer conhecer o movimento de ampliação da presença de mulheres na presidência/diretoria de entidades rurais do terceiro setor, especificamente as associações comunitárias, a partir da observação de que a sua atuação como mobilizadoras das comunidades tem ultrapassado a frequência, outrora majoritária, de figuras masculinas.

Tal observação foi notada e constatada ao longo de uma trajetória de trabalho em diversos projetos e políticas públicas estatais direcionadas aos povos campesinos da Bahia, que teve início em 2016 e segue

em curso em 2024, posicionada em três dos vinte e sete Territórios de Identidade do estado: Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina e Chapada Diamantina. Das 22 Associações Comunitárias Rurais (ACR) situadas em comunidades quilombolas – devidamente certificadas pela Fundação Cultural Palmares[1] – atendidas no período de 2019 a 2024, 14 contaram com lideranças/presidências femininas[2], o que representa um percentual de 63%.

A temática de interesse invoca o conceito de interseccionalidade, tomado a partir de Crenshaw (2002), enquanto a premissa de que o entendimento de um fenômeno não poderia se dar sem considerar questões como gênero, raça/etnia, geração, classe social, territorialidade, sexualidade, PCD[3], entre outras, que funcionam se influenciando, mutuamente, integrados. Intersecções que nada mais são do que interações entre eixos de poder ou subordinação que geram desigualdades, evidenciando aspectos dinâmicos ou ativos de empoderamento e desempoderamento.

Os sistemas presentes nas relações sociais contemporaneamente tendem a se cruzar e se sobrepor, criando intersecções complexas. O que pretende-se dizer é que, reconhecendo os privilégios sociais que determinados grupos têm no Brasil em relação a outros, os indivíduos vivenciam em seu cotidiano o cruzamento ou sobreposição de variados aspectos dinâmicos de desempoderamento, realidade da qual os povos e comunidades tradicionais, tal como as comunidades rurais e quilombolas em questão, não estão isentas (Crenshaw, 2002).

Enquanto a história dos povos do campo no Brasil é marcada por baixos índices de escolaridade, pela centralidade do trabalho e por aspectos como o êxodo rural e a decorrente masculinização e envelhecimento das populações campesinas, a história das populações escravizadas no país sofreu a invisibilização de suas estratégias de sobrevivência e resistência, através de copiosos processos de inferiorização e, por vezes, criminalização da cultura afro-brasileira (Camarano e Abramovay, 1999; Franco, 2017).

Essa inferiorização perpassa aspectos como a constante atribuição de características negativas às feições e à estética negras em contraponto ao padrão de beleza pautado pela branquitude eurocêntrica, oriundos do projeto de branqueamento encabeçado pelas elites políticas brasileiras no século XIX como forma de "melhorar" a nação; o processo de hierarquização cultural iniciado pela Igreja Católica, com a supressão das epistemologias, cosmovisões e elementos da cultura negra e indígena que resultou na diminuição dos adeptos das religiões de matriz africana e aumento gradativo dos católicos, evangélicos e espíritas no Brasil; e, por fim, um "esquecimento voluntário" do negro na literatura e no espaço escolar, criando estereótipos e preconceitos explícitos e simbólicos que vitimam milhões de brasileiros embrincados no mito da democracia racial (Lima, 2017; Oliveira, 2017; Franco, 2021).

Sobre como se apresenta e o que representa ser mulher hoje[4], neste contexto, a ótica adotada é a perspectiva das próprias mulheres que, ampliando a sua performance, se perceberam lideranças comunitárias de seus quilombos. Assim, entrelaçando números, leituras e potentes depoimentos, pretende-se refletir, relacionar, contemplar e evidenciar as nuances que este sutil movimento das mulheres abraça.

Metodologia

Pautada em uma abordagem qualitativa baseada, primeiramente, na revisão bibliográfica, adotou-se como segundo instrumento de construção de dados e perspectiva de análise a Entrevista Compreensiva[5], fruto do trabalho do sociólogo francês Jean Claude Kaufmann (2013), que reconhece o pesquisador como aquele que desempenha, simultaneamente, os papéis de homem de "campo", metodólogo e teórico. Seu trabalho foi tomado por Rosália de Fátima Silva (2006), que a aponta como baseada em uma "escuta sensível" direcionada ao reconhecimento de unidades de sentido (US). Das quatorze mulheres presidentas e ex-presidentas das associações, cinco foram entrevistadas, sendo dois os critérios de inclusão: aceitar participar da construção do presente texto e ter disponibilidade para conceder a entrevista nas datas dispostas[6].

Resistências e invisibilização históricas: movimentações sociais e políticas das mulheres negras ao longo dos séculos

É preciso começar do começo. Na cultura Iorubá, a mulher é mediadora de trocas econômicas e simbólicas, o que lhe possibilita o exercício de um poder fundamental para a vida africana, pautado em valores culturais e religiosos. Dentre as muitas maneiras como as mulheres são vistas, o papel mais valorizado é o da mãe, onde as mulheres são carinhosamente chamadas de *Iyaami* ou "Nossas mães". O *Gèlèdé* ou *Efe*, espetáculo tradicional – como um festival – visa propagar o respeito às mulheres, conscientizando a sociedade sobre o poder feminino, expressando através de homenagens o poder especial que as mulheres detém sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem-estar da comunidade, enquanto figuras administradoras, criativas e autônomas. As mulheres são indispensáveis como a água, fluídas e poderosas, tanto para o bem quanto para o mal (Akínrúlí, 2011).

A perspectiva colonial europeia, infelizmente, destoa substancialmente da cultura Iorubá. Ao tomar as condições de vida e as estratégias de resistências das mulheres negras africanas escravizadas no contexto

da colonização e período pós-colonização da América Latina e do Brasil, que permeiam habilidades de organização social e política dessas mulheres, desvela-se o seu ativismo em prol da sobrevivência e manutenção de seus grupos, marcado pela luta pela sobrevivência dos seus e por território (Amoras, Costa e Araújo, 2021).

O que se percebe é que as mulheres escravizadas nunca foram pacíficas. Sua trajetória é adjetivada como criativa, determinada e organizada. As denominadas crioulas e forras, nos séculos XVIII e XIX, resistiam às opressões e defendiam a vida em histórias por vezes apagadas das narrativas oficiais, protagonizando enfrentamentos geralmente não vistos como ativismos e ações políticas contra o Estado, embora o fossem. As violentas condições a que eram submetidas estas mulheres, então consideradas "primitivas", perpassaram jornadas excessivas de trabalho, objetificação e recorrentes violações dos seus corpos, além de impedimentos diversos: dos afetos, dos casamentos, da maternidade e do exercício de sua religiosidade e fé. Optar por não gestar filhos era uma estratégia neste contexto de crueldade, utilizando-se de ervas medicinais para infertilidade, e, assim, evitar que crianças – a serem também escravizadas – viessem ao mundo. Assim como trabalhar o dobro para comprar a própria alforria e, posteriormente, de seus filhos e/ou companheiros, em negociações marcadas por complexas articulações e movimentos políticos em prol de suas emancipações e da liberdade (Ribeiro, 2008; Amoras, Costa e Araújo, 2021).

Práticas ancestrais e experiências econômicas trazidas dos países do continente africano eram acessadas, remodeladas e orientavam atividades laborais e comerciais diversas – tornavam-se quitandeiras, pescadoras, extrativistas. As "mulheres forras" ou "escravas de ganho", como eram denominadas, possuíam maior autonomia, já que circulavam pelas vias públicas e retornavam ao cativeiro apenas para a prestação de contas das atividades executadas ao longo da semana, o que, ressalta-se, não as isentava de múltiplas violências e extensas cargas de trabalho (Amoras, Costa e Araújo, 2021).

Para além, ligadas por laços de coletividade e solidariedade, as mulheres recém-libertas eram bem articuladas e perspicazes para penetrar nas tramas das relações micro e macroestruturais do sistema escravista, mesmo quando excluídas de todas as formas de atividade laboral oficializada. Em seu processo político, compreenderam que não nasceram para perpetuar a imagem da "mãe preta" e fizeram desaforos, dando origem a uma produção feminista e anti-racista que vai de encontro a hierarquias que somam combinações de discriminações e consequentes exclusões (Amoras, Costa e Araújo, 2021; Ribeiro, 2008).

As regiões Norte e Nordeste concentraram o maior índice de mulheres negras africanas escravizadas, o que justifica a concentração do número de comunidades quilombolas e famílias chefiadas por mulheres negras em condições de vulnerabilidade socioeconômica nos marcadores atuais. O Brasil foi um dos últimos países a aderir à abolição da escravatura (1888), e, ainda assim, a estrutura racista do projeto escravocrata não findou-se no pós-abolição, com a contínua reprodução de estigmas, preconceitos, discriminações e exclusões que garantiram a manutenção da marginalização dessa população, haja vista que, historicamente, os espaços destinados à população negra são os de servidão e subcidadania: registros sobre a participação das afro-descendentes na formação e no desenvolvimento do Brasil são absurdamente escassos. Nega-se o reconhecimento das mãos que literalmente construíram este país (Amoras, Costa e Araújo, 2021; Ribeiro, 2008).

Clara demonstração disso é a morosidade na garantia de direitos da população negra brasileira, tendo como grandes e tardios marcos a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Igualdade Racial (2010), visando conferir maior visibilidade político-social e melhores condições de vida tão veementemente negadas ao longo dos séculos. Assim, a luta do Movimento Negro no Brasil se pauta no reconhecimento da ancestralidade africana como um valor positivo, objetivando garantir a dignidade e a continuidade de resistência contra a exclusão social para alcançar a visibilidade e a participação política das mulheres e dos homens negros (Amoras, Costa e Araújo, 2021; Ribeiro, 2008).

Tomando a produção social, política e acadêmica de mulheres negras do Brasil contemporâneo, no âmbito da participação social, constata-se críticas sistemáticas aos movimentos negro e feminista, relacionados, pincipalmente, à invisibilidade e à secundarização de questões específicas deste grupo social, enquanto dificuldades e percalços que inviabilizam a participação destas mulheres na vida política. Como exemplo, aponta-se a incompatibilidade de agenda para se fazer presentes em reuniões marcadas em horários dedicados a tarefas domésticas e ao trabalho. Através do ativismo, atualmente, as organizações de mulheres negras vêm fazendo valer seu propósito de adquirir "maioridade política" diante dos movimentos feminista e negro, de instituições públicas e privadas e da sociedade em geral, evidenciando sua prestatividade na construção de caminhos próprios, pautados efetivamente em suas demandas, especificidades e desejos (Ribeiro, 2008).

Mulheres: brasileiras, negras, quilombolas, rurais, do terceiro setor, o que sabemos sobre elas?

No que diz respeito à participação feminina na política partidária brasileira, os dados mais recentes demonstram que embora as mulheres representem a maioria da população nacional (51,5%) e do eleitorado

apto a votar (53%)[7], sua representação em espaços públicos de poder é consideravelmente pequena, tanto em cargos eletivos como nas composições internas das instituições, partidos políticos e tribunais, cenário justificado pelas desigualdades políticas, econômicas e sociais que historicamente limitaram às mulheres direitos formais e protagonismo na vida pública em relação aos homens, para além das discriminações e violências de gênero. Entre as eleições de 2018 e 2022, comparativamente, houve um aumento no número total de candidatas (12,4%) e um aumento no percentual de mulheres eleitas (15,4%). Não obstante, a taxa de sucesso feminino nas eleições de 2022 deixou a desejar, com apenas 3,3% das 8.852 candidatas eleitas (Araújo, 2023; Brasil, 2024).

Assim, a paridade de gênero em espaços decisórios – governamentais ou não – é uma pauta indispensável de um país que se pretende plenamente democrático. Principalmente ao considerar o critério do nível de instrução: entre os brasileiros com idade a partir de 25 anos há maior proporção de mulheres com níveis de escolaridade mais elevados, o que se aplica ao ensino médio, à educação profissional e, principalmente, ao ensino superior, com prevalência feminina em cursos das áreas de educação e saúde. Ou seja, mesmo ocupando-se mais em tarefas domésticas e cuidados com pessoas da família[8], as mulheres seguem priorizando a sua formação, terceirizando esses serviços e cuidados domiciliares/familiares conforme a sua renda aumenta, através da contratação de creches, por exemplo (Brasil, 2024).

Mesmo mais escolarizadas e capacitadas, as (muitas e diversas) mulheres brasileiras não estão isentas de violências, principalmente dentro das suas próprias casas: é do âmbito doméstico e dos homens que advém os maiores percentuais de casos de violência contra mulheres adultas (20 a 59 anos), com 73% (onde) e 77,2% (quem) dos casos registrados. Em 2022 o pódio foi da violência física (45% dos casos), seguida pela psicológica/moral (24,2%) e pela violência sexual (17,4%). Nestes números, há cores. As mulheres pretas e pardas representaram 59,8% dos registros de violências contra mulheres adultas, seguidas das mulheres autodeclaradas brancas, com 38,3%. (Brasil, 2024).

Abordando mais especificamente o aspecto da chefia dos lares brasileiros, os últimos dados da PNAD Contínua apontam que 2024 se encerra tendo mais da metade dos lares brasileiros chefiados por mulheres, atingindo um percentual de 51,7% de mulheres chefiando famílias, o equivalente a 41,3 milhões de lares do país. Tomando o recorte racial, aponta-se que, em 2024, milhões de mulheres chefiaram seus domicílios sem cônjuges e com filhos, cuja renda mensal média da maioria é de até ½ salário mínimo per capita. Destas 4,3 milhões, 65,8% eram mulheres pretas ou pardas. Este é o perfil das nossas "chefas de família", enquanto referências financeiras/provedoras das casas, cuja rotina, marcada pela sobrecarga advinda do trabalho reprodutivo, obstaculiza a sua inserção no mercado de trabalho e até mesmo a prática de exercícios físicos, ou seja, a manutenção da sua saúde (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025; Monteiro e Feijó, 2025; Brasil, 2024).

Os próximos dados são ainda mais angustiantes. A mortalidade materna atinge muito mais as mulheres pretas ou pardas, haja vista que, das mulheres que morreram em decorrência de complicações na gestação ou parto em 2022, 68% eram pretas ou pardas, enquanto 29,7% eram brancas. Por fim, tomando os números da população carcerária do Brasil (a terceira maior população carcerária feminina do mundo, com 45.259 mulheres aprisionadas), sua maioria é constituída de pretas ou pardas, que somavam 66,9% do seu percentual em 2022 (Brasil, 2024).

Aprofundando o recorte para o debate sobre comunidades tradicionais, o Censo 2022 trouxe, pela primeira vez, um recorte sobre a população quilombola brasileira. O país possui 1.327.802 quilombolas, representando um percentual de 0,65% da sua população total, da qual apenas 4,3% residem em territórios titulados. No âmbito regional, o Nordeste é a região com maior número de quilombolas, com 68,19% de sua população, enquanto a nível estadual a Bahia se destaca, tendo a maior população quilombola do país, com 29,9% do total de seus habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

Sobre o perfil da população quilombola, sua maior parte é jovem – cerca de 48% têm até 29 anos de idade – e há uma paridade entre o número de homens e mulheres, sendo 100 homens para cada 100 mulheres. Traçando um comparativo entre dados de 2010 e 2022, houve um aumento na autodeclaração das mulheres pretas (de 7,2% para 9,7%) e pardas (de 42,5% para 44,8%), com redução na autodeclaração (de 48,7% para 44,4%) das brancas, aspecto positivamente avaliado, demonstrando um aumento do alcance dos debates sobre questões identitárias e diversidades (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023; Brasil, 2024).

No tocante à territorialidade ou ruralidade, mapeou-se que o Nordeste brasileiro é constituído majoritariamente por mulheres urbanas (77,8%), enquanto 22,2% são rurais. Ainda sobre o Nordeste, o Censo Agropecuário de 2017 identificou 947 mil mulheres (19%) responsáveis pela gestão de propriedades rurais no Brasil, das quais a maioria (57%) habitam a região. Apesar disso, os dados a nível nacional apontam que as mulheres são minoria na propriedade de estabelecimentos rurais do Brasil, assim como na participação em reuniões e seminários de caráter técnico e nos índices de filiação em associações e cooperativas, somando apenas 8,6% de

percentual feminino entre produtores rurais associados/cooperados. Em suma, a vida das mulheres da agricultura familiar do nordeste rural brasileiro é permeado por vulnerabilidades (econômica, material e simbólica), ao passo que vivenciam desigualdades que vão da distribuição da posse de terras entre homens e mulheres, adultos e jovens[9] ao acesso a políticas públicas (Brasil, 2024; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017).

Já na Bahia, é de 194.533 mil o número de mulheres liderando atividades no campo, ocupando o segundo lugar no *ranking* dos estados, com um percentual de 25,6%. Segundo dados da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiater), integrante da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), em 2018 aproximadamente 45% das Declarações de Aptidão ao PRONAF[10] (DAPs) – documento essencial para a população campesina – válidas no estado foram emitidas em nome de mulheres, ao passo que cerca de 50% do público de assistido com projetos estatais de ATER[11] eram do sexo feminino, estabelecendo um contraponto aos dados nacionais, em cenário um pouco menos díspar no estado. Em termos gerais, é notável a escassez de dados mais diversificados, aprofundados e qualificados sobre as mulheres rurais no âmbito nacional, regional e estadual (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017; Secretaria de Desenvolvimento Rural, 2018).

Fechando este segmento do texto, mais centrado em dados quantitativos, atenta-se para a questão da diversidade de raça e gênero[12] no terceiro setor (TS)[13], ressaltando a atuação de movimentos sociais, grupos e coletivos em prol da defesa de direitos e da mitigação de desigualdades ao longo da formação do Brasil, que resultou na expansão deste segmento, especialmente na década de 1990. Nas OSCs brasileiras destaca-se a presença majoritária de colaboradoras mulheres (65% das pessoas empregadas), com predominância feminina nas regiões Sudeste e Nordeste e com crescimento deste índice em ocupações relacionadas ao cuidado (assistência social, educação infantil, enfermagem, etc.). As mulheres também são mais propensas a fazer doações e realizar atividades voluntárias. Apesar disso, essas mulheres não são maioria nas posições de liderança: 46% das organizações analisadas apresentam percentual de mulheres na liderança abaixo da média (Saldanha, 2023; Gema, 2021).

Demonstra-se que no terceiro setor há mais profissionais brancos que negros. As pessoas negras atuantes (ocupadas e voluntárias) nos quadros de funcionários são minoria, sendo que 58% das organizações possuem um percentual de pessoas negras abaixo da média, das quais 36% apresentam um percentual "muito baixo" de profissionais negros (de 0 e 20% da equipe). Em outros termos, se há predominância feminina no setor, tratam-se de mulheres brancas, com expressiva desvantagem para mulheres e homens negros. Relacionando raça e cargos de liderança, 62% das organizações ouvidas apresentam percentual de pessoas negras líderes abaixo da média. Não obstante, 72% das organizações afirmam promover ações preventivas internas contra episódios de violência no ambiente profissional, como o combate ao assédio e à discriminação (Gema, 2021).

O que se pode constatar é que desigualdades raciais e de gênero existentes na estrutura social do Brasil são reproduzidas no interior das organizações – o terceiro setor como um microscópio da nossa sociedade, o que é evidenciado por aspectos como a falta de espaço e voz, denunciada pelo baixo índice de lideranças femininas e negras, pelas assimetrias na equiparação salarial entre homens e mulheres, pela divisão sexual do trabalho e pela ausência de dados sobre mulheres lésbicas, bi, trans e travestis (LBTT), mulheres com deficiência, indígenas e quilombolas, o que estaria associado à ausência ou fragilidade de ações e medidas específicas de contratação, retenção e progressão de carreira centrados na diversidade. Em suma, o TS reproduz barreiras, escancarando, mais uma vez, que para as mulheres brasileiras – embora sejam maioria, falta representatividade (Gema, 2021; Saldanha, 2023).

O objetivo do presente tópico não foi o de esgotar o debate sobre as complexidades e vulnerabilidades que gênero, raça e territorialidade compreendem hoje, separados ou interseccionados – potencializando sujeições e discriminações, mas sim o de traçar uma incipiente noção acerca de alguns dos eixos de subordinação que atravessam a sociedade brasileira.

Protagonismo feminino e organização sociopolítica em quilombos rurais da bahia: empoderamentos e desafios

O crescimento da participação sociopolítica de mulheres em associações rurais de comunidades quilombolas, no caso específico da Bahia, mostra-se florescente, se analisarmos em comparativo com os cenários estabelecidos ao redor do Brasil. Este crescimento germina da influência da atuação do Governo do Estado, no que se refere à efetivação de diversos projetos e políticas públicas direcionadas à agricultura familiar nos últimos dez anos, tal como de projetos específicos paras as mulheres e suas questões[14], em iniciativas centradas na no desenvolvimento sustentável rural e na economia solidária, muitas das vezes executadas através de parcerias com OSCs de todos os territórios de identidade do estado para beneficiar outras OSCs, como as ACR, de menor porte.

Neste contexto, o terceiro setor acaba se posicionando como um meio de suprir as lacunas ou ampliar o alcance e a capilaridade do estado (primeiro setor) e

das empresas privadas (segundo setor), que não dão conta de atuar no desenvolvimento pleno de ações voltadas ao bem-estar social de todos os cidadãos, especialmente as chamadas minoria sociais. Estas, por sua vez, organizam-se, articulam-se e se institucionalizam como pessoas jurídicas para atender ao compromisso de desenvolvimento social e econômico na vida dos grupos sociais e comunidades, adotando um caráter organizativo em prol do fortalecimento de cadeias produtivas e agregação de valor aos trabalhos desenvolvidos (Feitosa, 2023).

Pesquisas recentes no contexto de associações de agricultores familiares lideradas por mulheres reforçam o crescimento da participação das mulheres em organizações coletivas, especialmente em comunidades assentadas em princípios da agroecologia e de uma ética solidária. Estas, por sua vez, são caracterizadas por gestões democráticas, cooperação, desenvolvimento humano, economia plural, autonomia e emancipação, cenário que favorece a efetiva escuta e participação das mulheres, gerando um quadro mais equânime e empoderando-as na construção de sua própria categoria política e social. Sua inserção normalmente é facilitada por instituições de cunho social parceiras, em ações formativas que beneficiam as comunidades, além da corriqueira relação das associações com igrejas e organizações esportivas, em uma dinâmica em que as agricultoras têm contato e passam a conhecer, dominar, se apropriar e ressignificar ferramentas de controle de atividades produtivas e de gestão, contextualizando-as às particularidades, rotina e demandas da comunidade (Simon, 2019; Brandão, Barbosa e Bergamasco; 2023).

Assim, é efetivada a sua presença em espaços decisórios que permeiam os âmbitos familiar[15], produtivo, social e público, em prol da diminuição de desigualdades trabalhistas e sociais, promovendo dois crescimentos simultâneos: pessoal e em comunidade. Dito isso e sem mais delongas, vamos às perspectivas das lideranças quilombolas femininas sobre essa dinâmica:

> A gente cresce ouvindo que mulher tem que ficar submissa ao homem, que a mulher tem que estar esquentando a barriga no fogão e esfriando na pia. Não… as mulheres também podem liderar, lançar propostas, fazer projetos, correr atrás de projetos, conquistar, né? (C.S.S., 34 anos, comerciante de hortaliças e lanches, presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina).

Tal como a fala acima revela, o papel de liderança promove aprimoramentos contínuos, ao impactar na autoestima, aumentando os investimentos em si – no que se refere à educação formal, intervenções estéticas e outros níveis de emancipação e ao alterar a postura no âmbito dos seus relacionamentos afetivos e matrimoniais, mudando não apenas a vida destas mulheres, como de suas famílias. O processo de empoderamento feminino é individual e processual, e, ao transitar pela dimensão coletiva, rompe com tutelas e dependências, tornando-as sujeitas independentes, autônomas, agentes e não pacientes (Simon, 2019).

No quadro a seguir estão sistematizadas as unidades de sentido e categorias resultantes das entrevistas compreensivas, relacionadas à noção de processos do empoderamento, com base em Kleba (2009), a serem detalhadas, discutidas e conectadas à perspectivas teóricas diversas na sequência.

Os depoimentos demonstram que as três US sistematizadas acima se relacionam intimamente. Reiteramos que a escolha em manter trechos mais extensos das entrevistas é também política, ao passo que nenhuma análise teórica possível é mais relevante que o que

Quadro 01 - Sistematização das unidades de sentido (US) resultantes das entrevistas compreensivas.

US	Categorias	Processos de Empoderamento (Kleba, 2009)
Protagonismo Feminino	Crescimento Pessoal; Autonomia; Autoestima; Proatividade; Percepção e rompimento de ciclos de violência e dominação.	Nível pessoal ou psicológico, onde há uma mudança de mentalidade a partir da percepção do sujeito das próprias forças, reverberando em um comportamento de autoconfiança, levando a uma compreensão crítica sobre o seu contexto e suas relações, estimulando a emancipação e a autonomia.
Bem-estar social	Senso de coletividade; Solidariedade; Redes de apoio; Voluntariado.	Nível grupal ou organizacional, marcado pela confiança, laços de pertencimento e identidade social, agindo para melhorar a vida comunitária, respeitando sua cultura e a diversidade.
Luta	Resistência; Direitos; Projetos e políticas públicas; Sobrecarga feminina: trabalho externo/fonte de renda, trabalho doméstico e familiar, trabalho político/institucional.	Nível estrutural ou político, permeado pela auto organização e engajamento, em processos conflituosos ou não de redistribuição de poder político, rompendo com situação de resignação e impotência e exercitando habilidades de participação democrática e de poder político de decisão.

Fonte: Construção da autora (2024).

essas mulheres têm a dizer. Tomando a US Protagonismo Feminino, diretamente relacionada ao nível pessoal/psicológico de empoderamento, constata-se que a participação nas associações promove revoluções internas e externas, inclusive no que se refere ao reconhecimento de violências e desigualdades e ao debate de gênero e raça, das diversidades.

> Conheci a associação através da convivência na comunidade, fui incentivada a aceitar o cargo de presidente para ter mulher na liderança, para ver se através disso agora algo mudasse na comunidade. A gente tem tentado trazer algo novo, alguma inovação (...) A importância de ter mulheres na diretoria é que me motiva, quero fazer o que os homens que já passaram por aqui não fizeram e mostrar a capacidade e potência da mulher quilombola na sociedade. O meu conselho para as mulheres é arregaçar as mangas, ir à luta pelos nossos direitos como mulher preta, como quilombola, e como potência, nessa geração preconceituosa e machista. (M.C.S., 49 anos, agricultora e empreendedora, Presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina).

> A nossa associação começou para participar de um projeto. A gente não tinha uma associação quilombola e de mulheres afrodescendentes aqui, e quando o projeto chegou, nós quilombolas fomos obrigadas a fazer uma, formar uma. E longe de mim passava a ideia de ser a presidente da associação, porque eu era uma pessoa muito tímida, não abria a boca, mas em uma reunião, em discussões com outras associações, que queriam também ficar com o projeto, eu pela primeira vez na vida abri a boca e disse: não, se o projeto é quilombola, então tem que ficar com uma associação quilombola. Naquele dia eu mesma me surpreendi, porque assim, né? eu nunca questionei nada, nunca falei nada, naquele dia eu perdi o medo, tive voz e não me calei nunca mais. O que estiver errado, questiono. Hoje eu sei falar, né? que antes ficava com medo, insegura, e hoje através da associação eu passei a conhecer mais sobre os nossos direitos como mulher, como quilombola, como mulher preta, que antes eu não tinha o conhecimento. E às vezes poderia até ter, mas eu tinha medo, hoje não, eu me sinto confiante, muito confiante. Eu acho importante ter mulheres na liderança porque rompe aquele gelo né, que mulher tem que ficar submissa ao homem. A mulher se sente mais empoderada, ajuda as mulheres a sair da taxa de violência, do homem contra a mulher, vai conhecer os seus direitos como mulher, vai ter outra realidade de vida, vai se sentir mais confiante, que é a parte do empoderamento, né. Nós mulheres nascemos com aquele negócio de que: ah, a mulher só é pra cuidar de casa, e se homem falar algo temos que abaixar a cabeça... Não. (C.S.S., 34 anos, comerciante de hortaliças e lanches, presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina).

> Pra mim, eu acho muito importante mulheres à frente, lideranças até porque, para provar que as mulheres têm capacidade, igual aos homens, ou até melhor, depende de cada mulher. Hoje, os homens estão incomodados, porque as mulheres estão à frente da maioria das coisas, de tudo, ela já fala, já está à frente de projetos, de trabalhos, enfim. Hoje as mulheres não estão mais só em pé de fogão e lavando roupa não, hoje, cada dia que passa elas estão crescendo e querendo crescer mais, através de estudo, de conhecimento, de tudo. Meu conselho é para que as mulheres assumam, porque muitas das vezes nós mulheres temos a oportunidade de crescer e assumir determinado cargo, mas, muitas das vezes, temos medo. E não podemos deixar o medo atrapalhar a vida da gente, porque temos capacidade de crescer, de governar e de ir em frente. A mulher hoje tem a oportunidade de ser mulher. Antigamente, vivia só para a cozinha, hoje não, a cada dia que passa estamos sendo vistas em todos os ambientes, então meu conselho é não depender de homem, ter a vida livre, o dinheiro delas (I.C.S., 62 anos, professora aposentada, agricultora e presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina).

> Eu conheci a associação através de uma pessoa que tem conhecimento, com as coisas assim, do município, e ela foi na minha comunidade e procurou alguém para participar de um congresso. Então eu fui. Primeiro eu esperei que alguém manifestasse, mas ninguém manifestou, aí eu falei: eu vou, e fui, e lá eu apresentei a comunidade. Nesse tempo ainda não era registrado como quilombola. Aí eu falei sobre a comunidade, como era, aí daí em diante, quando eu retornei para a comunidade, falei sobre o que tinha acontecido lá, e daí em diante, de conversa em conversa, as pessoas foram falando que eu era uma pessoa que poderia estar assumindo, sendo essa líder da comunidade. De ser presidente as pessoas foram falando, falando e eu aceitei, ninguém se manifestou, então eu falei: vamos lá, né? Aí fui, aceitei ser a presidente da associação quilombola. Às vezes tem coisa que nem está nos planos da gente, mas, para ver a comunidade crescer, o pessoal me apontou, a gente aceita, né? Fui presidente, gostei (M.F.S., Agente Comunitária de Saúde (ACS), Ex-presidenta de ACR, 60 anos, Chapada Diamantina).

A autoconfiança conquistada reverbera em múltiplas facetas: a superação da timidez, do silêncio e do medo, o desafio de atestar a capacidade e a proatividade feminina, a corresponsabilidade na conscientização e proteção de outras mulheres das violências. Para além, claro das conquistas materiais, palpáveis, que contribuem com a vida da comunidade através dos projetos e políticas acessadas, especialmente nas esferas de geração de ocupação e renda e acesso a direitos, que tem como consequência direta a mitigação do êxodo rural.

> Do meu ponto de vista a ação mais importante aqui na nossa comunidade, na nossa associação é a Certificação Palmares, né? porque através dela a gente teve o nosso reconhecimento como quilombola. E com isso teve o CEFIR Quilombola, que temos, e que deu mais facilidade para acessar políticas públicas, tanto os benefícios previdenciários quanto na agricultura em si. E também através da associação e da Certificação os nossos jovens, hoje, estão tendo a oportunidade de concorrer às cotas quilombolas e estar cursando faculdade, aqui a gente já tem alguns jovens que já estão cursando, graças a Deus (C.S.S., 34 anos, comerciante de hortaliças e lanches, presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina).
>
> (...) Estou presidente da associação a dois mandatos, então assim, surgiu a ideia de nós mulheres abrirmos uma associação em nossa comunidade por iniciativa própria, de cada uma de nós, porque assim, pelo fato de eu ter nascido e me criado aqui, dentro do quilombo, eu tinha muita dificuldade para conseguir as coisas para a comunidade, então, veio a ideia e nós conseguimos abrir uma associação aqui. Então assim, o fato é que quem procura mais ajudar a comunidade são as mulheres, a gente faz mutirão, a gente ajuda as pessoas a se aposentarem, leva no INSS, faz mutirão para pagar INSS, faz mutirão para comprar remédio, então, nós já fazemos trabalho voluntário há muitos anos, tivemos essa ideia porque através da associação tivemos mais facilidade de participar das políticas públicas, né? As principais conquistas da nossa associação são a lanchonete e o restaurante quilombola das mulheres, a gente já tinha aqui o local e conseguimos a reforma, e hoje estamos atuando, abrange doze famílias, que estão tendo geração de emprego e renda dentro do seu lugar. Os projetos que a gente tem tocado foram três através da *Yamana Gold*[16], e nós conseguimos os materiais para abrir o restaurante e a lanchonete, foi uma luta muito grande para todas nós, fomos em luta, fomos em busca, pelo local para construir o restaurante, que era um prédio abandonado, então conseguimos através da associação a reforma e hoje estamos tendo uma boa evolução. (...) E pra ser liderança temos que trabalhar também com o coração, é um trabalho voluntário, nós não ganhamos nada, mas em cada rosto de pessoas que a gente faz o bem, no sorriso de cada criança, quando acolhemos com amor, é uma alegria para todas nós. Eu, como liderança, para mim é um prazer tão grande quando eu tô servindo as pessoas, quando tô ajudando a minha comunidade, sabendo que aqui é uma comunidade carente, que precisava de ajuda, e eu não tinha como fazer, e hoje tem sido possível trazer vários benefícios para o meu próprio quilombo. (M.A.P.S., 44 anos, agricultora e empreendedora, liderança religiosa da igreja católica e esportiva – campeonatos de futebol e cavalgadas, presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina)
>
> Bom, a associação dos pequenos produtores daqui foi formada por uma família, no ano de 2011, com a ajuda de lideranças do município, de lá para cá, as coisas foram avançando aos poucos, passando de um para o outro, nas eleições, chegando o tempo que passei a ser vice, depois passei a ser presidente, até esse ano, de 2024. Dois anos atrás fui eleita com dois votos de frente, e de lá para cá venho fazendo o que posso, lutando, participando de reuniões, de encontros, trazendo as experiências para a comunidade. Aqui na comunidade, mesmo antes de formar no papel, já era uma associação, a igreja sempre cheia, eu mesma já fui coordenadora três vezes, trabalhei também na sala de aula por 25 anos, então toda vida eu lutei com gente, com a comunidade, então é um papel que a gente já tem há muito tempo. (...) Aqui as vezes alguma mulher precisa ir para a cidade trabalhar, fica aqui um bocado de menino, as mães vão, a gente fala: vai tranquila, a gente olha. E cuida, até chegar no fim do dia, para que elas possam ter a vida delas (I.C.S., 62 anos, professora aposentada, agricultora e presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina).

A US Bem-estar social é evidenciada por anos de trabalho voluntário em prol da comunidade, um forte senso de coletividade, além do cuidado, especialmente com as crianças, jovens e idosos. Isso é quilombo: a corresponsabilidade pelo bem viver grupal. É importante considerar que, historicamente, o sucesso de políticas públicas direcionadas à saúde e à assistência social no Brasil é alicerçado na atuação das mulheres, que as executam no interior das famílias assistidas, traçando uma interface com o estado. As mulheres são, portanto, grandes mediadoras, representantes, verdadeiras aliadas destas políticas, sendo responsabilizadas pela execução das orientações dadas pelos programas e serviços, fortalecendo os vínculos familiares e cumprindo o dever parental de garantir a educação e a saúde das crianças, combatendo a reprodução da pobreza intergeracional, através da lógica conservadora da divisão sexual do trabalho e da disposição feminina para o cuidado, o que colabora para um processo de naturalização do voluntarismo (Santos, 2014).

> Mulher tem que ter voz. Eu digo assim: mulheres, vamos liderar, não tenham medo, vamos batalhar, conquistar juntas, porque a mulher tem que estar onde ela quiser. E através das lideranças femininas as mulheres hoje têm voz, e não aquilo que desde o início a sociedade diz que temos que ficar em casa, cuidando de filhos, não, ela tem que estar onde quiser e conquistar o que ela quiser. Se ela quiser conquistar o mundo, vamos conquistar o mundo. Ganhar o nosso espaço na sociedade e quebrar esse preconceito, e vamos ter voz, falando com o coração. Eu sei que todo mundo tem o que fazer, um tanto de coisas para dar conta, mas

juntas a gente chega mais longe (C.S.S., 34 anos, comerciante de hortaliças e lanches, presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina).

A eleição não teve para ninguém, teve dois homens que quiseram competir comigo e saíram só com os votos deles mesmos, então aqui dentro da comunidade o povo fechou comigo e tem uma diretoria só de mulheres, quem vier aqui pode ver. Que todas nós mulheres, tanto negras, quanto mulheres de pele branca, que não se consideram quilombolas, nunca podemos baixar a cabeça, a gente pode tudo em todos os lugares, somos mulheres guerreiras e batalhadoras, na luta, firmes e fortes, pelos nossos direitos dentro da sociedade. E o que eu falo a todas as mulheres é que não tenham vergonha de ser liderança, principalmente de dentro do seu lugar, porque uma associação dentro da comunidade hoje é tudo, para conseguir benefícios e políticas públicas, só quem é da comunidade sabe as necessidades que ela tem, que o seu povo tem (M.A.P.S., 44 anos, agricultora e empreendedora, liderança religiosa da igreja católica e esportiva – campeonatos de futebol e cavalgadas, presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina)

Os benefícios que está tendo na comunidade agora são cursos, que não tinha antes, espero que através de algumas buscas a gente conquiste mais, e a nossa vontade sempre foi de ter esses cursos e oficinas na nossa comunidade. Eu, como já fui presidente, e tô ainda até como líder, pois algumas coisas as pessoas ainda me procuram, e eu, incentivo muito, e o que estiver ao meu alcance eu busco, eu quero estar no meio, então o que eu gostaria de dizer para as outras mulheres é que busquem e estejam de mãos dadas, tem gente aqui que já passou por muita coisa, uma estar sempre buscando e pedindo ajuda para a outra, no que precisar, para dar conta de tanta coisa, ali no dia-a-dia, para poder estar no grupo, então é isso que eu aconselho, para estarem juntas, em busca do mesmo objetivo, uma vai chamando a outra. A gente tem que assumir mesmo, porque a mulher corre atrás, ela sabe o que precisa na comunidade (...) O pessoal aqui era mais sossegado, mas agora tá agindo mais, participando mais, interagindo, é importante. (M.F.S., Agente Comunitária de Saúde (ACS), Ex-presidenta de ACR, 60 anos, Chapada Diamantina).

Benefícios já aconteceram bastante, como projetos bons que chegaram, já tivemos o Bahia Produtiva, Já tivemos o projeto do trator, equipado com tudo, a DAP, Garantia Safra, já recebemos moto, entre outras coisas, é uma associação ativa, que está sempre trazendo coisas para a comunidade. O Projeto Quilombo Legal, que serve até para ajudar na aposentadoria. Vários projetos maravilhosos. (I.C.S., 62 anos, professora aposentada, agricultora e presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina).

A US Luta atravessa praticamente todas as falas, desmistificando a noção de passividade destas mulheres, que salientam a particular e minuciosa percepção feminina sobre o grupo, sobre o todo. Sua movimentação não é isenta de conflitos e reações: desvela incômodos masculinos diante desse desabrochar para a vida sociopolítica e ocasiona oposições e disputas pela manutenção do poder comunitário. Mais uma amostra de um Brasil marcado por uma forte presença de mulheres de povos e comunidades tradicionais lutando pelos seus territórios, por sobrevivência, por moradia, condições dignas de habitação e de trabalho e pela efetivação de políticas diversas, atuando contra produtos da colonialidade como o racismo, o classismo, o machismo e o sexismo (Amoras, Costa e Araújo, 2021).

Como nem tudo são bônus, o grande ônus deste contexto é a sobrecarga feminina, que se desbobra entre o trabalho formal ou informal remunerado, o trabalho político/ institucional da gestão das associações e as tarefas domésticas associadas ao cuidado com dependentes, amplamente citados, dentro e fora de suas casas, haja vista o estabelecimento de redes de apoio entre elas. O sucesso dessas mulheres, de funções multifacetadas, portanto, é resultado de mobilizações e trabalhos (remunerados e não remunerados) em teia, verdadeiros atos de resistência. Em suma, trata-se de muito suor derramado, muito trabalho intelectual, emocional e político concebido, e tudo isso, por vezes, invisibilizado.

Analisando comunidades baianas em contextos urbanos (periferias) e rurais (quilombos), concentrando-se na resistência de variantes da matriarcado negro, percebe-se que essa matriarcalidade estaria pautada na ancestralidade, tendo o segredo e o sagrado como pilares oralmente transmitidos geracionalmente, sob a influência das religiões de matrizes africanas, marcadas pelo destaque e autoridade da mulher, a exemplo do Candomblé. Assim, a matriarcalidade negra é constituída de mulheres fortes, autônomas, determinadas, donas de casa, provedoras, que afirmam sua identidade através do corpo, falas e gestos e transitam empoderadamente pelo cotidiano. São mulheres que nunca se reconheceram frágeis, porque nunca foram tratadas como tais, e seguem nas ruas para garantir a segurança e libertação do seu círculo (Martins e Carvalhal, 2016).

Considerações finais

No caso das mulheres quilombolas, muitas interseccionalidades permeiam os seus enfrentamentos, que transitam por espaços privados, coletivos, públicos e sagrados e carregam como bandeira a luta pelo bem-estar social. As associações comunitárias rurais se apresentam como geradoras de capitais diversos – simbólico, cultural, econômico – sendo uma eficiente

ferramenta de integração e mudança social, promovendo processos de empoderamentos individuais e coletivos que atingem os níveis psicológico, organizacional e estrutural.

Não obstante, este protagonismo e autonomia sociopolíticos não isentam as lideranças comunitárias de sofrer opressões de forma velada e explícita, a exemplo das violências domésticas, além de robustecer a já desigual divisão social do trabalho, ocasionando sobrecargas de funções e tarefas: trabalhos braçais, intelectuais, emocionais e políticos acumulados em corpos confiantes, fortes, mas exaustos, que se unem em redes de apoio e teias de solidariedade, resistindo, indispensáveis, estratégicas, fluídas e poderosas, como a água.

Assim, assegurar a incorporação de cosmovisões das mulheres de comunidades tradicionais em produções científicas e na agenda governamental é imprescindível, pautando a importância de abordagens ética e culturalmente adequadas, atentas às diversidades e interseccionalidades. Espera-se, em suma, colaborar com debates que provoquem a construção de políticas democráticas de enfrentamento às desigualdades, esboçando um futuro inclusivo e mais equitativo para as nossas mulheres e povos e comunidades tradicionais.

Referências

Akínrúlí, Olúségun Michael. Gèlèdé: o poder feminino na cultura africana Yorùbá. *Revista África e Africanidades.* Ano III, n 12, Fevereiro, 2011. ISSN 1983-2354.

AMORAS, Maria; COSTA, Solange Maria Gayoso; ARAÚJO, Luana Mesquita. O ativismo das mulheres negras escravizadas no Brasil Colonial e Pós-colonial, no contexto da América Latina. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, 2021. https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202128

ARAÚJO, Gabriela Shizue Soares. Participação feminina na política no Brasil e os desafios rumo à democracia paritária participativa. *Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno*. v. 1, n. 7, p. 152-162, Jan/Abr, 2023. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/DDEM. Acesso em: 01/04/2023.

BRANDÃO, Tatiana F. B., BARBOSA, Luciano. C. B. G., BERGAMASCO, Sonia. M. P. P. Organização social e gestão associativa rural entre mulheres no semiárido sergipano. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61. 2023. https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.249024

BRASIL, MINISTÉRIO DAS MULHERES. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM 2024. *Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.* 44 f. 2024.

BUENO, Samira *et al.* O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022. In: *Fórum Brasileiro de Segurança Pública.* 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: São Paulo. P. 136-145, 2023.

BUENO, Samira *et al.* Feminicídios em 2023. São Paulo: *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, 2024. 12 f.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos. IPEA. Rio de Janeiro, 1999.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos feministas*, V.01, N. 1, 2002, p. 171-189.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos damdiscriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas,* V. 01, N. 1, 2002, p.171-189.

DATASENADO. Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher – Comparativo por UF. Instituto de Pesquisa DataSenado/ Secretaria de Transparência/ Observatório da Mulher contra a Violência. Fevereiro/2014. 87 f.

FCP – Fundação Cultural Palmares. Relação CRQs certificadas na Bahia. Site institucional. S.d. Disponível em:https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/ crqs-ba-22082022.pdf. Acesso em: 20/05/2024.

FEITOSA, Giselly Raiane dos Santos. Importância do Terceiro Setor: um estudo de caso da Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú. *Trabalho de Conclusão de Curso*. Universidade Federal de Campina Grande, PB. 2023. 30 f.

FRANCO, Gilciana Paulo. As religiões de matriz africana no Brasil: luta, resistência e sobrevivência. *Sacrilegens,* Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 30-46, jan-jun. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/download/34154/145008-2-11-20210908/146177. Acesso em: 20/03/2023.

GEMA – Consultoria em equidade/Instituto Matizes. Governança inclusiva no terceiro setor: gênero e raça nas OSCs. 2021. 63 f.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário de 2017. IBGE, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* – PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continuada.html. Acesso em: 16/05/2026.

LIMA, Dulcilei da Conceição. Tá na cabeça, tá na web! Significados simbólicos e historicidade do uso do turbante no Brasil. *Rev. Dobra[s].* Volume 10, número 22, novembro. 2017. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6277878.pdf. Acesso em: 10/03/2022.

KAUFMANN, Jean-Claude, 1948. *A entrevista compreensiva*: um guia para a pesquisa de campo. Trad. Thiago de Abreu e Lima Florencio. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes; Maceió, AL: EDUFAL, 2013.

KLEBA, Maria Elisabeth. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde Soc.* São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250054278_Empoderamento_processo_de_fortalecimento_dos_sujeitos_nos_espacos_de_participacao_social_e_democratizacao_politica. Acesso em: 20/02/2024.

MARTINS, Tamires Fraga; CARVALHAL, Tito Loiola. O Matriarcado e a Resistência das mulheres negras em (com)unidades baianas: dos quilombos à periferia. *Rev. Três Pontos.* v 13.1. Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/issue/view/141. Acesso em: 26/03/2023.

MONTEIRO, Solange; FEIJÓ, Janaína. *Mais da metade dos lares brasileiros é chefiada por mulheres, que ganham 30% a menos que os homens*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas – IBRE, 2025. Disponível em:https://portalibre.fgv.br/. Acesso em: 16/05/2026.

OLIVEIRA, Sandra Nívia Soares. Identidade Quilombola e Educação Escolar Quilombola: contribuições a partir da experiência de um quilombo. *Revista RBBA.* ISSN 2316-1205 Vitória da Conquista, V. 7, nº 1, p. 39-60. Julho/2017. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/4062. Acesso em: 20/05/2023.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro. p. 987-1004. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/8DwmqbJg8ZbFqPCDqbfsWqd/. Acesso em: 20/05/2024.

SALDANHA, Daiany Mayara de França. Terceiro setor e futuros possíveis para as mulheres. Rev. *ORGANICOM - USP*. Ano 20, nº 41, janeiro / abril. 2023. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/207280. Acesso em: 17/05/2024.

SANTOS, Yumi Garcia. As mulheres como pilar na construção dos programas sociais. *Caderno CRH,* Salvador, v. 27, n. 72, p. 479-494, Set./Dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/BMgy4pc5w9W3yQLRMgnjQ3g/#. Acesso em: 04/04/2024.

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado da Bahia. Bahia tem maior número de mulheres à frente dos empreendimentos rurais no país. Site SDR. 2018. Disponível em: https://www.sdr.ba.gov.br/noticias/2018-08-03/bahia-tem-maior-numero-de-mulheres-frente-dos-empreendimentos-rurais-no-pais.Acesso em: 20/02/2019.

SILVA, Rosália de Fátima. *Compreender a "entrevista compreensiva*". Universidade Federal Rio Grande do Norte. 2006. www.sigaa.ufrn.br/sigaa/verProducao.br. Acesso em: 20/11/2017.

SIMON, Vanêssa Pereira. Empoderamento e participação feminina na Economia Social e Solidária: em busca da equidade. *Conferência Internacional da UNTFSSE*. Genebra, Suíça. 2019. Disponível em: https://knowledgehub.unsse.org/knowledge-hub/empoderamento-e-participacao-feminina-na-economia-social-e-solidaria-em-busca-da-equidade/ . Acesso em: 20/06/2024.

TSE Mulheres. Disponível em: TSE Mulheres – Justiça Eleitoral (justicaeleitoral.jus.br). Acesso em: 03/04/2024.

DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

USO DO SOLO, PRESSÃO ANTRÓPICA E CONSERVAÇÃO DE NASCENTES NO GRADIENTE URBANO-RURAL EM BREJO DE ALTITUDE PERNAMBUCANO

LAND USE, ANTHROPOGENIC PRESSURE, AND SPRING CONSERVATION ALONG THE URBAN-RURAL GRADIENT IN A PERNAMBUCO HIGHLAND FOREST

Éllida Cilene de Oliveira Dantas
Engenheira Ambiental (UFCG). Mestra em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Victor Casimiro Piscoya
Doutor em Ciência do Solo (UFRPE). Docente da UFRPE/Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental (PPEAMB)

Luiz Diego Vidal Santos
Mestre e Doutor em Ciência da Propriedade Intelectual (UFS). Docente da UEFS/PLANTERR, ldvsantos@uefs.br

Guilherme Ferreira de Brito
Agrônomo (UFCG). Mestre em Engenharia Agrícola (UFRPE)

Yana Batista Brandão
Doutora em Engenharia Química (UFPE). Mestra em Tecnologias Energéticas e Nucleares (UFPE). Docente da UFRPE/PPEAMB

William Pinedo Cruz
Pesquisador peruano. Doutor em Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Docente da Universidad Nacional de la Amazonía Peruana

Moacyr Cunha Filho
Doutor em Ciência do Solo (UFRPE). Docente da UFRPE/Programa de Pós-Graduação em Biometria e Estatística Aplicada (PPGBEA)

Mickaelly Espírito Santo Santos
Mestranda em Planejamento Territorial (PLANTERR/UEFS). Pesquisadora FAPESB, mickaelly_ess@hotmail.com

Renisson Neponuceno de Araújo Filho
Doutor em Ciência do Solo (UFRPE). Mestre em Agroecossistemas (UFS). Docente da UFRPE/PPEAMB

Jémison Mattos dos Santos
Doutor em Geografia (UFF). Mestre em Geoquímica e Meio Ambiente (UFBA). Docente da UESC/PROGEO

Resumo

O avanço de usos agropecuários e urbanos amplia a pressão sobre nascentes situadas nas bordas de refúgios ecológicos. Este estudo examina a relação entre dinâmica do uso do solo e estado de conservação de nascentes ao longo do gradiente urbano-rural na Área de Proteção Ambiental (APA) Serras e Brejos do Capibaribe, em Taquaritinga do Norte, Pernambuco. Foram avaliadas seis nascentes (N1–N6) mediante o Índice de Impacto Ambiental em Nascentes (IIAN), marcadores de qualidade da água, levantamento florístico do entorno e mapeamento multitemporal pela série MapBiomas (1985–2023). Os resultados indicam que, embora 50% das nascentes apresentem proteção estrutural ótima (Classe A), 100% das fontes registraram contaminação por coliformes fecais (Escherichia coli) acima do limite de potabilidade. A adjacência ao perímetro urbano concentrou maior aporte de efluentes e resíduos, enquanto áreas rurais apresentaram perda de cobertura protetiva, trilhas e contato animal. Conclui-se que a conservação dessas nascentes depende da incorporação da segurança hídrica aos instrumentos de ordenamento territorial, associando saneamento local, manejo de Áreas de Preservação Permanente (APPs), controle de acesso animal e monitoramento contínuo da qualidade da água.

Palavras-chave: Planejamento territorial; Nascentes; Qualidade hídrica.

Abstract

The expansion of agricultural and urban land uses increases pressure on springs located at the edges of ecological refuges. This study examines the relationship between land-use dynamics and the conservation status of springs along the urban-rural gradient in the Serras e Brejos do Capibaribe Environmental Protection Area (APA), in Taquaritinga do Norte, Pernambuco, Brazil. Six springs (N1–N6) were assessed using the Environmental Impact Index for Springs (IIAN), water quality indicators, surrounding floristic surveys, and multitemporal mapping through the MapBiomas dataset (1985–2023). Results indicate that, although 50% of the springs exhibited optimal structural protection (Class A), all sources (100%) recorded fecal contamination by Escherichia coli above the potability threshold established by Brazilian regulation. Urban proximity concentrated higher effluent and waste inputs, whereas rural areas showed loss of protective vegetation cover, trails, and animal access. The study concludes that spring conservation depends on incorporating water security into territorial planning instruments, combining local sanitation, Permanent Preservation Area (APP) management, animal exclusion, and continuous water-quality monitoring.

Keywords: Territorial planning; Springs; Water quality.

1 Introdução

Os brejos de altitude constituem enclaves úmidos incrustados no semiárido nordestino, descritos por Ab'Saber (2003) como unidades dependentes da interação entre relevo elevado e circulação atmosférica regional. A exposição aos ventos alísios e a manutenção de cobertura vegetal remanescente sustentam refúgios biogeográficos, função também discutida por Porto; Cabral; Tabarelli (2004) e Tabarelli; Santos (2004). Em escala regional, Diogo (2017) também associa esses enclaves à persistência de remanescentes úmidos em matrizes semiáridas.

Essas formações atuam como reguladores microclimáticos e zonas preferenciais de recarga hídrica, conectando biodiversidade e oferta de água em áreas serranas do Agreste, como indicam Braga et al. (2002) e Rodrigues et al. (2008). A dependência local de nascentes para usos domésticos, agropecuários e ecológicos ocorre em uma região de forte sazonalidade pluviométrica, condição registrada por Gois; Correa; Monteiro (2019). A conversão de vegetação nativa reduz infiltração e serviços hidrológicos, como discutido por Foley et al. (2005). A reorganização espacial das paisagens e as transições de uso da terra ampliam compactação, supressão ciliar e fontes difusas de contaminação (Lambin; Meyfroidt, 2011; Turner; Lambin; Reenberg, 2007). Em brejos de altitude, o desmatamento do entorno altera condições microclimáticas e disponibilidade hídrica, como observado por Dantas et al. (2024).

No município de Taquaritinga do Norte, situado no limite oriental do Planalto da Borborema, os afloramentos hídricos integram a cabeceira ecológica da bacia hidrográfica do rio Capibaribe, conforme a caracterização fisiográfica de CPRM - Servico Geologico do Brasil (2005) e a base territorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica (2024). A criação da APA Serras e Brejos do Capibaribe em 2020 representou um avanço institucional (Pernambuco, 2020). A proteção efetiva das nascentes ainda depende de diagnósticos locais que articulem condição macroscópica das surgências, qualidade da água e cobertura vegetal do entorno, como sugerem Panta et al. (2024) e Farias et al. (2024).

A legislação brasileira estabelece faixas de proteção no entorno de nascentes (Brasil, 2012). A efetividade dessas APPs depende de sua materialização no terreno, com vegetação nativa, cercamento e controle de acesso (Carmo; Felippe; Magalhaes Junior, 2014; Holanda; Sales, 2022). Em muitos contextos, a proteção legal coexiste com práticas locais de uso da água que tensionam os limites normativos, como observado por Ginko (2023).

O Índice de Impacto Ambiental em Nascentes (IIAN), proposto por Gomes; Melo; Vale (2005), classifica surgências com base em parâmetros macroscópicos como cor da água, odor, presença de resíduos, proteção do entorno e usos antrópicos. Aplicações em parques urbanos e paisagens rurais demonstram a utilidade do índice para registrar pressões de acesso, lixo e alteração da vegetação (Felippe; Magalhaes Junior, 2012; Pieroni et al., 2019). Estudos recentes ampliaram seu uso para diagnósticos de nascentes sob diferentes formas de ocupação (Araujo et al., 2025; Soares; Barros Junior, 2023). Em regiões agrícolas, o IIAN tem se mostrado sensível à presença de cultivos, acesso animal e ausência de vegetação protetiva (Copetti et al., 2022; Todeschini et al., 2016).

A classificação macroscópica, contudo, nem sempre corresponde à qualidade microbiológica da água, como indicam Seben et al. (2024) e Jung et al. (2024). Essa dissociação entre aparência e segurança sanitária é particularmente relevante em áreas rurais e periurbanas. Estudos de qualidade hídrica mostram contaminação mesmo em nascentes ou captações visualmente protegidas (Donadio; Galbiatti; Paula, 2005; Pinto; Roma; Balieiro, 2012). Padrão semelhante foi observado em investigações recentes sobre contaminação fecal e risco sanitário (Brito et al., 2024; Schultz et al., 2025).

Apesar do acúmulo de estudos setoriais sobre nascentes, ainda são escassos os trabalhos que integram, em um mesmo desenho amostral, série temporal de uso do solo, classificação macroscópica pelo IIAN, caracterização microbiológica da água e levantamento florístico do entorno. Essa lacuna é mais sensível nos brejos de altitude do Agreste pernambucano, onde Leal et al. (2017) e Melo et al. (2022) indicam pressões combinadas sobre vegetação, água e usos locais. Em recortes próximos, Nascimento et al. (2023) também registra a necessidade de leitura integrada entre conservação e uso territorial.

Para Taquaritinga do Norte, a integração é necessária porque o município combina mancha urbana em expansão e agricultura familiar (Coelho et al., 2014). A pecuária extensiva e os remanescentes florestais protegidos por unidade de conservação completam um gradiente urbano-rural que permite testar a resposta das nascentes a diferentes níveis de pressão antrópica (Santos et al., 2018; Tenorio et al., 2020).

A hipótese que orienta este estudo é que a degradação das nascentes tende a variar conforme a posição no gradiente urbano-rural, com maior comprometimento estrutural nas surgências próximas a ocupações adensadas, condição recorrente em diagnósticos macroscópicos de áreas antropizadas (Carmo; Felippe; Magalhaes Junior, 2014; Holanda; Sales, 2022). O comprometimento microbiológico e químico também tende a aumentar em usos agropecuários com acesso animal direto e aporte de compostos nitrogenados, como sugerem os resultados de Souza-Silva et al. (2023).

Para testar essa hipótese, este estudo examina a relação entre dinâmicas do uso do solo e estado de

conservação de seis nascentes na APA Serras e Brejos do Capibaribe, avaliando como a pressão antrópica se associa às condições macroscópicas, sanitárias e florísticas dos mananciais e oferecendo subsídios ao planejamento territorial e à recuperação de cabeceiras úmidas no Agreste pernambucano.

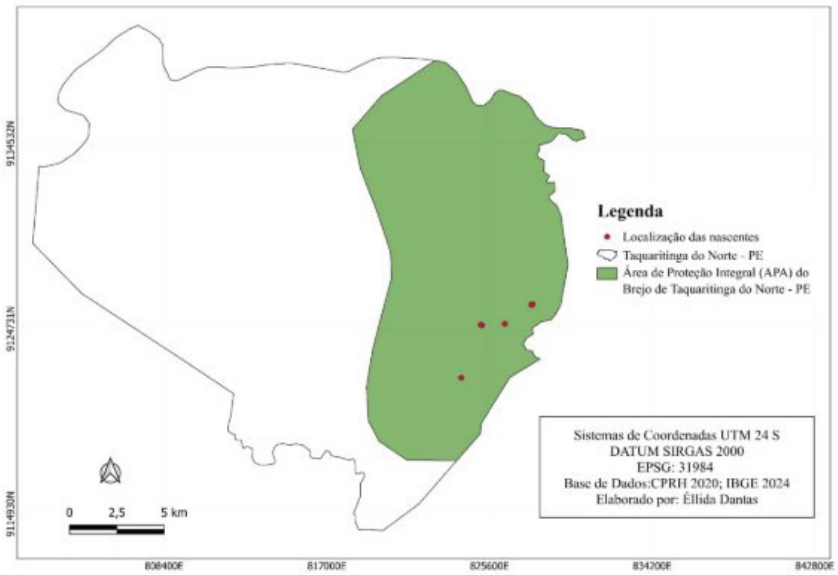
2 Materiais e Métodos

2.1 Área de estudo

O estudo foi conduzido em Taquaritinga do Norte, dentro da APA Serras e Brejos do Capibaribe, na microrregião do Alto Capibaribe. O município apresenta clima tropical chuvoso com verão seco, precipitação média anual em torno de 800 mm e temperaturas amenas associadas à altitude, conforme descrito por Silva; Souza (2022). O recorte espacial (Figura 1) situa as nascentes avaliadas em relevo serrano, com influência da escarpa da Borborema indicada por CPRM – Servico Geologico do Brasil (2005) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica (2024). Os remanescentes úmidos locais são relevantes para a bacia do rio Capibaribe (Panta et al., 2024; Rodrigues et al., 2008).

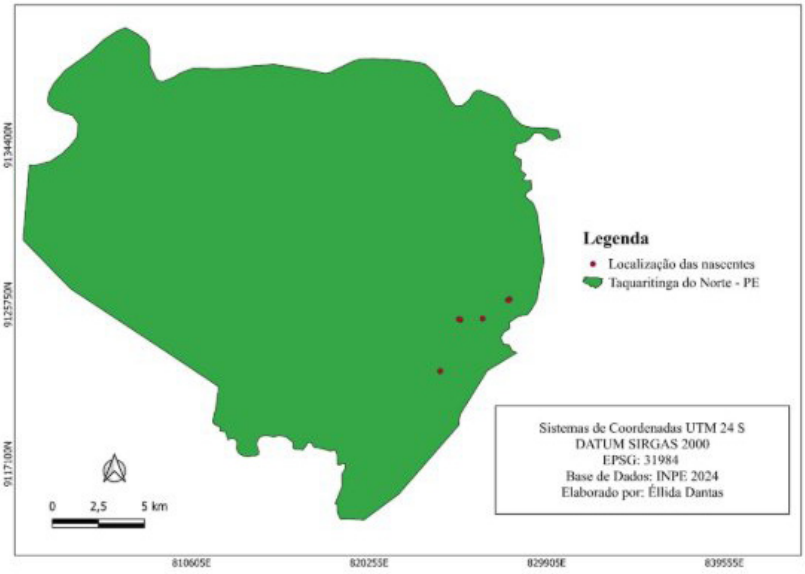
As seis nascentes perenes foram selecionadas de forma intencional para representar situações contrastantes de uso do entorno. A distribuição espacial dos pontos (Figura 2) abrange áreas urbanas, interfaces periurbanas agrícolas e matrizes rurais com diferentes níveis de acesso humano e animal, o que permite testar a resposta do IIAN e dos indicadores de qualidade da água ao gradiente de pressão territorial.

Figura 1: Área de Proteção Ambiental Serras e Brejos do Capibaribe e Unidade de Conservação de Uso Sustentável no município de Taquaritinga do Norte-PE.



Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

Figura 2: Localização das nascentes avaliadas no município de Taquaritinga do Norte-PE, abrangendo matrizes urbanas e rurais.



Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

A identificação espacial das surgências confirma a amplitude do gradiente amostral, com pontos em áreas urbanas adensadas, frentes periurbanas de cultivo, áreas rurais agrícolas e setores mais isolados (Tabela 1). Reconhece-se como limitação o tamanho restrito do estrato (n = 6), embora a seleção contemple as principais tipologias de uso verificadas no raio de influência das nascentes.

O desempenho estrutural no campo foi avaliado pelo Índice de Impacto Ambiental em Nascentes (IIAN) (Gomes; Melo; Vale, 2005), aplicado em vistorias mensais entre setembro e dezembro de 2024. O período correspondeu à fase de estiagem, quando a redução da vazão tende a ampliar a exposição das surgências a captações, pisoteio e acúmulo de contaminantes no entorno (Felippe; Magalhaes Junior, 2012; Seben et al., 2024). Dois avaliadores preencheram a matriz macroscópica de forma sincronizada, reduzindo viés de observação, e cada nascente foi enquadrada nas classes A (ótima), B (boa), C (razoável), D (ruim) e E (péssima).

Tabela 1: Identificação espacial e enquadramento territorial das nascentes (N1 – N6) na APA Serras e Brejos do Capibaribe.

Identificação	Coordenadas geográficas	Enquadramento Territorial Dominante
N1	S 7° 54’ 22.3” / W 36° 3’ 3.1”	Zona urbana (adensamento residencial)
N2	S 7° 54’ 21.4” / W 36° 3’ 5.3”	Zona urbana (franja de ocupação/lixão)
N3	S 7° 54’ 19.7” / W 36° 2’ 23.6”	Periurbano agrícola (lavouras próximas a residências)
N4	S 7° 53’ 46.8” / W 36° 1’ 38.3”	Rural agrícola (fruticultura e trilha perimetral)
N5	S 7° 53’ 45.5” / W 36° 1’ 36.0”	Rural agrícola/pastagem (livre acesso animal)
N6	S 7° 55’ 53.0” / W 36° 3’ 38.0”	Rural isolado (refúgio de biodiversidade restrita)

Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

Para complementar a leitura macroscópica, realizou-se a quantificação físico-química e microbiológica da água em 11 de novembro de 2024. As análises seguiram o *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater* (American Public Health Association; American Water Works Association; Water Environment Federation, 2017) e os procedimentos preconizados pela Fundação Nacional de Saúde (Brasil. Fundacao Nacional de Saude, 2013), determinando turbidez, condutividade, sólidos dissolvidos totais (SDT) e nitrato. O Centro de Apoio à Pesquisa da UFRPE quantificou *Escherichia coli* e bactérias heterotróficas, tomando como referência os limites da Portaria GM/MS nº 888/2021 (Brasil. Ministerio da Saude, 2021).

Para sintetizar a covariação entre os indicadores físico-químicos e microbiológicos, aplicou-se análise de componentes principais (PCA) à matriz formada por turbidez, SDT, condutividade, nitrato, *E. coli*, coliformes totais e bactérias heterotróficas. As contagens microbiológicas foram transformadas por log10(x+1) para reduzir assimetria, enquanto todas as variáveis foram centradas e escalonadas por escore z, pois estavam em unidades e amplitudes distintas. A decomposição da matriz padronizada foi realizada por valores singulares em Python 3, usando pandas para organização da matriz, NumPy para extração dos componentes e Matplotlib para representação gráfica.

A interpretação restringiu-se aos dois primeiros eixos, com os scores descrevendo a posição relativa das nascentes e os loadings indicando a contribuição de cada variável para os gradientes multivariados. Devido ao tamanho amostral reduzido, a PCA foi tratada como análise exploratória de ordenação, sem inferência causal ou teste confirmatório. A ausência de amostragem multissazonal limita a extrapolação para o período chuvoso, de modo que os resultados microbiológicos descrevem principalmente as condições de acúmulo e exposição observadas na estiagem.

O levantamento florístico inventariou os espécimes lenhosos nas proximidades acessíveis das nascentes, com registro das áreas onde a supressão recente impediu delimitação padronizada, especialmente em N1 e N2.

A trajetória territorial foi analisada com mosaicos anuais da Coleção 9 do MapBiomas entre 1985 e 2023 (MapBiomas, 2024). O processamento em QGIS 3.22 calculou áreas absolutas em hectares e tendências das classes florestais e agropecuárias no perímetro de contribuição. Essa estratégia segue aplicações de sensoriamento remoto e séries temporais de cobertura da terra no Nordeste (Almeida et al., 2018; Coelho et al., 2014). Análises recentes também empregam séries de cobertura para discutir dinâmica municipal e conservação ambiental (Francisco et al., 2023; Silva Neto et al., 2024). A conversão de vegetação foi interpretada com base em estudos de Sousa (2023). Trabalhos de Costa et al. (2024) e Gomes et al. (2017) sustentam o uso de séries temporais para interpretar expansão agropecuária e retração de formações nativas. O uso de bases multitemporais em diagnósticos territoriais também é discutido por Moraes (2020).

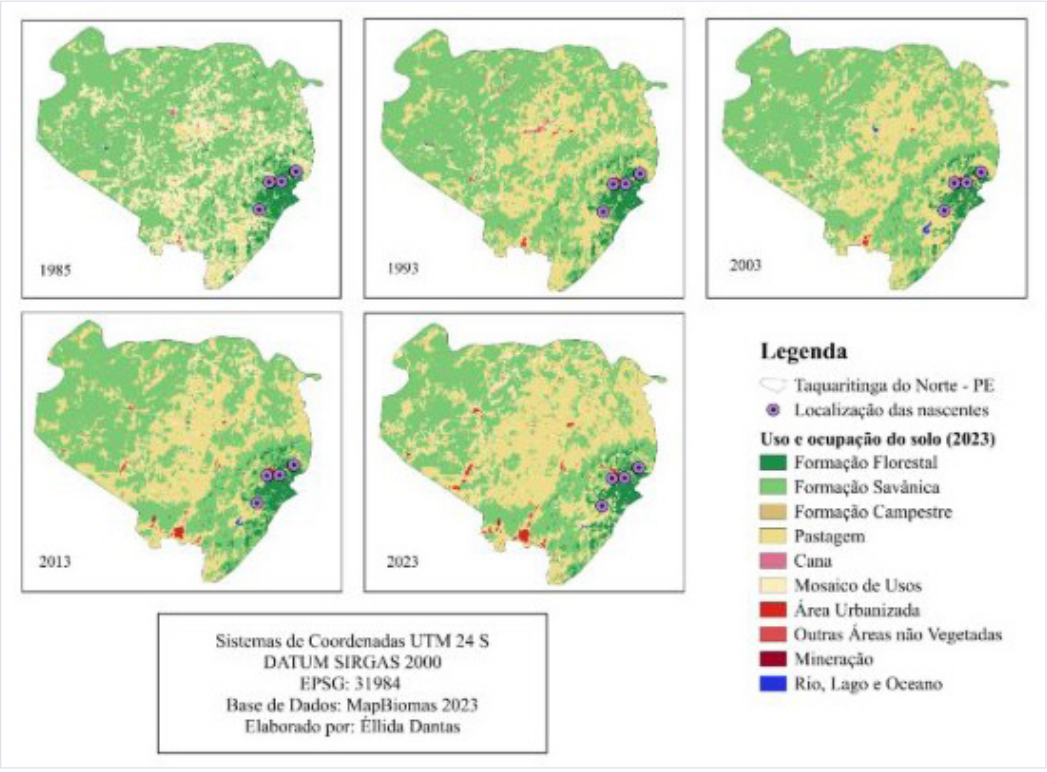
3 Resultados e Discussão

3.1 Dinâmica territorial e integridade das nascentes

A série histórica de 1985 a 2023 indica retração de formações florestais e expansão de usos agropecuários no município. As classes de formação florestal e savânica, estimadas a partir da série MapBiomas (MapBiomas, 2024), ocupavam aproximadamente 42% da área municipal em 1985 e recuaram para cerca de 28% em 2023. No mesmo período, as áreas de pastagem e agricultura expandiram-se de 51% para 63%, enquanto a mancha urbana passou de 1,8% para 4,5% da cobertura total.

A distribuição espacial dessas mudanças (Figura 3) sugere maior fragmentação da paisagem da APA Serras e Brejos do Capibaribe, com redução de zonas de amortecimento em áreas próximas às nascentes. Esse padrão é consistente com a relação entre conversão de vegetação nativa e perda de serviços hidrológicos discutida por Foley et al. (2005). Os efeitos de reorganização da paisagem foram descritos por Turner; Lambin; Reenberg (2007), enquanto trajetórias de transição de uso da terra foram analisadas por Lambin; Meyfroidt (2011). No Nordeste, mudanças semelhantes foram associadas à expansão agropecuária e à compactação do solo por Coelho et al. (2014).

Figura 3: Uso e ocupação do solo do município de Taquaritinga do Norte-PE na série histórica de 1985 a 2023.



Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

O registro de campo confirmou que a pressão sobre as nascentes não ocorre apenas nas áreas urbanas. A composição visual das seis áreas avaliadas (Figura 4) evidencia contrastes entre captações com estrutura física, trechos com solo exposto, áreas com trilhas, presença animal e vegetação ciliar descontínua.

Esses elementos explicam a sensibilidade do IIAN às condições do entorno, conforme a matriz proposta por Gomes; Melo; Vale (2005). Aplicações posteriores em nascentes urbanas e rurais reforçam essa resposta do índice ao entorno imediato (Felippe; Magalhaes Junior, 2012; Soares; Barros Junior, 2023). A proteção da caixa de captação, contudo, não substitui a proteção da faixa de recarga, uma vez que alterações no acesso, na vegetação e no entorno imediato continuam afetando a classificação macroscópica (Seben et al., 2024).

A síntese por nascente mostra que as classes do IIAN se diferenciaram conforme o entorno imediato, com N3, N4 e N6 em Classe A, N5 em Classe C, N1 em Classe D e N2 em Classe E (Quadro 1). O enquadramento reforça que as piores condições se concentram onde há combinação entre ocupação urbana, resíduos, esgoto ou perda total da vegetação, padrão compatível com diagnósticos de nascentes antropizadas descritos por Carmo; Felippe; Magalhaes Junior (2014) e Holanda; Sales (2022). As melhores classes dependeram de isolamento físico e menor acesso direto ao afloramento, condição também associada a melhores classificações macroscópicas por Pieroni et al. (2019) e Araujo et al. (2025).

O monitoramento ao longo de quatro meses revelou estabilidade temporal nas classes do IIAN para

Figura 4: Registro das seis nascentes analisadas no município de Taquaritinga do Norte-PE. Painéis A a F correspondem, respectivamente, às nascentes N1 a N6.



Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

as nascentes mais conservadas, com N3, N4 e N6 em Classe A em todas as visitas, e para a nascente crítica, com N2 em Classe E em todas as visitas. N1 oscilou de Classe C para Classe D e N5 manteve-se em Classe C. As pontuações médias do IIAN foram de 31,2 (DP ± 1,5) para N1, 27,5 (DP ± 1,7) para N2, 39,0 para N3 e N4, 32,0 (DP ± 1,2) para N5 e 42,5 (DP ± 0,6) para N6.

As atividades antrópicas mais frequentes incluíram desmatamento no entorno e uso da água por animais, cada uma incidindo sobre cinco das seis nascentes, além de trilhas, captações para consumo humano e irrigação de hortas. O diagnóstico territorial das pressões principais (Quadro 1) indica que esse conjunto de usos produz pressão difusa mesmo sobre as surgências mais bem avaliadas, padrão também apontado por Garcia et al. (2018) e Maia et al. (2021) em áreas de nascente.

Quadro 1: Condição macroscópica das nascentes e diagnóstico territorial das pressões principais.

Nascente	Classe IIAN	Diagnóstico territorial das pressões no entorno
N1	D (Ruim)	Pressão urbana, uso para irrigação local, trilhas frequentes e queimadas.
N2	E (Péssima)	Transição urbana, esgoto direto, lixo doméstico, animais e desmatamento total.
N3	A (Ótima)	Periurbano com captação intermitente, vizinha a residências.
N4	A (Ótima)	Rural com uso local, ladeada por fruticultura e vegetação secundária.
N5	C (Razoável)	Rural com trânsito de rebanho ocasional, vegetação lenhosa ausente.
N6	A (Ótima)	Rural isolado, estrutura limpa e maior suporte da vegetação.

Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

3.2 Qualidade sanitária e contaminação em áreas protegidas

Apesar da melhor aparência visual de N3, N4 e N6, o monitoramento microbiológico apontou coliformes totais e *Escherichia coli* em 100% da amostra, em desconformidade com a Portaria GM/MS nº 888/2021 (Brasil. Ministerio da Saude, 2021). A contaminação fecal em nascentes com estrutura de alvenaria indica que a proteção física reduz a entrada direta de material grosseiro, mas não elimina infiltração de efluentes e transporte de microrganismos no entorno, processos documentados por Donadio; Galbiatti; Paula (2005) e Pinto; Roma; Balieiro (2012).

O pisoteio animal, o manejo inadequado da área de recarga e a exposição a resíduos ampliam essa vulnerabilidade sanitária (Brito et al., 2024; Cessel; Gasparetto; Benatti, 2019). Essa vulnerabilidade persiste inclusive em contextos onde a estrutura de captação sugere proteção visual (Schultz et al., 2025). Esse resultado é consistente com o observado por Felippe; Magalhaes Junior (2012) em parques urbanos de Belo Horizonte e por Garcia et al. (2018) em nascentes urbanas, onde a presença de estruturas de captação não garantiu potabilidade microbiológica.

A nascente N2 concentrou a condição físico-química mais crítica, com turbidez de 41,0 UT, nitrato de 33,7 mg/L e sólidos dissolvidos totais de 687,0 mg/L. Os parâmetros de qualidade da água das seis nascentes (Tabela 2) evidenciam o gradiente de degradação, com N1 e N2 apresentando os maiores valores de turbidez, SDT, condutividade e nitrato, enquanto N3, N4 e N6 exibiram valores mais baixos para a maioria dos parâmetros físico-químicos, embora N4 tenha registrado nitrato de 10,92 mg/L, ligeiramente acima do VMP de 10 mg/L, e N6 tenha ultrapassado o limite de turbidez (9,0 UT).

A ordenação multivariada concentrou 83,7% da variância nos dois primeiros eixos da PCA, com 48,4% no PC1 e 35,3% no PC2. O PC1 foi positivamente associado a SDT, condutividade, nitrato e turbidez, separando N1 e N2 no extremo de maior carga físico-química, enquanto N3 ocupou a extremidade oposta pela baixa mineralização e pelo baixo teor de nitrato.

O PC2 capturou principalmente a variação microbiológica, diferenciando N5 pela maior carga de *E. coli* e bactérias heterotróficas e N6 pela maior contribuição relativa de coliformes totais (Figura 5). Esse arranjo sugere que a degradação sanitária não segue apenas o gradiente urbano-rural. Fontes físico-químicas associadas à ocupação adensada são consistentes com processos discutidos por Tucci (2012). As fontes microbiológicas difusas, por sua vez, associam-se a efluentes, resíduos e baixa proteção da área de recarga (Garcia et al., 2018; Von Sperling, 2014).

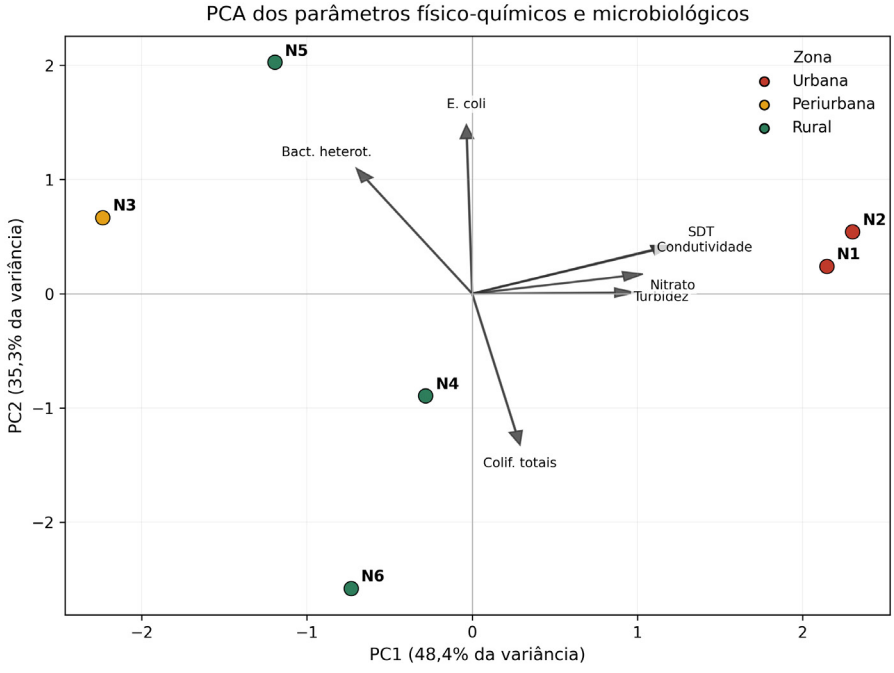
A correlação de Spearman entre a pontuação média do IIAN e os parâmetros de qualidade da água indicou associação negativa para todos os indicadores, com significância estatística para SDT ($\rho = -0{,}841$; $p = 0{,}036$). Esse resultado sugere que as nascentes com pior classificação macroscópica tenderam a apresentar maior concentração de sólidos dissolvidos totais.

Tabela 2: Parâmetros físico-químicos e microbiológicos das seis nascentes avaliadas (novembro de 2024).

Parâmetro	VMP*	N1	N2	N3	N4	N5	N6
Turbidez (UT)	≤ 5	41,0	14,8	2,24	3,2	3,7	9,0
SDT (mg/L)	≤ 500	687,0	682,8	<0,1	276,0	352,2	150,6
Condutividade (µS/cm)	—	1145	1138	14,8	461	587	251
Nitrato (mg/L N)	≤ 10	10,85	33,7	0,02	10,92	0,48	0,13
E. coli (NMP/mL)	Ausente	22,2	36,4	40,4	7,3	98,8	2,7
Colif. totais (NMP/L)	Ausente	1195,7	994,3	722,1	994,3	722,1	2275,2
Bact. heterot. (UFC/mL)	—	3306,7	2823,3	4046,7	2843,3	5073,3	2930,0

*VMP = Valor Máximo Permitido pela Portaria GM/MS nº 888/2021. Valores em negrito excedem o VMP.
Elaboração dos autores, 2025.

Figura 5: Ordenação por análise de componentes principais (PCA) dos parâmetros físico-químicos e microbiológicos das seis nascentes avaliadas. As contagens microbiológicas foram transformadas por log10(x + 1), e todas as variáveis foram padronizadas antes da decomposição por valores singulares. Fonte própria, 2026.



Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

Apesar de a análise de Kruskal-Wallis não ter detectado diferenças significativas entre as zonas urbana, periurbana e rural para turbidez (H = 4,29; p = 0,117), nitrato (H = 3,10; p = 0,213) ou *E. coli* (H = 0,86; p = 0,651), o reduzido tamanho amostral (n = 6) limita o poder do teste. As tendências observadas, contudo, são compatíveis com o gradiente esperado.

A combinação entre nitrato elevado, turbidez e proximidade de residências sem esgotamento adequado indica aporte de efluentes, relação discutida por Tucci (2012) e Von Sperling (2014) em sistemas urbanos e periurbanos. A baixa capacidade de filtração do solo periurbano tende a se intensificar quando a vegetação do entorno foi removida, condição associada a contaminação nitrogenada por Souza-Silva et al. (2023) e a alterações sanitárias em nascentes urbanas por Garcia et al. (2018).

Padrão semelhante de contaminação por nitrato em áreas periurbanas foi documentado por Santos; Santos (2021) em nascentes de Arapiraca, AL, e por Silva (2018) em assentamento rural no Ipojuca, PE.

Em áreas rurais, Schneider et al. (2021) e Tarone (2021) também identificaram que poços e nascentes utilizados para consumo humano frequentemente apresentam contaminação fecal associada à ausência de proteção sanitária no entorno, indicando que esse não é um problema restrito ao semiárido.

O levantamento florístico inventariou 158 indivíduos lenhosos distribuídos em 19 espécies nas proximidades das nascentes, com predominância de espécies nativas em aproximadamente 75% dos registros. A estrutura horizontal das parcelas revelou diversidade moderada, com índice de Shannon-Wiener (H') de 2,04 nats/ind na parcela mais diversa e equabilidade de Pielou (J) de 0,80, refletindo a dominância de poucas espécies frutíferas e cultivadas.

Apenas N6 manteve estrato lenhoso mais contínuo e compatível com as funções de APP, enquanto as demais áreas apresentaram vegetação descontínua, frutíferas cultivadas ou espécies exóticas esparsas. A ocorrência de *Musa spp.* e *Spondias mombin* é coerente com paisagens rurais manejadas e quintais agroflorestais descritos por Chaves et al. (2013) e Jansen et al. (2021). Essa composição também se aproxima de arranjos produtivos e florísticos discutidos por Moura et al. (2022).

A presença de espécies nativas como *Zanthoxylum rhoifolium* e representantes de Lauraceae, Anacardiaceae e Myrtaceae indica potencial de regeneração, como esperado em remanescentes de floresta estacional e brejos de altitude (Ferraz; Rodal, 2006; Ribeiro et al., 2009). A ausência de continuidade, cercamento e controle de acesso, contudo, limita a função protetiva da vegetação sobre as áreas de recarga, especialmente quando a estrutura florestal não recompõe os estratos necessários à proteção do solo (Vibrans; Gasper; Muller, 2012).

Esses resultados indicam que o planejamento territorial precisa combinar saneamento local, proteção de APPs, controle do acesso animal e recomposição vegetal no entorno das surgências. Nas áreas urbanas e periurbanas, como N1 e N2, a prioridade recai sobre esgotamento sanitário, gestão de resíduos e fiscalização de descarte, em linha com o preconizado por Tucci (2012) para bacias urbanas.

Nas matrizes rurais, como N4, N5 e N6, cercamento e manutenção das captações podem reduzir o contato direto entre animais, solo exposto e aquífero livre (Calheiros et al., 2009; Valente; Gomes, 2015). A condução da regeneração natural pode ampliar proteção do solo e continuidade vegetal no entorno das surgências (Benini et al., 2016; Skorupa et al., 2021). Sistemas agroflorestais também podem contribuir para recompor cobertura e reduzir exposição da área de recarga, como discutido por Weber et al. (2022).

A efetividade dessas medidas depende de arranjos de governança local que articulem poder público, proprietários rurais e usuários da água, especialmente em municípios com capacidade institucional limitada (Taquaritinga do Norte. Prefeitura Municipal, 2019).

4 Conclusão

A integração entre dinâmica do uso do solo, classificação macroscópica, qualidade da água e composição florística sustenta parcialmente a hipótese de que a degradação das nascentes acompanha o gradiente urbano-rural. O comprometimento estrutural concentrou-se nas surgências adjacentes a ocupações adensadas, ao passo que as nascentes em matrizes rurais apresentaram pressões difusas associadas a acesso animal, supressão ciliar e fragilidade sanitária, indicando que a proteção física da captação não assegura, isoladamente, a segurança hídrica. Os resultados sugerem que a conservação das cabeceiras úmidas no Agreste pernambucano depende menos de intervenções pontuais e mais da articulação entre saneamento, recomposição efetiva de APPs, controle de acesso e governança compartilhada, com a APA Serras e Brejos do Capibaribe operando como arcabouço institucional para traduzir diretrizes gerais em metas locais verificáveis.

O desenho amostral restrito a uma campanha de estiagem limita a extrapolação para outros períodos hidrológicos e para o conjunto da APA. Estudos subsequentes podem ampliar a cobertura sazonal, incorporar buffers explícitos de uso do solo, vazão e contaminantes emergentes, fortalecendo subsídios para Pagamento por Serviços Ambientais e planos municipais de segurança hídrica.

Referências

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os dominios de natureza no Brasil: potencialidades paisagisticas**. Sao Paulo: Atelie Editorial, 2003.

ALMEIDA, D. N. O. *et al.* Uso e cobertura do solo utilizando geoprocessamento em municipios do Agreste de Pernambuco. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v. 4, n. 1, p. 58-68, 2018.

AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION; AMERICAN WATER WORKS ASSOCIATION; WATER ENVIRONMENT FEDERATION. **Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater**. 23. ed. Washington, D.C.: APHA, 2017.

ARAUJO, R. M. *et al.* Avaliaçãoo do estado de conservação de nascentes na área rural do município de Patrocinio, MG. **Multitemas**, v. 30, n. 74, p. 5-27, 2025.

BENINI, R. *et al.* **Cartilha de restauracao florestal de areas de preservacao permanente Alto Teles Pires, MT**. *[S.l.]*: The Nature Conservancy, 2016.

BRAGA, R. A. P. *et al.* Conservação dos recursos hídricos em brejos de altitude: o caso de Brejo dos Cavalos, Caruaru, PE. **Revista Brasileira de Engenharia Agricola e Ambiental**, v. 6, n. 3, p. 539-546, 2002.

BRASIL. **Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012: dispoe sobre a protecao da vegetacao nativa**. Brasilia, DF Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2012.

BRASIL. FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE. **Manual prático de análise de água**. 4. ed. Brasilia: Funasa, 2013.

BRASIL. MINISTERIO DA SAUDE. **Portaria GM/MS no 888, de 4 de maio de 2021: estabelece os procedimentos de controle e de vigilancia da qualidade da água para consumo humano e seu padrao de potabilidade**. Brasilia, DFDiario Oficial da Uniao, 2021.

BRITO, L. M. *et al.* Qualidade fisico-quimica e microbiologica da água de nascentes da Bacia Hidrografica do Rio Coruripe, Alagoas-Brasil. **Interfaces Cientificas – Saude e Ambiente**, v. 9, n. 3, p. 53-67, 2024.

CALHEIROS, R. de O. *et al.* **Preservacao e recuperacao das nascentes de água e de vida**. 2. ed. Sao Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2009.

CARMO, L. G.; FELIPPE, M. F.; MAGALHAES JUNIOR, A. P. Areas de preservacao permanente no entorno de nascentes: conflitos, lacunas e alternativas da legislacao ambiental brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 34, n. 2, 2014.

CESSEL, G. M.; GASPARETTO, N. V. L.; BENATTI, C. T. Análise da qualidade da água na nascente do Rio Pirapo, Apucarana, PR. *In*: Maringa: 2019.

CHAVES, A. D. C. G. *et al.* A importancia dos levantamentos floristico e fitossociologico para conservacao e preservacao das florestas. **ACSA**, v. 9, n. 2, p. 42-48, 2013.

COELHO, V. H. R. *et al.* Dinamica do uso e ocupacao do solo em uma bacia hidrografica do semiarido brasileiro. **Revista Brasileira de Engenharia Agricola e Ambiental**, v. 18, n. 1, p. 64-72, 2014.

COPETTI, C. M. *et al.* Impacto ambiental e grau de preservacao de nascentes de água em região essencialmente agricola. *In*: Ijui: 2022.

COSTA, L. J. A. da *et al.* Dinamica da conversao de floresta nativa usando MapBiomas. **Ensaios e Ciencia: Ciencias Biologicas, Agrarias e da Saude**, v. 28, n. 4, p. 521-524, 2024.

CPRM – SERVICO GEOLOGICO DO BRASIL. **Diagnostico do municipio de Taquaritinga do Norte, estado de Pernambuco**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

DANTAS, E. C. O. *et al.* Alteracoes microclimaticas em area de Brejo de Altitude associadas a influencia do desmatamento. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 10, p. e11458, 2024.

DIOGO, I. J. S. **Biogeografia e diversidade de florestas serranas umidas do Nordeste do Brasil**. Tese de doutorado – Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2017.

DONADIO, N. M. M.; GALBIATTI, J. A.; PAULA, R. C. Qualidade da água de nascentes com diferentes usos do solo na bacia hidrografica do Corrego Rico, Sao Paulo, Brasil. **Engenharia Agricola**, v. 25, n. 1, p. 115-125, 2005.

FARIAS, P. L. C. *et al.* Brejos de altitude no estado de Pernambuco como areas potenciais para estudos etnopedogeomorfologicos. **Margarida Penteado: Revista de Geomorfologia**, v. 1, n. 2, p. 1-20, 2024.

FELIPPE, M. F.; MAGALHAES JUNIOR, A. P. Impactos ambientais macroscopicos e qualidade das águas em nascentes de parques municipais em Belo Horizonte, MG. **Revista Geografias**, v. 8, n. 2, p. 8-23, 2012.

FERRAZ, E. M. N.; RODAL, M. J. N. Caracterizacao fisionomico-estrutural de um remanescente de floresta ombrofila montana de Pernambuco, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 20, n. 4, p. 911-926, 2006.

FOLEY, J. A. *et al.* Global consequences of land use. **Science**, v. 309, n. 5734, p. 570-574, 2005.

FRANCISCO, P. R. M. *et al.* Dinamica temporal da cobertura e uso das terras do estado da Paraiba utilizando MapBiomas. **Revista GEAMA**, v. 9, n. 3, p. 56-65, 2023.

GARCIA, J. M. *et al.* Degradacao ambiental e qualidade da água em nascentes de rios urbanos. **Sociedade e Natureza**, v. 30, n. 1, p. 228-254, 2018.

GINKO, Marcelo Adriano. **A influência do uso e ocupacao do solo sobre parametros de qualidade da água em nascentes da Bacia do Rio das Antas, Irati-PR**. mathesis – Irati: Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2023.

GOIS, L. S. S.; CORREA, A. C. B.; MONTEIRO, K. A. Analise integrada dos brejos de altitude do Nordeste do Brasil a partir de atributos fisiograficos. **Espaco Aberto**, v. 9, n. 2, p. 77–98, 2019.

GOMES, P. M.; MELO, C.; VALE, V. S. Avaliacao dos impactos ambientais em nascentes na cidade de Uberlândia-MG: análise macroscópica. **Sociedade e Natureza**, v. 17, n. 32, p. 103-120, 2005.

GOMES, S. O. *et al.* Uso e cobertura dos solos de Petrolandia utilizando MapBiomas. *In*: Rio de Janeiro: 2017.

HOLANDA, D. M. C.; SALES, M. C. L. Nascentes na legislacao brasileira: implicacoes e consequencias para o gerenciamento hidrico ambiental. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 23, n. 3, p. 470-482, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Cidades: Taquaritinga do Norte**. Rio de Janeiro, 2024.

JANSEN, D. S. *et al.* Composição florística e fitossociologica em manancial de Brejo de Altitude. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. e1091013900, 2021.

JUNG, M. S. *et al.* Water springs: an immeasurable resource for ensuring sustainability. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 96, n. 3, 2024.

LAMBIN, E. F.; MEYFROIDT, P. Global land use change, economic globalization, and the looming land scarcity. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 108, n. 9, p. 3465–3472, 2011.

LEAL, M. S. *et al.* Caracterizacao hidroambiental de nascentes. **Revista Ambiente e Água**, v. 12, n. 1, 2017.

MAIA, C. O. *et al.* A qualidade da agua de nascentes e cursos fluviais de baixa ordem como indicador de desafios de gestao de parques urbanos em Belo Horizonte-MG. **Caderno de Geografia**, v. 31, n. 64, p. 91-119, 2021.

MAPBIOMAS. **Colecao 9 de mapas anuais de cobertura e uso da terra**., 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>

MELO, M. P. *et al.* Effects of local land use on riparian vegetation, water quality, and in situ toxicity. **Revista Ambiente e Água**, v. 17, n. 6, p. e2856, 2022.

MORAES, R. A. Análise das mudanças do uso e da cobertura da terra em municipios com areas de mineracao na microrregiao de Itabira, a partir de dados do MapBiomas entre 1987 e 2017. **Revista Engenharia de Interesse Social**, v. 5, n. 6, p. 77–96, 2020.

MOURA, P. J. R. *et al.* Levantamento floristico qualitativo em fragmento de Floresta Estacional Semidecidual riparia em Pouso Alegre, MG. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, p. e32711427545, 2022.

NASCIMENTO, R. O. *et al.* Characterization of water quality and the effects of land use and seasonality on springs in eastern Amazonia. **Revista Ambiente e Água**, v. 18, p. e2909, 2023.

PANTA, D. L. S. *et al.* Análise da adequabilidade geoecologica do brejo de altitude Serra Negra no Agreste de Pernambuco: uma abordagem integrada dos componentes ambientais. **Geografia**, v. 49, n. 1, p. 447-506, 2024.

PERNAMBUCO. **Decreto no 49.976, de 16 de dezembro de 2020: dispoe sobre a criacao da Area de Protecao Ambiental Serras e Brejos do Capibaribe**. Recife, 2020.

PIERONI, J. P. *et al.* Avaliacao do estado de conservacao de nascentes em microbacias hidrograficas. **Geociencias**, v. 38, n. 1, p. 185-193, 2019.

PINTO, L. V. A.; ROMA, T. N.; BALIEIRO, K. R. C. Avaliacao qualitativa da agua de nascentes com diferentes usos do solo em seu entorno. **Cerne**, v. 18, n. 3, p. 495-505, 2012.

PORTO, K. C.; CABRAL, J. J. P.; TABARELLI, M. (ORGS.). **Brejos de altitude em Pernambuco e Paraiba: história natural, ecologia e conservacao**. Brasilia: Ministerio do Meio Ambiente, 2004.

RIBEIRO, M. C. *et al.* The Brazilian Atlantic Forest: how much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. **Biological Conservation**, v. 142, p. 1141-1153, 2009.

RODRIGUES, P. C. G. *et al.* Ecologia dos brejos de altitude do agreste pernambucano. **Revista de Geografia**, v. 25, n. 3, 2008.

SANTOS, D. R. C. S.; SANTOS, V. C. Impactos ambientais macroscopicos e qualidade da água em nascentes

localizadas na Vila Bananeira, Arapiraca, AL. **Diversitas Journal**, v. 6, n. 1, p. 481-498, 2021.

SANTOS, J. N. B. *et al.* Uso e ocupacao do solo de Areia-PB em cenario de exploracao do brejo de altitude. **ACSA**, v. 14, n. 4, p. 305-310, 2018.

SCHNEIDER, S. I. *et al.* Qualidade da agua em sistemas individuais de abastecimento de aguas subterraneas no sul do Brasil. **Ciencia e Natura**, v. 43, p. 1-21, 2021.

SCHULTZ, A. M. B. *et al.* Qualidade da água destinada ao consumo humano frente a caracterizacao do entorno de pocos artesianos localizados em areas rurais de um municipio da regiao noroeste do estado do Rio Grande do Sul. **Revista de Gestao e Secretariado**, v. 16, n. 1, p. 1-19, 2025.

SEBEN, D. *et al.* Importance of macroscopic environmental analysis for spring preservation used for human consumption. **Ciencia e Natura**, v. 46, p. e72355, 2024.

SILVA, B. H. S.; SOUZA, W. M. Estudo climatologico da cidade de Taquaritinga do Norte-PE para a producao de cafe arabica Coffea arabica. **Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability**, v. 4, n. 2, 2022.

SILVA NETO, J. O. *et al.* Análise da evolução do uso e cobertura do solo do municipio de Taua-CE nos anos de 1991 a 2021, a partir de dados do MapBiomas. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 46, p. 132-151, 2024.

SILVA, Paloma Eduarda de Jesus. **Impactos de acoes antropicas na qualidade da água de nascentes: caso do Assentamento Amazonas, Ipojuca-PE**. mathesis –Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

SKORUPA, L. A. *et al.* **Roteiro para elaboração de um projeto de recomposicao de areas degradadas ou alteradas**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2021.

SOARES, T. M. A.; BARROS JUNIOR, W. W. R. Avaliação do estado de conservacao de nascentes: estudo de caso em um territorio quilombola estabelecido na bacia do rio Fagundes, Areal, RJ. **Novos Cadernos NAEA**, v. 26, n. 1, p. 301-330, 2023.

SOUSA, S. G. **Uso do Google Earth Engine na identificacao de uso do solo e areas desmatadas visando a construcao de estrategias para recuperacao ambiental**. mathesis – Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2023.

SOUZA-SILVA, G. *et al.* Contaminacao por compostos nitrogenados e coliformes em águas subterrâneas da região metropolitana de Belo Horizonte, Brasil. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v. 11, n. 3, p. 106-124, 2023.

TABARELLI, M.; SANTOS, A. M. M. Uma breve descrição sobre a história natural dos brejos nordestinos. *In*: PORTO, K. C.; CABRAL, J. J. P.; TABARELLI, M. (Orgs.). **Brejos de altitude em Pernambuco e Paraiba: história natural, ecologia e conservacao**. Brasilia: Ministerio do Meio Ambiente, 2004.

TAQUARITINGA DO NORTE. PREFEITURA MUNICIPAL. **Plano Diretor de Taquaritinga do Norte**. Recife, 2019.

TARONE, Vanessa Faco. **Avaliacao de potabilidade da água de poços rasos para consumo humano no municipio de Jaboticaba-RS**. Frederico Westphalen – Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

TENORIO, J. C. S. *et al.* Acao antropica na producao de alimentos em areas de brejos de altitude no semiarido do Nordeste, Brasil. **Revista Ibero-Americana de Ciencias Ambientais**, v. 11, n. 5, p. 578-593, 2020.

TODESCHINI, R. *et al.* Qualidade da água em nascentes com diferentes usos e coberturas do solo. *In*: 2016.

TUCCI, C. E. M. **Águas urbanas**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

TURNER, B. L.; LAMBIN, E. F.; REENBERG, A. The emergence of land change science for global environmental change and sustainability. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 104, n. 52, p. 20666-20671, 2007.

VALENTE, O. F.; GOMES, M. A. **Conservacao de nascentes: producao de água em pequenas bacias hidrograficas**. Vicosa: Aprenda Facil, 2015.

VIBRANS, A. C.; GASPER, A. L.; MULLER, J. J. V. Para que inventariar florestas? Reflexoes sobre a finalidade do inventario floristico florestal de Santa Catarina. **Revista de Estudos Ambientais**, v. 14, n. 1, p. 6–13, 2012.

VON SPERLING, M. **Introducao a qualidade das águas e ao tratamento de esgotos**. 4. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

WEBER, S. B. *et al.* **Protecoes de nascentes**. Florianopolis: Epagri, 2022.

DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

Distribuição Territorial da Raça Guzerá na Bahia: Identificação de *Hotspots* como Subsídio para Conservação Genética e Desenvolvimento Rural Sustentável no Semiárido

Territorial Distribution of the Guzerá Breed in Bahia: Identification of Hotspots to Support Genetic Conservation and Sustainable Rural Development in the Semi-Arid Region

Leandro Lafaiete Barreto Lima
Graduando em Agronomia (UEFS), leandrolafaiete@gmail.com

Joselisa Maria Chaves
Doutora em Processamento de Dados em Geologia e Análise Ambiental (UnB). Docente da UEFS/DEXA, joselisa@uefs.br

Rita Kelly Couto Brandão Dias
Doutora em Zootecnia (UESB). Docente da UEFS/DCBIO, rkcbrandao@uefs.br

Resumo

O estudo objetivou mapear e analisar a distribuição espacial de fazendas com criação de bovinos da raça Guzerá registradas na Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) no estado da Bahia, discutindo suas implicações para a conservação genética e a sustentabilidade da pecuária. Foram utilizados registros municipais de propriedades com Guzerá referentes a 2025, integrados às bases cartográficas do IBGE e dos Territórios de Identidade da Bahia. As análises espaciais e a elaboração dos mapas foram realizadas no ArcGIS, por meio de técnicas de junção espacial, agregação territorial e representação cartográfica. Os resultados evidenciaram distribuição heterogênea da raça, com maiores concentrações em Feira de Santana, Mundo Novo, Itaberaba, Serra Preta e Itapetinga, destacando também os Territórios de Identidade Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão. A concentração da raça mostrou relação com fatores ambientais, históricos, logísticos e produtivos, especialmente em áreas de transição entre os biomas Caatinga e Mata Atlântica. Conclui-se que o Guzerá possui importância estratégica para a conservação genética, o melhoramento animal e o fortalecimento de sistemas pecuários resilientes e sustentáveis no semiárido baiano.

Palavras-chave: Bovinocultura; sustentabilidade; geotecnologias.

Abstract

This study aimed to map and analyze the spatial distribution of farms raising Guzerá cattle registered with the Brazilian Association of Zebu Breeders (ABCZ) in the state of Bahia, Brazil, and to discuss their implications for genetic conservation and sustainable livestock production. Municipal records of Guzerá farms from 2025 were integrated with cartographic databases from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Identity Territories of Bahia. Spatial analyses and map production were carried out using ArcGIS through spatial join, territorial aggregation, and choropleth mapping techniques. The results revealed a heterogeneous distribution of the breed, with the highest concentrations in the municipalities of Feira de Santana, Mundo Novo, Itaberaba, Serra Preta, and Itapetinga, as well as in the Bacia do Jacuípe and Portal do Sertão Identity Territories. The concentration of the breed was associated with environmental, historical, logistical, and productive factors, particularly in transition areas between the Caatinga and Atlantic Forest biomes. It is concluded that the Guzerá breed plays a strategic role in genetic conservation, animal breeding programs, and the strengthening of resilient and sustainable livestock production systems in the semiarid region of Bahia.

Keywords: Cattle farming; sustainability; geotechnologies.

Open access journal: http://periodicos.uefs.br/index.php/territorioeplanejamento
ISSN 0101-0000

INTRODUÇÃO

A raça guzerá, denominada originalmente Kankrej na Índia, foi introduzida no Brasil ainda durante o ciclo cafeeiro com principal finalidade relacionada à tração animal e ao transporte, sendo posteriormente selecionada para produção de leite e carne, vindo a se consolidar como uma das principais raças zebuínas de dupla aptidão utilizadas no país (Vercesi Filho et al., 2002). Sua elevada rusticidade, resistência a condições ambientais adversas e capacidade de adaptação a sistemas extensivos foram fatores determinantes que favoreceram sua ampla disseminação no território nacional, especialmente em regiões de clima quente e semiárido como o Nordeste brasileiro (Hansen, 2004).

Ao longo do século XX, o guzerá desempenhou papel relevante na formação de composições raciais destinadas à pecuária leiteira e de corte do rebanho bovino brasileiro. Entretanto, a intensificação de programas de cruzamento industrial e a substituição por raças mais precoces contribuíram de forma ativa para diminuição da sua população, que levou a acender um alerta para preocupações relacionadas à conservação da variabilidade genética e ao tamanho efetivo populacional da raça (Vercesi Filho et al., 2002).

Paralelamente a isso, organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) têm destacado a importância dos Recursos Genéticos Animais (RGA) que são estratégicos para a segurança alimentar global, sustentabilidade dos sistemas pecuários e resiliência frente às mudanças climáticas experienciadas ao longo dos anos (FAO, 1992; FAO, 1995; FAO, 2007; FAO, 2011). Inclusive com implicações na Agenda 2030, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mais especificamente aos ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima), pois tem rebatimento com adaptações locais e produtores rurais. Nesse cenário, raças que são adaptadas às condições edafoclimáticas tropicais assumem relevância estratégica devido à sua capacidade de suportar e conviver com os mais diversos estresses térmicos, nutricionais e sanitários típicos de regiões semiáridas (Nardone et al., 2010).

A conservação genética busca preservar a diversidade e variabilidade intra e interracial, garantindo capacidade adaptativa diante de mudanças ambientais e demandas futuras. Essas estratégias de conservação podem ocorrer de forma ex situ, mediante bancos de germoplasma, ou *on farm*, mantendo os animais em seus ambientes produtivos originais (FAO, 2011). A conservação *on farm* apresenta relevância especial no contexto das regiões semiáridas, justamente por permitir a continuidade dos processos evolutivos e a manutenção de características adaptativas específicas desses indivíduos, ao mesmo tempo em que eles são fonte de renda para agricultores familiares e comunidades tradicionais.

As mudanças climáticas têm provocado impactos significativos sobre os sistemas pecuários, sobretudo quando se diz respeito a núcleos produtivos de agricultura familiar no semiárido brasileiro, esses impactos incluem a redução da produtividade, alterações na disponibilidade forrageira e aumento do estresse térmico dado o aumento das temperaturas (Nardone et al., 2010). Nesse contexto, raças zebuínas adaptadas aos trópicos possuem vantagens fisiológicas relacionadas à termorregulação, resistência a parasitas e eficiência de conversão alimentar (Hansen, 2004). O Guzerá destaca-se entre essas raças devido às suas características únicas, como alta tolerância ao calor, resistência a parasitas, boa conversão alimentar e capacidade de produção em sistemas extensivos (Daniel et al., 2010), características essas que tornam a raça particularmente importante para regiões semiáridas brasileiras.

O melhoramento genético de bovinos Guzerá no Brasil contribuiu significativamente para avanços na produção de leite e carne (Santiago et al., 2013), entretanto, a intensificação da seleção e o uso concentrado de determinados reprodutores causam problemas ligados a redução progressiva da variabilidade genética dos rebanhos (Vercesi Filho et al., 2002). Nesse sentido, o monitoramento do tamanho efetivo populacional e dos níveis de parentesco dos indivíduos constitui uma ferramenta essencial para a manutenção da sustentabilidade genética da raça, visando a manutenção do seu potencial produtivo, assim estratégias integradas de seleção e conservação tornam-se fundamentais para garantir o equilíbrio entre ganho genético e preservação da diversidade.

As geotecnologias têm ampliado significativamente as possibilidades de planejamento territorial e gestão agropecuária, uma vez que, os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) permitem integrar informações espaciais e estatísticas de forma prática, facilitando análises de distribuição de rebanhos, identificação de polos produtivos e definição de áreas prioritárias para políticas públicas de conservação e de incentivo à produção (Longley et al., 2015). Na Bahia, os Territórios de Identidade constituem importantes unidades de planejamento regional, justamente por integrarem aspectos econômicos, sociais e culturais na discussão de se pensar o território, dessa forma, a utilização de análises espaciais associadas a esse recorte territorial possibilita melhor compreensão da dinâmica produtiva dos núcleos agrícolas envolvidos no processo.

No Nordeste brasileiro, evidências experimentais demonstram o potencial produtivo do guzerá em sistemas agrossilvipastoris e de base agroecológica na caatinga, especialmente quando associados a práticas de suplementação alimentar e manejo adequado (Daniel et al., 2010). Além disso, a rusticidade e a dupla aptidão

da raça tornam-na uma importante alternativa para sistemas produtivos familiares e de baixo emprego de tecnificação (Santiago et al., 2013). Dessa forma, a espacialização da criação de bovinos da raça Guzerá pode fornecer subsídios importantes para ações de conservação *on farm*, planejamento territorial, programas de melhoramento genético e formulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da pecuária sustentável, principalmente no semiárido brasileiro.

Desse modo, o presente trabalho se propõe a mapear e analisar a distribuição espacial de fazendas com criação de bovinos Guzerá com registro na Associação Brasileira de Criadores de Zebuínos (ABCZ) no estado da Bahia, considerando as esferas municipais e territoriais, bem como discutir as implicações dessa distribuição para a conservação genética, desenvolvimento rural sustentável e resiliência climática de sistemas produtivos na agricultura familiar.

METODOLOGIA

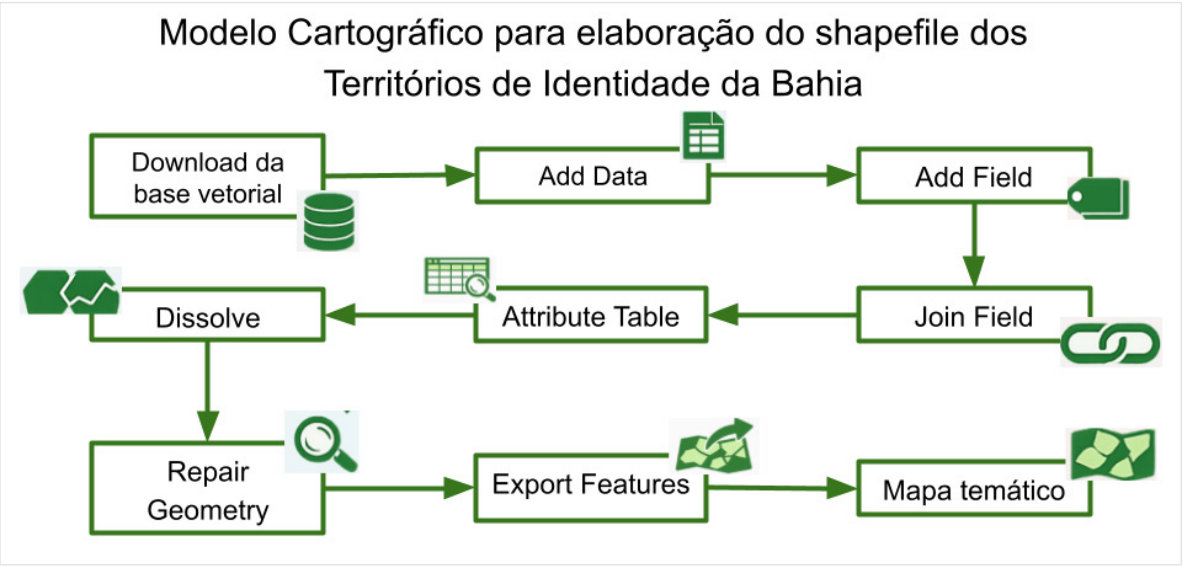
O estudo foi realizado no estado da Bahia, localizado na região Nordeste do Brasil, abrangendo áreas inseridas predominantemente nos biomas Caatinga e Mata Atlântica, além de ecótonos que são zonas de transição ecológica entre esses domínios. O território baiano apresenta elevada heterogeneidade climática, sendo marcado por gradientes de precipitação, temperatura e disponibilidade hídrica, fatores que influenciam diretamente a distribuição das atividades pecuárias e necessidade de adaptação dos sistemas produtivos, a presença de regiões semiáridas associadas à forte sazonalidade das chuvas torna a Bahia um ambiente estratégico para estudos relacionados à utilização de raças bovinas adaptadas às condições tropicais e semiáridas.

Os dados referentes às fazendas com criação de bovinos da raça guzerá foram obtidos junto aos registros da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), considerando registros municipais referentes ao ano-base de 2025. As informações disponibilizadas pela associação foram organizadas em planilha eletrônica contendo os campos município, código IBGE e número total de propriedades registradas com criação de bovinos guzerá, posteriormente, os dados passaram por processo de conferência, correção ortográfica e padronização toponímica, visando eliminar inconsistências que pudessem comprometer as análises espaciais e as operações de junção entre tabelas e bases cartográficas.

As bases cartográficas municipais foram obtidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando-se a malha municipal mais recente disponível, já para a análise regional, utilizou-se o recorte dos Territórios de Identidade da Bahia. O *shapefile* referente aos Territórios de Identidade foi elaborado pelo próprio autor a partir da integração de dados vetoriais municipais do IBGE com a tabela oficial de correspondência município-território disponibilizada no site do Governo do Estado da Bahia. O processo (Figura 1) de construção da base territorial envolveu etapas de associação tabular, criação de um campo tabular para o território de identidade, dissolução espacial e validação das feições geográficas, garantindo consistência espacial e compatibilidade cartográfica com as demais bases que foram utilizadas no estudo.

As análises espaciais e a elaboração dos modelos cartográficos foram realizadas no software ArcGIS. Inicialmente, procedeu-se à importação das malhas territoriais e da tabela, seguida da realização de junções espaciais por meio do código IBGE dos municípios baianos, após a integração das informações, foram

Figura 1 - Fluxograma do modelo cartográfico para elaboração do *Shapefile*.



Fonte: Os autores (2026).

conduzidas verificações de integridade espacial e identificação de possíveis registros nulos ou inconsistentes nos dados coletados.

Para representação da distribuição municipal das propriedades, foi elaborado um mapa coroplético utilizando classificação em seis classes, permitindo melhor visualização da concentração espacial das fazendas com criação de guzerá. Os municípios com maiores valores absolutos receberam destaque por meio de rotulagem específica em coloração mais escura. Em seguida, realizou-se a agregação dos dados por Territórios de Identidade, utilizando operações de dissolução espacial e soma dos atributos quantitativos referentes ao número de propriedades registradas em cada território.

Foram utilizadas paletas de cores sequenciais para facilitar a interpretação visual dos padrões de concentração espacial. Todos os mapas foram produzidos no sistema de projeção SIRGAS 2000/UTM, contendo elementos cartográficos obrigatórios, incluindo legenda, escala gráfica, orientação norte, sistema de coordenadas, fontes dos dados e identificação do autor.

Além da elaboração cartográfica, foram realizadas análises descritivas visando identificar municípios e territórios com maior concentração de propriedades registradas. A interpretação espacial considerou aspectos ambientais, históricos, logísticos e produtivos relacionados à ocupação pecuária do estado da Bahia. Também foram considerados fatores associados à adaptação do guzerá em regiões semiáridas, proximidade de eixos rodoviários, presença de centros urbanos intermediários e tradição regional na bovinocultura leiteira e de corte.

A metodologia adotada (Figura 2) permitiu integrar geotecnologias e análise territorial, possibilitando compreensão espacial da distribuição da raça guzerá no estado da Bahia e fornecendo subsídios para futuras ações de conservação genética, planejamento pecuário e desenvolvimento territorial sustentável.

Figura 2 - Fluxograma da metodologia usada no desenvolvimento do estudo.



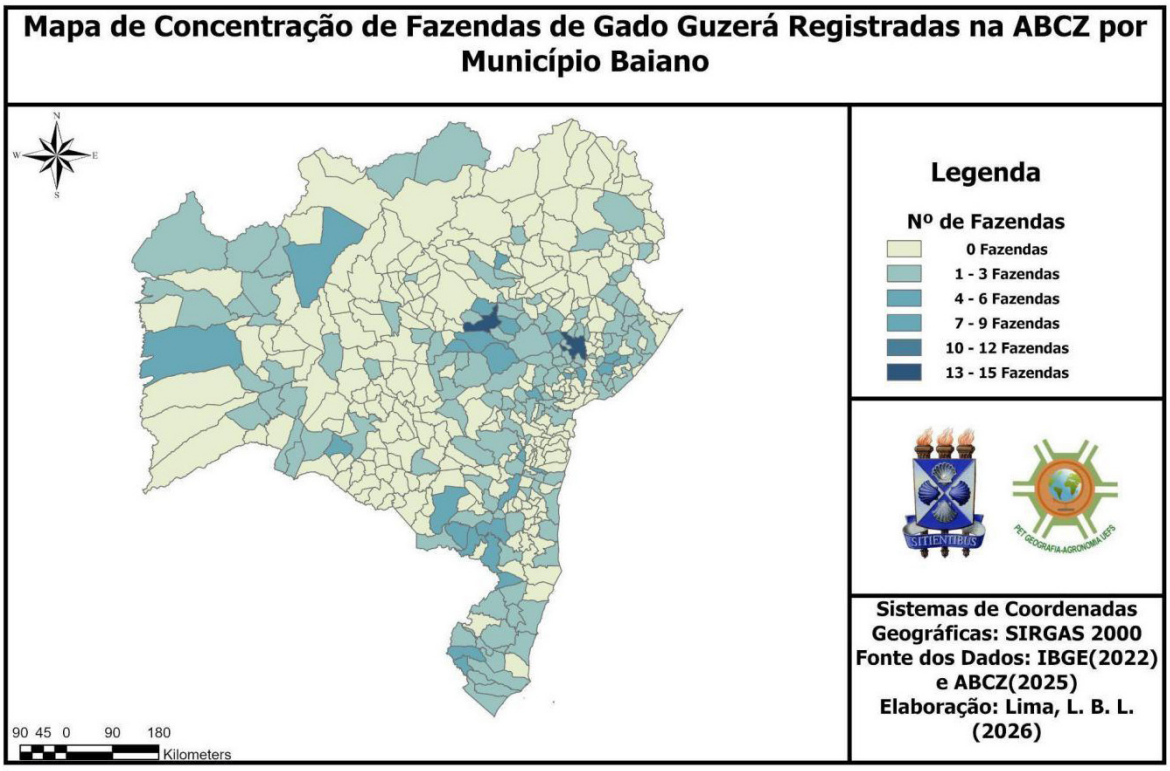
Fonte: Os autores (2026).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise espacial da distribuição de fazendas com criação de bovinos guzerá na Bahia que apresentam registro na ABCZ revelou padrões territoriais heterogêneos, evidenciando concentrações específicas tanto quando tratamos em escala municipal quanto nos Territórios de Identidade, os produtos cartográficos elaborados permitiram identificar pontos que são áreas estratégicas de concentração da raça no estado, além de demonstrar a relação entre fatores ambientais, históricos, logísticos e produtivos associados à dinâmica territorial da pecuária no estado.

O mapa municipal (Figura 3) demonstra uma distribuição relativamente ampla das propriedades registradas na Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), porém com maior concentração em municípios localizados nas regiões centro-leste e nordeste da Bahia. Destacaram-se principalmente os municípios de Feira de Santana, Mundo Novo, Itaberaba, Itapetinga e Serra Preta, os quais apresentaram os maiores quantitativos de fazendas registradas.

Figura 3 - Mapa de concentração de fazendas de bovinos da raça guzerá em municípios da Bahia.



Fonte: Os autores (2026).

Feira de Santana apresentou a maior concentração de propriedades, enquadrando-se na classe de 13 a 15 fazendas. Esse resultado deixa claro a importância do município como polo regional da pecuária baiana, favorecido pela sua posição estratégica como principal entroncamento rodoviário do estado e importante centro urbano intermediário. A elevada conectividade logística do município contribui para circulação de insumos, comercialização de animais e acesso a serviços veterinários especializados, fatores que possibilitam a consolidação da criação de bovinos na região.

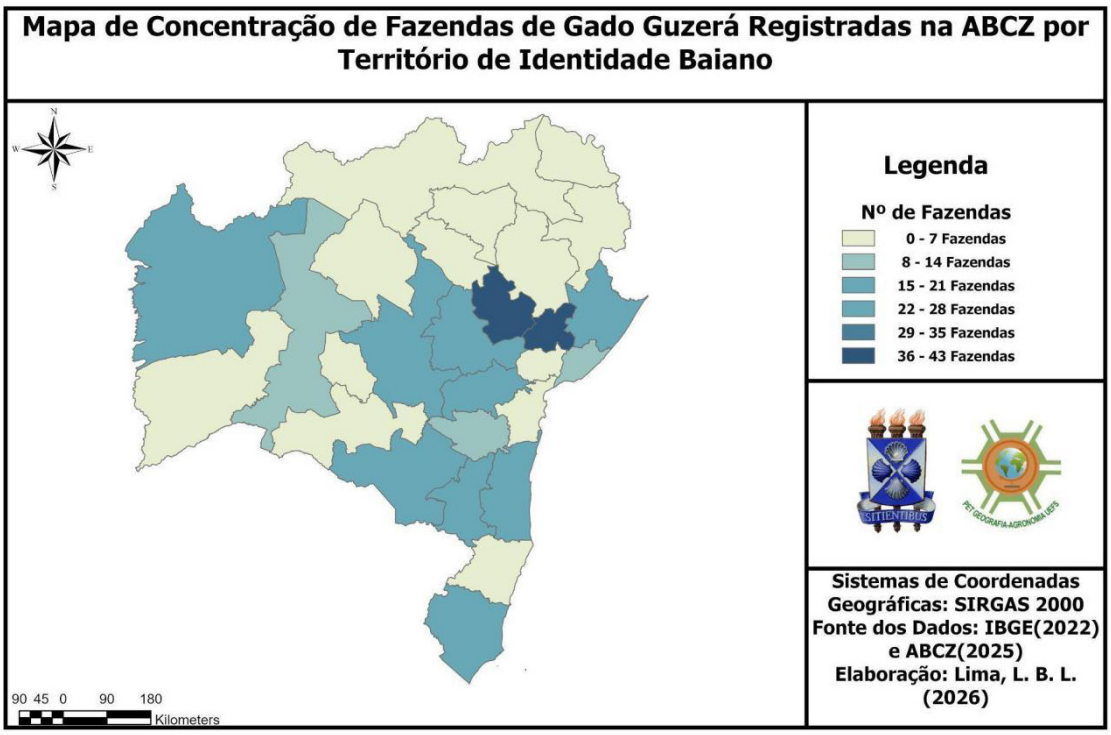
O município de Mundo Novo também apresentou elevada concentração de propriedades com registro, indicando relevância da região para manutenção e conservação da raça no estado. Municípios classificados nas categorias intermediárias, como Itaberaba, Serra Preta e Itapetinga, reforçam a existência de núcleos produtivos associados a regiões que são tradicionalmente vinculadas à bovinocultura tanto de leiteira quanto de corte. Essas áreas apresentam histórico consolidado quando se fala sobre ocupação pecuária, disponibilidade de pastagens e forte presença de sistemas produtivos adaptados em alguma maneira às condições edafoclimáticas regionais adversas.

Além dos polos principais, o mapa evidencia ampla dispersão de municípios classificados nas faixas de 1 a 3 fazendas e 4 a 6 fazendas, distribuídos nas mais variadas regiões do território baiano. Essa configuração espacial demonstra que, apesar da existência de um processo de concentração em determinadas áreas, a raça apresenta uma capilaridade territorial relativamente ampla, tal característica pode representar uma importante oportunidade para implementação de redes descentralizadas de assistência técnica, conservação genética e programas regionais de melhoramento animal, num contexto de semiárido baiano.

Observa-se ainda que parte significativa dos municípios sem registros ou com baixa concentração de propriedades encontra-se em regiões em que tradicionalmente a bovinocultura sempre esteve em segundo plano em função dessas áreas serem caracterizadas por outras dinâmicas agropecuárias, como agricultura de monocultivos. Essa distribuição reforça como fatores históricos, econômicos e logísticos podem exercer grande influência sobre a dinâmica de distribuição espacial da raça.

A Figura 1 também evidencia tendência de concentração de explorações em áreas de transição ecológica entre Caatinga e Mata Atlântica, sobretudo nas regiões centrais e leste do estado. Esse padrão espacial sugere uma relação íntima entre a adaptação ambiental do guzerá e as regiões caracterizadas por maior variabilidade hídrica, diversidade de sistemas forrageiros e sazonalidade climática acentuada, a rusticidade da raça, sua tolerância ao calor e eficiência produtiva em ambientes de menor disponibilidade nutricional favorecem sua permanência em regiões semiáridas e subúmidas que estão constantemente sujeitas a oscilações climáticas, corroborando estudos sobre adaptação de zebuínos a produção pecuária nos trópicos (Hansen, 2004; Nardone et al., 2010).

Figura 4 - Mapa de concentração de fazendas de bovinos da raça guzerá no Territórios de Identidade da Bahia.



Fonte: Os autores (2026).

Na escala regional, o mapa por Territórios de Identidade (Figura 4) permitiu identificar de maneira mais ampla os principais polos territoriais da criação de guzerá no estado da Bahia, pode-se destacar os Territórios de Identidade Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão, classificados na faixa mais elevada de concentração, com quantitativos variando entre 36 e 43 fazendas registradas.

A forte concentração observada nesses territórios pode ser explicada por diversos fatores combinados, como a tradição pecuária consolidada, disponibilidade de infraestrutura regional de produção e condições ambientais favoráveis à raça. Esses territórios encontram-se estrategicamente posicionados próximos a importantes corredores rodoviários estaduais e federais, favorecendo comercialização de animais e acesso a insumos.

Territórios como Médio Sudoeste da Bahia, Litoral Norte e Agreste Baiano, Chapada Diamantina e Sudoeste Baiano apresentaram concentrações intermediárias, demonstrando um processo de expansão relativamente amplo da raça em diferentes contextos ambientais do estado, a distribuição territorial indica um processo de formação de um corredor espacial contínuo entre áreas de pecuária tradicional, especialmente entre ambientes semiáridos e subúmidos, nos quais a adaptação do guzerá representa vantagem produtiva relevante.

Os territórios classificados com menores quantitativos de fazendas concentraram-se principalmente no extremo oeste e em parte do norte baiano, regiões essas que são caracterizadas por dinâmicas agropecuárias distintas, com maior presença de agricultura mecanizada ou predominância de outros sistemas pecuários tradicionalmente mais bem aceitos. Ainda assim, a presença pontual de propriedades nesses territórios comprova o potencial de expansão e adaptação do Guzerá em diferentes condições ambientais do estado.

A identificação de possíveis hotspots de concentração da raça guzerá constitui como o principal resultado deste estudo, uma vez que essas áreas representam regiões que são estratégicas para ações de conservação genética, manejo reprodutivo e fortalecimento da base populacional da raça no estado. Os territórios com maior densidade de propriedades, especialmente Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão, podem ser interpretados como núcleos territoriais prioritários para programas de conservação on farm desses indivíduos, devido à maior concentração de criadores, circulação genética e manutenção de animais adaptados às condições semiáridas por estarem sendo selecionados pelas condições edafoclimáticas desses espaços.

A utilização do conceito de *hotspots* territoriais permite compreender espacialmente áreas com elevada relevância zootécnica e genética, favorecendo o direcionamento de políticas públicas, assistência técnica e estratégias de monitoramento populacional para essas regiões tão importantes. Segundo as diretrizes internacionais para conservação de Recursos Genéticos Animais, regiões que apresentam maior concentração de indivíduos ou estabelecimentos produtivos assumem

papel estratégico para manutenção da variabilidade genética e redução dos riscos associados à erosão genética da raça (FAO, 2007; FAO, 2011).

Além disso, os possíveis *hotspots* identificados apresentam importância adicional por estarem inseridos em ambientes de transição ecológica e variabilidade climática, nos quais a rusticidade da raça representa vantagem adaptativa significativa, desse modo, essas áreas podem funcionar como zonas prioritárias para seleção de animais adaptados ao semiárido, desenvolvimento de programas regionais de melhoramento junto aos criadores e consolidação de redes territoriais de conservação genética (Vercesi Filho et al., 2002).

A abordagem baseada em *hotspots* também contribui para integração entre conservação, desenvolvimento territorial e sustentabilidade do ponto de vista produtivo, permitindo identificar áreas onde a raça apresenta maior potencial de permanência, expansão e resiliência frente às mudanças climáticas (Nardone et al., 2010). Todos esses fatores convergem de forma muito significativa para o desenvolvimento sustentável dos territórios em que ocorrem, se alinhando aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), sobretudo o ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.

Os resultados obtidos reforçam a relevância da raça guzerá para sistemas produtivos localizados em regiões sujeitas à variabilidade climática e limitações hídricas, a rusticidade da raça e sua capacidade de utilização eficiente de forragens de menor qualidade tornam o guzerá particularmente estratégico para sistemas produtivos mais resilientes e produtivos do semiárido brasileiro, sobretudo em áreas onde a sazonalidade climática impõe restrições produtivas a raças menos adaptadas tradicionalmente usuais na pecuária.

A espacialização dos rebanhos permite identificar *hotspots* produtivos capazes de subsidiar programas regionais de conservação on farm e estratégias de manejo genético voltadas à redução de parentesco e manutenção da variabilidade do ponto de vista genético da raça (Vercesi Filho et al., 2002). Além disso, os mapas elaborados demonstram potencial de aplicação no direcionamento de políticas públicas de assistência técnica, melhoramento genético e fortalecimento das cadeias produtivas de leite e carne, em consonância com as diretrizes internacionais para conservação de recursos genéticos animais (FAO, 2007; FAO, 2011).

A presença de criadores distribuídos em diferentes Territórios de Identidade evidencia potencial de inclusão produtiva de agricultores familiares por meio da utilização de raças que são adaptadas às condições semiáridas. Nesse contexto, a rusticidade do guzerá possibilita a redução da dependência de insumos externos, maior estabilidade produtiva e o fortalecimento de sistemas pecuários resilientes frente às oscilações climáticas, sendo uma excelente alternativa para núcleos produtivos tanto de agricultores familiares como de povos de comunidades tradicionais.

No contexto das mudanças climáticas, a valorização de raças adaptadas assume papel estratégico para manutenção da segurança alimentar e sustentabilidade da pecuária nos trópicos, com o aumento das temperaturas médias e da irregularidade hídrica que tende a impactar significativamente sistemas intensivos baseados em raças menos adaptadas ao calor, a ampla distribuição territorial observada nos mapas reforça o papel de protagonista da raça guzerá para mitigação de riscos produtivos em ambientes sujeitos a estresses ambientais recorrentes.

Apesar da relevância dos resultados obtidos, algumas limitações devem ser consideradas, uma vez que, com os dados provenientes da ABCZ pode ser que em alguma medida esse estudo subestime propriedades não registradas formalmente na associação, limitando parcialmente a abrangência espacial da análise, além disso, a pesquisa possui caráter transversal, considerando apenas dados referentes ao ano de 2025. Estudos futuros podem incorporar séries históricas e tamanho efetivo dos rebanhos, análises que podem aprofundar a compreensão dos fatores condicionantes da distribuição territorial da raça.

CONCLUSÃO

A análise espacial da distribuição de fazendas com criação de bovinos da raça Guzerá registradas na Associação Brasileira dos Criadores de Zebu evidenciou a existência de padrões territoriais heterogêneos no estado da Bahia, com concentração mais expressiva em municípios e Territórios de Identidade historicamente vinculados à pecuária bovina. A espacialização permitiu identificar importantes *hotspots* territoriais da raça, especialmente, nos territórios da Bacia do Jacuípe e do Portal do Sertão, consolidando essas regiões como áreas estratégicas para conservação genética, fortalecimento da cadeia produtiva e desenvolvimento de programas de melhoramento animal.

Os resultados demonstraram que fatores ambientais, históricos, logísticos e produtivos exercem forte influência sobre a dinâmica territorial de distribuição da criação da raça Guzerá no estado. A maior ocorrência da raça em áreas de transição ecológica entre Caatinga e Mata Atlântica reforça o elevado potencial adaptativo dos zebuínos frente às condições climáticas adversas do semiárido, evidenciando a rusticidade, tolerância ao calor e eficiência produtiva da raça em ambientes de elevada sazonalidade hídrica e nutricional.

A ampla distribuição territorial observada, mesmo que associada a diferentes níveis de concentração, evidencia o potencial da raça para contribuir com sistemas produtivos mais resilientes e sustentáveis no estado,

especialmente em regiões sujeitas às mudanças climáticas e limitações hídricas, nesse contexto, o guzerá apresenta relevância estratégica para as mais diversas escalas produtivas na pecuária do estado, devido à sua capacidade de reduzir dependência de insumos externos e manter estabilidade produtiva em ambientes restritivos.

Além disso, os mapas elaborados demonstram elevado potencial de aplicação no planejamento territorial da pecuária, subsidiando ações de assistência técnica, conservação *on farm*, monitoramento populacional e formulação de políticas públicas voltadas à conservação dos recursos genéticos animais, o processo de identificação de hotspots territoriais permite direcionar investimentos para regiões prioritárias, contribuindo para manutenção da variabilidade genética da raça e fortalecimento do desenvolvimento sustentável nos territórios baianos.

Por fim, ressalta-se que, embora os dados provenientes da ABCZ permitam importante diagnóstico espacial da raça no estado, estudos futuros incorporando séries históricas, tamanho efetivo dos rebanhos e variáveis socioeconômicas poderão aprofundar a compreensão da dinâmica territorial da bovinocultura guzerá na Bahia. Ainda assim, os resultados obtidos reforçam a importância da utilização de ferramentas de análise espacial aplicadas à zootecnia e à conservação animal.

REFERÊNCIAS

DANIEL, Y.; LIRA, M. A.; SANTOS, M. V. F.; SANTOS FERREIRA, M. A. F. I. V.; SANTOS, D. C. S. Caracterização da caatinga, consumo e desempenho de novilhas das raças Guzerá e Girolando suplementadas durante o período chuvoso em Serra Talhada-PE. Revista Brasileira de Zootecnia, Viçosa, v. 39, n. 10, p. 2311-2320, 2010.

FAO. The management of global animal genetic resources. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1992.

FAO. World watch list for domestic animal diversity. 2. ed. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1995.

FAO. The state of the world's animal genetic resources for food and agriculture. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2007.

FAO. Guidelines: in vivo conservation of animal genetic resources. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2011.

HANSEN, P. J. Physiological and cellular adaptations of zebu cattle to thermal stress. Animal Reproduction Science, Amsterdam, v. 82-83, p. 349-360, 2004.

LONGLEY, P. A.; GOODCHILD, M. F.; MAGUIRE, D. J.; RHIND, D. W. Geographical information systems and science. 4. ed. Hoboken: Wiley, 2015.

NARDONE, A.; RONCHI, B.; LACETERA, N.; RANIERI, M. S.; BERNABUCCI, U. Effects of climate changes on animal production and sustainability of livestock systems. Livestock Science, Amsterdam, v. 130, n. 1-3, p. 57-69, 2010.

ONU. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2015.

SANTIAGO, A. A.; TONHATI, H.; EL FARO, L.; CARDOSO, V. L. Genetic parameters for milk yield and persistency in Guzerá cattle. Animal, Cambridge, v. 7, n. 9, p. 1436-1441, 2013.

VERCESI FILHO, A. E.; FARIA, F. J. C.; MADALENA, F. E. et al. Endogamia e tamanho efetivo populacional na raça Guzerá. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA, 39., 2002, Recife. Anais [...]. Caucaia: Nordeste Digital Line, 2002.

DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

O lugar dos consórcios públicos no planejamento territorial da Bahia: territórios de identidade, governança multinível e desigualdade socioespacial

The role of public consortia in territorial planning in Bahia: identity territories, multilevel governance, and socio-spatial inequality

Daisy Lima de Souza Santos

Doutoranda em Administração (UFBA). Mestra em Administração (UNIFACS). Docente da UEFS/DCIS, daisylsouza@gmail.com

Resumo

Este artigo examina o planejamento territorial nos Territórios de Identidade do estado da Bahia, com foco no lugar dos consórcios públicos como instrumentos de governança multinível e de articulação supramunicipal. Parte-se da constatação de que o Plano Diretor, principal instrumento de planejamento municipal, possui alcance intramunicipal e não responde plenamente a problemas que se organizam em escala regional. Na Bahia, os consórcios públicos multifinalitários foram posicionados como braço executivo dos Territórios de Identidade, unidade oficial de planejamento das políticas estaduais vinculada ao ciclo do Plano Plurianual. Por meio de estudo documental e exploratório, com uso de estatísticas secundárias, o artigo propõe um quadro analítico orientado por três proposições: aderência de escala, eixo da cooperação e relação com a desigualdade socioespacial. A análise evidencia um desenho institucional verticalizado e territorializado, mas também aponta tensões entre regionalização oficial, lógicas funcionais dos consórcios e distribuição desigual de capacidades no território. Conclui-se que reposicionar os consórcios públicos como instrumentos de planejamento territorial, e não apenas como mecanismos de cooperação federativa, abre uma agenda empírica relevante para a governança territorial e a justiça socioespacial.

Palavras-chave: Governança multinível. Planejamento territorial. Desigualdade socioespacial. Consórcios públicos.

Abstract

This article examines territorial planning in the Identity Territories of the state of Bahia, focusing on the place of public consortia as instruments of multilevel governance and supramunicipal articulation. It starts from the observation that the Master Plan, the main instrument of municipal planning, has an intra-municipal scope and does not fully respond to problems organized at the regional scale. In Bahia, multifunctional public consortia were positioned as the executive arm of the Identity Territories, the official planning unit of state policies linked to the Multi-Year Plan cycle. Through a documentary and exploratory study, with the use of secondary statistics, the article proposes an analytical framework guided by three propositions: scale adherence, the axis of cooperation, and the relationship with socio-spatial inequality. The analysis reveals a verticalized and territorialized institutional design, while also pointing to tensions between official regionalization, the functional logics of consortia, and the unequal distribution of capacities across the territory. It concludes that repositioning public consortia as instruments of territorial planning, rather than merely as mechanisms of federative cooperation, opens a relevant empirical agenda for territorial governance and socio-spatial justice.

Keywords: Multilevel governance. Territorial planning. Socio-spatial inequality. Public consortia.

Open access journal: http://periodicos.uefs.br/index.php/territorioeplanejamento
ISSN 0101-0000

1 INTRODUÇÃO

O planejamento territorial ocupa lugar estratégico na compreensão das dinâmicas espaciais e na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades socioespaciais. No federalismo brasileiro, contudo, esse planejamento esbarra em um problema de escala. O principal instrumento de ordenamento de que dispõem os municípios, o Plano Diretor, é, por definição constitucional e por desenho do Estatuto da Cidade, um instrumento intramunicipal: cuida do uso e da ocupação do solo dentro dos limites do município e tende a privilegiar o interior da cidade em detrimento de seu entorno regional. Os fenômenos territoriais que mais pressionam a gestão pública, porém, raramente respeitam fronteiras municipais. Bacias hidrográficas, redes de saúde, sistemas de resíduos sólidos, fluxos de mobilidade e dinâmicas de vulnerabilidade social organizam-se em escalas supramunicipais, exigindo coordenação entre entes que, isoladamente, não dispõem de capacidade técnica, financeira ou operacional para enfrentá-los.

É nesse espaço que os consórcios públicos se tornaram, no Brasil, o principal instrumento institucional de articulação supramunicipal. Regulados pela Lei nº 11.107, de 2005, os consórcios permitem a gestão associada de serviços públicos e a cooperação entre União, estados e municípios, constituindo arranjos que se situam entre a autonomia municipal e a coordenação federativa. A literatura nacional tem tratado esses arranjos ora pela ótica da administração pública e do federalismo cooperativo (Abrucio; Filippim; Dieguez, 2013; Franzese; Abrucio, 2013; Grin, 2014), ora pela do desenvolvimento regional (Xavier et al., 2013). Menos explorada, no entanto, é a possibilidade de lê-los como instrumentos de planejamento territorial propriamente ditos, isto é, como dispositivos por meio dos quais o Estado organiza e coordena a ação pública no território.

Desde 2007, a Bahia adota como divisão oficial de planejamento das políticas públicas estaduais a regionalização em Territórios de Identidade, instituída no âmbito do Plano Plurianual 2008-2011 e hoje composta por 27 territórios que abarcam os 417 municípios baianos. Nesse desenho, os consórcios públicos multifinalitários foram posicionados, pela própria Secretaria do Planejamento do estado, como o braço executivo do território, articulados aos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável e ao ciclo do Plano Plurianual. A institucionalidade baiana, portanto, não apenas reconhece o consórcio como instrumento de cooperação, mas o inscreve formalmente na arquitetura do planejamento territorial estadual, conferindo-lhe uma função vertical de articulação entre o estado e seus municípios.

Essa arquitetura permanece, todavia, pouco examinada empiricamente. Não está claro se os arranjos consorciais efetivamente observados aderem ao desenho dos Territórios de Identidade ou se os atravessam, organizando-se segundo lógicas funcionais e setoriais que não coincidem com a regionalização-identidade. Tampouco se sabe em que medida a articulação vertical prevista no desenho se concretiza, ou se predomina, na prática, a cooperação horizontal de iniciativa municipal. E permanece em aberto a questão, decisiva para a justiça socioespacial, de saber se a densidade desses arranjos acompanha ou contraria a distribuição da desigualdade socioespacial no território. A questão que orienta o artigo é: em que medida os consórcios públicos, no contexto dos Territórios de Identidade da Bahia, operam como instrumentos de planejamento territorial capazes de articular escalas, coordenar políticas e enfrentar desigualdades socioespaciais?

Diante desse quadro, o objetivo deste artigo é examinar o planejamento territorial multinível nos Territórios de Identidade da Bahia, em seu desenho institucional e em sua relação com a desigualdade socioespacial, e, nesse quadro, situar o consórcio público como instrumento, mediante um conjunto de proposições e indicadores que permita confrontar o desenho com a dinâmica dos arranjos intermunicipais. Como objetivos específicos, busca-se: (i) situar conceitualmente o consórcio público na interseção entre governança multinível e planejamento territorial; (ii) caracterizar o desenho institucional que articula Territórios de Identidade, colegiados e consórcios na Bahia; e (iii) propor um quadro analítico, com proposições e indicadores operacionalizáveis a partir de bases de dados abertas, que permita confrontar o desenho territorial e a geografia da desigualdade socioespacial com a dinâmica dos arranjos intermunicipais.

Este artigo sustenta que os consórcios públicos baianos ocupam uma posição institucional singular: embora sejam formalmente inscritos no desenho territorial do estado como braço executivo dos Territórios de Identidade, sua efetividade como instrumentos de planejamento territorial depende da aderência entre os arranjos consorciais, a regionalização oficial e a geografia concreta da desigualdade socioespacial.

O artigo está organizado em sete seções, incluindo esta introdução. A segunda seção articula governança multinível e planejamento territorial. A terceira discute o consórcio público como instrumento de planejamento territorial no Brasil. A quarta caracteriza o desenho territorial baiano. A quinta apresenta os procedimentos analíticos e o quadro de proposições. A sexta discute as tensões entre desenho e prática. A sétima reúne as considerações finais e a agenda de pesquisa.

2 GOVERNANÇA MULTINÍVEL E PLANEJAMENTO TERRITORIAL: CONVERGÊNCIAS CONCEITUAIS

A noção de governança multinível emergiu para descrever situações em que a autoridade e a produção

de políticas se distribuem por múltiplos níveis territoriais de governo e por uma pluralidade de atores estatais e não estatais. Em sua formulação clássica, Hooghe e Marks (2003) distinguem dois tipos de governança multinível. O tipo I organiza-se em jurisdições de propósito geral, aninhadas e estáveis, que correspondem aos níveis constitucionais do Estado federativo. O tipo II organiza-se em jurisdições de propósito específico, funcionais, sobrepostas e flexíveis, que se formam e se desfazem conforme a tarefa a ser executada. Essa distinção é especialmente útil para pensar os consórcios, que tendem a se aproximar do tipo II: são arranjos funcionais, frequentemente setoriais, que recortam o território segundo a lógica do problema a resolver, e não segundo a lógica das fronteiras político-administrativas.

No Brasil, a aplicação dessas lentes encontra terreno em um federalismo que combina forte descentralização com acentuada desigualdade entre os entes. Abrucio (2005) caracteriza a coordenação federativa como o problema central da gestão pública brasileira pós-1988, marcada pela tensão entre autonomia municipal e necessidade de ação cooperada. Arretche (2012) demonstra como a centralização normativa convive com a descentralização da execução, configurando um arranjo em que a União regula e financia, mas os municípios implementam.

Bichir (2018) sistematiza os contornos e limites do conceito de governança multinível no debate nacional, alertando para o risco de seu uso meramente descritivo e propondo que ele seja mobilizado para examinar, de forma analítica, as interações concretas entre níveis de governo. Em revisão sistemática da produção nacional sobre o tema, com ênfase nas dinâmicas urbanas e territoriais, Santos et al. (2025) corroboram esse diagnóstico, ao evidenciarem tanto a consolidação do campo quanto a persistência de empregos pouco analíticos do conceito de governança multinível.

Souza (2017) mostra que governos locais brasileiros apresentam capacidades institucionais profundamente desiguais, o que condiciona sua aptidão para participar de arranjos cooperativos e para implementar políticas. Pires e Gomide (2016) propõem compreender as capacidades estatais como mediação entre instituições e resultados de políticas. Essa desigualdade de capacidades é relevante para o argumento aqui desenvolvido, pois sugere que a adesão a consórcios e a posição de cada município no arranjo territorial não são aleatórias: elas tendem a refletir e, possivelmente, a reproduzir as assimetrias de capacidade e de recursos que organizam o território. No plano normativo, referenciais de governança aplicados a políticas públicas descentralizadas, como o proposto pelo Tribunal de Contas da União (2021), oferecem critérios para avaliar em que medida tais arranjos convertem capacidades estatais em coordenação efetiva.

O planejamento territorial, por sua vez, pode ser entendido como a função pública de coordenar a ação do Estado em diferentes escalas espaciais, ordenando usos, distribuindo equipamentos e serviços e buscando reduzir desigualdades. Diferentemente do planejamento estritamente urbanístico, circunscrito ao uso e à ocupação do solo, o planejamento territorial assume a coordenação de fluxos, redes e serviços distribuídos por escalas múltiplas, articulando o local, o regional e o estadual; sua eficácia depende menos da existência de planos formais do que de instrumentos institucionais capazes de operar na escala supramunicipal em que os problemas efetivamente se organizam (Brandão, 2007; Araújo, 2000; Abrucio; Filippim; Dieguez, 2013; Arretche, 2012; Friedmann; Weaver, 1979; Franzese; Abrucio, 2013; Galvão, 2016).

Quando se reconhece que o território não é mero recorte administrativo, mas espaço socialmente produzido, torna-se evidente que o planejamento eficaz depende de instrumentos capazes de operar na escala em que os problemas efetivamente se organizam. É precisamente nessa exigência de escala que governança multinível e planejamento territorial convergem: ambos remetem ao problema de coordenar autoridade e ação pública em arranjos que extrapolam a unidade municipal. O consórcio público, lido a partir dessa convergência, deixa de ser apenas um arranjo de cooperação federativa e passa a ser um instrumento de planejamento territorial (Santos, 2006; Lotta; Favareto, 2016).

A desigualdade socioespacial é compreendida, neste artigo, como a distribuição assimétrica de recursos, capacidades, oportunidades e serviços públicos no território. Ela não se reduz à desigualdade de renda, embora esta seja uma de suas expressões mensuráveis; envolve também diferenças de acesso à infraestrutura, mobilidade, equipamentos públicos, capacidade estatal local e poder de influência nos processos decisórios. Por essa razão, analisar consórcios públicos como instrumentos de planejamento territorial exige observar não apenas sua existência formal, mas sua localização, cobertura, densidade institucional e capacidade de redistribuir recursos e capacidades entre municípios desiguais.

No Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o território não é tratado como simples recorte administrativo, mas como categoria operativa, a localização dos equipamentos públicos, a delimitação de áreas de abrangência e a vigilância socioassistencial pressupõem o conhecimento das vulnerabilidades distribuídas no espaço (Brasil, 2004; 2012). A oferta de serviços organiza-se, assim, a partir de um diagnóstico territorial que articula escalas, do bairro ao município e deste à região. Quando essa oferta extrapola a capacidade municipal isolada, a coordenação supramunicipal volta a se impor, e o consórcio reaparece como instrumento

capaz de operar na escala em que a vulnerabilidade efetivamente se manifesta (Sposati, 2005; Koga, 2003).

3 CONSÓRCIOS PÚBLICOS COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO BRASIL

A trajetória dos consórcios públicos no Brasil acompanha o movimento de descentralização e de busca por cooperação que marca o federalismo pós-Constituição de 1988. A regulamentação trazida pela Lei nº 11.107, de 2005 (Brasil, 2005), conferiu segurança jurídica aos arranjos ao prever a constituição de pessoa jurídica de direito público ou privado, a gestão associada de serviços e a possibilidade de cooperação tanto horizontal, entre municípios, quanto vertical, com a participação de estados e da União. Estudos sobre o tema têm enfatizado os ganhos de escala e de eficiência proporcionados por esses arranjos, bem como sua capacidade de viabilizar políticas que municípios de pequeno porte não conseguiriam sustentar isoladamente (Xavier et al., 2013; Abrucio; Filippim; Dieguez, 2013).

Sob a perspectiva dos instrumentos da ação pública, o consórcio pode ser compreendido como um dispositivo institucional que não apenas viabiliza a execução compartilhada de serviços, mas também estrutura relações de poder, define responsabilidades, organiza fluxos de recursos e condiciona formas de coordenação entre atores públicos. Nesse sentido, sua análise deve ir além da dimensão jurídico-administrativa, incorporando os efeitos que o instrumento produz sobre a governança territorial e sobre a distribuição de capacidades no espaço (Lascoumes; Le Galès, 2007).

Boa parte da produção empírica brasileira sobre consórcios concentra-se, contudo, no setor da saúde, campo em que esses arranjos se consolidaram como resposta à fragmentação municipal e à necessidade de regionalização do Sistema Único de Saúde (Flexa; Barbastefano, 2020). Lidos como mecanismos de ação coletiva para a provisão de bens públicos entre governos locais (Machado, 2010), os consórcios intermunicipais de saúde organizam-se em torno das regiões de saúde e das Comissões Intergestores Regionais, lógica funcional que nem sempre coincide com outras divisões territoriais. A esse acúmulo soma-se uma vertente jurídico-institucional, que examina a natureza dos consórcios e o alcance da Lei nº 11.107/2005 como instrumento de cooperação federativa (Galvão, 2016). É também desse campo que emerge o caso baiano: a implantação dos consórcios públicos de saúde e das policlínicas regionais na Bahia, a partir de 2015, deu-se sob forte indução do executivo estadual (Biscarde et al., 2024), questão que a análise retoma adiante ao discutir o eixo vertical da cooperação.

Os dados das Pesquisas de Informações Básicas Municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística permitem dimensionar o fenômeno. Em 2015, entre os municípios que declararam participar de consórcios públicos, o percentual daqueles com instrumento de cooperação horizontal, isto é, consórcio intermunicipal, passou de 88,1% em 2011 para 96,7% em 2015, ao passo que se verificou forte declínio do percentual de municípios consorciados com estados ou com a União, ou seja, da cooperação vertical (IBGE, 2016). Em 2019, cerca de 62% dos municípios brasileiros declararam participar de pelo menos um consórcio intermunicipal, nas mais diversas áreas de atuação (IBGE, 2020). O retrato nacional, portanto, é o de um movimento de horizontalização: a cooperação entre municípios se generaliza, enquanto a articulação vertical, que conectaria o nível municipal aos níveis estadual e federal, perde densidade.

Esse movimento tem implicações diretas para o planejamento territorial. Se a cooperação se horizontaliza, o consórcio tende a se organizar como jurisdição funcional do tipo II, recortando o território segundo setores, com destaque para saúde, saneamento e resíduos sólidos, sem necessariamente corresponder a um desenho territorial intencional e integrado. A coordenação vertical, que poderia inscrever esses arranjos em uma estratégia estadual ou nacional de ordenamento, torna-se exceção. Lotta e Favareto (2016) já haviam apontado, a propósito do Bolsa Família e dos Territórios da Cidadania, a dificuldade de articular intersetorialidade e territorialização nas políticas brasileiras, dificuldade que a fragmentação dos arranjos cooperativos tende a aprofundar.

A relevância dos diferentes níveis para os resultados das políticas, contudo, é demonstrável empiricamente. Bichir, Simoni Júnior e Peres (2024), analisando o desempenho municipal da assistência social por meio de modelos de regressão multinível, mostram que variáveis de governança orçamentária, de capacidades estatais e de interações socioestatais nos níveis vertical e horizontal contribuem para explicar o desempenho da política no âmbito local. O achado reforça a hipótese de que a forma como os municípios se inserem em arranjos multinível não é indiferente aos resultados que entregam à população. Se assim é, então a maneira como o consórcio se articula no território, horizontal ou verticalmente, aderente ou não a um desenho de planejamento, deixa de ser um detalhe institucional e passa a ser uma variável de política pública.

Diferentemente do padrão nacional de horizontalização espontânea, a Bahia construiu um desenho institucional que pretende inscrever os consórcios em uma estratégia territorial estadual, articulando-os a uma regionalização oficial de planejamento. O caso oferece, assim, a oportunidade de confrontar um desenho deliberadamente vertical e territorializado com a tendência nacional à horizontalização funcional.

4 O DESENHO TERRITORIAL BAIANO: TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE, COLEGIADOS E CONSÓRCIOS MULTIFINALITÁRIOS

A regionalização em Territórios de Identidade foi adotada pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia em 2007, no âmbito do lançamento do Plano Plurianual 2008-2011, reunindo então 26 territórios que abarcavam os 417 municípios do estado, número posteriormente ampliado para 27 (Bahia, 2007; SEI, 2024). A metodologia que instituiu os territórios foi uma adaptação da política de desenvolvimento territorial então conduzida, no plano federal, pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que concebia o território como espaço caracterizado por critérios multidimensionais e por elementos de identidade, coesão social e cultural. Desde sua adoção, os Territórios de Identidade passaram a configurar a divisão oficial do estado e a unidade de planejamento e implementação das políticas públicas estaduais.

A esse desenho de regionalização correspondem instâncias de governança territorial. De um lado, os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável funcionam como espaços de participação, deliberação e controle social, mobilizados, entre outras finalidades, na escuta social que subsidia a elaboração do Plano Plurianual e dos orçamentos. De outro, os consórcios públicos multifinalitários cumprem a função executiva no território.

A distinção entre essas duas instâncias é decisiva para compreender o lugar atribuído ao consórcio. Como os colegiados não dispõem de personalidade jurídica para operacionalizar recursos[1], a execução das ações pactuadas no território depende dos consórcios, que se tornam, no vocabulário da própria Secretaria do Planejamento, o braço executivo do território. A Agenda de Participação Territorial do estado articula, nos 27 Territórios de Identidade, esses dois espaços de governança, os colegiados e os consórcios públicos multifinalitários, vinculando-os ao ciclo do Plano Plurianual (SEPLAN, 2025). O consórcio é, assim, formalmente inscrito na arquitetura do planejamento territorial estadual, e não apenas tolerado como arranjo espontâneo de cooperação.

Esse arranjo permanece em construção e disputa. Em 2026, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial regulamentou, por meio da Resolução nº 01, de 31 de março, os procedimentos para a reconfiguração das dimensões espaciais dos Territórios de Identidade, padronizando o fluxo para mudanças de nomenclatura, ajustes de limites, criação de novos territórios e incorporação de municípios, em consonância com o ciclo do Plano Plurianual (Bahia, 2026). A medida ampliou a participação institucional no processo, admitindo propostas de prefeituras, câmaras, consórcios públicos, órgãos estaduais, colegiados e organizações da sociedade civil. A reconfiguração em curso reforça a atualidade da indagação sobre a coerência entre o desenho territorial e os arranjos que o operacionalizam. Revisitar essa coerência em um momento de repactuação dos próprios recortes territoriais possui relevância analítica e prática.

Em síntese, o desenho institucional baiano é deliberadamente vertical e territorializado, pois o estado define a regionalização, articula-a ao planejamento plurianual, organiza a participação por meio dos colegiados e atribui a execução aos consórcios. A questão empírica que se impõe é se essa intenção de desenho encontra correspondência na realidade dos arranjos, ou se estes, à semelhança do padrão nacional, organizam-se segundo lógicas funcionais e horizontais que tensionam o desenho territorial.

Vale notar que essa arquitetura territorial não é estranha às políticas de proteção social. A própria assistência social organiza sua oferta a partir de diagnósticos de território e de áreas de abrangência, e a regionalização estadual oferece uma moldura para pensar a cooperação supramunicipal na provisão de serviços que dificilmente se sustentam na escala de um único município de pequeno porte. Os Territórios de Identidade, ao funcionarem como unidade de planejamento das políticas estaduais, poderiam, em princípio, ancorar arranjos consorciais voltados também à proteção social, e não apenas às áreas de saúde, saneamento e resíduos que historicamente concentram os consórcios brasileiros.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como documental, exploratória e descritiva, com uso complementar de estatísticas secundárias. A dimensão qualitativa concentra-se na análise de legislação, documentos institucionais e literatura especializada sobre consórcios públicos, governança multinível e planejamento territorial. O corpus documental reúne a Lei nº 11.107, de 2005, os atos estaduais que instituem e regulamentam os Territórios de Identidade, documentos da Secretaria do Planejamento, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia e a Resolução nº 01, de 2026, do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial. A dimensão quantitativa, de caráter descritivo, mobiliza estatísticas secundárias já publicadas, sobretudo as Pesquisas de Informações Básicas Municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, indicadores socioeconômicos agregados por Território de Identidade e informações do painel Transferegov, utilizados para

[1]Os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter) cumprem função deliberativa e de controle social, mas não possuem personalidade jurídica para operacionalizar recursos, o que desloca a função executiva para os consórcios públicos multifinalitários.

caracterizar o padrão nacional de cooperação e construir uma primeira aproximação empírica da desigualdade socioespacial na Bahia.

A unidade de análise proposta para o desdobramento empírico do estudo são os 417 municípios baianos, agregados nos 27 Territórios de Identidade. O quadro analítico organiza-se em torno de três proposições analíticas, entendidas como orientações para investigação empírica e não como hipóteses integralmente testadas nesta etapa. A primeira proposição, de aderência de escala, sustenta que os arranjos consorciais tendem a se organizar segundo lógicas funcionais e setoriais que não coincidem necessariamente com os limites dos Territórios de Identidade, configurando um descompasso entre a regionalização-identidade e a regionalização funcional.

A segunda proposição, do eixo da cooperação, sustenta que, a despeito do desenho institucional vertical, pode predominar na prática a cooperação horizontal de iniciativa municipal, reproduzindo no estado o movimento nacional de horizontalização. A terceira proposição, da desigualdade socioespacial, sustenta que a densidade e a cobertura dos arranjos consorciais podem não acompanhar a distribuição da desigualdade socioespacial no território, de modo que o instrumento de planejamento que deveria mitigar desigualdades pode, em determinadas condições, reproduzi-las.

O Quadro 1 sintetiza a operacionalização das três proposições, indicando, para cada uma, a variável de interesse, a fonte de dados aberta correspondente, o indicador sugerido e a pergunta analítica que orienta sua futura verificação empírica. As fontes foram selecionadas por sua disponibilidade pública e por permitirem a agregação por município e por Território de Identidade.

O desenho analítico completo, concebido como agenda empírica replicável, prevê duas etapas. Na primeira, de caráter descritivo e espacial, sobrepõe-se a malha dos arranjos consorciais à malha dos Territórios de Identidade, calculando-se medidas de cobertura e de aderência territorial, bem como a distribuição dos arranjos por tipo de cooperação e por área de atuação. Na segunda, de caráter inferencial, propõe-se um modelo de regressão multinível, com municípios aninhados em Territórios de Identidade, ou um modelo logístico para a adesão consorcial, tendo a desigualdade socioespacial como variável de interesse e as capacidades estatais e fiscais como controles.

Os dados mobilizados são, sempre que possível, os mais recentes disponíveis: população do Censo de 2022, Produto Interno Bruto municipal de 2021 e captação consorcial do painel Transferegov; o Índice de Gini e a taxa de urbanização referem-se a 2010, último ano em que o Censo Demográfico os disponibilizou na escala municipal.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO: O DESENHO TERRITORIAL E SEUS TENSIONAMENTOS

6.1 A ESCALA DOS ARRANJOS: IDENTIDADE OU FUNCIONALIDADE?

O desenho baiano supõe que o território de identidade seja a unidade em torno da qual a ação pública se organiza. A natureza dos consórcios, contudo, inclina-os à organização funcional. Consórcios de saúde recortam o território segundo a lógica das redes assistenciais e das regiões de saúde; consórcios de resíduos sólidos e de saneamento organizam-se segundo bacias, rotas e escalas técnicas de viabilidade. Essas lógicas funcionais, próximas do tipo II de Hooghe e Marks (2003), não têm por que coincidir com os limites de uma regionalização concebida a partir de critérios de identidade, coesão e pertencimento.

O desenho institucional baiano é explicitamente vertical, no qual o estado define a regionalização, articula os consórcios ao planejamento plurianual e lhes atribui a função executiva no território. O padrão nacional, entretanto, aponta em sentido contrário. Como visto, a cooperação horizontal entre municípios se generalizou, ao passo que a cooperação vertical com estados e União declinou de forma acentuada entre 2011 e 2015 (IBGE, 2016).

Quadro 1 - Operacionalização das proposições analíticas.

Proposição	Variável de interesse	Fonte de dados aberta	Indicador sugerido	Pergunta analítica
P1 – Aderência de escala	Coincidência entre arranjos consorciais e Territórios de Identidade	IBGE/MUNIC (articulação institucional); SEI-Bahia (malha dos TIs)	Índice de aderência territorial (sobreposição arranjo/TI)	Os consórcios coincidem com os limites dos Territórios de Identidade?
P2 – Eixo da cooperação	Predomínio de cooperação horizontal ou vertical	IBGE/MUNIC (tipo de parceria)	Razão entre arranjos horizontais e verticais por TI	Predomina cooperação horizontal ou vertical?
P3 – Desigualdade socioespacial	Relação entre densidade consorcial e desigualdade socioespacial	PIB per capita e Índice de Gini (IBGE; Censo 2010); IVS/Ipea (complementar); SICONFI/STN; Firjan	Correlação entre densidade de arranjos e indicadores de renda e desigualdade por TI	Os consórcios estão mais presentes onde há maior desigualdade?

Fonte: Elaborado pela autora.

Há, assim, uma tensão entre a intenção do desenho e a gravidade do movimento nacional. Verificar se a Bahia constitui exceção a esse movimento, sustentando uma articulação vertical efetiva por meio de seus consórcios multifinalitários, ou se, ao contrário, reproduz a horizontalização apesar do desenho, é questão de elevado interesse para o debate sobre planejamento territorial multinível. A demonstração, por Bichir, Simoni Júnior e Peres (2024), de que as interações verticais importam para o desempenho das políticas confere a essa questão consequência prática direta.

Os dados disponíveis sugerem que, na Bahia, essa articulação vertical não é apenas formal. Segundo o painel gerencial do Transferegov, os consórcios públicos baianos captaram, nos últimos dezesseis anos, R$ 321,3 milhões em recursos federais, o equivalente a 17% de todo o volume transferido a consórcios no país, de R$ 1,9 bilhão, proporção que situa o estado muito acima de seu peso relativo na federação (Brasil, 2024).

O estado conta hoje com 30 consórcios públicos multifinalitários, atuantes em áreas como gestão ambiental, manutenção de rodovias, regularização fundiária, inspeção municipal e recursos hídricos, além de 24 consórcios de saúde, que ampliam a oferta de serviços de média complexidade por meio de policlínicas regionais. Esses números indicam que, contra o declínio nacional da cooperação vertical, os consórcios baianos têm funcionado como canais efetivos de captação de recursos federais.

Cumpre, todavia, qualificar a leitura: acessar transferências federais não equivale, por si, à articulação vertical de governança que o desenho postula, uma vez que arranjos de iniciativa horizontal também captam recursos da União. A evidência mais consistente de verticalização não está no volume captado, mas no modo de constituição dos arranjos: a implantação dos consórcios públicos de saúde e das policlínicas regionais na Bahia foi conduzida sob forte indução do executivo estadual, mediante negociação com prefeituras e regulamentação legal específica (Biscarde et al., 2024), padrão que sugere uma verticalização sustentada pelo desenho institucional, e não meramente espontânea.

6.2 TERRITÓRIO, DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E DENSIDADE CONSORCIAL

Como primeira aproximação empírica, mobilizaram-se três indicadores disponíveis para a totalidade dos 27 Territórios de Identidade e dos 417 municípios baianos: o Produto Interno Bruto per capita de 2021, o Índice de Gini da renda de 2010 e a taxa de urbanização de 2010. Esses indicadores não esgotam a noção de desigualdade socioespacial, mas permitem captar, de forma inicial e comparável, a combinação entre dinamismo econômico, concentração de renda e estruturação urbano-territorial.

Os três foram extraídos dos painéis oficiais Info Territórios da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2024) e agregados por território a partir de uma matriz de correspondência município-território construída com base nesses mesmos painéis e validada pela contagem de municípios declarada em cada um. A opção por esse conjunto, em vez do Índice de Vulnerabilidade Social (Ipea, 2015), cuja edição decenal mais recente, referente a 2010, ainda não se achava consolidada para a totalidade dos territórios à data desta redação, assegura cobertura censitária integral do estado e permite caracterizar, sem lacunas, o gradiente de desigualdade socioespacial de que trata a proposição.

Os resultados revelam um gradiente econômico-territorial pronunciado (Quadro 2). O PIB per capita varia quase sete vezes entre os extremos: de R$ 9.154, na Bacia do Paramirim, a R$ 62.595, na Bacia do Rio Grande, seguida pela Bacia do Rio Corrente (R$ 35.105) e pelo Território Metropolitano de Salvador (R$ 34.867). No polo de menor renda concentram-se territórios de matriz rural e baixa urbanização do semiárido, além da Bacia do Paramirim, o Sisal (R$ 11.033) e a Bacia do Jacuípe (R$ 11.549), ao passo que no polo oposto despontam a frente agroexportadora do oeste, os enclaves minerais e a região metropolitana. A taxa de urbanização reforça o contraste, variando de 36,2%, na Bacia do Paramirim, a 93,8%, no Metropolitano de Salvador.

6.3 RIQUEZA TERRITORIAL E CONCENTRAÇÃO DE RENDA: O PARADOXO DOS TERRITÓRIOS DINÂMICOS

O achado de maior interesse para a leitura consorcial, contudo, está na relação entre riqueza e desigualdade. Diferentemente do que se poderia supor, os territórios economicamente mais dinâmicos não são os menos desiguais: a correlação entre o PIB per capita de 2021 e o Índice de Gini de 2010 é de +0,61 (coeficiente de Spearman de +0,62), mantendo-se positiva e expressiva, em +0,57, mesmo quando se exclui o valor extremo da Bacia do Rio Grande. Os maiores índices de concentração de renda encontram-se justamente onde a renda média é mais alta, no Metropolitano de Salvador (Gini de 0,645), na Bacia do Rio Grande (0,629) e no Portal do Sertão (0,610), ao passo que os menores se observam em territórios de renda intermediária e baixa, como a Bacia do Jacuípe e o Médio Sudoeste da Bahia (ambos com 0,505). O dinamismo econômico, nesses casos, não dissolve a desigualdade, concentra-a. O padrão é diretamente relevante para a governança consorcial, pois sugere que a capacidade fiscal e técnica que viabiliza arranjos cooperativos tende a se acumular em territórios que são, ao mesmo tempo, internamente mais desiguais.

De um lado, há defasagem entre as safras, o Índice de Gini disponível na escala municipal data de

2010, ao passo que o PIB per capita se refere a 2021, de modo que a associação cruza estruturas de concentração de uma década com níveis de renda mais recentes. De outro, trata-se de uma correlação entre 27 agregados territoriais, que descreve uma regularidade entre territórios e não autoriza inferência sobre municípios ou indivíduos: incorreria em falácia ecológica quem dela deduzisse o comportamento intramunicipal da desigualdade.

Esse padrão manifesta-se com particular nitidez nos territórios organizados em torno de um único polo, Portal do Sertão (Feira de Santana), Litoral Sul (Ilhéus e Itabuna), Itaparica (Paulo Afonso) e Bacia do Rio Grande (Barreiras e Luís Eduardo Magalhães), que combinam PIB per capita elevado e Índice de Gini alto, sinal de uma cidade-polo dinâmica e concentradora que coexiste com uma periferia rural muito mais frágil. Essa heterogeneidade interna é diretamente relevante para a governança consorcial, pois é plausível supor que municípios-polo concentrem maior capacidade técnica e fiscal e, com ela, maior influência na condução dos consórcios, hipótese que deverá ser examinada em estudos posteriores sobre a governança interna desses arranjos.

Em territórios marcados por forte assimetria entre municípios-polo e municípios periféricos, os consórcios podem operar sob risco de captura territorial. Nesse cenário, a agenda consorcial tende a refletir de forma mais intensa as prioridades dos entes com maior capacidade técnica, fiscal e política, reduzindo a potência redistributiva do arranjo. Assim, a análise da governança consorcial deve considerar não apenas a existência do consórcio, mas também seus mecanismos internos de representação, deliberação, financiamento e definição de prioridades.

A capacidade redistributiva dos consórcios pode ser compreendida como sua aptidão para deslocar recursos, serviços, infraestrutura e capacidades institucionais

Quadro 2 - Renda, desigualdade e urbanização por Território de Identidade.

Território de Identidade	Municípios	PIB per capita 2021 (R$)	Gini 2010	Urbanização 2010 (%)
Bacia do Rio Grande	14	62.595,05	0,629	66,8
Bacia do Rio Corrente	11	35.105,27	0,562	46,5
Metropolitano de Salvador	13	34.866,96	0,645	93,8
Itaparica	6	25.845,53	0,604	70,2
Portal do Sertão	17	25.542,09	0,610	78,1
Costa do Descobrimento	8	23.258,17	0,581	79,7
Extremo Sul	13	21.167,63	0,569	76,7
Sertão do São Francisco	10	19.370,94	0,582	63,9
Sertão Produtivo	20	19.192,23	0,539	54,7
Litoral Sul	26	19.024,55	0,587	81,9
Piemonte Norte do Itapicuru	9	18.512,49	0,593	55,1
Litoral Norte e Agreste Baiano	20	18.253,39	0,597	63,9
Médio Rio de Contas	16	18.166,54	0,585	78,1
Sudoeste Baiano	24	17.504,27	0,559	64,8
Baixo Sul	15	17.372,55	0,552	53,2
Piemonte da Diamantina	9	16.039,46	0,560	61,5
Recôncavo	19	14.923,83	0,569	69,2
Médio Sudoeste da Bahia	13	14.672,81	0,505	78,8
Vale do Jiquiriçá	20	13.413,96	0,545	57,9
Chapada Diamantina	24	13.237,30	0,557	48,4
Piemonte do Paraguaçu	13	12.525,01	0,590	63,5
Velho Chico	16	12.172,21	0,578	46,6
Irecê	20	12.060,40	0,564	61,4
Semiárido Nordeste II	18	11.764,67	0,551	44,2
Bacia do Jacuípe	15	11.548,91	0,505	51,6
Sisal	20	11.033,03	0,559	42,0
Bacia do Paramirim	8	9.154,56	0,548	36,2

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos painéis info Territórios (SEI, 2024). Nota: PIB per capita de 2021 (IBGE); Índice de Gini e taxa de urbanização do Censo Demográfico de 2010; territórios ordenados pelo PIB per capita decrescente. Cobertura integral dos 27 Territórios de Identidade e dos 417 municípios baianos.

em direção aos municípios e populações mais vulneráveis do território. Essa dimensão permite avaliar se os consórcios apenas agregam esforços administrativos ou se efetivamente contribuem para reduzir desigualdades socioespaciais.

O consórcio público, no caso baiano, só é plenamente inteligível quando lido como instrumento de planejamento territorial, e não apenas como arranjo de cooperação federativa. Essa releitura desloca o foco analítico da mera existência de consórcios para sua coerência territorial, seu eixo de cooperação, sua aderência à geografia da desigualdade socioespacial e sua capacidade redistributiva. Com isso, abre-se um conjunto de perguntas que a literatura nacional, concentrada nos sistemas setoriais, ainda não respondeu de forma sistemática.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo examinou o planejamento territorial nos Territórios de Identidade da Bahia, com foco no lugar dos consórcios públicos como instrumentos de governança multinível e articulação supramunicipal. O argumento partiu da constatação de que o Plano Diretor, embora central para o ordenamento municipal, não alcança a escala regional em que se organizam muitos dos problemas públicos contemporâneos. Nesse espaço de lacuna institucional, os consórcios públicos emergem como arranjos capazes de articular municípios, coordenar capacidades e operar políticas em escala territorial.

A análise mostrou que a experiência baiana possui uma especificidade relevante. Diferentemente do padrão nacional, marcado pela horizontalização espontânea e pela formação funcional dos consórcios, a Bahia construiu um desenho institucional deliberadamente territorializado, no qual os Territórios de Identidade funcionam como unidade oficial de planejamento, os colegiados territoriais como instâncias de participação e os consórcios multifinalitários como braço executivo das ações pactuadas no território. Essa arquitetura confere aos consórcios um papel que ultrapassa a cooperação administrativa e os aproxima da agenda do planejamento territorial.

A principal contribuição teórica do artigo consiste em propor a leitura dos consórcios públicos como instrumentos de planejamento territorial multinível. Essa perspectiva desloca o foco da mera existência de arranjos intermunicipais para questões mais substantivas: sua aderência à regionalização oficial, seu eixo predominante de cooperação, sua capacidade de articulação vertical e horizontal e sua relação com a geografia da desigualdade socioespacial.

No plano empírico, o mapeamento dos 27 Territórios de Identidade e dos 417 municípios baianos revelou um gradiente econômico-territorial expressivo. O achado mais relevante é que os territórios com maior PIB per capita tendem também a apresentar maior concentração de renda, indicando que o dinamismo econômico não elimina, necessariamente, a desigualdade. Ao contrário, em determinados territórios, especialmente aqueles organizados em torno de cidades-polo, a riqueza parece conviver com elevada concentração, o que reforça a importância de investigar como os consórcios distribuem recursos, serviços e capacidades entre municípios desiguais.

O estudo possui limitações. Por seu caráter documental e exploratório, não estima os modelos inferenciais propostos, nem calcula, nesta etapa, a densidade consorcial por Território de Identidade. Também não aprofunda a dimensão política interna dos consórcios, marcada por disputas, assimetrias de poder, alinhamentos partidários e diferentes capacidades institucionais entre os municípios participantes. Essas limitações, contudo, não reduzem a contribuição do artigo; ao contrário, indicam uma agenda de pesquisa necessária.

Como agenda futura, recomenda-se consolidar uma base municipal dos consórcios baianos, identificando área de atuação, composição, volume de recursos, participação estadual, grau de aderência aos Territórios de Identidade e perfil socioeconômico dos municípios participantes. A aplicação de modelos de regressão multinível ou modelos logísticos poderá verificar se a adesão consorcial está associada a capacidades fiscais, desigualdade socioespacial, centralidade urbana e posição dos municípios nos territórios. Estudos qualitativos, por sua vez, poderão examinar os mecanismos de governança interna, representação, deliberação e possível captura dos consórcios por municípios-polo.

Conclui-se que os consórcios públicos, quando analisados pela lente do planejamento territorial, constituem instrumentos estratégicos para enfrentar a fragmentação federativa e a desigualdade socioespacial. No caso baiano, sua potência dependerá da capacidade de transformar desenho institucional em coordenação efetiva, participação qualificada e redistribuição territorial de recursos e capacidades. Assim, a questão central que se abre para a agenda acadêmica e para a gestão pública é saber se os consórcios funcionarão como vetores de integração e justiça socioespacial ou se reproduzirão, sob nova forma institucional, as assimetrias que pretendem superar.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, n. 24, p. 41-67, 2005.

ABRUCIO, Fernando Luiz; FILIPPIM, Eliane Salete; DIEGUEZ, Rodrigo Chaloub. Inovação na cooperação intermunicipal no Brasil: a experiência da Federação

Catarinense de Municípios na construção de consórcios públicos. *Revista de Administração Pública*, v. 47, n. 6, p. 1543-1568, 2013.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2000.

ARRETCHE, Marta. *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

BAHIA. Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007. Institui o Plano Plurianual para o período de 2008 a 2011 e adota a regionalização em Territórios de Identidade. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 2007.

BAHIA. Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial. *Resolução nº 01, de 31 de março de 2026*. Estabelece procedimentos para a reconfiguração das dimensões espaciais dos Territórios de Identidade da Bahia. Salvador: Cedeter, 2026.

BICHIR, Renata Mirandola. Governança multinível: origem, contornos e limites. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 19, p. 1-20, 2018.

BICHIR, Renata Mirandola; SIMONI JÚNIOR, Sérgio; PERES, Ursula Dias. Governança multinível em países federativos: análise do desempenho municipal da assistência social no Brasil. *Opinião Pública*, v. 30, p. 1-25, 2024.

BISCARDE, Daniela Gomes dos Santos et al. Implantação de consórcios públicos de saúde e policlínicas regionais na Bahia, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 9, e07052023, 2024.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. *Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005*. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. *Transferegov.br: painel gerencial de consórcios públicos*. Brasília: MGI, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/transferegov. Acesso em: 18 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004***.** Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS 2012. Brasília: MDS, 2012.

FLEXA, Raquel Gonçalves Coimbra; BARBASTEFANO, Rafael Garcia. Consórcios públicos de saúde: uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 1, p. 325-338, 2020.

FRANZESE, Cibele; ABRUCIO, Fernando Luiz. *Efeitos recíprocos entre federalismo e políticas públicas no Brasil:* os casos dos sistemas de saúde, de assistência social e de educação. In: HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Orgs.). Federalismo e políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

FRIEDMANN, John; WEAVER, Clyde. Territory and function: the evolution of regional planning. Berkeley: University of California Press, 1979.

GALVÃO, Ciro Di Benatti. *Consórcios públicos: uma nova perspectiva jurídico-política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

GRIN, Eduardo José. Trajetória e avaliação dos programas federais brasileiros voltados a promover a eficiência administrativa e fiscal dos municípios. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 2, p. 459-480, 2014.

HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary. Unraveling the central state, but how? Types of multi-level governance. *American Political Science Review*, v. 97, n. 2, p. 233-243, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Perfil dos municípios brasileiros 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Perfil dos municípios brasileiros 2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros*. Brasília: Ipea, 2015.

KOGA, Dirce. Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. Introduction: understanding public policy through its instruments: from the nature of instruments to the sociology of public policy instrumentation. *Governance, v. 20, n. 1, p. 1-21, 2007.*

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

LOTTA, Gabriela Spanghero; FAVARETO, Arilson. Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas: os casos do Programa Bolsa Família e dos Territórios da Cidadania. *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 1, p. 159-180, 2016.

MACHADO, José Angelo. Ação coletiva e provisão de bens públicos por meio de formas consorciadas entre

governos locais: os consórcios intermunicipais de saúde no Brasil. *Teoria e Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 144-165, 2010.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. *Capacidades estatais e democracia: políticas públicas como mediação entre instituições e cidadãos*. In: PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila (Orgs.). Capacidades estatais e democracia: avaliando políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Renata dos; WITTENBERG, Arthur; PRADERA, Gabriel; HENRIQUE, Gustavo Dias. Governança multinível no Brasil: uma revisão sistemática da literatura com ênfase nas dinâmicas urbanas e territoriais. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 14, n. 3, e1937, 2025.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA. *Territórios de Identidade, planejamento e gestão territorial, escuta social e consórcios públicos* [Online]. Seplan, 2025. Disponível em: https://www.ba.gov.br/seplan. Acesso em: 18 jun. 2026.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Territórios de Identidade [Online].* SEI, 2024. Disponível em: https://sei.ba.gov.br. Acesso em: 18 jun. 2026.

SOUZA, Celina. Governos locais e capacidades institucionais: limites e possibilidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 95, p. 1-19, 2017.

SPOSATI, Aldaíza. A menina LOAS: um processo de construção da assistência social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Referencial de governança aplicável a políticas públicas descentralizadas*. Brasília: TCU, 2021.

XAVIER, Tiago Rodrigo; WITTMANN, Milton Luiz; INÁCIO, Robson Oliveira; KERN, Juliana. Desenvolvimento regional: uma análise sobre a estrutura de um consórcio intermunicipal. *Revista de Administração Pública*, v. 47, n. 4, p. 1041-1065, 2013.

DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

MOBILIDADE URBANA EM FEIRA DE SANTANA-BA: A INFLUÊNCIA DA MALHA VIÁRIA NA FORMA E NA EXPANSÃO URBANA

URBAN MOBILITY IN FEIRA DE SANTANA-BA: THE INFLUENCE OF THE ROAD NETWORK ON URBAN FORM AND EXPANSION

Ákila Soares de Britto
Geógrafo (UEFS). Mestre em Planejamento Territorial (PLANTERR/UEFS), akilasbritto@hotmail.com

Nacelice Barbosa Freitas
Doutora em Geografia (UFS). Mestra em Arquitetura e Urbanismo (UFBA). Docente da UEFS/PLANTERR, nbfreitas@uefs.br

Jânio Roberto Diniz dos Santos
Doutor em Geografia Humana (USP). Mestre em Geografia (UFBA). Docente da UESB/PPGEO, jrdsantos@uesb.edu.br

Resumo

Os estudos sobre a mobilidade urbana, em sua maioria, voltam-se para pesquisas sobre modais ou desenho de rua, deixando de lado a importância de se observar o papel da mobilidade dentro do planejamento urbano. Desse modo, o objetivo desse artigo é explicar a relevância da mobilidade no planejamento urbano para a cidade de Feira de Santana. Para isso, foi feito um estudo prévio em pesquisas anteriores, planos de desenvolvimento urbano e de mobilidade urbana, entre outros documentos, utilizando como apoio analítico o *software* de mapeamento digital Esri ArcGIS na espacialização de informações. Ao longo da consolidação e expansão do assentamento urbano de Feira de Santana, diversas transformações ocorreram em seu sistema viário, modais principais e malha viária. Os elementos presentes nos planos de desenvolvimento da história do planejamento urbano municipal passaram por intervenções e alterações, evidenciando que a malha viária molda e é moldada pelo processo de expansão urbana.

Palavras-chave: Mobilidade Urbana. Malha Viária. Expansão Urbana.

Abstract

Studies on urban mobility predominantly focus on transport modes or street design, overlooking the critical role of mobility within integrated urban planning. This article examines the relevance of the road network for urban mobility planning in Feira de Santana-BA, considering the interactions between road infrastructure, urban form, and the expansion of the urban footprint. The investigation draws on prior research, urban development and mobility plans, and relevant municipal legislation, with analytical support from the Esri ArcGIS Geographic Information System (GIS) for data spatialization. The results demonstrate that, throughout the consolidation and expansion of Feira de Santana's urban settlement, successive transformations in the road system, transport modes, and road network – elements embedded in the development plans across the history of municipal urban planning – configure a dialectical relationship: the road network shapes, and is shaped by, the urban expansion process.

Keywords: Urban Mobility. Road network. Urban Expansion.

INTRODUÇÃO

O presente artigo deriva de capítulos da dissertação defendida, para obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial/PLANTERR, intitulada *"Planejamento e Mobilidade Urbana em Feira de Santana-BA: Estrutura Viária e Vias de Expansão"*, pela Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS.

O objetivo desse trabalho é explicar a importância da malha viária para o planejamento da mobilidade urbana em Feira de Santana-BA, tendo como referência a forma urbana moldada pelo sistema viário, em paralelo ao processo histórico de expansão da mancha urbana. Toma-se como base as principais vias e rodovias que integram a malha viária local, ao considerar a necessidade de integração dos espaços urbanos.

Feira de Santana, situa-se na porção leste do estado da Bahia (Brasil), numa área de transição climática entre a Zona da Mata e o Sertão, denominada Agreste baiano. O município, é considerado o maior entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste do Brasil, ao ser tangenciado pelas BR 116 Norte e Sul, que seguem sentido Juazeiro e Petrolina e Rio de Janeiro respectivamente, a BR 324 liga Feira de Santana a Salvador e junto com a BA 502 permite contato com a BR 101, que liga o sul ao norte do país. Além disso, a BA 052 faz conexão com Brasília, via oeste baiano. A malha viária municipal é estruturada de tal forma que as principais avenidas da cidade situam-se como extensões destas BRs e BAs, ligando a todo o Brasil.

A mobilidade urbana de Feira de Santana, provocou desejo de pesquisa pelas particularidades e especificidades da malha viária, planos, propostas, e o número de consumidores – desde aqueles que se deslocam a pé, aos ativos usuários do Sistema de Transporte Coletivo e, também, os carros de passeio. Outro aspecto considerado, são os longos períodos de espera pelo transporte coletivo, com número de usuários sempre acima da capacidade, os aumentos constantes do valor da passagem, e uma prestação de serviço pouco competitiva.

Para além disso, a constante falta de informação nos meios digitais e institucionais, no que diz respeito a mobilidade, a participação de agentes externos da realidade municipal na elaboração dos planos e pesquisas, bem como a visão de que modernizar e desenvolver a cidade seja um sinônimo de higienização, podendo ser exemplificada com a remoção dos camelôs[1] do centro desde 2018, e também das atividades dos feirantes tradicionais, vendedores ambulantes, etc.

Esses elementos promoveram questionamentos e inquietação, seja por parte da população ou por pesquisadores, porque o simples fato de cruzar a cidade no sentido norte-sul, possui significativa diferença temporal ao comparar o deslocamento com transporte coletivo e individual.

A constatação das disparidades na qualidade do sistema de transporte coletivo de Feira de Santana, em perspectiva comparada com experiências internacionais de mobilidade urbana integrada, evidencia a necessidade de investigações aprofundadas sobre as causas estruturais dessas disparidades. A literatura especializada aponta que sistemas de transporte coletivo eficientes estão intrinsecamente vinculados a um planejamento urbano que contemple a mobilidade como componente estratégico, e não como elemento residual das políticas públicas (PEREIRA, 2007; REIS, 2018).

Observou-se durante o levantamento bibliográfico que poucos são aqueles que pesquisam sobre a mobilidade urbana em Feira de Santana, podendo-se destacar, Zorzo (2000, 2001, 2005), Cerqueira (2015), Silva (2017), Vieira (2017) e Reis (2018). Quanto aos geógrafos identificou-se, Miranda (2012), Antón (2013), e Britto (2018). Além disso, os textos dos planos diretores não abordam a mobilidade urbana de forma prioritária, a exemplo dos Planos Diretores de Desenvolvimento Municipal (PDDM) de 1992, 2006 e 2013, e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2000.

Outra questão é a falta de apoio por parte do poder público e das secretarias municipais, que são relutantes na transmissão de informações, não disponibilizando dados sobre a questão, dificultando a realização das pesquisas. Por conta das dificuldades encontradas ao longo da caminhada, buscou-se refletir sobre as estratégias para o planejamento da mobilidade urbana, com base nas características da malha viária, atrelada a expansão urbana de Feira de Santana.

Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município registrava 510.637 habitantes na área urbana e 46.007 habitantes na área rural, totalizando 556.642 habitantes. O contingente populacional ampliou-se de forma expressiva nas décadas seguintes: de acordo com o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022), o município passou a contar com 619.609 habitantes, consolidando-se como o segundo maior município da Bahia em termos populacionais, dentre os 417 existentes no estado.

Diante do exposto, busca-se responder a seguinte questão: De que forma a malha viária pode contribuir para o planejamento da mobilidade urbana, tendo em vista as especificidades da estrutura viária municipal?

É comum no ambiente acadêmico encontrar estudos referentes a expansão urbana de Feira de Santana relacionados as políticas de moradia ou uso e ocupação do solo, a exemplo de: Santo (2003, 2012), Santos (2011, 2012b, 2019), Santos (2012a), Oliveira (2017), Cerqueira (2017), Brito (2017), e Helfenstein (2018). Porém, não são muitos aqueles encontrados que visem relacionar especificamente mobilidade e expansão, especialmente com base na malha viária. Outros autores discutem mobilidade atrelada a outros processos, tais como: Zorzo

(2000, 2005), Miranda (2012), Antón (2013), Silva (2017), Vieira (2017), e Reis (2018).

Desse modo, trazer para a sociedade feirense a explicação sobre a mobilidade urbana, como um elemento constituinte da expansão urbana a partir da identificação das características da infraestrutura municipal, implica em ampliação dos conhecimentos geográficos, e através da integração e interpretação de dados da evolução temporal da extensão urbana, avaliar a situação presente em contraposição a malha viária. Nessa perspectiva, o estudo pode contribuir para proporcionar aos gestores públicos municipais, possibilidades de construir uma nova ferramenta para o planejamento, através da análise da mobilidade municipal relacionada a malha viária.

O artigo estrutura-se da seguinte forma: uma introdução, expondo de forma inicial, o porquê da temática estudada e as questões de pesquisa, além da importância da investigação, e os objetivos específicos, juntamente com os procedimentos metodológicos, detalhando o processo em que o objeto foi abordado, especificando as ferramentas, caminhos percorridos e meios utilizados para a construção do mesmo. Um desenvolvimento composto por uma síntese de capítulos que abordam a mobilidade urbana ao longo do tempo, identificam aspectos que marcaram o processo de formação municipal, uma releitura dos planos urbanísticos e projetos para Feira de Santana e as abordagens sobre a mobilidade urbana. Por fim, as considerações finais, com reflexões e propostas sobre a malha viária e o planejamento da mobilidade urbana em Feira de Santana.

Assim, o método é um elemento que se faz presente na vida do pesquisador, e possui vastas possibilidades de definições, ao considerar as diferentes óticas teóricas sobre o seu significado. Entretanto, compreende-se que para a pesquisa constitui-se uma ferramenta norteadora, porquanto é utilizado nas investigações para examinar, descrever e avaliar a forma como o objeto é estudado. Possibilita, portanto, a estruturação e sistematização da coleta e processamento de informações, guiando pesquisadores para construção dos conhecimentos, no intuito de validar hipóteses e responder as questões levantadas.

A metodologia visa imbuir cientificidade à pesquisa, já que o pesquisador, partindo de um problema, duvida daquilo que vê, ouve ou aparenta ser, e ao mesmo tempo, não pode afirmar com certeza absoluta a veracidade de algo. Porém o ato de questionar não é apenas fazer várias perguntas sem resposta, resmungar contra algo, falar mal ou desvalorizar, mas articular discurso com consistência lógica e capaz de convencer. (PRODANOV, 2013, p. 16).

Dito de outra maneira, o conhecimento científico precisa atender aos critérios de qualidade formal e para que o discurso possa ser reconhecido como científico, precisa ser lógico, sistemático, coerente, sobretudo, bem-argumentado, porquanto isso o distância de outros conhecimentos, como senso comum, sabedoria ou ideologia. (SEVERINO, 2007, p.193)

Levando em consideração estas afirmações, toma-se como ponto de partida o entendimento de que o método é uma ferramenta que permite alcançar o conhecimento científico, ordenando o pensamento de forma sistemática, traçando os procedimentos utilizados pelo pesquisador ao longo da investigação, até atingir o objetivo preestabelecido. Assim, possibilita uma esquematização das ações da pesquisa, credibilidade aos dados obtidos e gerados, como a validação da questão inicial e formação de produtos passíveis a aplicação.

Desse modo, pode-se afirmar que o método é o caminho, a forma, o modo de pensamento, o conjunto de processos ou operações mentais empregados para a realização da pesquisa, relacionados com os procedimentos técnicos a serem seguidos pelo pesquisador numa determinada área de conhecimento. O método determina os procedimentos a serem utilizados, tanto na coleta de dados e informações quanto na efetivação da análise. Sendo assim, buscou-se estruturar o processo de pesquisa de acordo com um conjunto de procedimentos metodológicos que atribuem cientificidade ao trabalho proposto.

Considerou a abordagem analítico-crítica para o desenvolvimento da pesquisa, ao analisar as informações coletadas de estudos pretéritos, aplicadas, no intuito de explicar um fenômeno e o contexto em que se insere, assim como, expor a relação entre causa e efeito. (FONTELLES, 2009, p. 6). A análise buscou como base, dados históricos e documentais, investigando eventos, documentos, planos e leis para subsidiar a espacialização das informações, localizando no tempo e espaço, os acontecimentos, a tendência ou organização dos fatos, a fim de levantar respostas para questões levantadas no processo de investigação.

Aliado a esse procedimento utilizou-se o método comparativo que permitiu, junto aos dados coletados durante o processo de pesquisa, traçar uma comparação entre as variáveis: planos, população, viagens e estrutura. Assim, foi possível estudar e caracterizar as semelhanças e diferenças no intuito de explicar as especificidades do objeto.

Seguindo essa lógica, a pesquisa bibliográfica foi fundamental para a base teórica, utilizando de livros encontrados na Biblioteca Central Julieta Carteado (BCJC), artigos científicos em revistas digitais, monografias, dissertações, teses, Leis e etc.

Efetuou-se também uma espacialização dos corredores de circulação viária do município de Feira de Santana, no intuito de identificar as direções das vias de expansão ao correlacionar a malha viária com o processo de expansão da mancha urbana, considerando os preceitos da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU),

instituída pela Lei Nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012. Essas informações foram obtidas em planos, projetos e leis como: o Plano de Desenvolvimento Local e Integrado (PDLI, 1968), o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU, 2018), o Plano Municipal de Mobilidade Urbana (PMMU, 2018) e o Plano de Desenvolvimento do Centro industrial do Subaé (PD-CIS, 1970).

As informações analisadas nestes documentos envolvem a estrutura da malha urbana, fixos do sistema viário, principais vias do sistema hierárquico rodoviário, processo de expansão do perímetro e da mancha urbana. Os dados sistematizados resultam da análise documental e processo de vetorização das informações - vias, fluxos e fixos -, através do *software* de Sistema de Informações Geográficas (SIG) em especial o *software* Esri ArcGIS e dentro dele a ferramenta ArcMap. A confecção visual dos mapas seguiu as recomendações de Castro (2004) e Sampaio (2019), com adequações e alterações representativas na escolha de cores e formas.

Simultaneamente a essa etapa da pesquisa, delimitou-se áreas sujeitas a expansão urbana, a partir da estrutura viária que identifica as áreas urbanas e rurais origem da expansão, seguindo o mesmo procedimento anterior.

MALHA VIÁRIA E EXPANSÃO URBANA: BREVE ANÁLISE

Em junho de 2013 foram incorporados 6 (seis) novos bairros ao espaço urbano municipal, absorvendo áreas rurais de Feira de Santana, pela Lei Complementar Nº 75 de 20 de junho de 2013, que ampliou o perímetro urbano, consolidando o crescimento horizontal. Porém, o sistema viário foi estruturado nesses novos espaços urbanos sem um estudo específico sobre mobilidade ou adequação da infraestrutura; apenas fomentou-se e estimulou-se a especulação imobiliária.

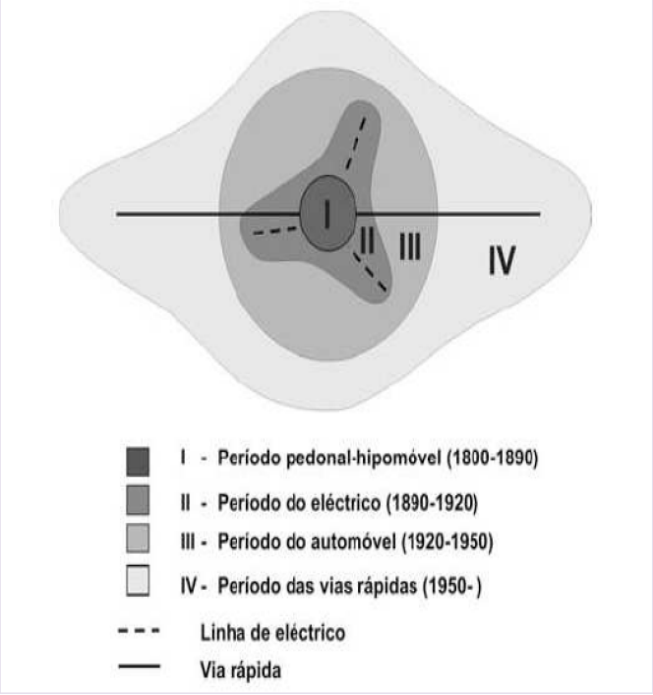
Segundo Rigatti (2002), o processo de crescimento urbano pode ocorrer de duas formas: por extensão e/ou densificação. Por extensão caracteriza-se pela incorporação de áreas originalmente não urbanas em áreas urbanas, já a densificação vem pelo aumento do uso do solo de áreas já disponíveis como urbanas, sem que ocorra a incorporação de novas áreas, tendo a verticalização como um exemplo desse fenômeno.

Para Pereira (2007, p. 45), "a forma urbana é uma dimensão específica e restrita da cidade". Essa característica espacial existente permite estudar a mobilidade, pois as relações sociais, econômicas e informacionais variam em modo e fluxo conforme as dimensões da forma urbana. Soares (2010) destaca que, o desenvolvimento na tecnologia dos transportes influencia a forma urbana no processo de crescimento urbano. O autor toma como base as afirmações dos estudos efetuados por, Adams (1970); Muller (1981) e Taafee et al. (1996), sobre cidades norte americanas, que destacou a relação entre o crescimento urbano e o desenvolvimento de tecnologias de transportes.

Com base na síntese de Soares (2010, p. 9), a partir de Adams (1970), Muller (1981) e Taafee et al. (1996), identificam-se quatro fases de evolução tecnológica dos transportes e seus reflexos sobre a forma urbana. Na primeira fase, a mobilidade é organizada pelo deslocamento a pé e pela tração animal, resultando em cidades compactas, com proximidade entre áreas residenciais e produtivas. Na segunda fase, a implantação de redes sobre trilhos – em especial o bonde elétrico – amplifica os raios de deslocamento, induzindo a formação radial da malha urbana a partir do centro e promovendo uma incipiente segregação funcional entre área central comercial e periferias residenciais. Na terceira fase, a difusão do automóvel e a construção de rodovias redirecionam a expansão para anéis radiais que preenchem os vazios deixados pela expansão ferroviária. Por fim, na quarta fase, a construção de autoestradas de alta velocidade intensifica o crescimento radial, orientando a ocupação urbana para as margens viárias (Figura 1).

Depreende-se da análise que nos encontramos em um quinto momento, no qual os avanços tecnológicos aplicados à mobilidade urbana são orientados pela sustentabilidade e pela integração multimodal. Trata-se de uma fase em que as vias urbanas incorporam diferentes níveis e modais de transporte, promovendo formas de crescimento urbano mais diversificadas e orientadas por princípios de acessibilidade universal e mobilidade sustentável, em conformidade com os preceitos da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012).

Figura 1 - Forma urbana e tecnologia de transporte.



Fonte: SOARES (2010).

Panerai (2006) aprofunda a análise da complexidade morfológica do espaço urbano ao identificar que a malha viária se estrutura a partir da confluência de três lógicas interdependentes: a do sistema viário, a do parcelamento do solo e a das edificações inseridas nesses lotes. Quando novas áreas de expansão urbana são incorporadas sem a devida articulação entre a malha existente e a nova – ou seja, sem diálogo entre essas três lógicas – o resultado é uma fragmentação da malha viária, com padrões morfológicos descontínuos e de difícil integração funcional.

Desse modo, ao analisar o crescimento físico da cidade de Feira de Santana a partir de 1878 até 2018, considerando como elemento norteador a mobilidade urbana com destaque para a malha viária e as vias de expansão, observa-se a relação com o crescimento urbano. Toma-se como base o contexto histórico e o modo como os diversos planos e projetos atuaram durante esse processo, conferindo forma ao espaço municipal.

De acordo com Freitas (2013), a passagem de tropeiros levando o gado para as feiras da capital, assim como a localização e a presença de olhos d'água, nascentes e lagoas transformaram o território feirense em ponto de parada obrigatória dos tropeiros que percorriam, seguindo a antiga Estrada das Boiadas rumo à Cachoeira, tendo a Praça da Matriz, como ponto inicial no processo de fixação do assentamento urbano.

A praça é o marco para o surgimento de novas vias, como principal vetor de crescimento no sentido norte/sul, seguindo a Estrada das Boiadas, e posteriormente no sentido leste com a Avenida Getúlio Vargas. A Estrada das Boiadas surge como uma via importante do processo de crescimento da cidade. Em Feira de Santana origina-se no distrito de Maria Quitéria, cruza o centro em direção a BA-502 sentido sul, seguia paralela a antiga linha férrea pelo bairro Tomba, passando por Belém de Cachoeira, após atravessar a BR-101, até alcançar Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira.

Por falar em linha férrea, o sistema ferroviário também se mostrou importante no processo de consolidação político-regional para o município. Iniciado em por volta de 1865, foi implantada em três etapas: a primeira em 16 de junho de 1865 com a Lei Nº 1.242, a segunda em 28 de outubro de 1874, mediante a Lei Nº 5.777, e a terceira em 1935, com as determinações na Constituição de 1934. (CAVALCANTI, 2000).

A ferrovia possuía uma trajetória em que hoje encontra-se a Rua Papa João XXIII, tendo como destino final a atual Praça Presidente Médici, onde estava localizada a primeira estação ferroviária da cidade que possuía um virador de locomotivas, por se tratar de final de linha e não existir espaço para a implantação de um retorno ferroviário adequado. (CAVALCANTI, 2000). A estação deixou de existir e, atualmente, o Shopping Popular de Feira de Santana – Feiraguay – ocupa o seu espaço.

No final do século XIX, após ser elevada à categoria de cidade, o então governo municipal decidiu abrir uma via no centro de Feira de Sant'Anna. Assim, foi implantada a Av. Senhor dos Passos[2] tendo seu início no cruzamento com a atual Av. Senador Quintino, e terminava no cruzamento com a atual Av. Getúlio Vargas. Desse ponto em diante recebe a denominação de Barão do Cotegipe[3]. Tornou-se a principal via no centro comercial recém estruturado e constitui-se como uma das principais vias de circulação comercial. (OLIVEIRA, 2011).

A política nacional acerca da mobilidade e transporte, buscou considerar a visão de modernização capitalista. Em 1918, teve início a construção da primeira rodovia da Bahia, a Bahia-Feira: estrada que ligava a capital à Feira de Santana, considerada a principal conexão terrestre entre Salvador e a Princesa do Sertão, porém, ela só foi inaugurada em 1929. (ZORZO, 2000, p. 110).

Outras vias foram abertas em Feira de Santana e configuraram a espinha dorsal para a formação do centro comercial, e definir as direções do crescimento urbano. Entre elas destacam-se a Rodovia Municipal Canavieiras, atual Rua Arivaldo de Carvalho, e a Estrada de Rodagem Maria Quitéria/Tanquinho, possível Estrada de Carro Quebrado ou Rua Real.

Em 1926 foi elaborado um projeto que objetivou desviar os trilhos em Feira de Santana, do local onde hoje situa-se a Rua Papa João XXIII, e da estação da Praça Médici, para a atual Avenida João Durval Carneiro[4]. Tinha-se por finalidade permitir acesso pelo município de Irará e alcançar a Estação Ferroviária de Água Fria (CAVALCANTI, 2000).

Um marco importante para a cidade de Feira de Santana é a construção, a partir das ações do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), e do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA), da avenida Eduardo Fróes da Mota, popularmente conhecida como Anel de Contorno Rodoviário que, tem estrutura oficialmente iniciada na década de 1950. O desenho circular foi pensado para ser não apenas estético e funcional, mas uma fronteira. Por este transitariam os fluxos rodoviários afim de aliviar o fluxo urbano central. O mesmo também passa a dividir a área urbana em duas partes: intra e extra anel viário.

Até esse período a malha viária de Feira de Santana ampliou-se. A topografia aplainada permitiu a inserção de longas e largas vias, destacando as Avenidas Maria Quitéria, Presidente Dutra e João Durval Carneiro. Essa última implantada paralela a linha férrea.

Após a construção da Estação Nova, inaugurada em 1958, no bairro Ponto Central, o restante da obra de implantação dos trilhos pela atual Avenida João Durval Carneiro seguiu incompleta, até onde hoje localiza-se a Avenida Ayrton Senna, no bairro Mangabeira, passando em frente ao cemitério São João Batista, seguindo até o município de Irará. A estação foi desativada em

1964 e atualmente é o local da feira livre da Estação Nova. (CAVALCANTI, 2000).

Feira de Santana, ao longo do tempo, fortaleceu a articulação regional, e destaca-se no âmbito viário pela ligação direta de sete rodovias, sendo três delas rodovias federais: as BRs – 101, 116 e 324, e quatro rodovias estaduais as BAs – 052, 502, 503 e 504, cabendo registrar ainda o contato com a BR 242, aspecto que expressa a importância do município ao facilitar a acessibilidade à várias regiões do país.

Na década de 1960 a maior parte da mancha urbana de Feira de Santa encontra-se interna ao Anel de Contorno Rodoviário, contudo inicia-se um intenso processo de expansão extra anel viário. Em 1969 tem início ao processo de implementação de moradias planejadas a partir de conjuntos habitacionais, o objetivo era incentivar a expansão urbana para além do anel viário, e a valorização dos terrenos pela presença da BR-116 Norte. (SANTO, 2012)

A proposta de zoneamento presente em planos e projetos urbanísticos idealizados para Feira de Santana nos anos de 1960 e 1970, partem de uma delimitação projetada e desenhada da malha viária para determinados bairros, com destaque para o processo de industrialização que se iniciava no âmbito nacional. Nesse contexto, iniciam-se as discussões para implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS).

O planejamento da disposição das vias permitia pensar o espaço de forma a promover mobilidade. O discurso indicava a eliminação dos vazios urbanos, além de estruturar áreas de deslocamento a pé, áreas trafegáveis por automóveis, implantação de praças e distribuição de estações de transporte público coletivo, assim como a circulação interbairro.

Feira de Santana destacava-se por possuir ruas e avenidas largas, para um sinônimo de modernização, no entanto essa dimensão decorre da necessidade de suportar a passagem do gado e de mercadorias, vendidos nas feiras-livres que ocorriam na antiga Praça do Comércio, atualmente Praças da Bandeira e João Pedreira.

Azevedo (2015), destaca que em 1977 a então principal feira-livre, que deu nome à cidade, e que fez parte do processo histórico e cultural de formação de Feira de Santana, ocorria no cruzamento da Av. Getúlio Vargas com a Av. Senhor dos Passos, estendendo-se até o cruzamento com a Rua Conselheiro Franco, no sentido oeste, e no sentido leste até o cruzamento com a Av. Maria Quitéria, englobando todas as vias transversais nesse raio de ação, foi realocada para um outro espaço no intuito de proporcionar para o centro urbano, saneamento e civilidade e com isso a possibilidade de fluidez ao trânsito pela diminuição, principalmente, do grande número de pessoas que circulavam por aquele espaço.

A Feira então, dilui-se em pontos espalhados pelo centro, e quatro feiras mais expressivas: a Feira do Centro de Abastecimento (CAF), a Feira da Estação Nova, a Feira da Cidade Nova e a Feira do Tomba.

Na década de 1980 são concluídas as obras de implementação do Anel de Contorno Rodoviário de Feira de Santana, que torna-se uma avenida de significativa importância, pelo fato de conectar rodovias federais e estaduais, e ligar o espaço urbano em expansão, com a conexão das principais avenidas da cidade.

Em 1990 surgem os primeiros condomínios fechados com base no capital privado em Feira de Santana, fato que contribuiu com a descontinuidade no planejamento da malha viária, que sempre foi frágil, e muito do que foi proposto para a construção de vias passou a ser ignorado.

O adensamento populacional em torno dos CIS promoveu uma expansão da malha viária em direção as BRs 101 e 324, enquanto os programas habitacionais levaram o desenvolvimento da malha viária para o sentido norte e nordeste do centro.

A existência de dois fixos do sistema viário, como o Terminal Rodoviário e o Terminal Central, são exemplos de infraestrutura urbana da mobilidade que expande do centro na direção dos terminais de transporte coletivo em áreas periféricas no norte e no sul, bem como os novos terminais idealizados para os bairros Pampalona, Mangabeira e SIM.

Entre 2007 e 2009 um novo elemento altera a dinâmica da malha viária na cidade e o fluxo de veículos, quando a prefeitura dá início a um projeto de mobilidade que visa fluidez ao trânsito. Nesse período tem-se a construção dos viadutos que ligavam as vias principais sem a necessidade de semáforos. Foram construídos quatro viadutos nos cruzamentos de avenidas importantes com o Anel de Contorno Rodoviário, sendo um localizado no cruzamento com a Av. Transnordestina/ BR-116 norte, um no cruzamento da Av. Maria Quitéria, um no cruzamento da Av. João Durval e um no cruzamento com a Av. Getúlio Vargas.

Além desses ocorreu a construção de outro viaduto na área central da cidade, na interligação entre a Av. João Durval e a Av. Getúlio Vargas. Outro marco importante foi a abertura do prolongamento da Av. João Durval, denominada Av. Ayrton Senna.

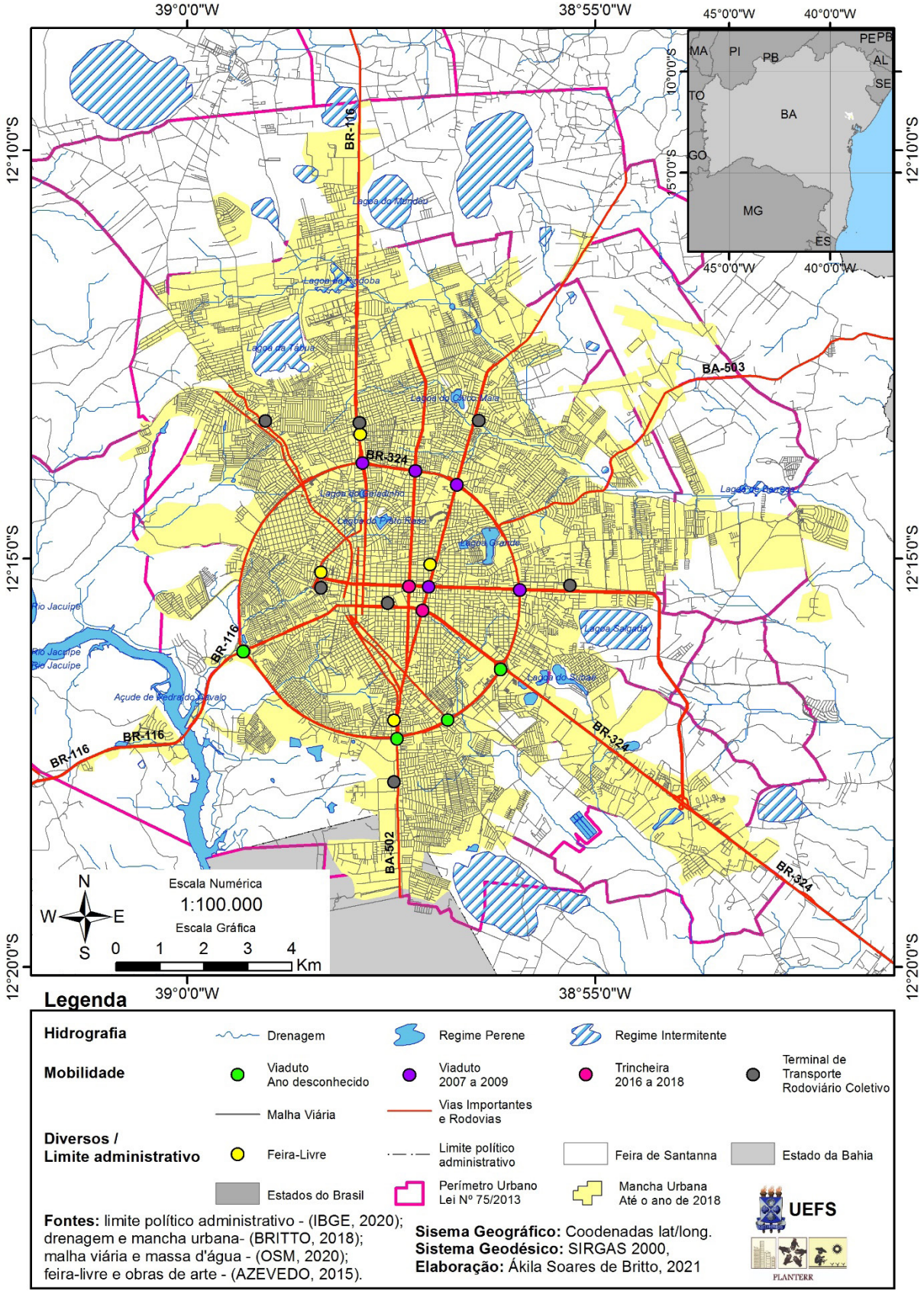
Para além, em 2014 é aprovado o projeto que visa ampliar a atuação do transporte coletivo e com ele algumas alterações na malha viária, no intuito de melhorar o trânsito e otimizar o tempo de viagem, uma das propostas de maior impacto foi a implantação de duas trincheiras entre os anos de 2016 e 2018: uma está localizada no cruzamento da Av. Maria Quitéria com a Av. Getúlio Vargas e a outra na Av. João Durval com a Av. Presidente Dutra.

Ao observar o Anel de Contorno Rodoviário (Figura 2), pode-se perceber como ocorreu o processo de expansão e adensamento urbano nas áreas intra e extra anel. Atualmente a avenida passa por duplicação

da via em diversos pontos, mas como a mesma possui administração municipal, estadual, federal a duplicação ocorre de forma lenta e gradual, conforme liberação de serviço.

Mesmo a mancha urbana extrapolando os limites impostos pela avenida – uma de suas funções ao ser implantada –, ainda executa a função de conexão regional e desviar o fluxo de veículos pesados das áreas centrais.

Figura 2 - Feira de Santana-BA: forma urbana a partir da relação malha viária e expansão, com destaque a elementos influenciadores e influenciados pelo processo.



Ao longo dos anos as ruas e avenidas ganharam destaque e se tornaram vias estruturantes do processo de expansão urbana, especialmente as avenidas, Getúlio Vargas, Nóide Cerqueira, Presidente Dutra, João Durval, Ayrton Senna, Maria Quitéria, Francisco Fraga Maia, José Falcão e Rio de Janeiro. Atreladas a expansão urbana moldam o traçado da malha viária de modo a comportar a demanda gerada pelos fluxos das conexões econômica e sociais que emergiam da nova dinâmica indústrio-comercial de Feira de Santana.

Nota-se que a malha viária molda e é moldada pela expansão ao dar forma a mancha urbana, a forma acelerada do processo e a "naturalidade" do mesmo ignoram áreas estabelecidas como urbanas e adentram espaços rurais, como ocorre no sentido leste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações anteriores permitem refletir acerca do processo histórico do desenvolvimento urbano em âmbito nacional e o modo tardio que ocorreu em algumas regiões e cidades, como Feira de Santana, analisando as informações apresentadas no decorrer dessa pesquisa. Pode-se afirmar que a relação malha viária e mancha urbana, é evidente e obedece a um padrão de crescimento.

O debate sobre crescimento urbano, baseado na mobilidade urbana, com destaque para a malha viária, permitiu analisar que a mesma se relaciona com a forma urbana, seja essa concreta ou abstrata, porque permite criar uma estrutura espacial e, até mesmo, conferir identidade a um município ou região. Sendo assim, a espacialização da mancha urbana e da malha viária de Feira de Santana, obedecem a extensão das principais vias que impulsionaram a expansão urbana e moldam o espaço na atualidade.

A pesquisa permitiu perceber que a forma urbana de Feira de Santana moldou-se inicialmente em função da ampliação da malha viária, seja pela ação de empreendimentos imobiliários próximos das vias principais, ou pelo prolongamento das mesmas. Todos os equipamentos ligados a mobilidade e infraestrutura, acabam por partir do centro para as extremidades de forma radial e alternada, e promovem a ampliação para áreas periféricas.

Sob outro ponto de vista, o território sempre foi fragmentado por diferentes aspectos identitários, mas ao mesmo tempo conectados por estes. A pesquisa permitiu inferir que em Feira de Santana as feiras livres se constituem em elementos identitários, que funcionam como fixos no espaço, ligando os diferentes fluxos que desbravavam o sertão, guiavam o gado, ou propagavam peregrinações religiosas.

Desse modo, os elementos fixos do sistema viário estão dispersos no espaço urbano, conforme a lógica adotada pelo modo que foi construída, e a forma urbana de Feira de Santana, tendo como marco principal o Anel de Contorno Rodoviário, de certa maneira delimita a mesma e possibilita a expansão da malha viária, convergência, transversalidade e paralelismo.

Durante a pesquisa pode-se deduzir que o processo de expansão urbana, ocorre por constantes incorporações de espaços rurais adjacentes, ao passo que o centro passa por uma valorização do solo urbano, por conta das demandas econômicas e complexidade da infraestrutura oferecida, na forma de serviços urbanos. Os processos de requalificação atuam de modo que venham a reduzir os fluxos de veículos que ocasionam engarrafamentos, reincidência de acidentes, e de certa maneira, prejudicam as vendas do comércio formal, a retirada dos camelôs, e a reforma e implantação de calçadões visam promover o deslocamento e o fluxo de pedestres.

Ainda referente ao debate sobre forma urbana pode-se afirmar que a malha viária de Feira de Santana mescla-se entre padrões retangulares, quando esses seguem parcelamentos antigos, e irregulares, por adotarem as principais vias e parcelamentos naturais. Desse modo, pode-se entender que a forma urbana de Feira de Santana apresenta-se como um padrão combinado. O padrão combinado indica que o espaço urbano pode ter passado por mudanças na forma em que se desenvolveu, ocorrendo, impasses físicos-ambientais que forçaram uma nova configuração de crescimento, novo direcionamento, aumento repentino e acelerado da população, ou descontinuidade no planejamento.

Independente de qual seja a forma urbana de Feira de Santana, é nítida a influência que as vias sofrem do capital e ao mesmo tempo exercem sobre o mesmo. O conjunto de elementos modeladores do espaço, no que se refere a especulação imobiliária, avanço industrial e crescimento comercial, são fatores que complementam e são complementados pela malha viária. Os interesses políticos e econômicos por detrás de cada projeto inovador, impulsiona o crescimento em determinada direção e, muitas vezes, promove a implantação de infraestrutura viária ou apenas aproveita a estrutura pré-existente.

Analisando as informações apresentadas no decorrer dessa pesquisa, pode-se afiançar que a relação malha viária e mancha urbana, é concreta e obedece a um padrão de crescimento. No primeiro momento tem-se um município predominantemente rural, uma mancha urbana localizada na área central de concentração do comércio do gado, e a Estrada das Boiadas que ligava as fazendas de gado do sertão adentro, até a capital. As viagens a pé ou por tração animal predominavam, mas o interesse ferroviário crescia com o tempo. Em seguida tem-se o crescente do rodoviarismo e a criação do entroncamento rodoviário, observando-se que o destaque

comercial regional influencia na expansão da mancha urbana, e a especulação imobiliária atrai população para o processo tardio de industrialização municipal.

Apesar de conter diversos planos e projetos voltados para o desenvolvimento urbano, Feira de Santana ainda possui diversos problemas ligados a moradia e saneamento, em especial na área externa do Anel de Contorno Rodoviário, sem mencionar os problemas de mobilidade presentes em todo o espaço urbano. Tais problemas estão relacionados diretamente ao acelerado processo de expansão urbana.

Enfim, para o planejamento da mobilidade em Feira de Santana, após avaliação sobre a importância da malha viária para a integração dos espaços urbanos. Propostas e recomendações voltadas para a integração da malha e a circulação de diferentes modais, aliando-se assim, a caracterização da mobilidade municipal e os estudos globais sobre mobilidade disseminada pelos pesquisadores nacionais.

A intervenção no sistema viário, nesse sentido, oportuniza o rompimento da lógica do isolamento residencial e, muitas vezes, da própria cidade. A abertura de novas vias nos bairros, permitem a malha viária integrar espaços vizinhos dinamizando a relação entre bairros. Recomenda-se ainda que, ao desenvolver um projeto de mobilidade urbana com destaque para o sistema viário, deve-se pensar qual é o público principal que circula, sejam os pedestres, ciclistas, transporte coletivo, transporte individual, operação de carga e descarga, praticantes de atividades comerciais, etc.

Finalmente, para atender as necessidades da elaboração de planos e projetos visando o desenvolvimento urbano, deve-se seguir etapas determinadas. Cabe ressaltar, que não há uma regra geral para elaboração dos mesmos, pois dependem das particularidades de cada lugar ou região, além de interesses da sociedade, no entanto, existem passos específicos que devem ser apresentados no processo. Portanto, é preciso estabelecer de forma clara quais são os objetivos a serem alcançados, para que a coleta de dados, convertidos em informações, deem início a etapa de previsão das demandas, para só então ter-se planos e projetos, que busquem o planejamento urbano, no caso específico desta pesquisa, a mobilidade urbana, a estrutura viária e as vias de expansão em Feira de Santana.

NOTAS

[1]Vendedor de rua ambulante do setor econômico informal ou clandestino.

[2]Ainda não foi possível definir a data exata em que a Senhor dos Passos se torna uma avenida. No Dicionário da Feira de Santana, de Oscar Damião de Almeida (2006, p. 44), afirma que ela é a primeira via pública a receber o título de Avenida, no ano de 1930, pelo então prefeito Heráclito Dias de Carvalho (OLIVEIRA, 2011).

[3]Em algum momento foi decidido que essa divisão não mais existiria e toda extensão da via, até o cruzamento com a Rua Washington Luís, recebe o nome de Avenida Senhor dos Passos, sendo que uma rua paralela à Av. Visconde do Rio Branco recebe o nome de Barão do Cotegipe.

[4]De acordo com a Lei nº 381 de 1963, a antiga rua conhecida como Linha Nova fica denominada como Av. Padre José de Anchieta e em 29 de novembro de 1983, pela Lei nº 929 deixa de se chamar Av. Padre José de Anchieta e passa a se chamar Rua João Durval Carneiro e posteriormente avenida.

REFERÊNCIAS

AGKF – Engenharia e Consultoria Ltda. **Plano Municipal de Mobilidade Urbana**. Feira de Santana-BA: Prefeitura Municipal de Feira de Santana. 2018.

ANTÓN, Rafael R.B; MEDEIROS, Camila A.G.M; SANTOS, Fábio D. O Transporte Rodoviário como Agente da Descentralização de Feira de Santana, **II Simpósio de Estudos Urbanos – SEURB**, Paraná, 2013.

BAHIA, Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. **Plano diretor do Centro Industrial de Subaé**. Salvador. Centro Industrial de Subaé, 1985. 178p.

BRASIL. **IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: Resultados do Universo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: jan. 2024.

BRASIL; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2012.

BRITO, Paula Santos. **Função Social da Propriedade, Vazios Urbanos e Desdobramentos na Política de Habitação de Interesse Social no Munícipio de Feira de Santana-BA.** 2017. 110f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, UEFS, Feira de Santana-BA, 2017. Disponível em: http://www.planterr.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20

BRITTO, Ákila Soares de. **Ordenamento Territorial Urbano em Feira de Santana:** Fixos, Fluxos e Bus Rapid Transit (BRT). 2018. 112f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – DCHF, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana-BA, 2018.

CASTRO, Frederico do Valle Ferreira; SOARES FILHO, Britaldo Silveira; VOLL, Eliane. Cartografia temática. **Belo Horizonte: Departamento de Cartografia – IGC/UFMG**, 2004.

CAVALCANTI, Flávio R. **Vias Férreas do Centro-Oeste Brasileiro** [Online]. Ferrovias do Brasil, 2000. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/centro-oeste/site/sobre.o.site.Centro-Oeste.shtml>. Acesso em: jul. 2020.

CERQUEIRA, Eufrosina de Azevêdo. **A influência do sistema rodoviário no processo de urbanização de Feira de Santana-Bahia**. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano/PPDRU, Unifacs, Salvador. 2015.

CERQUEIRA, Jorge de Jesus. **Valorização do Espaço Urbano em Feira de Santana:** Expansão Urbana e Distribuição dos Investimentos Públicos Municipal em Infraestrutura (2002-2015). 2017. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia/DCHF, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana. 2017. Disponível em: http://www.planterr.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20

DE AZEVEDO, Lívia Dias. **Feira de Santana: entre culturas, paisagens, imagens e memórias visuais urbanas (1950-2009)**. UEFS Editora, 2015.

FEIRA DE SANTANA. **Elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Feira de Santana (PDDM)**. Prefeitura Municipal de Feira de Santana, Feira de Santana-BA, 2013a.

FEIRA DE SANTANA. Projeto de Lei, **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Feira de Santana (PDDU).** Câmara de Vereadores de Feira de Santana, Feira de Santana-BA, 2018.

FEIRA DE SANTANA. Lei Ordinária nº 381 de 1963, denomina rua nesta cidade. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/1963/39/381/lei-ordinaria-n-381-1963-denomina-rua-nesta-cidade?q=381%2F63

FEIRA DE SANTANA. Lei Ordinária nº 929 de 29 de novembro de 1983, denomina avenida Governador João Durval Carneiro, a atual avenida Anchieta, e dá outras providências. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/1983/93/929/lei-ordinaria-n-929-1983-denomina-avenida-governador-joao-durval-carneiroa-atual-avenida-anchieta-e-da-outras-providencias?q=929%20de%2029%20de%20novembro%20de%201983

FEIRA DE SANTANA. Lei Complementar nº 75 de 20 de junho de 2013b, fixa os limites interdistritais, amplia o perímetro urbano e delimita 06 (seis) novos bairros do distrito sede do município de Feira de Santana e dá outras providências. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-complementar/2013/8/75/lei-.

FONTELLES, Mauro José et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **O Descoroamento da Princesa do Sertão:** de "chão" a território, o "vazio" no processo da valorização do espaço. 2013. 415f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe/UFS - Núcleo de Pós-graduação em Geografia/NPG. São Cristóvão – SE, 2013.

GUIMARÃES, Antônio Carlos Medeiros (Coord.); AZEVEDO, Maria José (Col.). **Avaliação do Plano Diretor de Desenvolvimento Local e Integrado de Feira de Santana.** Feira de Santana: SUDENE/Prefeitura Municipal de Feira de Santana, [197-]. c.100 p.

HELFENSTEIN, Lara Amorim. **Valoração do Espaço Urbano em Feira de Santana:** Estudo sobre Política Habitacional e o Programa Minha Casa Minha Vida. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia/DCHF, Universidade Estadual de Feira de Santana. 2018. Disponível em: http://www.planterr.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=21

MIRANDA, Eduardo Oliveira et al. Implicações da Urbanização em Feira de Santana: O atual desenho da Rua Barão do Rio Branco a partir de uma análise social, econômica e territorial. **Urbanismo na Bahia urbBA [12]**. Salvador, nov. 2012. Disponível em: http://www.lugarcomum.ufba.br/urbanismonabahia/

OLIVEIRA, Alarcon Matos et al. Crescimento Urbano de Feira de Santana uma análise integrada dos dados censitários do IBGE e imagens Landsat. **XXVII Congresso Brasileiro de Cartografia e XXVI Exposicarta**, Rio de Janeiro, p. 614-618, nov. 2017. Disponível em: http://www.cartografia.org.br/cbc/2017/trabalhos/4/447.html

OLIVEIRA, Sídiney de Araujo. A VERTIGEM DO TEMPO NAS MEMÓRIAS FOTOGRÁFICAS DA AVENIDA SENHOR DOS PASSOS. **Anais do III Encontro Nacional de Estudos da Imagem**, Londrina-PR, p. 2639-2651, 2011. III Encontro Nacional de Estudos da Imagem 03 a 06 de maio de 2011 – Londrina-PR.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Editora UnB, 2006.

PEREIRA, Sílvia Regina. Mobilidade espacial e acessibilidade à cidade. **OKARA: Geografia em debate**, v. 1, n. 1, p. 43-76, 2007.

PLANARQ – Planejamento Ambiental e Arquitetura Ltda. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. Feira de Santana-BA: Prefeitura Municipal de Feira de Santana. 2000.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico:** Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo-RS: Feevale, 2013.

REIS, Ruy de Souza. **Políticas de Mobilidade Urbana:** Transporte coletivo em Feira de Santana – BA e Limites para o Direito à cidade. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia/DCHF, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018. Disponível em: http://www.planterr.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=21

RIGATTI, Décio. Loteamentos, expansão e estrutura urbana. **Paisagem e Ambiente**, n. 15, p. 35-69, 2002.

SAMPAIO, Tony Vinicius Moreira. **Cartografia temática** [Recurso eletrônico]. Curitiba-PR: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR, 2019. 248p.

SANTO, Sandra Medeiros. O Desenvolvimento Urbano em Feira de Santana (BA). **Sitientibus**, Feira de Santana, n.28, p.9-20, jan/jun. 2003. Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/edicoes/28.htm

SANTO, Sandra Medeiros et al. Planejamento urbano de Feira de Santana (BA): comparação entre os planos diretores de 1968 e 2000. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

SANTO, Sandra Medeiros. **A expansão urbana, o Estado e as águas em Feira de Santana-Bahia (1940-2010)**. 2012. 275 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFBA. Salvador, 2012.

SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira dos. **DIVISÕES E CIVILIDADE NA "PRINCESA DO SERTÃO" (1919-1946)**: – Feira de Santana. Orientador: Profº. Dr. Rinaldo Cesar Nascimento Leite. 2012. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, Feira de Santana-BA, 2012a.

SANTOS, Bethsaide Souza. **Análise da expansão urbana de Feira de Santana através de condomínios fechados.** urbBA. 2011

SANTOS, Bethsaide Souza. **Análise Espacial da Distribuição dos Condomínios fechados na Zona Urbana de Feira de Santana entre 1995 e 2010**. 2012b. Monografia (Bacharel em Engenharia Civil) – Departamento de Tecnologia/DETEC, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012b. Disponível em: http://civil.uefs.br/DOCUMENTOS/BETHSAIDE%20SOUZA%20SANTOS.pdf

SANTOS, Bethsaide Souza. **Passado e Futuro de Feira de Santana (BA):** Modelagem da dinâmica espacial do uso do solo entre 2000 e 2022. 2019. Dissertação (Mestrado em Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente) – Departamento de Ciências Exatas/DEXA, Universidade de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334448400_PASSADO_E_FUTURO_DE_FEIRA_DE_SANTANA_BA_Modelagem_da_dinamica_espacial_do_uso_do_solo_entre_2000_e_2022

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. atual. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SILVA, Mariana Sousa; OLIVEIRA, Lysie dos Reis. O Desenho Urbano das Avenidas – Feira de Santana-BA. **Baru**, Goiânia, v.3, n.1, p.95-105, jan/jul, 2017.

SOARES, Carlos Manuel. **Sistemas de transporte e a articulação com o ordenamento do território**. 2010. Tese de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, Universidade de Aveiro.

VIEIRA, Ângela Terezinha Ferreira; CAMPOS, Ana Rita Sulz de A. Transporte Público Urbano: Estudo de Mobilidade Sobre Feira de Santana. **XXI Seminário de Iniciação Científica**, Feira de Santana, n.21, 2017.

ZORZO, Francisco Antônio. Retornando à história da rede viária baiana: o estudo dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da rede rodoviária da Bahia (1850-1950). **Sitientibus, Feira de Santana**, n. 22, p. 99-115, 2000.

ZORZO, Francisco Antônio. **Ferrovia e Rede Urbana na Bahia:** doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano (1870-1930)**.** Feira de Santana: UEFS Editora, 2001.

ZORZO, Francisco Antonio. A modernização dos transportes, fluxos mercantis e crescimento de Feira de Santana (séculos XIX e XX). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, História: guerra e paz. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR EM UMA COMUNIDADE COM ALTA VULNERABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL NO DISTRITO FEDERAL: O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL EM PERSPECTIVA

AIR QUALITY MONITORING IN A COMMUNITY WITH HIGH SOCIO-ENVIRONMENTAL VULNERABILITY LOCATED IN THE FEDERAL DISTRICT: THE SUSTAINABLE LOCAL DEVELOPMENT IN PERSPECTIVE

Aldira Guimarães Duarte Domínguez
Doutora em Ciências da Saúde (UnB). Docente da Universidade de Brasília (UnB), aldira@unb.br

David Francisco Vieira Leite
Mestre em Engenharia Biomédica (PPGEB/UnB). Pesquisador, david.vieralog@gmail.com

Francisco Valmir Teixeira Júnior
Bacharel em Saúde Coletiva (UnB). Pesquisador (Universidade de Brasília)

Jean Carlos Custódio da Silva
Bacharel em Saúde Coletiva (UnB). Pesquisador, jeancarloscustodio0@gmail.com

Carlos Federico Domínguez Avila
Doutor em História (UnB). Pós-doutor em Saúde Coletiva. Docente do Mestrado da UniAlfa, carlos.dominguez.avila@gmail.com

Resumo

A qualidade do ar é um fator determinante para a qualidade de vida das pessoas. Segundo a Organização Mundial da Saúde, cerca de sete milhões de mortes prematuras ocorrem anualmente em decorrência da poluição atmosférica. Em territórios socioambientalmente vulneráveis e com passivos ambientais, seus impactos podem acentuar doenças respiratórias, cardiovasculares e outros agravos crônicos. Este estudo avaliou a concentração de dióxido de carbono (CO_2), a temperatura e a umidade relativa do ar na comunidade de Santa Luzia, localizada na cidade Estrutural, Distrito Federal. Os dados levantados neste estudo indicaram elevação dos níveis de CO_2, sugerindo associação com pressões ambientais características dessa área. Trata-se de um relato de experiência construído a partir de estudo observacional, de delineamento transversal, cuja amostragem foi definida por meio de geotecnologias no software QGIS, permitindo a seleção de quatro pontos estratégicos e representativos de diferentes cenários de exposição ambiental. Os resultados obtidos, marcados por temperaturas frequentemente acima do intervalo de conforto térmico, umidade relativa em níveis críticos durante o período de estiagem e concentrações pontuais elevadas de CO_2 nas proximidades do aterro sanitário, quando comparados a parâmetros normativos nacionais e internacionais, evidenciaram variações significativas.

Palavras-chave: Poluição do ar; remediação ambiental; política pública; saúde ambiental; desenvolvimento local.

Abstract

Air quality is a key determinant of people's quality of life. According to the World Health Organization, approximately seven million premature deaths occur annually as a result of air pollution. In socio-environmentally vulnerable territories with existing environmental liabilities, its impacts may exacerbate respiratory and cardiovascular diseases, as well as other chronic health conditions. This study evaluated carbon dioxide (CO_2) concentrations, air temperature, and relative humidity in the Santa Luzia community, located in the city of Estrutural, Federal District, Brazil. The data collected in this study indicated elevated CO_2 levels, suggesting an association with environmental pressures characteristic of the area. This is an experience report based on observation, cross-sectional study, in which the sampling design was defined using geotechnologies in QGIS software, enabling the selection of four strategic points representative of different environmental exposure scenarios. The results, characterized by temperatures frequently above the thermal comfort range, critically low relative humidity during the dry season, and localized elevated CO_2 concentrations near the sanitary landfill, showed significant variations when compared with national and international regulatory standards.

Keywords: Air pollution; environmental remediation; public policy; environmental health; local development.

1 INTRODUÇÃO

A qualidade do ar constitui um componente central dos determinantes ambientais da saúde coletiva, refletindo a interação entre processos urbanos, condições socioeconômicas e dinâmicas ambientais. Em contextos de urbanização acelerada e desigual, a exposição contínua a poluentes atmosféricos e a condições microclimáticas adversas tende a intensificar iniquidades em saúde, sobretudo entre populações que vivem em territórios marcados por vulnerabilidade socioambiental (World Health Organization, 2021). Estima-se que a poluição atmosférica seja responsável por mais de sete milhões de mortes prematuras por ano em todo o mundo, configurando-se como um dos principais fatores de risco ambiental evitáveis (Brauer et al, 2022).

Concentrações elevadas de dióxido de carbono (CO_2), especialmente superiores a 1.000 ppm em ambientes fechados, têm sido associadas à redução do desempenho cognitivo, com impactos sobre processos decisórios e de raciocínio (Satish et al., 2012). Além disso, níveis elevados desse gás podem desencadear sintomas como cefaleia, fadiga e irritação ocular (Allen et al., 2016). Em ambientes externos, embora não haja regulamentação específica para limites de CO_2, evidências indicam que concentrações elevadas podem reduzir a eficiência da ventilação natural, favorecer a retenção de outros poluentes e comprometer a saúde humana em áreas urbanas densamente ocupadas (Kim; Choi, 2019).

Outros parâmetros microclimáticos, como a temperatura do ar, exercem influência direta sobre a morbimortalidade. Estudos demonstram que eventos de calor extremo podem elevar a mortalidade geral entre 5% e 15%, afetando de forma desproporcional idosos, crianças e pessoas com doenças crônicas. Pesquisa conduzida em 15 cidades europeias evidenciou que períodos prolongados de altas temperaturas estiveram associados a aumentos significativos nas taxas de óbito, reforçando a relevância do monitoramento climático e da adoção de estratégias preventivas em saúde pública (Baccini et al., 2008).

A umidade relativa do ar, por sua vez, desempenha papel determinante na manutenção da saúde respiratória e na qualidade de vida. Níveis inferiores a 40% favorecem o ressecamento das mucosas, comprometendo sua função de barreira e aumentando a suscetibilidade a infecções respiratórias. Em contrapartida, valores superiores a 70% criam condições propícias à proliferação de fungos e ácaros, agravando quadros de asma e outras doenças alérgicas (Andersen; Korsgaard, 1986).

Nesse contexto, destaca-se a Santa Luzia, localizada na Região Administrativa da Cidade Estrutural, no Distrito Federal, como um exemplo emblemático de território em situação de alta vulnerabilidade socioambiental (Domínguez et al., 2023). Originada a partir de ocupações espontâneas nas imediações do antigo Lixão da Estrutural, considerado o maior da América Latina até sua desativação, em 2018, a comunidade encontra-se atualmente entre o aterro sanitário em operação e o Parque Nacional de Brasília (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023). A presença de passivos ambientais reforça a necessidade de ações de remediação ambiental, entendida como: o conjunto de medidas técnicas destinadas à redução, controle ou eliminação de contaminantes ambientais, visando à proteção da saúde humana e à recuperação de áreas degradadas, conforme diretrizes internacionais e nacionais (Pautz et al., 2023).

Adicionalmente, conflitos fundiários, ausência de saneamento básico adequado e baixa cobertura vegetal contribuem para a formação de microclimas insalubres, intensificando processos de degradação ambiental e agravando as condições de saúde da população local (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2008).

Apesar da relevância do tema, ainda são escassos os estudos que integrem dados microclimáticos, análise espacial e indicadores de saúde em territórios vulneráveis no Distrito Federal. O uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), como o QGIS (2023), fortalece o delineamento amostral em contextos territoriais complexos, permitindo relacionar padrões de uso e ocupação do solo com variáveis ambientais de forma mais precisa.

Diante desse cenário, este estudo parte da seguinte pergunta de pesquisa: como se comportam os níveis de dióxido de carbono (CO_2), temperatura e umidade relativa do ar em diferentes pontos estratégicos da Santa Luzia, na Cidade Estrutural – Distrito Federal, e quais fatores territoriais influenciam a variação desses parâmetros, considerando seus potenciais impactos sobre a saúde da população local? Assim, o objetivo geral é caracterizar as condições microclimáticas em pontos representativos do território, por meio do monitoramento de CO_2, temperatura e umidade relativa do ar, de modo a subsidiar ações de vigilância em saúde ambiental. Como objetivo específico, busca-se comparar os dados obtidos com parâmetros normativos e referências técnicas, identificando áreas de maior risco potencial e propondo recomendações voltadas à mitigação de impactos socioambientais.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este relato de experiência de carater observacional com delineamento transversal, foi conduzido com o propósito de caracterizar parâmetros microclimáticos relacionados à qualidade do ar em diferentes áreas da Santa Luzia, situada na Região Administrativa da Cidade Estrutural, Distrito Federal. A escolha do território fundamentou-se em sua relevância socioambiental e sanitária,

uma vez que a comunidade apresenta condições historicamente marcadas por vulnerabilidades estruturais, como a proximidade ao antigo lixão da Estrutural, que por décadas figurou como um dos maiores da América Latina, e a coexistência com o atual aterro sanitário e zonas de preservação ambiental do Parque Nacional de Brasília. Para garantir representatividade territorial, a seleção dos pontos de coleta considerou aspectos físicos, sociais e ambientais, com apoio de geotecnologias. A definição dos locais foi realizada a partir de análise espacial no software QGIS, contemplando critérios como uso e ocupação do solo, presença de áreas verdes, passivos ambientais e relevância para o cotidiano da comunidade.

A coleta de dados foi realizada por meio de um Termo-higrômetro Digital com Data Logger e Sensor de Dióxido de Carbono (CO_2), modelo MX1102, fabricado pela Onset Computer Corporation, equipamento amplamente reconhecido pela precisão em medições de parâmetros ambientais em séries temporais. Foram monitoradas, de forma simultânea, a temperatura do ar (°C), a umidade relativa (%) e a concentração de CO_2 (ppm). Para assegurar maior robustez dos resultados e minimizar vieses decorrentes de oscilações pontuais, cada ponto foi monitorado em triplicata, com campanhas de coleta distribuídas ao longo de três meses consecutivos, abrangendo o período de estiagem típico do clima do Cerrado e a transição para o período chuvoso.

Cada sessão de coleta teve duração de 60 minutos por amostra, totalizando 180 minutos por ponto em cada visita, com registo automático em intervalos de um minuto, permitindo maior precisão na captação de variações microclimáticas em escala horária. Os equipamentos foram posicionados a uma altura padronizada de aproximadamente 1,50 metro do solo, de forma a evitar: interferências diretas de barreiras físicas, sombreamento inadequado ou fontes de emissão pontuais.

Os dados obtidos foram organizados e tratados em planilhas eletrônicas no Microsoft Excel 365, enquanto a análise estatística descritiva foi realizada com suporte do software SPSS Statistics, envolvendo cálculos de médias, desvios-padrão, valores mínimos e máximos. A espacialização e representação cartográfica dos pontos amostrais foram elaboradas no QGIS, facilitando a interpretação dos padrões de variação espacial e a visualização de potenciais zonas de risco microclimático no território analisado.

Os valores de temperatura, umidade relativa do ar e dióxido de carbono (CO_2) obtidos foram confrontados com os referenciais estabelecidos pela ABNT NBR 16401-3:2022 e pela Portaria GM/MS nº 3.523/1998 (Brasil, 1998). Para a temperatura do ar, considerou-se a faixa de conforto térmico ideal entre 18 °C e 26 °C, classificando-se como baixa quando inferior a 18 °C, alta entre 26 °C e 32 °C e de risco acima de 32 °C. Quanto à umidade relativa, adotou-se os seguintes intervalos: muito baixa (< 30%), baixa (30–60%) e ideal (> 60%), reconhecendo que valores reduzidos aumentam a suscetibilidade a infecções, e que níveis excessivos favorecem o crescimento de fungos e ácaros. Para o CO_2, utilizou-se os seguintes parâmetros: ideal (≤ 450 ppm), aceitável (≤ 1.000 ppm), alta concentração (≤ 2.000 ppm) e risco (> 2.000 ppm), observando que, em ambientes externos, valores elevados indicam baixa dispersão atmosférica (ver Quadro 1).

As coletas foram realizadas em quatro pontos estratégicos do território definidos a partir de triangulação espacial no QGIS, com o objetivo de garantir representatividade das diferentes condições ambientais locais. O Ponto 1, denominado Nilima Santa Luzia, foi selecionado por se situar na área central do território, e ser de circulação comum na comunidade. O Ponto 2, localizado nas proximidades da Associação de Moradores, foi incluído em razão de sua relevância institucional e do intenso fluxo populacional no entorno. O Ponto 3, localizado próximo ao propótipo de um prédio habitacional, foi selecionado por representa uma área de uso misto e adensamento diferenciado, isto é, caracterizada por

Quadro 1: Referência de Classificação (Locais Abertos).

Indicador de parâmetros ambientais			
Parâmetro	**Norma Brasileira**	**Valor de Referência**	**Observação**
Temperatura	ABNT NBR 16401-3:2022	Baixa: < 18 °C Ideal: 18–26 °C Alta: 26–32 °C Risco: > 32 °C	Referência de conforto térmico. > 32 °C indica risco de adoecimento.
Umidade Relativa	ABNT NBR 16401-3:2022	Muito Baixa: < 30 % Baixa: 30–60 % Ideal: > 60 %	Umidade baixa aumenta o risco de problemas respiratórios.
Dióxido de Carbono (CO_2)	ABNT NBR 16401-3:2022 / Portaria GM/MS nº 3.523/1998	Ideal: ≤ 450 ppm Aceitável: ≤ 1.000 ppm Alta: ≤ 2.000 ppm Risco: > 2.000 ppm	Em áreas abertas, valores altos indicam baixa dispersão, isto é, menor capacidade de renovação do ar e maior tendência ao acúmulo de poluentes.

Fonte: Adaptado de ABNT NBR 16401-3:2022 e Portaria GM/MS nº 3.523/1998.

variações na densidade populacional e no padrão construtivo em relação ao entorno, possibilitando observar os efeitos da ocupação do solo sobre a qualidade do ar. Por fim, o Ponto 4, situado nas proximidades do aterro sanitário, foi selecionado para avaliar a influência direta do passivo ambiental deixado pelo antigo lixão, nas condições microclimáticas locais. Esse delineamento permitiu contemplar tanto áreas de centralidade comunitária quanto setores impactados por condicionantes ambientais críticos, resultando em uma amostra territorial mais abrangente e representativa. A triangulação foi realizada conforme representação a seguir (ver Figura 1).

Como mencionado anteriormente, para a coleta de dados foi empregado o Termo-higrômetro e Medidor de CO_2 modelo HOBO MX1102. O equipamento passou por calibrações periódicas, assegurando a confiabilidade das medições realizadas ao longo do estudo. Além disso, a equipe responsável pela coleta recebeu treinamento prévio específico para o manuseio adequado do instrumento, garantindo rigor metodológico e padronização nos procedimentos de campo.

No que se refere aos aspectos éticos, este estudo não demandou submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que a coleta envolveu exclusivamente

Figura 1: Procedimento de triangulação espacial para definição de pontos de coleta.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do QGIS.

dados ambientais, sem qualquer interação direta com seres humanos, entrevistas ou utilização de informações pessoais. Dessa forma, enquadra-se nos critérios estabelecidos pela Resolução CNS nº 510/2016, que dispensa apreciação ética para pesquisas que não envolvem participantes humanos. Ainda assim, todas as etapas foram conduzidas com transparência e responsabilidade, incluindo a comunicação prévia dos objetivos da pesquisa às lideranças locais e a devolutiva dos resultados à comunidade, reforçando o compromisso ético e social com o território investigado (Brasil, 2016). As visitas de campo foram realizadas na comunidade de Santa Luzia, situada na cidade Estrutural (DF), entre os meses de julho e setembro de 2025, período correspondente à estação seca no Distrito Federal. A escolha desses meses se justifica pelo fato de concentrarem condições críticas de baixa umidade relativa do ar e temperaturas elevadas, características que potencializam riscos à saúde e permitem compreender de forma mais clara a influência do microclima local.

Em cada ponto, as coletas foram realizadas em triplicata, com permanência mínima de 30 minutos do equipamento para estabilização das medidas, ambos com registro georreferenciado por GPS, assegurando representatividade espacial e precisão dos dados (Figura 2).

Figura 2: Termo-higrômetro Digital com Data Logger e Sensor de CO_2 MX1102



Fonte: Onset Computer Corporation.

Além dos registros numéricos, foram feitas anotações *in loco* sobre aspectos ambientais como presença de áreas verdes, sombreamento, circulação de ar, proximidade de fontes de poluição e documentação fotográfica dos pontos de coleta e dos equipamentos utilizados, a fim de reforçar a rastreabilidade metodológica.

Salienta-se que o presente relato de experiência possui aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Tecnologias em Saúde da Universidade de Brasília (parecer número: 6811589 e CAEE: 78349923.5.0000.8093).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise integrada dos parâmetros microclimáticos na comunidade da Vila Santa Luzia evidencia um cenário de elevada vulnerabilidade ambiental, marcado pela combinação de calor intenso, baixa umidade relativa do ar e concentrações elevadas de dióxido de carbono (CO_2) em pontos específicos do território. Esses fatores refletem a interação entre o uso e ocupação do solo, a baixa cobertura vegetal e a proximidade com o aterro sanitário, configurando condições potencialmente adversas à saúde da população local (ver Gráfico 1).

3.1 Temperatura do ar

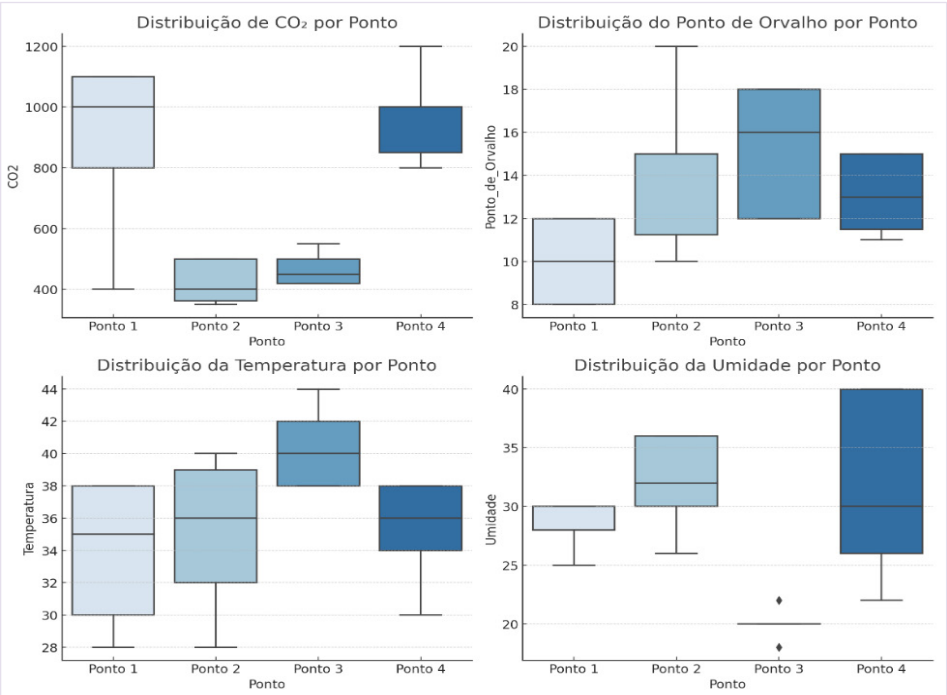
No que se refere à temperatura do ar, observou-se que as medianas permaneceram próximas ou acima do intervalo de conforto térmico externo recomendado (18–26 °C), com registros frequentes superiores a 30 °C e ocorrência de valores extremos acima de 35 °C. Destaca-se o Ponto 3 (Protótipo), que apresentou situação crítica, com medianas acima de 40 °C e registros próximos de 45 °C, caracterizando forte estresse térmico. O Ponto 2 apresentou ampla variação, oscilando entre 27 °C e quase 40 °C, enquanto o Ponto 1 manteve condições relativamente mais moderadas. O Ponto 4, localizado nas proximidades do aterro sanitário, apresentou valores intermediários, porém ainda acima da faixa de conforto térmico.

Esses achados indicam a influência da baixa arborização, impermeabilização do solo e da presença de passivos ambientais na intensificação das temperaturas locais. A redução da infiltração hídrica e da evapotranspiração favorece a retenção de calor nas superfícies como asfalto e concreto próximo ao aterro, intensificando o estresse térmico e a formação de microclimas urbanos insalubres.

3.2 Umidade relativa do ar e ponto de orvalho

A umidade relativa do ar apresentou medianas reduzidas em todos os pontos monitorados, especialmente entre os meses de julho e setembro de 2025, período correspondente à estação seca no Distrito Federal. Foram registrados valores abaixo de 30%, situação considerada crítica do ponto de vista da saúde pública (Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2023). O Ponto 3 apresentou os menores valores, com mediana próxima de 20%, condição que potencializa o desconforto térmico e aumenta a suscetibilidade a agravos respiratórios. O Ponto 2 destacou-se pela maior amplitude, alcançando valores próximos de 40%, embora também tenha registrado períodos críticos de baixa umidade. O Ponto 4 apresentou elevada variabilidade, alternando entre níveis muito baixos e valores próximos ao limite inferior de normalidade.

Gráfico 1: Distribuição dos parâmetros ambientais nos quatro pontos monitorados.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados.

O ponto de orvalho variou predominantemente entre 10 °C e 20 °C, com maior amplitude nas áreas mais quentes e úmidas, intensificando a sensação de abafamento e contribuindo para o desconforto térmico, especialmente entre grupos populacionais mais sensíveis, como idosos e crianças.

3.3 Concentração de dióxido de carbono (CO_2)

Em relação ao CO_2, a maioria das medições situou-se abaixo de 1.000 ppm, faixa considerada aceitável segundo referenciais técnicos. No entanto, foram identificados outliers superiores a 2.000 ppm, especialmente no Ponto 4, localizado nas proximidades do aterro sanitário, que apresentou medianas acima de 1.200 ppm e ampla variabilidade. O Ponto 1 também registrou valores próximos ao limite de 1.000 ppm, enquanto os Pontos 2 e 3 mantiveram-se, em geral, dentro de faixas aceitáveis, ainda que com registros pontuais elevados.

Esses resultados sugerem acúmulo localizado de poluentes atmosféricos, possivelmente associado à circulação limitada do ar e à presença de barreiras físicas impostas pelo aterro sanitário e pela configuração topográfica do território. Evidências científicas indicam que concentrações elevadas de CO_2 em ambientes externos podem comprometer a dispersão de poluentes, afetando negativamente a qualidade do ar e a saúde das populações residentes em áreas adjacentes (Mataloni et al., 2016).

3.4 Integração dos achados e implicações para a saúde

De forma integrada, os resultados evidenciam que a combinação de calor excessivo, baixa umidade relativa e concentrações elevadas de CO_2 amplia os riscos de adoecimento, especialmente por doenças respiratórias e cardiovasculares. Estudos nacionais e internacionais demonstram que a exposição prolongada a altas temperaturas está associada ao aumento da mortalidade por doenças cardiovasculares e respiratórias, afetando de maneira desproporcional idosos, crianças e pessoas com doenças crônicas (Kudo et al., 2019). A baixa umidade relativa compromete a barreira mucociliar e favorece infecções respiratórias, enquanto concentrações elevadas de CO_2 podem gerar desconforto, impactar funções cognitivas e agravar condições de saúde preexistentes.

Essas condições reforçam desigualdades socioambientais históricas presentes no território da Vila Santa Luzia, aproximando-se de temáticas emergentes como justiça climática, iniquidades em saúde e racismo ambiental, na medida em que populações socialmente vulneráveis permanecem expostas de forma contínua a riscos ambientais evitáveis.

4 REMEDIAÇÃO AMBIENTAL E ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO

Diante desse cenário, os resultados apontam para a urgência de ações estruturantes de remediação ambiental no território da Vila Santa Luzia, entendidas como intervenções destinadas à redução dos passivos ambientais e à mitigação de riscos à saúde humana. No contexto local, tais ações incluem a ampliação da cobertura vegetal como estratégia de regulação microclimática, a melhoria das condições de ventilação urbana, a recuperação de áreas degradadas e o monitoramento contínuo da qualidade do ar, especialmente nas áreas adjacentes ao aterro sanitário.

A integração de dados ambientais com ferramentas de geoprocessamento mostrou-se fundamental para identificar áreas críticas e subsidiar políticas públicas intersetoriais. Experiências nacionais e internacionais demonstram que o monitoramento sistemático em territórios vulneráveis é essencial para embasar estratégias de planejamento urbano, reduzir riscos ambientais e promover cidades mais resilientes e socialmente justas (World Health Organization, 2021).

5 CONCLUSÕES

A compreensão do comportamento dos parâmetros microclimáticos em territórios marcados por alta vulnerabilidade socioambiental constitui um eixo central para a saúde e para a formulação de políticas públicas orientadas à equidade. Nesse sentido, a análise dos níveis de dióxido de carbono (CO_2), temperatura e umidade relativa do ar em diferentes pontos estratégicos da Vila Santa Luzia, localizada na Cidade Estrutural – Distrito Federal, permite evidenciar como fatores territoriais influenciam a qualidade ambiental e, consequentemente, os riscos à saúde da população local.

Este relato de experiência demonstra que o comportamento desses parâmetros não ocorre de forma homogênea no território, apresentando variações significativas associadas ao padrão de uso e ocupação do solo. Áreas caracterizadas por adensamento urbano desordenado, baixa cobertura vegetal e proximidade com o antigo Lixão da Estrutural tendem a registrar temperaturas mais elevadas, períodos prolongados de baixa umidade relativa e concentrações pontuais mais altas de CO_2. Tais condições configuram microclimas locais desfavoráveis, capazes de intensificar o desconforto térmico e ampliar a exposição da população a fatores de risco ambientais.

A ocorrência de temperaturas acima da faixa de conforto térmico, associada à baixa umidade do ar e à presença de passivos ambientais, revela um cenário de vulnerabilidade ambiental com potenciais impactos

negativos sobre a saúde, especialmente entre grupos mais sensíveis, como idosos, crianças e pessoas com doenças crônicas. Esses achados evidenciam que os efeitos das mudanças climáticas e da degradação ambiental se manifestam de forma desigual no espaço urbano, reforçando a centralidade da justiça climática e da equidade em saúde como marcos analíticos para a compreensão do território.

Ao integrar monitoramento ambiental, análise espacial e leitura crítica do território, este estudo contribui para a geração de evidências que subsidiam estratégias de fortalecimento comunitário e de planejamento urbano sensível às desigualdades socioambientais. Nesse contexto, a identificação de áreas críticas aponta para a necessidade de ações estruturantes de remediação ambiental na Vila Santa Luzia, incluindo a ampliação da cobertura vegetal, a recuperação de áreas degradadas e o acompanhamento sistemático da qualidade do ar, sobretudo nas áreas adjacentes ao antigo lixão.

Por fim, o uso de geotecnologias e de medições ambientais em territórios vulneráveis se consolida como uma ferramenta estratégica para a vigilância em saúde ambiental e para a formulação de políticas públicas intersetoriais. Ao tornar visíveis os padrões de exposição ambiental vivenciados pela população local, este relato de experiência contribui para o debate sobre territórios mais saudáveis, resilientes e socialmente justos no Distrito Federal (Bowler et al., 2010).

REFERÊNCIAS

ALLEN, Joseph G. et al. Associations of Cognitive Function Scores with Carbon Dioxide, Ventilation, and Volatile Organic Compound Exposures in Office Workers: A Controlled Exposure Study of Green and Conventional Office Environments. *Environmental Health Perspectives*, Washington, v. 124, n. 6, p. 805-812, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1289/ehp.1510037. Acesso em: 20 ago. 2026.

ANDERSEN, Ruth Irene; KORSGAARD, J. Asthma and the indoor environment. Assessment of the health implications of high indoor air humidity. *Environment International,* Oxford, v. 12, n. 1, p. 121-127, 1986. Disponível em: https://doi.org/10.1016/0160-4120(86)90022-X. Acesso em: 20 ago. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR 16401-3:2008 – Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários – Parte 3*: Qualidade do ar interior. Rio de Janeiro: ABNT, 2008. Disponível em: https://www.caramuru.com.br/pdf/NBR_16401-3_2008%20(1).pdf. Acesso em: 20 ago. 2026.

BACCINI, Michela et al. Heat effects on mortality in 15 European cities. *Epidemiology*, Pittsburgh, v. 19, n. 5, p. 11-719, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1097/EDE.0b013e318176bfcd. Acesso em: 20 ago. 2026.

BOWLER, Diana et al. Urban greening to cool towns and cities: a systematic review of the empirical evidence. *Landscape and Urban Planning*, Amsterdam, v. 97, n. 3, p. 147-155, 2010. DOI: https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2010.05.006. Acesso em: 20 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria GM/MS nº 3.523, de 28 de agosto de 1998*. Brasília: Governo Federal, 1998. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3523_28_08_1998.html. Acesso em: 20 ago. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis, ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 24 maio 2016, Seção 1, p. 44. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em: 20 ago. 2026.

BRAUER, Michael et al. *Mortality-Air Pollution Associations in Low-Exposure Environments (MAPLE), Research Report 212*. Boston: Health Effects Institute, 2022. Disponível em: https://www.healtheffects.org/publication/mortality-air-pollution-associations-low-exposure-environments-maple-phase-2. Acesso em: 20 ago. 2026.

DOMÍNGUEZ, Aldira et al. Habitação, saúde e meio ambiente em conflito no Distrito Federal: a Vila Santa Luzia em perspectiva. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 32, Supl. 1, p. 1-27, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230028pt. Acesso em: 20 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Regiões administrativas do Distrito Federal*: Cidade Estrutural. Brasília: Governo Federal, 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasilia. Acesso em: 20 ago. 2026.

KIM, Moon Keun; CHOI, Joon-Ho. Can increased outdoor CO_2 concentrations impact on the ventilation and energy in buildings? A case study in Shanghai, China. *Atmospheric Environment,* Oxford, n. 210, p. 220-230, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.atmosenv.2019.04.015. Acesso em: 20 ago. 2026.

KUDO, Eriko et al. Low ambient humidity impairs barrier function and innate resistance against influenza infection. *Proceedings of the National Academy of Sciences,* Washington, v. 116, n. 22, 10905-10910, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1073/

pnas.1902840116relatorio_anual_gestao2020.pdf. Acesso em: 20 ago. 2026.

MATALONI, Francesca et al. Morbidity and mortality of people who live close to municipal waste landfills: a multisite residential cohort study. *International Journal of Epidemiology,* Oxford, v. 45, n. 3, p. 806-815, 2016. DOI: https://doi.org/10.1093/ije/dyw052. Acesso em: 20 ago. 2026.

PAUTZ, Clebson et al. Mapping the Environmental Vulnerability of a Lagoon Using Fuzzy Logic and the AHP Method. *Water*, Basilea, v. 15, n. 11, 2102 2023, Disponível em: https://doi.org/10.3390/w15112102. Acesso em: 20 ago. 2026.

QGIS DEVELOPMENT TEAM. *QGIS Geographic Information System*. Open-Source Geospatial Foundation Project. Grut, 2023. Disponível em: https://qgis.org. Acesso em: 20 ago. 2026.

SATISH, Usha et al. Is CO_2 an Indoor Pollutant? Direct Effects of Low-to-Moderate CO_2 Concentrations on Human Decision-Making Performance. *Environmental Health Perspectives*, Washington, v. 120, n. 12, p. 1671-1677, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1289/ehp.1104789. Acesso em: 20 ago. 2026.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL (SES/DF). *Boletim de Vigilância em Saúde*: Qualidade do Ar no DF. Brasília: GDF. 2023 Disponível em: https://www.saude.df.gov.br/. Acesso em: 20 ago. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Air pollution*, Ginebra, 2021a. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/air-pollution. Acesso em: 20 ago. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Air quality and health*. Ginebra, 2021b. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/air-pollution. Acesso em: 20 ago. 2026.

DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

ASPECTOS FITO-CLIMÁTICOS E AGRICULTURA: UM ESTUDO DE CASO DO DEPARTAMENTO NOVE DE JULHO NA PROVÍNCIA DE CHACO

PHYTOCLIMATIC ASPECTS AND AGRICULTURE: A CASE STUDY OF THE NUEVE DE JULIO DEPARTMENT IN CHACO PROVINCE

Wodis Kleber Oliveira Araujo
Doutor em Geografia (Universidade Federal de Sergipe). Mestre em Geografia (UFBA). Docente da UEFS, wkoaraujo@uefs.br

Otávio de Freitas Baumhardt
Geógrafo (Universidade Federal de Santa Maria), bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPQ), baumhardt.otavio@ufpr.br

Resumo

O desmatamento na Província do Chaco constitui uma preocupação crescente, especialmente diante da intensificação das atividades agropecuárias nas últimas décadas. A exploração intensiva da terra para a expansão das fronteiras agrícolas e pecuárias apresenta-se como uma das principais causas da perda de ecossistemas naturais e da redução da biodiversidade regional. O estudo dos aspectos fito-climáticos e sua relação com a agricultura no Departamento Nueve de Julio revela uma forte interdependência entre as condições climáticas locais, a cobertura vegetal e as práticas agrícolas desenvolvidas na região. A área analisada enfrenta desafios significativos decorrentes da variabilidade climática, influenciada pela posição geográfica e pelas características específicas da vegetação nativa. Nesse contexto, a agricultura desempenha papel central na economia regional, exigindo crescente adaptação às condições ambientais e climáticas como estratégia de sustentabilidade territorial. A pesquisa parte da hipótese de que a expansão agrícola no Departamento Nueve de Julio encontra-se diretamente associada ao avanço da fronteira agrária sobre áreas de vegetação nativa, promovendo alterações fito-climáticas e redefinindo as dinâmicas territoriais locais.

Palavras-chave: Desmatamento; agricultura; Dpto. Nove de Julho.

Abstract

Deforestation in Chaco Province is a growing concern, particularly in light of the intensification of agricultural and livestock activities in recent decades. Intensive land use for the expansion of agricultural and livestock frontiers has emerged as one of the main causes of the loss of natural ecosystems and the decline of regional biodiversity. The study of phytoclimatic aspects and their relationship with agriculture in the Nueve de Julio Department reveals a strong interdependence among local climatic conditions, vegetation cover, and the agricultural practices developed in the region. The area under analysis faces significant challenges arising from climate variability, which is influenced by its geographical location and the specific characteristics of native vegetation. In this context, agriculture plays a central role in the regional economy, requiring increasing adaptation to environmental and climatic conditions as a strategy for territorial sustainability. The research is based on the hypothesis that agricultural expansion in the Nueve de Julio Department is directly associated with the advance of the agricultural frontier over areas of native vegetation, leading to phytoclimatic changes and reshaping local territorial dynamics.

Keywords: Deforestation; agriculture; Nueve de Julio Department.

INTRODUÇÃO

A província de Chaco, localizada no nordeste da Argentina, é caracterizada por uma rica diversidade de vegetação que reflete as condições climáticas, geográficas e ecológicas únicas da região. A paisagem de Chaco é marcada por uma combinação de ecossistemas, que variam desde florestas até áreas de savana, oferecendo um ambiente propício para uma variedade de formas de vida vegetal. A floresta de Chaco é uma das características mais proeminentes da vegetação da região. Esta é uma formação florestal que se estende por vastas áreas, apresentando uma combinação de árvores e arbustos adaptados às condições climáticas semiáridas. Espécies como Quebracho, algaroba e mistol são comuns na floresta de Chaco, desempenhando um papel crucial na manutenção da biodiversidade local. Ao longo dos rios e córregos que cortam a província, é possível encontrar bosques ripários. Essas áreas possuem uma vegetação diversificada, incluindo espécies adaptadas à proximidade da água. Árvores como o sauce e o timbó são frequentemente encontradas nessas zonas, contribuindo para a estabilidade das margens dos corpos d'água e fornecendo habitats essenciais para diversas espécies animais.

Partes significativas de Chaco também são ocupadas por campos e savanas, caracterizados por uma vegetação mais rasteira e espaçada. Essas áreas são frequentemente dominadas por gramíneas e arbustos resistentes à seca, adaptados às condições climáticas específicas da região. Em algumas áreas, especialmente nas regiões mais baixas e propensas a inundações sazonais, é possível encontrar vegetação adaptada a ambientes úmidos. Essas zonas úmidas são o lar de uma variedade de plantas aquáticas, incluindo taboas e juncos, que desempenham um papel fundamental na manutenção da qualidade da água e na oferta de habitats para diversas espécies.

Chaco também é caracterizado por áreas de transição entre diferentes ecossistemas. Essas áreas podem exibir uma mistura de características da floresta, savana e outros tipos de vegetação, proporcionando um ambiente único que suporta uma diversidade ainda maior de espécies. A vegetação de Chaco não apenas contribui para a beleza cênica da região, mas também desempenha papéis vitais em termos ecológicos e sociais. A flora local fornece habitats cruciais para uma ampla variedade de fauna, incluindo aves, mamíferos, répteis e insetos. Além disso, a vegetação desempenha um papel essencial na conservação do solo, na regulação do ciclo da água e na mitigação das mudanças climáticas. No entanto, assim como em muitas regiões ao redor do mundo, a vegetação de Chaco enfrenta ameaças, incluindo o desmatamento, a expansão agrícola e a alteração do uso da terra. Esses desafios destacam a importância de estratégias de conservação e gestão sustentável para proteger a diversidade vegetal única de Chaco.

Por sua vez, a província de Chaco, desempenha um papel crucial no cenário agrícola do país. Chaco emergiu como uma região estratégica para a produção agrícola, contribuindo significativamente para a economia argentina. A geografia de Chaco oferece condições propícias para a prática agrícola, com vastas áreas de terras férteis e um clima predominantemente subtropical. Essas condições atraíram agricultores ao longo dos anos, impulsionando o desenvolvimento do setor agrícola na região. A principal atividade agrícola em Chaco abrange uma variedade de cultivos, desde grãos até oleaginosas, destacando-se o milho e o algodão, e em seguida, a soja. A soja, em particular, desfruta de uma presença significativa nas terras de Chaco, com 1.414.659 toneladas colhidas na safra 2016/2017, equivalentes a 2,57% da produção nacional (CHACO, 2019), refletindo a tendência nacional de expansão desse cultivo. A facilidade de adaptação da soja ao clima e solo da região contribuiu para seu sucesso, transformando Chaco em um dos principais produtores dessa commodity no país. No entanto, essa ênfase na monocultura de soja também gerou preocupações ambientais, como o desmatamento e a perda de biodiversidade.

A diversificação da produção agrícola em Chaco também inclui o cultivo de milho, que desempenha um papel vital na segurança alimentar e na produção de alimentos para animais. Além disso, o algodão é outra cultura relevante na região, contribuindo para a indústria têxtil e gerando empregos na cadeia de produção. Os desafios enfrentados pelos agricultores em Chaco não são exclusivos da região, mas refletem questões enfrentadas em todo o setor agrícola argentino. A pressão sobre os recursos naturais, como o solo e a água, juntamente com as preocupações ambientais, levou a chamados por práticas agrícolas mais sustentáveis. O desmatamento, em particular, tem sido um tema crítico, com esforços para equilibrar o desenvolvimento agrícola com a conservação ambiental.

Além disso, a dependência de condições climáticas pode expor os agricultores de Chaco a riscos significativos, especialmente em um contexto de mudanças climáticas globais. Estratégias de gestão de riscos e adoção de tecnologias agrícolas avançadas são essenciais para garantir a resiliência do setor e a sustentabilidade a longo prazo. A agricultura na província de Chaco desempenha um papel vital na economia argentina, impulsionando o desenvolvimento regional e contribuindo para a produção agrícola nacional. No entanto, os desafios relacionados à sustentabilidade, mudanças climáticas e gestão de recursos exigem uma abordagem cuidadosa para garantir que o setor agrícola de Chaco possa prosperar de maneira sustentável, equilibrando os benefícios econômicos com a preservação ambiental e social.

O Departamento Nove de Julho, situado na província de Chaco, Argentina, que sua sede a cidade de Las Breñas, destaca-se como uma região essencial na produção de soja, desempenhando um papel significativo na economia agrícola local e nacional. Esta área específica é caracterizada por suas condições geográficas e climáticas favoráveis, que proporcionam um ambiente propício para o cultivo bem-sucedido da soja.

A produção de soja no Departamento Nove de Julho tem experimentado um notável crescimento nas últimas décadas, impulsionado pelo aumento da demanda global por esta oleaginosa. O clima subtropical da região, com estações bem definidas e uma quantidade adequada de precipitação, cria condições ideais para o desenvolvimento da soja, que é conhecida por sua adaptação a diferentes ambientes. Observa-se que o departamento registrou a menor temperatura para a província de (-10 °C) em 17 de julho de 2010 (Diario Norte, 2014), sendo que a soja se adapta melhor às regiões onde as temperaturas oscilam entre 20 ºC e 30 ºC sendo que a temperatura ideal para seu desenvolvimento está em torno de 30 °C. A semeadura da soja não deve ser realizada quando a temperatura do solo estiver abaixo dos 20°C, pois a germinação e a emergência da planta ficam comprometidas (Embrapa, 2016).

A monocultura de soja no Departamento Nove de Julho, no entanto, não está isenta de desafios e preocupações. O uso extensivo de terras para o cultivo de uma única cultura levanta questões sobre a sustentabilidade a longo prazo e a preservação da biodiversidade. Além disso, as práticas agrícolas intensivas podem impactar negativamente o solo, exigindo abordagens cuidadosas de manejo para evitar a degradação. A relação entre a produção de soja e o meio ambiente no Departamento Nove de Julho é um tópico de considerável importância. A expansão da agricultura muitas vezes está associada ao desmatamento, levando a preocupações ambientais, especialmente em uma era em que a sustentabilidade e a preservação dos ecossistemas são temas centrais.

Assim, a problemática científica que orienta o estudo pode ser formulada nos seguintes termos: de que maneira a expansão agrícola, especialmente da soja, se relaciona com a redução da cobertura vegetal nativa e com as alterações fito-climáticas no Departamento Nove de Julho? O objetivo do artigo é analisar a relação entre a expansão da agricultura, o desmatamento e as condições fito-climáticas no Departamento Nove de Julho, com base em dados estatísticos e produtos de sensoriamento remoto, especialmente NDVI e temperatura de superfície.

METODOLOGIA

Os estudos sobre o desmatamento e a agricultura, apresenta sua relevância quando escolhemos o Departamento Nove de Julho, para tratar dos aspectos referentes a sua cobertura vegetal e a sua agricultura. Como os demais espaços que formam a província de Chaco, o Dpto. Nove de Julho, inicialmente ocupou-se da extração de madeira, formação de fazenda de gado e cultivo de algodão. Entretanto, daremos destaque aos cultivos de grãos, tendencia verificada na província, especialmente após 1990. Destacamos que o departamento não é o maior produtor de grão, e sim o Departamento Almirante Brawn, seu vizinho limítrofe ao norte. Ainda assim, verificamos que um dado momento, as condições climáticas podem favorecer, chuva de granizo, mesmo sendo uma área não favorável ao fenômeno, e por fim o registro de temperatura abaixo de zero grau, que inviabiliza a produção de grão.

Como a área de estudo do presente trabalho é extensa, tratando-se de um departamento provincial de aproximadamente 2.097 km², utilizamos informações de imagens de satélites e dados estatísticos para interpretar as condições climáticas, de vegetação e da agricultura. Os registros de órgão governamentais da República Argentina são imprescindíveis na análise das condições da agricultura, presentes nesse trabalho.

Em um primeiro momento, através do United Stated Geological Survey (USGS), foram selecionadas três imagens das coleções Landsat, utilizadas no presente trabalho para discernir a variação do uso e cobertura do solo através do tempo. Cabe salientar que todas as imagens atribuídas foram da coleção 2 e nível 2, o que significa que já estão atmosfericamente corrigidas, estando assim, prontas para uso. Além disso, um critério base para a seleção de cada imagem foi ela não conter nuvens, o que é vital para uma boa interpretação do panorama na superfície terrestre. Após a escolha, foi feito o download das bandas 3 e 4 do Landsat 5 e as bandas 4 e 5 do Landsat 8. A partir destas imagens, foi utilizado o programa Qgis para conceber os mapas de Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI).

Já para as imagens que comparam a média do NDVI do verão de 2020 e 2021 com a média da temperatura de superfície para os mesmos períodos, outra abordagem foi empregada. Através do Google Earth Engine, uma plataforma gratuita e online, foi realizado um código de programação, em linguagem JavaScript, onde foi escolhido o sensor Landsat 8 e inserido a delimitação temporal, neste caso os verões dos respectivos anos mencionados. Cabe salientar que foi agregado ao código o *Shapefile* do departamento Nove de Julho. E, foi anexada à expressão matemática de cálculo de bandas para obtenção do NDVI para estes anos. Posteriormente, foi redigido no código, linhas de programação para conceber a média para o período e também foi acrescentado um filtro de nuvens, para que não fosse feita a média com alguma imagem nebulosa. Por fim, foi realizado o Download destes resultados e posteriormente

trabalhadas no Qgis. Já para a temperatura de Superfície, o GEE também foi utilizado, mas desta vez empregando imagens do sensor MODIS.

Além disso, outras fontes de dados foram amplamente utilizadas, como o Mapbiomas do Chaco. Para trabalhar com estes dados, a fim de comparação, foi realizado o download em formato TIFF do uso e cobertura do solo da região para os anos analisados nesta pesquisa. Essas imagens foram trabalhadas em ambiente GIS, onde foi feita a concepção dos respectivos mapas. Estes dados foram importantes para validar as hipóteses concernidas com bases nos índices espectrais.

Já no que tange a agricultura, o Departamento Nove de Julho, apresentou cultivos de girassol, trigo, milho, sorgo, e especialmente soja, com manutenção do algodão. A criação de gado faz com que o departamento se apresente entre os principais produtores da província, na média total. Nessas condições de produção que se apresentam satisfatórias para o departamento, buscamos identificar a relação entre o desmatamento e agricultura e quais condições são favoráveis e estimulam as duas questões abordadas. Os dados estatísticos coletados pelos órgãos governamentais da República Argentina, ratificam as imagens de satélites como corroboram com a proposta de análise abordada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contexto fito-climático

Antes de desbravar todas as variáveis inseridas na problemática agroclimática, faz-se de suma importância conceituar tanto a climatologia quanto a agroclimatologia. De maneira sintética, a climatologia é estudo dos padrões de tempo em um período de 30 a 35 anos em sequência (Ayoade, 1996). Ademais, o clima se refere a síntese de diferentes tipos de tempo em um determinado local; incluindo eventos recorrentes, probabilidades de ocorrência e condições extremas (Goyal & Builes, 2007 *apud* Jaramillo, 1999).

Porém, por mais interessantes que sejam estas conceituações, elas geram outra importante dúvida – O que é tempo e qual a sua diferença do clima. Obviamente, quando falarmos de tempo no presente trabalho não estaremos fazendo menção aos movimentos de rotação e transalção da Terra que dão sentido as horas e aos dias (que por sinal, variam de planeta para planeta), mas sim, o tipo de padrão meteorologico em determinada área e determinado momento (*ibid*). logo, podemos compreeneder a climatologia como sendo o estudo dos padrões dos diferentes tipos de tempo em um intervalo de no minimo 3 décadas concecutivas. Neste sentido, ao olharmos pela janela, podemos nos deparar com o dia ensolarado ou chuvoso, isto é, o tempo. Porém o clima, pode ser tropical, subtropical, semiárido etc.

Dada esta breve introdução, compreender o conceito de agroclimatologia e agrometeorologia se tornou uma tarefa mais acessivel. Uma concepção clássica de agroclimatologia é de Jean-Paul Lhomme (1984), onde a agroclimatologia constitue uma área da climatologia que tem como premissa base compreender a relação do clima com a produção vegetal e a agricultura geral.

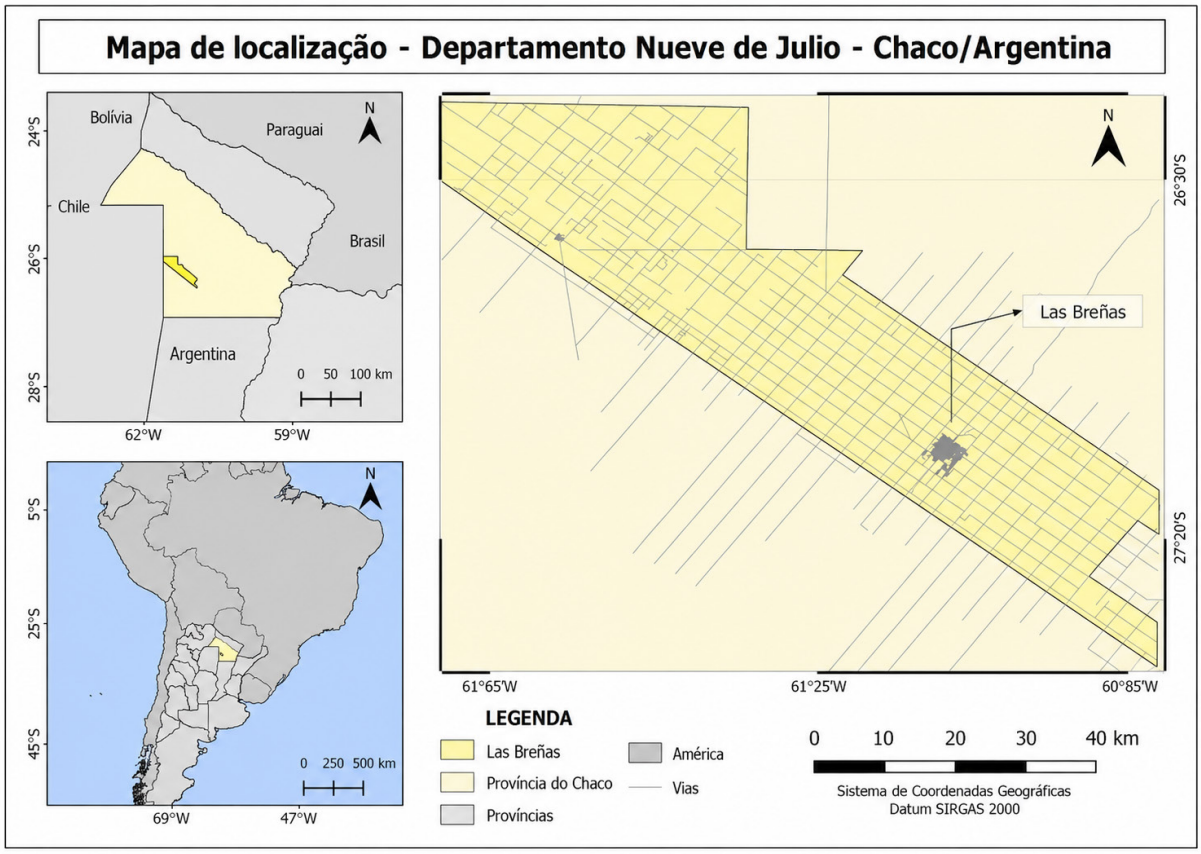
Já a agrometeorologia, muito semelhante ao termo anterior, relaciona as condições de clima e de tempo com a cultura agricola, e também associa os diferentes fenômenos meteorologicos com o desenvolvimento, qualidade e produtividade de diferentes tipos de culturas (Wollmann & Galvani, 2014). Além disso, é importante destacar que há diferentes fatores climáticos que influenciam diretamente a agricultura. Algumas exemplificações destes são a: maritimidade, continentalidade, latitude, altitude, relevo, correntes marinhas e massas de ar (Alvarenga, Moraes & Azevedo, 2015). Além destas conceituações, caracterizar a área de estudo também possui uma importância inenarrável. Localizado na província do Chaco, no nordeste na Argentina, o departamento de Nove de Julho, cuja sede é a cidade de Las Breñas (figura 1).

Assim como o Brasil (e outros países com delimitações territorias que variam de forma vigorosa latitudinalmente, longitudinalmente e altimetricamente), a Argentina possui diferentes tipos de clima. De maneira sintética, a ela possui climas quentes, temperados, áridos e fríos (Mapoteca – GOV/AR). A Província do Chaco possui um clima quente, podendo variar em duas zonas – Subtropical com estação seca e Subtropical sem estação seca (*ibid*). Porém, cabe salientar que a classificação de Köppen-Geiger para a região é Cfa – Subtropical úmido (Peel, Finlayson & McMahon, 2007).

Contudo, as normais climatológicas pluviométricas mostram que quanto mais ao oeste da Província do Chaco, mais seco tende a ser. Este panorama se deve pela continentalidade em relação ao Oceano Atlântico e a barreira orográfica dos Andes que impede a passagem de umidade do Oceano. Já a estação de chuva, que ocorre entre outubro e abril, há a presença da Baixa do Noroeste Argentino (BNOA), um sistema atmosférico intermitente onde seu máximo ocorre no verão, por conta das altas temperaturas provenientes da maior radiação incidente na superfície (Escobar & Seluchi, 2011).

Além disso, é válido destacar que a BNOA, por estar localizada em uma região de pouca umidade, possui amplitudes de temperatura e pressão relativamente acentuadas, sendo que a maior temperatura registrada e a menor pressão atmosférica são geralmente registradas as 12:00 (Seluchi & Saulo, 2012). Porém, faz mister compreender que o centro deste sistema é comumente localizado na latitude 30° S e 65° O, contudo é normal que exista uma variação para latitudes mais baixas e mais para leste (*ibid*).

Figura 1 - Mapa de Localização da área de estudo.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Sistema de Coordenadas Geográficas Datum SIRGAS 2000.

Outrossim, por estar localizado em um ambiente de latitude média, um importante fenômeno gerador de precipitação e variação de temperatura são as passagens de frentes-frias. Como a Massa Polar Atlântica (MPA), proveniente das latitudes de 60° S, possui uma temperatura ligeiramente mais baixa, torna esta massa de ar mais densa. Quando ela se aproxima de regiões que estavam aquecidas, gera a ascendência do ar quente, resultando em precipitações, com uma posterior queda de temperatura. Um tipo de tempo, relativamente comum associado MPA na região é o tempo Anticiclônico Polar Continental, que se associa com a MPA Continentalizada que é reforçada pela Massa Polar Pacífica (MPP) que extravasa os Andes, gerando assim um centro de alta pressão na região norte da Argentina (Sartori, 2016, p. 56).

Estas caracterizações climáticas da região são extremamente importantes de serem mencionadas, pois mostram a diversidade de tipos de tempo associados a estes diferentes sistemas, nesta que é uma das zonas mais cultivadas da Argentina. Nesta perspectiva, há um célebre ditado popular que diz que a “necessidade faz o homem”. De certo modo, considerando que o homem é fruto da natureza, podemos parafraseá-la e concluir que a necessidade faz a natureza. De fato, quanto mais adverso ou inóspito é determinada região, mais bem adaptado – e até mesmo exóticos – devem ser os seres vivos ali presentes.

A partir desta reflexão, em uma região onde a temperatura chega próxima aos 50 °C no verão e a precipitação no inverno é ínfima, todo o ecossistema deve ser extremamente adaptado – como de fato é. Sendo assim, a região do Chaco seco e Chaco úmido é a única região do mundo onde há bosques subtropicais de clima seco; em outras regiões do mundo de mesma latitude há desertos (Matteucci, Rodriguez & Silva, 2017). Outrossim, é de grande relevância discernir que esta região se trata de uma planície, habitualmente denominada de “Llanura Chaco-Pampeana”.

A região (ecorregião) do Chaco Seco compreende as latitudes 33,8º S a 22º S e -67,5º O a 59,2º O. Neste sentido, a área de estudo do presente trabalho é considerada Chaco Seco. A vegetação típica desta ecorregião é o Bosque xerófilo estacional aberto de três estratos – Aspidosperma e Prosopis spp; leguminosas e zigofiláceas e um extrato herbáceo onde há predomínio de gramíneas megatérmicas (Matteucci et al., 2017). Em outras palavras, esta região pode ser caracterizada como Selva Seca. Porém, é válido destacar que a forma de vida arbustiva tende ser a mais frequente. Matteucci et al. (2017) disserta que a forma de vida arbustiva é considerada como uma resposta evolutiva a complexos fatores geradores de estresse – como altas temperaturas, queimadas e deficiência hídrica – o que resultam em estratégias de regeneração singulares.

Entretanto, o panorama geral, no que tange a vegetação nativa do Chaco Seco, está incomensuravelmente distante do aceitável. Com exceção das matas semixerófilas conhecidas como “El Impenetrable” (maior parque nacional de preservação do norte argentino), a vegetação original se mostra preservada, por ações governamentais, porém ameaças são verificadas dentro de sua área de reserva e especialmente em seu entorno (Popolizio, 1996).

Dado este soturno cenário, onde há uma constante mudança de uso do solo, que resulta na extração da mata nativa e inserção de cultivos extensivos, em especial a soja, inúmeros impactos são causados na esfera ambiental, social e econômica. Somando o alto valor de mercado da soja, com um ambiente plano e climaticamente propício, é coerente que exista um predomínio acentuado deste cultivo. Porém, é de extrema urgência compreender que os impactos transcendem os benefícios econômicos, e impactam diretamente variáveis de extrema importância, como a biodiversidade, qualidade do solo, temperatura de superfície e até mesmo o ciclo hidrológico.

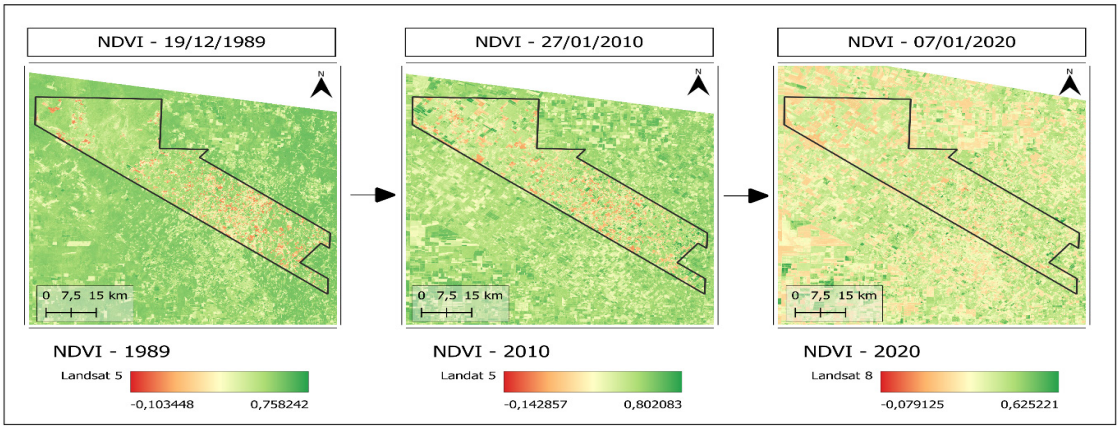
De maneira sintética, o Sensoriamento Remoto (SR) pode ser definido como o conjunto de técnicas empregadas para coletar informações sem que exista a necessidade de um contato físico entre eles (Jensen, 2009). Porém, uma definição ainda mais complexa é concebida por Florenzano (2011): “Sensoriamento Remoto é a tecnologia que permite obter imagens – e outros tipos de dados – da superfície terrestre, por meio da captação da energia refletida ou emitida pela superfície”. Compreendendo a definição de SR, é imprescindível concernir que todos os corpos emitem radiação, exceto se ele atingir o zero absoluto, algo impossível de acordo com a terceira lei da termodinâmica. Além disso, é válido destacar que diferentes objetos emitem diferentes comprimentos de ondas eletromagnéticas, e é a partir desta premissa que o pesquisador extrai informações.

Dada esta conjuntura, entre diversos índices de vegetação, como o Índice de Vegetação Ajustado ao Solo (SAVI), Índice de Vegetação Melhorado (EVI) e o Índice de Vegetação por Diferença Normalizado (NDVI), o último mencionado é o mais amplamente utilizado (Cheret e Denux, 2011 apud Ke et al., 2015; Hielkema et al., 1986 apud Ke et al., 2015; Im et al., 2012b apud Ke et al., 2015; Li et al., 2013 apud Ke et al., 2015; Meng et al., 2013 apud Ke et al., 2015; Ozdemir, 2014 apud Ke et al., 2015; Yuan et al., 2014 apud Ke et al., 2015; Zhang et al., 2003 apud Ke et al., 2015). Estes índices de vegetação têm importância extremamente significativa em diversas variáveis ambientais, como cobertura vegetal, condições de saúde da vegetação, fenologia das plantas e mudanças nos ecossistemas (Chen et al., 2012 apud Ke et al., 2015; De Beurs e Henebry, 2004 apud Ke et al., 2015; Glenn et al., 2008 apud Ke et al., 2015; Gong et al., 2012 apud Ke et al., 2015; Lambert et al., 201 apud Ke et al., 2015). Além disso, é possível correlacionar os índices de vegetação com ondas de calor e secas assim como a evapotranspiração das plantas (*ibid.*).

A utilização do Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI) associada à temperatura de superfície revela-se metodologicamente relevante para a interpretação das transformações ambientais contemporâneas. Segundo Jensen (2009) e Florenzano (2011), o NDVI constitui um dos principais indicadores utilizados em estudos ambientais para avaliar vigor vegetativo, densidade da cobertura vegetal e processos de degradação ambiental. Quando relacionado à temperatura superficial, o índice permite identificar áreas submetidas a maior pressão antrópica, possibilitando análises integradas entre clima, uso da terra e dinâmica territorial.

Dado este cenário, através de imagens dos satélites Landsat 5 e Landsat 8, obtidas respectivamente pelos sensores TM e OLI, foram realizados mapas de NDVI (figura 2) para os anos de 1989; 2010 e 2020. Cabe salientar que todas estas imagens tratam-se do

Figura 2 - Variação do NDVI em um intervalo de 30 anos.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir das imagens NDVI de Satélites Landsat 5 e Landsat 8, 2023.

verão de seus respectivos anos, abrangendo os meses de dezembro e janeiro.

A partir destas imagens, é possível realizar algumas inferências: A imagem de 1989 possui mais vegetação fotossinteticamente ativa em relação aos anos de 2010 e 2020. A partir desta observação, é deduzível que há mais vegetação em 1989 do que em outros anos. Porém, é válido destacar que há espécies de plantas que, mesmo saudáveis, perdem suas folhas, seja em decorrência da sazonalidade climática, expressa por variações termais ou de precipitação. Uma exemplificação é o Plátano, que perde suas folhas no inverno. Além disso, ao realizarmos uma observação minuciosa das imagens, percebe-se que na imagem de 2020 há uma presença vigorosamente maior de lavouras em relação ao NDVI de 1989. Este diagnóstico pode ser validado ao analisar os inúmeros polígonos territoriais, comumente áreas de cultivos, presentes na figura de 2020 frente as outras.

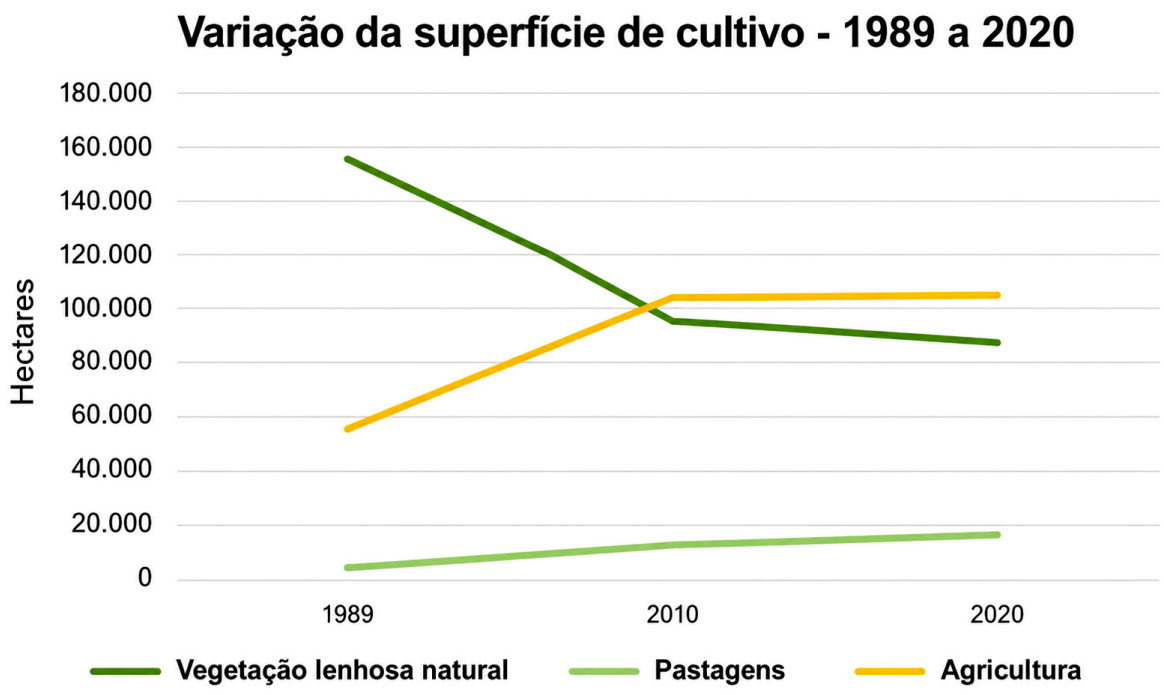
Outrossim, utilizando os dados do Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Chaco (Mapbiomas – Chaco, 2023), foi possível validar estas observações. Ao analisar a variação do uso do solo para o período, conforme o gráfico 1, podemos acrescentar importantes informações, quais sejam: no ano de 1989, 71,92% do Departamento Nove de Julho era composto por vegetação lenhosa natural (classificação Mapbiomas). Porém, no ano de 2020, esta porcentagem caiu para 40,02%, o que significa uma queda de 31,88% de área natural (Mapbiomas, 2023). Além disso, 26,87% do território possuía áreas agropecuárias no ano de 1989. Em contrapartida, em 2020, cerca de 56,73% do Departamento é preenchido por áreas agropecuárias (IBID).

A AGRICULTURA E SUAS PARTICULARIDADES

Não podemos esquecer duas variáveis históricas, sendo a primeira uma necessidade de retirada da cobertura vegetal natural não só para a formação de fazendas de gado, mesmo observando que a vegetação original poderia sustentar a criação de gado bovino rústico e num sistema de criação extensivo sem divisas particulares, como os cercadios; e no segundo momento, a retirada da mesma cobertura vegetal para a implantação de cultivos diversos, com destaque inicial as plantações de algodão. Também fazemos referência a extração de madeira para diversos fins, independente do uso do solo para atividades agropastoris, que sustentou e ainda sustenta uma atividade econômica florestal. O gráfico 1 aponta declínio da vegetação lenhosa natural e o marco histórico onde a agricultura supera a área ocupada, seguida de um leve crescimento das áreas de pastagens.

Ainda no que diz respeito as condições naturais, a província de Chaco encontra-se, como apresentado antes, dentro de domínios climáticos semitropical, com predominância para subtropical húmido, embora as características da semiaridez, se façam presentes à medida

Gráfico 1 - Variação da área de cultivo entre 1989 e 2020 no Departamento Nove de Julho, Província do Chaco.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Mapbiomas – Chaco, 2023. https://brasil.mapbiomas.org/.

que avançamos para o oeste. Todavia a distribuição de chuvas ocorre de forma espacial e distribuída pela província, o que antes favoreceu a densa cobertura vegetal natural e formação de bosques florestais característico do grande Chaco. Essa mesma distribuição de chuvas proporcionou as condições ideais para os cultivos de grãos e também do algodão. Mesmo com uma variável pluviométrica maior que 1500mm anuais para a parte úmida da província, o Departamento Nove de Julho conta com índices variáveis com máxima até 900mm (figura 3), mas não o isenta de períodos de longas estiagens, registradas ao longo dos anos.

Esses períodos de estiagem também podem ser avaliados como momentos em que os produtores não conseguiram realizar cultivos e tiveram perdas financeiras significativas; também podemos acrescentar o período inverso onde as chuvas se prolongaram e também causaram perdas. Soma-se as instabilidades climáticas, pragas diversas e desequilíbrios na balança comercial nacional e internacional.

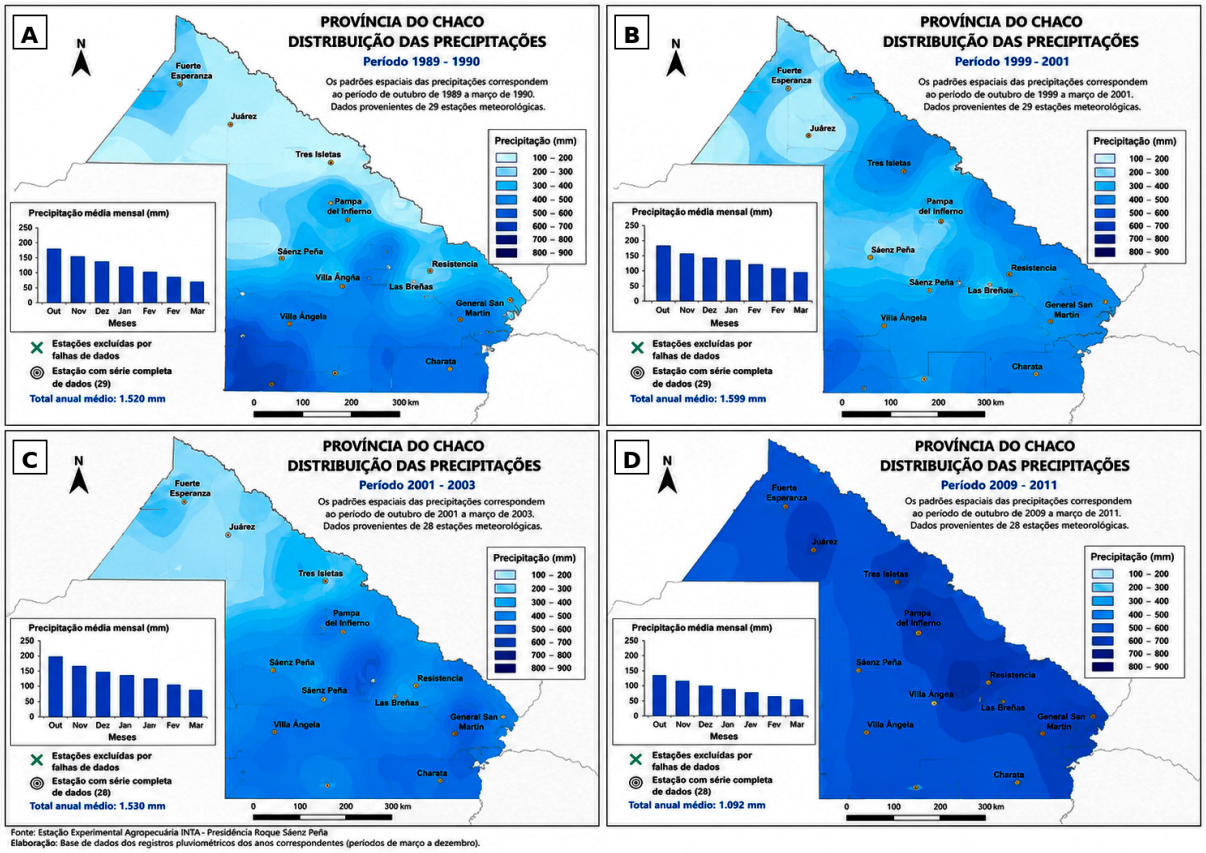
Somando-se os solos maioritariamente argilosos e de extensa planicidade, as condições naturais favoreceram especialmente a agricultura mecanizada, principalmente da soja. Para esse cultivo, os elementos apresentados de um corredor com características de cerrado e savana, foram os elementos ideais para o seu desenvolvimento, atrelados aos demais agentes econômicos, políticos e tecnológicos que fizeram da soja um novo pilar da economia provincial.

Segundo a Embrapa (2023), em suas recomendações sobre plantio e cultivos ela destaca:

> Durante o período de germinação, as temperaturas ideais do solo para a cultura de milho estariam entre 25 ºC e 30 ºC, sendo que temperaturas do solo inferiores a 10 ºC ou superiores a 40 ºC ocasionam prejuízo sensível à germinação. As temperaturas entre 23 °C e 32 °C são geralmente consideradas como não estressantes para a planta de algodão. A soja se adapta melhor às regiões onde as temperaturas oscilam entre 20 ºC e 30 ºC sendo que a temperatura ideal para seu desenvolvimento está em torno de 30 °C. A semeadura da soja não deve ser realizada quando a temperatura do solo estiver abaixo dos 20 °C, pois a germinação e a emergência da planta ficam comprometidas (EMBRAPA, 2023).

A seguir, observamos um intervalo de tempo para a distribuição e volume de precipitação das chuvas em Chaco e qual sua relevância para a formação da cobertura vegetal natural e as atividades agrícolas desenvolvidas, especialmente no Dpto. Nove de Julho. A região denomina de “domo-agrícola”, espacialmente

Figura 3 - Província do Chaco – distribuição das precipitações: 1989-2011 (A: 1989-1990; B: 1999-2001; C: 2001-2003; D: 2009-2011).



Fonte: Plano de Gestão Integrada de Riscos Agropecuários da Província do Chaco, 2019.

para a Provincia de Chaco, conta também com seus limites estendidos as províncias de Santiago del Estero e Entre Rios, províncias estas que apresentam também destaque agrícola em grãos, especialmente a soja.

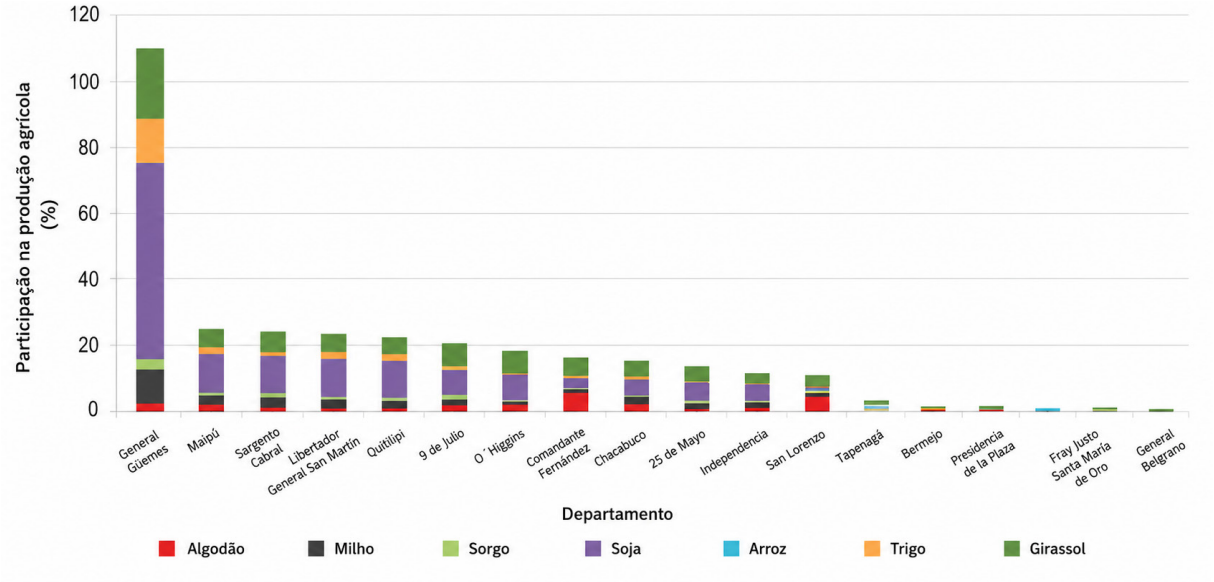
Retomando o debate da agricultura, e suas justificativas para encontrar um espaço produtivo em meio as condições naturais singulares a província de Chaco e depois ao Departamento Nove de Julho, observamos que a gráfico 2 apresenta os principais cultivos realizados no departamento. Em sua análise podemos verificar que o departamento Almirante Brawn, apresenta considerável desenvolvimento agrícola, se destacando nitidamente dos demais departamentos, mesmo sabendo que grande parte da sua superfície pertence ao "El Impenetrable"[1], e que também nos últimos anos vem deixando de lado sua característica florestal e vem se dedicando ao cultivo da soja.

Para o Dpto. Nove de Júlio (gráfico 2), suas atividades agrícolas mostram um cento equilíbrio, todavia a soja se destaca entre os cultivos de milho e girassol. Sendo o girassol uma oleagínea, o mesmo para a soja, uma leguminosa e oleagínea, o cultivo de girassol sempre se fez presente na província de Chaco. No Departamento Nove de Julho, o Gráfico 2 mostra o girassol como o segundo cultivo de maior participação entre os cultivos representados, atrás apenas da soja. No âmbito provincial, sua relevância também é expressiva: na safra 2016/2017, o Chaco respondeu por 20,05% da produção nacional de girassol, com 711.027 toneladas colhidas (CHACO, 2019). Um maior destaque está no algodão, que é um cultivo pioneiro entre a população de migrantes e fez da província o espaço majoritário de seu cultivo, a nível nacional, até seu declínio pós 1990. Destacando as condições de declínio do cultivo do algodão, ele ainda se faz presente nas escalas produtivas da província.

> A queda nos preços internacionais da fibra explica apenas parcialmente a sojização, isto é, a substituição progressiva do cultivo do algodão pelo cultivo da soja. As facilidades para a incorporação de tecnologias provenientes do exterior não produziram efeitos significativos apenas sobre a indústria e os serviços, mas também deixaram marcas profundas na produção primária. Assim, com a introdução de sementes geneticamente modificadas, a partir da autorização para comercialização no país da soja resistente ao glifosato – variedade RR – em 1996, buscava-se enfrentar a queda dos preços internacionais por meio da redução dos custos com mão de obra e agroquímicos, como parte de uma estratégia de avanço dos grandes produtores em associação com companhias multinacionais (CHACO, 2019, p. 67).

Nesse contexto, a soja encontra seu espaço nas adversidades climática, financeiras e limitações tecnológicas deixadas pelos cultivos tradicionais, que abriram as fronteiras para a agricultura moderna e com capital financeiro nacional e internacional. A soja, silenciosamente disputa os espaços com os cultivos que ainda se fazem presentes nas áreas de lavoura, como também estimula a ampliação de novas áreas de cultivo por demanda de espaço dentro da vegetação nativa. Sua espacialização crescente e contínua pode ser também verificada na distribuição da produção agrícola Chaquenha, em relação a toda produção agrícola provincial.

Gráfico 2 - Distribuição percentual da produção agrícola por cultivo e por departamento, safra 2018/19, Província do Chaco.



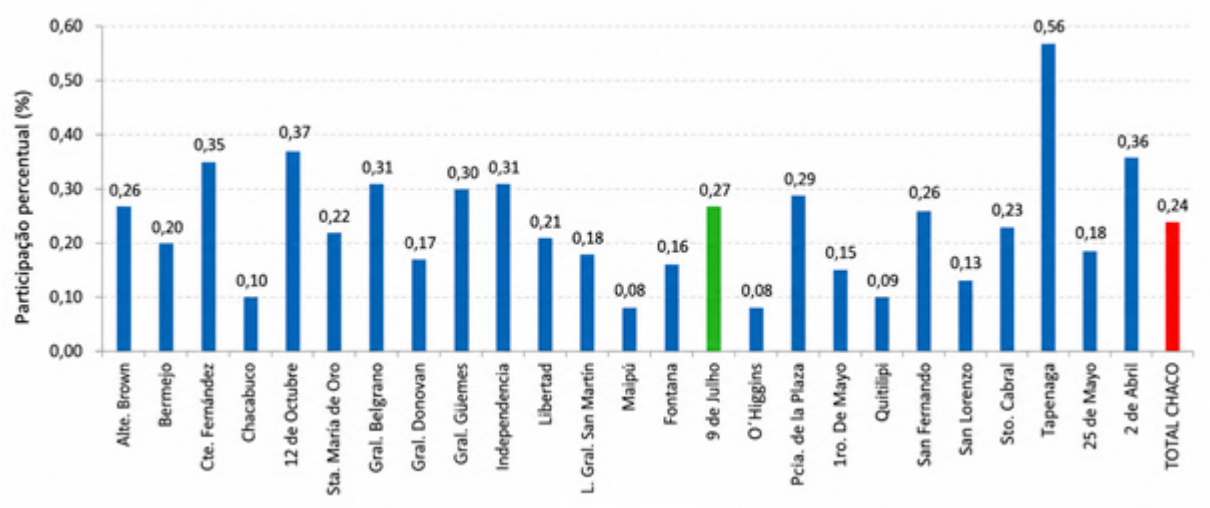
Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Ministério da Produção da Província do Chaco, 2020.

[1]"El Impenetrable" denomina uma extensa região de bosque nativo no noroeste da Província do Chaco, associada ao Chaco Seco e historicamente caracterizada por baixa acessibilidade e reduzida ocupação agrícola (CHACO, 2019).

Além do algodão que foi base produtiva da província de Chaco, as fazendas de gado se fazem presente no espaço e a história de formação provincial. Os animais de raças rústicas encontraram espaço pela adaptação as temperaturas elevadas e a escassez de pastagens, em contrapartida as áreas alagadas que dificultavam o pastoreio. Todavia sua criação foi gradativamente estimulada em direção ao oeste da província, juntamente com a agricultura tradicional de subsistência e o algodão. Nesse contexto, mais uma vez retomamos os bosques chaquenhos com a extração de madeira, em especial para a produção de tanino, substancia química também utilizada para beneficiar a pele do gado bovino, transformando em couro, ampliando o valor agregado para a comercialização, Cuadra (2018). O gráfico 3, apresenta a distribuição produtiva do gado bovino em Chaco; o Dpto Nove de Júlio se destaca acima da média provincial na produção de gado. Destacamos que há uma distinta especialização na produção do gado bovino fazendo com que a província de Chaco seja especializada na criação de rebanhos para depois realocá-los para áreas de recria e engorda, dentro do país.

Retornado ao tema de nosso debate, o desmatamento e a agricultura, por alguns momentos encontramos o cultivo da soja como a nova atividade econômica primária. As estatísticas e leituras apresentadas pelos órgãos de governo da República Argentina, sugerem, em especial para as áreas com cobertura vegetal natural, que o cultivo de soja não foi o maior responsável pela retirada da vegetação original, uma vez que a história econômica de formação da província se baseava, primeiro na exploração das florestas e depois na produção do algodão. Essas duas atividades econômicas pioneiras só puderam se desenvolver com o desmatamento dos bosques nativos, e que a soja apenas ocupou os espaços “abandonados ou esquecidos” por essas atividades. Entretanto, o relatório (CHACO: informe productivo provincial, 2019), afirma que novas áreas de bosque e vegetação original estão sendo agregadas para o cultivo de soja. Os dados cartográficos produzidos nesta pesquisa confirmam a expansão das áreas agropecuárias e a redução da vegetação lenhosa natural no Departamento Nove de Julho entre 1989 e 2020. Esses resultados corroboram o avanço da fronteira agrícola sobre áreas anteriormente vegetadas, embora os dados cartográficos utilizados não permitam atribuir toda essa conversão especificamente ao cultivo da soja.

Gráfico 3 - Orientação produtiva da pecuária por departamento do Chaco. Ano 2018.

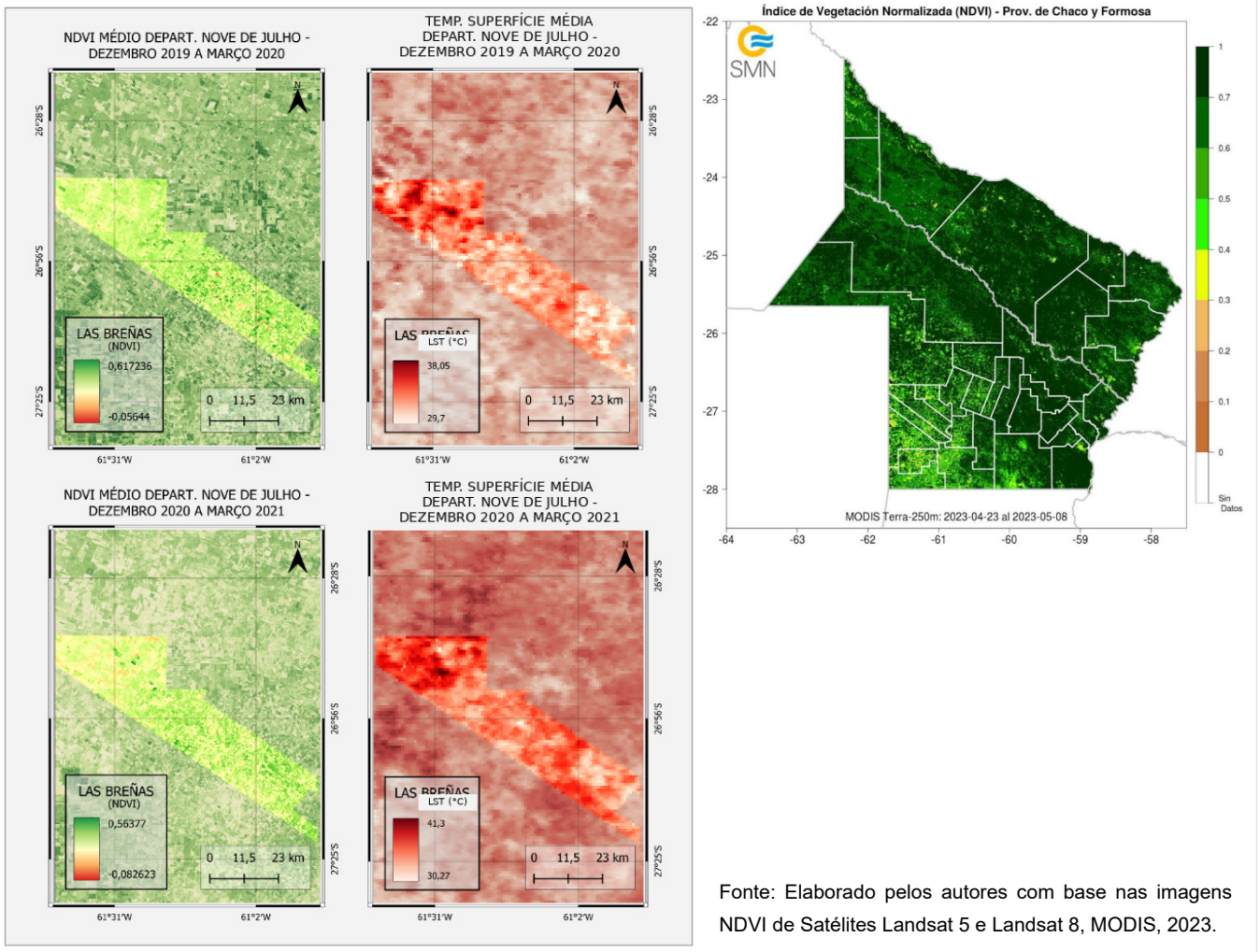


Fonte: Elaborado pelos autores com base em informações da DNSA – SENASA.

As atividades agropastoris e posterior a agricultura da soja, criam condições especiais visíveis, espacialmente para o desmatamento e depois para a condições de temperatura da região (figura 4). Ao observarmos o comportamento da temperatura antes e depois dos cultivos, podemos perceber uma nítida mudança da temperatura de superfície; por sua vez a cobertura vegetal natural vem perdendo espaço entre os cultivos e as áreas destinadas a agricultura. Mesmo os governos estabelecendo espaços definidos para a preservação ambiental o capital internacional e financeiro, se mostra tão veloz quanto a velocidade que o motosserra e o fogo avançam sobre as áreas de proteção.

A partir da integração entre índices de vegetação e temperatura de superfície obtidos por sensoriamento remoto, a figura evidencia uma associação visual entre redução da cobertura vegetal nativa e elevação das temperaturas superficiais, especialmente nas áreas submetidas à intensificação das atividades agropecuárias e à expansão da fronteira agrícola.

Figura 4 - NDVI médio e temperatura média de superfície (°C) para o Dpto. Nove de Julho – Chaco/AR.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nas imagens NDVI de Satélites Landsat 5 e Landsat 8, MODIS, 2023.

A análise espacial demonstrada na figura 4 permite identificar que as áreas com maior densidade de cobertura vegetal apresentam temperaturas relativamente mais amenas, enquanto os espaços ocupados por agricultura mecanizada, solos expostos e áreas antropizadas registram temperaturas superficiais mais elevadas. Tal comportamento está diretamente relacionado às funções ecológicas desempenhadas pela vegetação, sobretudo no controle do balanço energético, da umidade do solo e dos processos de evapotranspiração. Conforme destacam Oke (1987) e Lombardo (1985), a cobertura vegetal atua como importante reguladora térmica, reduzindo a absorção excessiva de radiação solar e contribuindo para a estabilidade microclimática dos ambientes terrestres.

No contexto do Chaco argentino, essa relação adquire ainda maior relevância diante do avanço recente do agronegócio e da substituição progressiva da vegetação nativa por monoculturas voltadas ao mercado internacional, especialmente a soja. Conforme discutido anteriormente neste artigo, a expansão agrícola intensificada a partir da década de 1990 promoveu significativas alterações ambientais e territoriais na região, associadas à incorporação de novas tecnologias, mecanização agrícola e avanço da fronteira agrária sobre áreas anteriormente ocupadas por bosques xerófilos típicos do Chaco Seco. Esse processo encontra correspondência direta nos resultados apresentados pela Figura 4, uma vez que as áreas de menor cobertura vegetal tendem a apresentar maior aquecimento superficial.

Além disso, a figura evidencia como o processo de modernização agrícola interfere diretamente nas dinâmicas climáticas locais. Conforme argumenta Santos (2008), a incorporação desigual de técnicas e objetos técnicos transforma profundamente a relação sociedade-natureza, subordinando os territórios à lógica da produção capitalista. No caso do Departamento Nueve de Julio, a expansão da agricultura mecanizada não apenas reorganiza o espaço agrário, mas também modifica elementos ambientais fundamentais, como temperatura, umidade e cobertura vegetal.

Outro aspecto importante refere-se à vulnerabilidade ambiental do Chaco Seco. A retirada da vegetação nativa reduz a capacidade de retenção hídrica dos solos, intensifica processos erosivos e contribui para o aumento das temperaturas superficiais, potencializando

eventos climáticos extremos. Conforme apontam Matteucci et al. (2017), o Chaco constitui uma das regiões sul-americanas mais pressionadas pela expansão agropecuária, apresentando aceleradas taxas de desmatamento e crescente fragmentação dos ecossistemas naturais.

Nesse sentido, a Figura 4 ultrapassa uma simples representação cartográfica ou climática, constituindo importante instrumento de análise territorial. Seus resultados demonstram que as transformações produtivas recentes da Província do Chaco produzem impactos ambientais diretamente perceptíveis nas dinâmicas fito-climáticas regionais. A relação inversamente proporcional entre cobertura vegetal e temperatura de superfície reforça a necessidade de pensar estratégias de planejamento territorial e conservação ambiental capazes de minimizar os impactos da expansão agrícola sobre os ecossistemas chaqueños.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Departamento Nueve de Julio evidencia que a expansão agrícola no interior da Província do Chaco está diretamente associada às transformações recentes da agricultura latino-americana, marcadas pela intensificação do agronegócio, pela ampliação da fronteira agrária e pela incorporação de tecnologias agrícolas modernas.

O avanço das monoculturas voltadas à exportação, especialmente da soja, promoveu profundas transformações ambientais, econômicas e territoriais, alterando significativamente a cobertura vegetal e as dinâmicas fito-climáticas regionais. Ao mesmo tempo, observou-se crescente dependência das condições climáticas, tornando a agricultura local vulnerável a eventos extremos e oscilações ambientais.

As análises realizadas demonstram que as transformações territoriais do Chaco argentino não podem ser compreendidas apenas sob perspectiva econômica, mas exigem interpretação integrada entre natureza, técnica e sociedade. A intensificação agrícola, embora tenha ampliado a produtividade regional, também aprofundou problemas relacionados ao desmatamento, à degradação ambiental e à perda de biodiversidade.

Dessa forma, torna-se fundamental pensar estratégias de planejamento territorial e desenvolvimento sustentável capazes de conciliar produção agrícola, conservação ambiental e equilíbrio socioeconômico na Província do Chaco. A utilização de geotecnologias e análises espaciais mostrou-se essencial para compreender as dinâmicas territoriais contemporâneas e os impactos da agricultura moderna sobre os ecossistemas regionais.

O desmatamento afeta diretamente as populações originais, nesse caso destacamos a Provincia de Chaco como um espaço onde se encontra grande contingente populacional original. Em segundo o esgotamento hídrico e o estresse do solo sobre a agricultura mecanizada e comercial, patrocinada por capital financeiro.

A importância significativa da preservação dos bosques e da cobertura vegetal natural é indispensável para a agricultura se manter ativa e produtiva. Nesse enlace, frágil e delicado, as duas partes envolvidas podem coabitar o mesmo espaço com potencialidade e resultados positivos que venham satisfazer as necessidades da sociedade sem perdas definitivas de fauna e flora.

Nos parece algo não realizável, mas a agroecologia e os manejos sustentáveis são exemplos a serem seguidos. Na província de Chaco, a cobertura vegetal natural encontra espaços de preservação e proteção. Todavia, leis e recursos mais eficazes são demandados para que tais condições sejam alcançadas. Mudanças significativas e efetivas nos tratos culturais da agricultura também devem se fazer presentes para a manutenção da vida e da economia local e provincial.

REFEÊNCIAS

ALVARENGA, Alexandre A.; MORAES, Mário Emmanuel de O.; AZEVEDO, Luciana Luiza C. *Agrometeorologia: princípios, funcionalidades e instrumentos de medição*. São Paulo: Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788536521480. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536521480/. Acesso em: 23 nov. 2023.

AYOADE, J. O. *Introdução à climatologia para os trópicos*. Tradução de Maria Juraci Zani dos Santos. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Disponível em: https://www2.ifmg.edu.br/governadorvaladares/pesquisa/laboratorio-de-climatologia/livros/ayoade-j-o-_introducao_a_climatologia_para_os_tropicos.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

CHACO. Ministerio de Planificación y Ambiente; Ministerio de Producción. *Plan de gestión integrada de riesgos agropecuarios de la Provincia del Chaco*. Resistencia, 2019. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/girsar_-_chaco_-_ppgira_ago19_compressed.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

CUADRA, D. E. La explotación forestoindustrial en el Chaco. In: BRAC, Marcela (org.). *El norte forestal: estudios sobre el territorio santafesino*. Buenos Aires: Consejo Federal de Inversiones, 2018. p. 37-55.

DE BEURS, Kirsten M.; HENEBRY, Geoffrey M. Land surface phenology, climatic variation, and institutional change: analyzing agricultural land cover change in Kazakhstan. Remote Sensing of Environment, v. 89, n. 4, p. 497-509, 2004. DOI: 10.1016/j.rse.2003.11.006. Os prenomes Kirsten e Geoffrey são confirmados por registros institucionais.

DIARIO NORTE. En una semana muy fría, el récord fue para el interior con 9,7 grados bajo cero. Disponível em: http://www.diarionorte.com/article/46595/en-una-semana-muy-fria-el-record-fue-para-el-interior-con-97-grados-bajo-cero. Acesso em: 8 dez. 2023.

EMBRAPA. *Agência de Informação Tecnológica: soja*. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/soja/pre-producao/caracteristicas-da-especie-e-relacoes-com-o-ambiente/exigencias-climaticas/temperatura. Acesso em: 9 dez. 2023.

ESCOBAR, Gustavo Carlos Juan; SELUCHI, Marcelo Enrique. Classificação sinótica dos campos de pressão atmosférica na América do Sul e sua relação com as baixas do Chaco e do noroeste argentino. *Revista Brasileira de Meteorologia*, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 365-378, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbmet/a/P3PJx3zRcLrH5mB6gk7xd9Q/?lang=pt. Acesso em: 10 dez. 2023.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. *Iniciação em sensoriamento remoto*. 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

GLENN, Edward P.; HUETE, Alfredo R.; NAGLER, Pamela L.; NELSON, Stephen G. Relationship between remotely-sensed vegetation indices, canopy attributes and plant physiological processes: what vegetation indices can and cannot tell us about the landscape. Sensors, v. 8, n. 4, p. 2136-2160, 2008. DOI: 10.3390/s8042136.

GONG, Binglei; IM, Jungho; JENSEN, John R.; COLEMAN, Mark; RHEE, Jinyoung; NELSON, Eric. Characterization of forest crops with a range of nutrient and water treatments using AISA hyperspectral imagery. GIScience & Remote Sensing, v. 49, n. 4, p. 463-491, 2012. DOI: 10.2747/1548-1603.49.4.463.

GOYAL, Megh Raj; BUILES, Victor Hugo Ramirez. *Elementos de agroclimatologia*. Risaralda: Universidad de Santa Rosa Cabal, 2007. Disponível em: http://www.ece.uprm.edu/~m_goyal/agroclimatologia.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

HIELKEMA, J. U.; PRINCE, Stephen D.; ASTLE, William L. Rainfall and vegetation monitoring in the Savanna Zone of the Democratic Republic of Sudan using the NOAA Advanced Very High Resolution Radiometer. International Journal of Remote Sensing, v. 7, n. 11, p. 1499-1513, 1986. DOI: 10.1080/01431168608948950. Stephen Prince e William Astle podem ser identificados com segurança pelas fontes disponíveis.

IM, Jungho; LU, Zhenyu; RHEE, Jinyoung; QUACKENBUSH, Lindi J. Impervious surface quantification using a synthesis of artificial immune networks and decision/regression trees from multi-sensor data. Remote Sensing of Environment, v. 117, p. 102-113, 2012. DOI: 10.1016/j.rse.2011.06.024.

JENSEN, John R. *Sensoriamento remoto do ambiente: uma perspectiva em recursos terrestres*. São José dos Campos: Parêntese, 2009.

KE, Yinghai et al. Characteristics of Landsat 8 OLI-derived NDVI by comparison with multiple satellite sensors and in situ observations. *Remote Sensing of Environment*, v. 164, p. 298-313, 2015. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0034425715001327. Acesso em: 10 dez. 2023.

LHOMME, Jean-Paul. *Elementos de agroclimatologia*. San José: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 1984. Disponível em: http://52.165.25.198/bitstream/handle/11324/15982/BVE21041893e.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

LI, Manqi; IM, Jungho; BEIER, Colin. Machine learning approaches for forest classification and change analysis using multi-temporal Landsat TM images over Huntington Wildlife Forest. GIScience & Remote Sensing, v. 50, n. 4, p. 361-384, 2013. DOI: 10.1080/15481603.2013.819161.

LOMBARDO, Magda Adelaide. *Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1985.

MATTEUCCI, Silvia D.; RODRÍGUEZ, Adriana; SILVA, Mariana E. La vegetación de la Argentina. *Fronteras*, Buenos Aires, n. 15, p. 1-15, 2017. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/60315/CONICET_Digital_Nro.e9a937c5-60f4-4a68-863e-5f000bfc2152_A.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

MATTEUCCI, Silvia; RODRÍGUEZ, Adriana; SILVA, Mariana. *Ecorregión del Chaco Seco*. Buenos Aires: INTA, 2017.

MENG, Qingmin; COOKE, William H.; RODGERS, John. Derivation of 16-day time-series NDVI data for environmental studies using a data assimilation approach. GIScience & Remote Sensing, v. 50, n. 5, p. 500-514, 2013. DOI: 10.1080/15481603.2013.823733.

MINISTERIO DE HACIENDA DE LA NACIÓN. *Chaco: informe productivo provincial*. Buenos Aires: Dirección Nacional de Asuntos Provinciales, 2019. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/informe_productivo_chaco-dic2021.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

OKE, Timothy R. *Boundary layer climates*. 2. ed. London: Routledge, 1987.

OZDEMIR, Ibrahim. Linear transformation to minimize the effects of variability in understory to estimate percent tree canopy cover using RapidEye data. GIScience & Remote Sensing, v. 51, n. 3, p. 288–300, 2014. DOI: 10.1080/15481603.2014.912876.

PEEL, M. C.; FINLAYSON, B. L.; MCMAHON, T. A. Updated world map of the Köppen-Geiger climate classification. *Hydrology and Earth System Sciences*, v. 11, p. 1633-1644, 2007. Disponível em: https://hess.copernicus.org/articles/11/1633/2007/hess-11-1633-2007.html. Acesso em: 10 dez. 2023.

POPOLIZIO, Elizeu. Unidades geomorfológicas do nordeste argentino. Resistencia: Universidad Nacional del Nordeste, 1996. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/download/61810/31921/265057. Acesso em: 10 dez. 2023.

PROJETO MAPBIOMAS. *Coleção 8 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil*. São Paulo, 2023. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/. Acesso em: 9 dez. 2023.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SARTORI, M. G. B. *O vento norte*. Santa Maria: DR Publicidade, 2016.

SELUCHI, Marcelo Enrique; SAULO, Andrea Celeste. Baixa do Noroeste Argentino e Baixa do Chaco: características, diferenças e semelhanças. *Revista Brasileira de Meteorologia*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 49-60, 2012. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/17228/CONICET_Digital_Nro.21136.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

SELUCHI, Marcelo Enrique; SAULO, Andrea Celeste. Baixa do Noroeste Argentino e Baixa do Chaco: características, diferenças e semelhanças. Revista Brasileira de Meteorologia, v. 27, n. 1, p. 49-60, 2012. DOI: 10.1590/S0102-77862012000100006.

SERVICIO METEOROLÓGICO NACIONAL. Características: estadísticas de largo plazo. Buenos Aires, 2023. Disponível em: https://www.smn.gob.ar/estadisticas. Acesso em: 10 dez. 2023.

STEIN, Ronei T. et al. *Cartografia digital e sensoriamento remoto*. Porto Alegre: Grupo A, 2020. E-book. ISBN 9786556900339. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556900339/. Acesso em: 28 nov. 2023.

WOLLMANN, Cássio Arthur; GALVANI, Emerson. *Zoneamento agroclimático*. Porto Alegre: Buqui Livros Digitais, 2014. Disponível em: https://books.google.es/books?id=6KVCBAAAQBAJ. Acesso em: 10 dez. 2023.

YUAN, Fei; WANG, Cuizhen; MITCHELL, Martin. Spatial patterns of land surface phenology relative to monthly climate variations: US Great Plains. GIScience & Remote Sensing, v. 51, n. 1, p. 30-50, 2014. DOI: 10.1080/15481603.2014.883210.

ZHANG, Xiaoyang; FRIEDL, Mark A.; SCHAAF, Crystal B.; STRAHLER, Alan H.; HODGES, John C. F.; GAO, Feng; REED, Bradley C.; HUETE, Alfredo. Monitoring vegetation phenology using MODIS. Remote Sensing of Environment, v. 84, n. 3, p. 471-475, 2003. DOI: 10.1016/S0034-4257(02)00135-9.

DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

Produção de Espaços Democráticos e Participativos no Trabalho Associado: um estudo sobre o Grupo Cantinho da Roça, espaço de alimentação na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Creating Democratic and Participatory Spaces in Associated Work: A Study of the Cantinho da Roça Group, a Food Service Space at the State University of Feira de Santana (UEFS)

José Raimundo Oliveira Lima
Doutor e pós-doutor em Educação e Contemporaneidade (UNEB). Docente da UEFS/PLANTERR, zeraimundo@uefs.br

Aline Santana de Andrade
Graduanda em Ciências Econômicas (UEFS). Bolsista da Incubadora (IEPS/UEFS), alinesan456@gmail.com

Cláudia Lopes Silva
Graduanda em Ciências Econômicas (UEFS), claudialopes2803@gmail.com

Kamile Oliveira Santos
Graduanda em Ciências Econômicas (UEFS), kamilesantos201@gmail.com

Sueide Santana Linhares
Graduanda em Ciências Econômicas (UEFS), suhsantana0718@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa as atividades desenvolvidas pelo Grupo Cantinho da Roça no âmbito do Projeto Cantina Solidária da Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS-UEFS). O Grupo, oriundo das comunidades rurais de Alto dos Santos e Vila Feliz, desenvolve atividades de alimentação saudável na Cantina do Módulo VII da UEFS. Nesse sentido, a pesquisa compreende que a Cantina é um espaço de convivência, trabalho coletivo e participação no cotidiano universitário que não se limita à comercialização de alimentos, mas articula relações de acolhimento, proximidade, pertencimento e circulação de saberes entre os sujeitos que frequentam o espaço. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com aplicação de questionários semiestruturados aos frequentadores da Cantina, aos integrantes do Grupo e aos representantes da IEPS-UEFS. A análise dialoga com os conceitos de Produção Social do Espaço, Território, Economia Popular e Solidária e Economia Feminista, considerando especialmente o trabalho de mulheres oriundas de comunidades populares rurais. Os resultados indicam que as atividades do Grupo Cantinho da Roça ultrapassam a função econômica imediata e funcionam como espaço de sociabilidade, cooperação, geração de renda, autonomia feminina e fortalecimento de vínculos entre Universidade e Comunidade. Conclui-se que o comportamento do Grupo, após três semestres do processo de incubação, conforma a perspectiva da Economia Popular e Solidária como economia das diversas dimensões da vida, mostrando resultados nas dimensões econômicas e de sustentabilidade como proposta de política pública, bem como aprendizados sólidos em parti-cipação social e gestão democrática.

Palavras-chave: Cantina Cantinho da Roça; Economia Popular e Solidária (EPS); Economia Feminista; Território; Sociabilidade.

Abstract

This article analyzes the activities developed by the Cantinho da Roça Group within the scope of the Solidarity Canteen Project of the Incubator of Popular and Solidarity Economy Initiatives at the State University of Feira de Santana (IEPS-UEFS). Originating from the rural communities of Alto dos Santos and Vila Feliz, the Group develops healthy food activities at the Canteen in Module VII of UEFS. In this sense, the research understands that the Canteen is a space for coexistence, collective work, and participation in university daily life that goes beyond food commercialization, articulating relations of hospitality, proximity, a sense of belonging, and the circulation of knowledge among the individuals who frequent the space. Methodologically, a qualitative, exploratory, and descriptive approach was adopted, involving the application of semi-structured questionnaires to Canteen patrons, Group members, and IEPS-UEFS representatives. The analysis dialogues with the concepts of Social Production of Space, Territory, Popular and Solidarity Economy, and Feminist Economy, paying special attention to the work of women from rural popular communities. The results indicate that the activities of the Cantinho da Roça Group go beyond the immediate economic function, operating as a space for sociability, cooperation, income generation, female autonomy, and the strengthening of ties between the University and the Community. It is concluded that the Group's behavior, after three semesters of the incubation process, confirms the perspective of the Popular and Solidarity Economy as an economy of the diverse dimensions of life, showing results in the economic and sustainability dimensions as a public policy proposal, as well as solid learnings in social participation and democratic management.

Keywords: Cantinho da Roça Canteen; Popular and Solidarity Economy (PSE); Feminist Economy; Territory; Sociability.

CC BY

1 INTRODUÇÃO

A universidade é um espaço de formação, circulação de conhecimento e convivência social. Embora seja frequentemente associada às salas de aula, bibliotecas e laboratórios, seu cotidiano também é construído em lugares simples, nos quais estudantes, professores, trabalhadores e demais frequentadores se encontram, conversam, se alimentam e compartilham experiências. Nesse contexto, o Projeto da Cantina Solidária desenvolvido pelo Grupo Cantinho da Roça no âmbito da Incubadora de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS-UEFS), apresenta-se como objeto relevante de investigação.

Dessa forma, a Cantina do Módulo VII da UEFS, espaço de alimentação ocupado pelo Grupo Cantinho da Roça, é analisada não apenas como ponto de venda de alimentos, mas como espaço produzido pelas relações sociais que se desenvolvem em seu cotidiano. A presença das trabalhadoras, a circulação dos frequentadores, o atendimento, a produção dos alimentos e os vínculos criados ao redor desse ambiente permitem observar a Cantina como parte da dinâmica social da Universidade.

Nesse sentido, as reflexões aqui desenvolvidas partem da compreensão de que o espaço não é apenas uma estrutura física ou um local previamente dado, mas um ambiente construído a partir das relações pessoais, sociais e institucionais entre os indivíduos que o constituem. Nessa perspectiva, a Cantina Cantinho da Roça pode ser compreendida como um espaço vívido que ganha significado pelas experiências que ali se formam.

Ademais, destacam-se as relações entre Universidade e Comunidade a partir de iniciativas de Pesquisa e Extensão Universitária alinhadas aos princípios da Economia Popular e Solidária no âmbito da IEPS-UEFS. Dessa forma, a discussão aqui proposta contempla a dimensão pedagógica do trabalho associado nos espaços de comercialização de alimentos a partir da necessidade ou viabilidade socioeconômica dos grupos solidários em processo de trabalho associado.

Para Andrade (2020), ambientes como a Cantina Cantinho da Roça podem reunir dimensões econômicas, culturais, sociais e simbólicas, tornando-se referências de identidade e convivência. Araújo e Ribeiro (2018) também observam que espaços de comercialização de alimentos, além de sua função econômica, podem produzir sociabilidade, relações de proximidade e vínculos territoriais. Embora o Cantinho da Roça tenha características próprias, as contribuições de Andrade (2020) e Araújo e Ribeiro (2018) ajudam a compreender como a alimentação pode funcionar como prática social e ponto de encontro.

No que concerne à organização do trabalho desenvolvido pelas integrantes da Cantina, as respostas coletadas indicam experiências anteriores com associações comunitárias, produção de alimentos e atividades coletivas. Também apontam que a divisão das tarefas ocorre conforme as habilidades de cada integrante, havendo diálogo, reunião e debate para organizar o funcionamento do espaço e resolver divergências internas. Esses elementos aproximam a experiência da Cantina Cantinho da Roça das discussões sobre Economia Popular e Solidária, especialmente no que se refere à cooperação, à participação e ao fortalecimento do trabalho coletivo nas diversas dimensões da vida.

Este artigo tem como problema de pesquisa a seguinte questão: de que maneira o Projeto da Cantina Solidária Cantinho da Roça contribui para a produção de espaços democráticos e participativos no cotidiano universitário? Dessa forma, o objetivo geral é analisar de que forma as relações estabelecidas pelo Grupo Cantinho da Roça na Cantina do Módulo VII da UEFS contribuem para a constituição de um espaço de convivência, pertencimento e participação.

Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo do tipo estudo de caso. No decurso da investigação, foram aplicados questionários semiestruturados aos frequentadores do espaço Cantina, às integrantes do Grupo Cantinho da Roça e a uma representante da IEPS-UEFS. Os questionários foram construídos a partir das temáticas problematizadas na disciplina CIS-506 – Economia Popular e Solidária do Curso de Ciências Econômicas da UEFS e no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (GEPOSDEL), durante o primeiro semestre 2026.

A relevância do estudo reside na compreensão de como um espaço cotidiano de alimentação pode revelar dimensões importantes da vida universitária a partir de aspectos como trabalho, renda, cooperação, relações democráticas, acolhimento, pertencimento e participação. No que concerne à organização, além desta Introdução, das Considerações finais e das Referências, este trabalho é composto pelas seções 2 Discussões, reflexões e algumas inferências; 3 Mulheres, Trabalho e Autonomia na Cantina Cantinho da Roça e 4 Pertencimento, Território e Participação no Espaço Universitário.

2 Discussões, reflexões e algumas inferências

Esta seção aborda e analisa, a partir dos conceitos e categorias que aprestam sustentação teórica à discussão do processo de incubação do Grupo Cantinho da Roça na IEPS-UEFS, as respostas do questionário aplicado aos frequentadores da Cantina. Com base no mesmo instrumento, são apresentadas algumas inferências sobre a prática do grupo solidário em processo de trabalho associado, considerando os princípios da Economia Popular e Solidária (EPS).

A análise das respostas dos frequentadores ao questionário permite compreender que a Cantina Cantinho da Roça ocupa um lugar significativo no cotidiano do Módulo VII da UEFS. Ao serem questionados sobre o que mais chama atenção na Cantina em comparação com outros espaços de alimentação da Universidade, os participantes destacaram aspectos como a qualidade dos alimentos, o atendimento, o tratamento recebido e a forma como o espaço se apresenta aos consumidores. Esses elementos indicam que a Cantina não é percebida apenas pela sua função prática de venda de alimentos, mas também pela experiência social e aconchegante que proporciona.

Essa percepção dialoga com a compreensão de que o espaço não é apenas uma estrutura física, mas resultado das relações sociais que nele se desenvolvem. Nesse sentido, Godoy (2014) sustenta que o espaço é produzido pelas relações sociais e pelas formas de organização da vida produtiva. Essa ideia é relevante para a análise da Cantinho da Roça, pois permite compreender a Cantina não somente como um ponto localizado no Módulo VII, mas como um espaço produzido pelas conversas, pelo atendimento, pela circulação dos estudantes, pela presença das trabalhadoras e pelas práticas cotidianas de convivência:

> Se o espaço é um produto social, ele também é, portanto, produto das relações sociais de produção, orientadas por uma forma determinada de economia. Tal modo de produção organiza a força de trabalho, determina a distribuição dos meios de produção e da riqueza produzida. Assim, ele produz o espaço que condicionará a reprodução das relações sociais que o movem. Se o modo de produção caracteriza um estágio histórico de desenvolvimento, ele, por sua vez, também caracteriza uma forma de produção social do espaço, promovida pelas relações sociais que o constituem (Godoy, 2014, p. 261).

Essa reflexão contribui para interpretar as respostas dos frequentadores que destacaram a qualidade dos alimentos e o tratamento recebido na Cantina. Na Cantinho da Roça, o alimento aparece como resultado de um trabalho integral, reconhecido pelos consumidores, e não apenas como mercadoria. O modo como o produto é oferecido, o contato direto com as integrantes do Grupo Cantinho da Roça e a percepção de cuidado no atendimento ajudam a construir uma relação de proximidade entre o espaço e seus frequentadores.

Também é possível aproximar essa análise da discussão de Andrade (2020), para quem espaços populares de comercialização podem reunir dimensões econômicas, sociais, culturais e simbólicas. Ainda que a autora trate da feira de Campina Grande, sua contribuição permite pensar que determinados espaços ganham relevância especial quando passam a compor a rotina e a memória das pessoas que os frequentam. No caso da Cantinho da Roça, essa dimensão aparece quando os participantes indicam que o espaço se diferencia de outros pontos de alimentação da Universidade não apenas pelo produto, mas pela forma de acolhimento e convivência.

Outro aspecto relevante diz respeito aos preços. Algumas respostas apontaram que os valores são considerados acessíveis, enquanto outras indicaram que poderiam ser mais baixos para alcançar um número maior de estudantes. Entretanto, os frequentadores percebem que esses preços são abertos quanto às suas composições. Esse dado revela uma tensão própria de iniciativas populares: ao mesmo tempo em que buscam oferecer produtos com qualidade e preços justos, também precisam garantir a sustentabilidade econômica do trabalho realizado. Portanto, a questão dos preços não deve ser analisada de forma isolada, mas dentro da realidade de uma experiência que envolve produção de alimentos, geração de renda e sustentabilidade da iniciativa, além da clareza sobre o processo de trabalho implicado no produto e no preço.

As respostas também indicam que parte dos frequentadores percebe a existência de cooperação entre os integrantes da Cantina. Foram mencionados aspectos como divisão de tarefas, diálogo, organização no atendimento e ajuda mútua no cotidiano do trabalho. Essa percepção é importante porque permite compreender que o público não observa apenas o produto final, mas também a forma como o trabalho é realizado. A Cantina, nesse sentido, passa a ser vista como um espaço em que a atividade econômica se articula a práticas coletivas, entre outras possibilidades.

Essa dimensão aproxima a experiência do Cantinho da Roça da Economia Popular e Solidária, uma economia de pessoas e da produção associada. Godoy (2014) destaca que iniciativas desse campo podem produzir relações espaciais diferenciadas quando se organizam a partir da autogestão, da solidariedade e da vida coletiva. No caso da Cantinho da Roça, trata-se de um espaço em que o trabalho das integrantes, a relação com os consumidores e o uso cotidiano do ambiente contribuem para a produção de uma espacialidade própria dentro da Universidade.

Por outro lado, os questionários permitem inferir que nem todos os frequentadores conhecem a vinculação da Cantina à Economia Popular e Solidária. Essa inferência aponta um limite importante: embora a experiência seja percebida positivamente, sua identidade social e institucional ainda pode ser mais – e melhor – divulgada no ambiente universitário. A ampliação dessa comunicação pode fortalecer o reconhecimento da Cantinho da Roça como uma iniciativa Coletiva, Popular e Solidária, aproximando ainda mais a comunidade universitária dos princípios que orientam o Projeto.

Um dos dados mais expressivos a esse respeito aparece nas respostas sobre a importância da Cantina Solidária no cotidiano da UEFS. Alguns participantes destacaram que a existência da Cantina torna o espaço universitário mais humano, representativo e cooperativo. Também foi mencionada a importância da abertura de lugar de participação para mulheres na economia e no sustento da família. Essas respostas indicam que a Cantina é percebida por parte dos frequentadores como uma iniciativa que ultrapassa a função alimentar e assume dimensão social e feminina do espaço.

Nesse sentido, a Cantinho da Roça pode ser compreendida como um espaço de convivência, mas também de reconhecimento. O atendimento, os alimentos, a cooperação observada e a presença de mulheres trabalhadoras oriundas de comunidades populares rurais fazem com que a Cantina participe da construção do cotidiano do Módulo VII. Dessa forma, ela não apenas atende a uma necessidade de alimentação, mas também contribui para tornar o ambiente universitário mais próximo de experiências populares e comunitárias.

A noção de território discutida por Godoy (2014) também ajuda a compreender essa dimensão das relações de proximidade. Segundo a autora, na Economia Popular e Solidária, o território está relacionado à vivência, ao cotidiano, à cultura local e à construção de identidades. Essa compreensão permite pensar a Cantina como espaço que articula a Universidade e as comunidades de origem das trabalhadoras, criando um ponto de encontro entre diferentes trajetórias sociais:

> O território, para o movimento de Economia Solidária, significa a instância de construção das identidades que têm como valor o reconhecimento da vivência, do cotidiano e da cultura local. O território, portanto, não é uma imposição espacial que define limites, que diferencia espaços de poder, seja ele político ou econômico. Agregar solidariedades para desenvolver uma economia centrada no trabalho e na reprodução social é a proposta de produção de novos espaços econômicos e democráticos (Godoy, 2014, p. 265).

A partir dessa leitura, a Cantinho da Roça pode ser vista como espaço de pertencimento em construção, já que o processo de incubação previsto é de quatro anos e a iniciativa está no seu segundo ano de trabalho. Até o momento, o que se pode perceber é que seu sentido não está dado apenas pela localização no espaço físico do Módulo VII, mas pelas relações que estão se formando entre trabalhadoras, estudantes e demais frequentadores. A Cantina tem articulado e aproximado alimentação, trabalho, renda, acolhimento e convivência, elementos que ajudam a produzir um espaço socialmente referenciado e significativo dentro da Universidade.

Nesse sentido, as respostas ao questionário indicam que a Cantina Cantinho da Roça é percebida pelos frequentadores como um espaço de acolhimento, proximidade e cooperação, ainda que existam desafios, como a acessibilidade dos preços. No entanto, no que concerne às relações que produz, a Cantina contribui para tornar o espaço universitário mais humano, participativo e identificado com suas relações comunitárias.

3 Mulheres, trabalho e autonomia na cantina Cantinho da Roça

Sob a perspectiva da participação feminina, do trabalho coletivo, da Economia Popular e Solidária (EPS) e da função social da Cantina Cantinho da Roça, pode-se dizer que a EPS surge em um cenário de transformações sociais, econômicas e relacionais. Esse movimento traz luz a organizações anteriormente pouco vislumbradas, como associações, cooperativas e formas coletivas de organização formal, bem como ao papel das mulheres nessas iniciativas.

Em referência à ideia do Trabalho Associativo e à Economia Solidária em contextos reais, Leite (2009) é cautelosa ao ressalvar que as experiências coletivas de trabalho não devem ser idealizadas, mas analisadas em suas potencialidades e limites. Nesse sentido, a autora destaca que:

> A economia solidária tem como especificidade combinar dinâmicas de iniciativas privadas com propósitos centrados não no lucro, mas no interesse coletivo. A razão econômica é acompanhada por uma finalidade social que consiste em produzir vínculos sociais e solidários, baseados numa solidariedade de proximidade; o auxílio mútuo e a reciprocidade estariam, assim, no âmago da ação (Leite, 2009, p. 34).

Essa concepção dialoga justamente com a proposta do Projeto desenvolvido pelo Grupo Cantinho da Roça, uma vez que o trabalho realizado por essas mulheres tem como objetivo principal a geração de independência – não apenas financeira, mas também social. A ideia é criar espaços seguros de participação e inclusão que gerem proximidade entre a comunidade acadêmica e grupos inseridos em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

Concomitantemente a essa compreensão, observa-se que as iniciativas populares contribuem para a geração de renda, autonomia coletiva e fortalecimento das relações interpessoais entre os sujeitos envolvidos. Portanto, torna-se fundamental compreender os pilares básicos que constituem a funcionalidade autogestionária e democrática a partir dos fundamentos de uma Economia Feminista e da Economia Popular e Solidária de modo a valorizar os Saberes Comunitários, a Agricultura Familiar, as práticas dos Quintais Produtivos e a Agroecologia.

No que concerne à percepção do trabalho coletivo, destaca-se o entendimento da comunidade sobre a dinâmica interna da Cantina, especialmente dos aspectos relacionados às práticas autogestionárias adotadas em seu funcionamento. A Cantina, ao contrapor-se aos ambientes verticalmente organizados presentes nos mercados capitalistas que utilizam o trabalhador como ferramenta, adota uma forma de organização do trabalho no qual as trabalhadoras são essenciais para o funcionamento qualitativo e participativo, promovendo assim a valorização humana e a horizontalidade nas tomadas de decisão que sustentam o projeto coletivo.

Nesse sentido, os dados obtidos apontaram que a quase totalidade dos frequentadores percebe a existência de uma organização coletiva no espaço: aspecto mencionado por 7 dos 8 entrevistados. Além disso, 6 frequentadores associaram diretamente o trabalho desempenhado na Cantina a práticas de cooperação, enquanto a totalidade absoluta dos entrevistados (8/8) visualiza uma contribuição real da Economia Popular e Solidária para o ambiente universitário.

A Cantinho da Roça, portanto, não é um serviço de alimentação fornecido pela Universidade, mas um processo educativo de trabalho. Nesse sentido, a Cantina funciona como um espaço pedagógico que colabora para a formação dos estudantes universitários. Trata-se de uma iniciativa solidária que colabora para que comunidade acadêmica interna e externa da UEFS conheça e compreenda, na prática, as diferentes formas coletivas de trabalho.

As respostas do questionário aplicado às integrantes do Grupo Cantinho da roça confirmam a percepção dos frequentadores acerca da organização do trabalho na Cantina. Ao afirmarem que a divisão de tarefas é totalmente decidida e combinada em grupo levando em consideração as habilidades individuais e a identificação de cada uma com as funções propostas, as trabalhadoras confirmaram que os princípios de autonomia, coletividade e autogestão que caracterizam a EPS estão presentes na dinâmica de organização do trabalho na Cantina.

Essa organização horizontal, característica da autogestão, foi reforçada pelas falas das trabalhadoras, que destacaram que “todas as iniciativas são passadas para o grupo para que todas tenham suas opiniões”. A importância da gestão relacional no ambiente da Cantina também foi destacada nas falas das integrantes do Grupo, que ressaltaram o respeito às divergências que podem acontecer durante os turnos, reforçando, portanto, a importância e a presença de um processo decisório democrático em que ficou esclarecido pelas mulheres: “no final, sempre chegamos a um acordo”.

A Cantina Solidária evidencia a importância do papel feminino na Economia Popular e Solidária, visto que muitas dessas mulheres passam não apenas a contribuir na geração de renda de seus próprios lares, como também a transmitir saberes anteriormente pouco difundidos. O trabalho realizado em conjunto por elas remete não apenas à ancestralidade, mas também ao empoderamento e à valorização dos produtos feitos sob a ótica e o cuidado das integrantes das comunidades locais e quilombolas.

A partir dessa perspectiva, Costa e Opuszka (2013) reforçam que, independentemente dos discursos contrários a essas organizações coletivas, elas continuam desempenhando um papel importante na sociedade e atuando como formas de resistência:

> Assim sendo, ainda que diversos autores defendam a manutenção do modo de organização cooperado ou associado não representar uma resistência ao modo de produção capitalista, até mesmo por estar inserido nele, não se pode negar a contribuição para o resgate da cidadania, retomada dos Movimentos Sociais como forma de resistência, discussão e espaço de construção de uma autonomia coletiva, uma autodeterminação de suas intervenções na sociedade e especialmente na comunidade em que vivem. (Costa; Opuszka, 2013, p. 166).

Tal argumento reforça a importância de iniciativas solidárias como o Grupo Cantinho da Roça, tanto pelo resgate do convívio social democrático quanto pela valorização dos conhecimentos prévios e da potência feminina – dimensões frequentemente marginalizadas nos modos tradicionais de produção capitalista. Nesse sentido, o Grupo vai muito além do trabalho em seu sentido abstrato, constituindo-se como espaço de aprendizado, processo político-educativo, socialização e vivência em sua plenitude. Por fim, diante de todos os aspectos observados no que tange à sua função social, as análises revelam que, para além da comercialização de alimentos, a iniciativa atua de forma transversal na vida dessas mulheres e das comunidades a que pertencem.

Essa iniciativa da Economia Popular e Solidária engaja-se tanto como meio de geração de trabalho e renda quanto como forma de autonomia e participação feminina ativa, destacando a economia feminista e evidenciando o potencial e o protagonismo das mulheres em uma *outra economia* – descrita por Lima (2026) como a "economia das diversas dimensões da vida" –, bem como na produção de espaços participativos e representativos, distanciando-se da subserviência e da inferioridade presentes na precarização oriunda do trabalho na economia capitalista de mercado. Portanto, a autonomia do Grupo Cantinho da Roça proporciona não só o aprendizado multidisciplinar nesses grupos incubados, conforme apontado pela integrante da IEPS/UEFS, mas também a independência feminina por meio da coletividade, da democracia e dos saberes populares, transformando a cantina em um espaço de resistência e emancipação dentro e fora da universidade.

4 Pertencimento, território e participação no espaço universitário

Godoy (2014) afirma que a Economia Popular e Solidária atua como uma produtora das relações socioespaciais. Considerando o espaço como um produto social resultante das relações sociais de produção, a autora analisa a reprodução do espaço através das relações sociais solidárias, que surgem em contraposição à lógica hegemônica do capitalismo. Em conformidade com a estudiosa, este trabalho compreende que o espaço é produto das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos para se apropriar da natureza através do trabalho, sendo também a condição de reprodução dessas mesmas relações.

No tocante ao mercado de trabalho, o Brasil ainda apresenta muitos mecanismos discriminatórios contra a mulher, os quais levarão décadas para serem superados. Nesse sentido, Lima (2026) aduz que, devido às relações desiguais de gênero ainda bastante preservadas na zona rural e especialmente na região Nordeste, a inserção da mulher em ações coletivas de cunho público e político enfrenta limitações históricas; contudo, essa participação tem ganhado relevância nas discussões sobre políticas públicas.

Nesse contexto, a Economia Popular e Solidária tem se mostrado uma resposta importante para a geração de trabalho e renda para mulheres, especialmente em virtude da combinação de princípios de autogestão, cooperação e solidariedade e por meio da produção de redes de produção e trabalho associado (cooperativas, associações, grupos solidários informais) que valorizam os saberes e a matéria-prima regional.

Nas Comunidades Quilombolas, reconhecidas como grupos étnico-raciais definidos pela autodeclaração e pela ancestralidade negra ligada à resistência contra a escravidão (Brasil, 2003), as marcas do racismo estrutural, da desigualdade econômica e da exclusão territorial são ainda mais evidentes. Nesse sentido, as falas de mulheres relacionadas a essas comunidades são especialmente significativas. Como observa Arruti (2006, p. 81), as comunidades quilombolas contemporâneas ressignificam sua própria existência histórica, pois "[...] o termo quilombo deixa de designar um tipo de assentamento histórico isolado para se tornar uma categoria de identificação étnica e política, associada à luta pelo acesso à terra, à cidadania e ao reconhecimento cultural".

Essa forma de ver as Comunidades Quilombolas é resultado de um processo histórico de lutas e resistência. Assim, os quilombos contemporâneos representam não apenas espaços geográficos, mas territórios de preservação cultural, resistência política e reivindicação de direitos que dialogam diretamente com a estrutura universitária. Nesse sentido, a integrante da IEPS chama a atenção para esses grupos, tendo em vista as discussões desenvolvidas em processo de incubação anterior, forjado na perspectiva das mulheres quilombolas, em especial as mulheres da Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, situada no Distrito de Maria Quitéria, em Feira de Santana (BA).

Considerando que a economia se ocupa também da análise da produção, distribuição e consumo de bens e serviços, há um objeto comum entre a Economia Capitalista e a Economia Solidária; contudo, o grande diferencial entre elas reside em seus princípios, bem como na centralidade do trabalho de educação realizado pela Economia Popular e Solidária. Conforme explica Singer (2001), enquanto o capitalismo parte da competição visando o lucro, a Economia Popular e Solidária se sustenta na cooperação e na solidariedade: "[...] A economia solidária não é uma forma de suavizar o capitalismo, mas um modo de produção e distribuição alternativo, fundado na igualdade de direitos e na soberania dos trabalhadores sobre os meios de produção e o próprio trabalho [...]" (Singer, 2001, p. 12).

Dessa forma, para os que não possuem meios para entrar na competitividade excludente do capitalismo – como é o caso dos trabalhadores de uma forma geral, dos precarizados, e de muitas mulheres no semiárido baiano – a Economia Popular e Solidária surge como "[...] reação para corrigir as carências que o sistema dominante se nega a atender [...]" (Singer, 2001, p. 105).

Nessa realidade, a experiência das mulheres quilombolas evidencia a intersecção entre gênero, raça e território como vetor de múltiplas opressões, ao mesmo tempo em que se converte em espaço fértil para práticas autogestionárias, tornando o associativismo e a promoção da autonomia econômica temas cruciais para o desenvolvimento individual, coletivo e comunitário. É nesse cenário de busca por autonomia que o projeto Cantinho da Roça se materializa no espaço universitário através da Cantina Solidária, localizada no Módulo VII da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Essa iniciativa ganha sustentação por meio das ações integradas de Ensino, Pesquisa e Extensão promovidas pela Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária (IEPS-UEFS), Programa/Projeto de Pesquisa, Extensão e Diálogos diversos responsável pelo processo de seleção, acompanhamento e manutenção dessas iniciativas coletivas no *campus*. A Cantina Solidária deixa de ser um mero posto de comercialização e assume o papel de propulsora da autonomia feminina, visto que as mulheres produzem e conduzem suas atividades de modo autogerido, permitindo que seus conhecimentos e saberes ancestrais sejam valorizados e partilhados com a comunidade acadêmica.

Ao se organizarem coletivamente e ocuparem fisicamente o Módulo VII, as mulheres constroem espaços

cotidianos de diálogo, apoio mútuo e visibilidade política. Essa articulação com a Incubadora da UEFS contribui não apenas para a geração de renda e a manutenção de modos de vida tradicionais, mas reposiciona a Universidade pública como um território de acolhimento. Assim, promove-se um verdadeiro sentimento de pertencimento e participação democrática para sujeitos historicamente marginalizados, tensionando a lógica mercantil urbana ao fincar no coração da academia os saberes, a cultura e a resistência do semiárido baiano.

5 Considerações finais

As reflexões desenvolvidas ao longo desta pesquisa permitiram compreender que o Grupo Cantinho da Roça, em processo de incubação, ultrapassou a dimensão econômica calcada na comercialização de alimentos e passou a funcionar como articulador de um espaço social de múltiplas dimensões dentro do Módulo VII da Universidade Estadual de Feira de Santana. Os dados e informações coletados por meio dos questionários semiestruturados aplicados a frequentadores, integrantes do Grupo e representante da IEPS-UEFS, respondem de forma direta ao problema de pesquisa, especialmente em relação à produção de um espaço democrático e participativo no cotidiano universitário por meio das relações de cooperação, acolhimento, pertencimento e autonomia no funcionamento cotidiano da organização.

Os resultados articulados às discussões desenvolvidas revelam que os frequentadores percebem a Cantina não apenas como ponto de venda, mas como um espaço vivido, na medida em que se disponibilizam a produzir as relações sociais que nele se estabelecem circundando as diversas categorias de pessoas que frequentam o espaço.

O atendimento humanizado, a qualidade dos alimentos oriundos da Agricultura familiar e dos Quintais produtivos e a percepção de cooperação entre as trabalhadoras são os aspectos mais valorizados pelos consumidores, que identificam na Cantina Cantinho da Roça uma experiência distinta dos demais espaços de alimentação da universidade – e também de alguns outros fora dela. Essa percepção reforça a ideia de que o espaço ganha significado não apenas por sua localização física, mas pelas práticas, afetos e vínculos que nele se constroem cotidianamente.

Do ponto de vista interno, as integrantes do Grupo confirmaram a existência de uma organização horizontal e autogestionária marcada pela divisão coletiva de tarefas, pelo respeito às habilidades individuais e pelo processo decisório democrático. Esse modelo de organização aproxima a experiência da Cantinho da Roça dos princípios da Economia Popular e Solidária, especialmente no que se refere à cooperação, à solidariedade e à autonomia das trabalhadoras. A Cantina demonstra, na prática cotidiana, que é possível organizar o trabalho a partir de lógicas distintas daquelas impostas pelo mercado capitalista, valorizando o trabalho coletivo e a participação de cada integrante no processo produtivo.

A dimensão de gênero se mostrou central na análise. As mulheres, em especial as quilombolas que compõem o Cantinho da Roça, enfrentam historicamente múltiplas opressões decorrentes da intersecção entre gênero, raça e território, como aponta a discussão sobre as comunidades quilombolas no semiárido baiano. A Cantina, nesse sentido, representa muito mais do que uma fonte de trabalho e renda, configurando-se como um espaço de emancipação, protagonismo e resistência feminina dentro e fora da Universidade. Ao ocuparem fisicamente o Módulo VII e conduzirem suas atividades de forma autogerida, essas mulheres afirmam sua presença na vida universitária e fazem circular, no interior da academia, saberes, culturas e modos de vida provenientes de comunidades historicamente marginalizadas mediante o processo educativo de trabalho.

A articulação entre a Cantina e a Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária (IEPS-UEFS) se mostrou fundamental para a sustentabilidade do Projeto, na medida em que oferece suporte institucional e conecta a experiência às dimensões de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade. Essa vinculação reposiciona a UEFS como um território de acolhimento e diálogo com sujeitos e comunidades que, historicamente, tiveram acesso restrito ao espaço acadêmico.

A pesquisa também revelou limites e desafios que merecem atenção. A questão da acessibilidade dos preços mostrou-se um ponto de tensão relevante, especialmente diante da realidade econômica de estudantes que necessitam de alimentação diária a baixo custo. Essa tensão é inerente a iniciativas populares que precisam, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade econômica do trabalho realizado e ampliar o alcance social de suas iniciativas. Além disso, constatou-se que parte significativa dos frequentadores desconhece a vinculação da cantina à Economia Popular e Solidária, o que aponta para a necessidade de maior divulgação e fortalecimento da identidade social e institucional do Projeto no ambiente universitário.

Conclui-se, portanto, que a Cantina Cantinho da Roça representa uma experiência concreta de produção de espaços democráticos, participativos e solidários dentro da UEFS, e que as políticas públicas precisam avistar e fomentar grupos e/ou práticas dessa natureza, o que não tem acontecido com os grupos formados em processos de incubação. Ao articular alimentação, trabalho coletivo, autonomia feminina, saberes populares e pertencimento territorial, os grupos de mulheres contribuem para tornar o cotidiano universitário mais humano, cooperativo e representativo da relação universidade/

comunidade. Nesse sentido, o Grupo Cantinho da Roça, oriundo das comunidades de Vila Feliz e Auto dos Santos, é uma expressão viva da possibilidade de um espaço de resistência, autonomia e convivência que enriquece a Universidade ao trazer para dentro dela a força, a cultura e a organização coletiva de mulheres que, historicamente, foram invisibilizadas e/ou mantidas à margem dos processos sociais organizativos decisórios.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maristela Oliveira de. A feira de Campina Grande: tradição e identidade. **Revista Ciências da Sociedade,** Santarém, v. 4, n. 8, jul./dez. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.30810/rcs.v4i8.1382. Acesso em: 27 jun. 2026.

ARAÚJO, Alexandro Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 561-583, out. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.36920/esa-v26n3-4. Acesso em: 27 jun. 2026.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo:** Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 27 jun. 2026.

CANSANÇÃO, Andreza Soares da Cruz; DIAS, Juliana Michaello Macedo; MANDES JÚNIOR, Walcler de Lima. A feira livre como mola propulsora da segurança alimentar e nutricional. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales,** São José dos Pinhais, v. 17, n. 10, p. 1-22, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.10-23. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/11722/6922. Acesso em: 27 jun. 2026.

COSTA, Éder Dion de Paula; OPUSZKA, Paulo Ricardo. Economia solidária e empreendimentos populares: as potencialidades da organização do trabalho associado. *In*: LOBATO, Anderson Orestes Cavalcante; PIERRE, Philippe (Org.). **Direito, Justiça e Ambiente**: perspectivas franco-brasileiras. Rio Grande: Editora da FURG, 2013. p. 151-168.

GODOY, Tatiane Marina Pinto de. Economia solidária e território: produção de espaços democráticos e participativos. **Otra Economía**, São Leopoldo**,** v. 8, n. 15, p. 260-267, jul./dez. 2014. DOI: 10.4013/otra.2014.815.11. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2014.815.11/4398. Acesso em: 27 jun. 2026.

LEITE, Márcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 24, n. 69, p. 31-51, fev. 2009.Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000100003. Acesso em: 27 jun. 2026.

LIMA, José Raimundo Oliveira; CARVALHO, Wendell Jesus de. Intercooperação: princípio-chave para o fortalecimento do cooperativismo no Brasil. **Revista DCS**, Cajamarca, v. 23, n. 86, p. 1-14, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.54899/dcs.v23i86.4084. Acesso em: 12 maio 2026.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

Dinâmicas Territoriais, Produção de Commodities e Financeirização da Agricultura: Expansão do Cultivo de Soja em Regiões Paraenses no Contexto Recente

Dinâmicas Territoriais, Produção de Commodities e Financeirização da Agricultura: Soybean Expansion in Regions of Pará in the Recent Context

Fernando Michelotti
Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA/PPGPAM), fmichelotti@unifesspa.edu.br

Sergio Pereira Leite
Doutor em Economia (Unicamp). Docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/CPDA), sergioleite@ufrrj.br

Resumo

O artigo analisa as transformações recentes da paisagem agrária brasileira a partir da expansão das fronteiras de *commodities*, destacando as articulações entre financeirização da agricultura, *land grabbing*, concentração fundiária, infraestrutura e o papel do Estado. Propõe-se compreender essas dinâmicas para além da perspectiva da modernização agrícola, sublinhando a constituição de circuitos espaciais e financeiros que conectam produção, circulação e valorização de terras e recursos naturais em múltiplas escalas. A expansão da soja no Pará evidencia a estreita relação entre disponibilidade de grandes imóveis, crédito rural, infraestrutura logística e especialização territorial, com destaque para os complexos produtivos de Paragominas e Santana do Araguaia. Em São Félix do Xingu, a incorporação da soja aos sistemas produtivos articula empresas, produtores externos e fazendeiros locais, estabelecendo sinergias com a pecuária e o milho e reforçando a concentração fundiária. Conclui-se que a expansão das *commodities* expressa uma reconfiguração territorial associada à financeirização e à intensificação das disputas pelo controle da terra e dos recursos, agora em escala nacional e internacional, demandando novas ferramentas de análise e uma compreensão mais abrangente desses processos, especialmente em função das suas dimensões ambientais, econômicas, políticas e sociais.

Palavras-chave: São Felix do Xingu; Fronteira de Commodities, Financeirização da Agricultura.

Abstract

This article analyzes recent transformations in the Brazilian agrarian landscape resulting from the expansion of commodity frontiers, highlighting the interconnections among the financialization of agriculture, land grabbing, land concentration, infrastructure, and the role of the state. It seeks to understand these dynamics beyond the perspective of agricultural modernization, emphasizing the formation of spatial and financial circuits that connect production, circulation, and the valorization of land and natural resources across multiple scales. The expansion of soybean production in Pará reveals a close relationship among the availability of large landholdings, rural credit, logistics infrastructure, and territorial specialization, with particular emphasis on the production clusters of Paragominas and Santana do Araguaia. In São Félix do Xingu, the incorporation of soybean production into existing production systems brings together agribusiness firms, outside producers, and local farmers, establishing synergies with cattle ranching and maize production while reinforcing land concentration. The article concludes that commodity expansion entails a territorial reconfiguration associated with financialization and intensifying struggles over control of land and natural resources, now unfolding at both national and international scales. These processes call for new analytical tools and a broader understanding of their environmental, economic, political, and social dimensions.

Keywords: São Félix do Xingu; Commodity Frontiers; Financialization of Agriculture

CC BY

Introdução

A literatura recente sobre as transformações na agricultura, em particular no meio rural brasileiro, vêm chamando a atenção para o fato de que é preciso incorporar novas dimensões analíticas para além daquelas comumente empregadas no antigo processo de "modernização agrícola", fortemente baseadas nas inovações tecnológicas, mas que deixavam escapar tanto questões de caráter social e ambiental, como mostrou muito bem o conjunto de trabalhos que fizeram a crítica da modernização agropecuária, mas também movimentos mais recentes informados pela crescente financeirização da agricultura (Santos et al., 2022) e pela estrangeirização das terras (Kato, Siviero e Leite, 2024), além de novos arranjos em termos de infraestrutura logística.

Essa agenda de pesquisa destaca ainda o papel do Estado no desenho de políticas que não mais se limitam ao crédito rural convencional de outros tempos (Leite, 2024) e que conectam de forma mais estreita a performance local/regional das atividades produtivas agropecuárias aos interesses de investidores financeiros nacionais e internacionais, reposicionando esses espaços agrários numa perspectiva distinta, ainda que mantenha característica antigas do, digamos assim, modelo anterior, como a forte concentração fundiária que, no passado, ajudou a qualificar a modernização agrícola como "conservadora".

Esse rol de questões e situações, ao nosso ver, iluminam a compreensão de estratégias particulares e seus rebatimentos locais, como é o caso da expansão da produção de soja em regiões específicas da Amazônia brasileira, sobretudo aquelas situadas no estado do Pará, constituindo novas "fronteiras de commodities" em expansão nessa quadra histórica do século XXI.

Nesse sentido, o artigo objetiva compreender melhor como tais processos se deram em situações históricas e geográficas muito particulares, à luz desse quadro analítico, redimensionando espacialidades à luz de políticas públicas, investimento em infraestrutura e interesses de financeiros.

Além dessa Introdução, o artigo está dividido em quatro partes seguidas de uma conclusão. Na primeira delas tratamos de analisar os processos de financeirização da agricultura, estrangeirização da terra e o sentido das novas fronteiras de "commodities" no contexto historicamente recente, em particular tendo como referência o caso brasileiro. Na sequência abordamos a expansão do cultivo de soja na Amazônia brasileira, suas particularidades e a relação com políticas públicas, especialmente o crédito rural, e reconfigurações observadas nessas áreas, em particular no estado do Pará. A seção seguinte trata de investigar os novos sentidos dessas dinâmicas, em particular no que se refere ao modelo de expansão dessas atividades produtivas, aos circuitos e fluxos que caracterizam esses processos de circulação, bem como a infraestrutura logística que passa a contar decisivamente nessas estratégias. Finalmente, aportamos no caso específico do município de São Felix do Xingu, identificando os móveis desse processo, em especial aos atores envolvidos, estratégias adotadas e a o movimento de concentração fundiária e especialização produtiva que passa a configurar esse novo quadro regional.

Novas dimensões da questão agrária: financeirização da agricultura*, land grabbing* e as fronteiras de *commodities*

O crescimento e a importância econômica das exportações de *commodities* agrícolas e minerais no Brasil a partir da virada do século XXI, levantou um amplo debate sobre a reprimarização das exportações e sobre a configuração de um novo estilo de desenvolvimento que alguns autores denominaram como neoextrativista. Para Svampa (2019), o neoextrativismo do século XXI implica em muitas continuidades de um processo histórico-estrutural latino-americano relacionado à expansão das fronteiras coloniais, ao genocídio e à degradação dos territórios transformados em zonas de sacrifício pela imposição de uma lógica do capital que inaugurou uma forma de apropriação da natureza em grande escala, uma acumulação baseada na exportação de matérias-primas e captura de rendas extraordinárias e uma inserção subordinada na economia mundial. Apesar dessas continuidades, o neoextrativismo se diferencia, entre outros elementos, pelo contexto em que ocorre marcado tanto pela demanda crescente de matérias-primas e energia, o que conferiu a esses processos papel chave na acumulação de capital e nas disputas geopolíticas, quanto pela emergência de uma questão ambiental que provocou um reposicionamento dos agentes nos conflitos territoriais decorrentes dessa expansão das *commodities*.

Essa concepção ampliada de neoextrativismo inclui a produção de *commodities* agropecuárias que, no Brasil, estão associadas a interpretação desse processo como um pacto em torno de uma economia política do agronegócio, entendido enquanto uma "organização dos interesses hegemônicos de classes sociais no interior do aparelho do Estado" em que os complexos agroindustriais, os grandes proprietários fundiários e o Estado se associam "para captura do excedente econômico e particularmente da renda fundiária agrícola e mineral" (Delgado, 2012, p.91-93). A origem desse processo esteve ligada aos constrangimentos externos decorrentes do crescimento dos pagamentos de rendas ao capital estrangeiro, no final dos anos 1990, como resultado do que Paulani (2008) identificou enquanto a transformação do Brasil em uma plataforma

de valorização financeira. Esses déficits impactaram a questão agrária, uma vez que levaram a que os governos da época improvisassem saídas conjunturais para equilibrar a balança de pagamentos através do estímulo à exportação de *commodities* que, com o tempo, estruturaram novos arranjos que se mostraram duradouros (Delgado, 2012).

Dada a amplitude de transformações desencadeadas na questão agrária brasileira a partir desses processos, envolvendo dimensões não só econômicas e produtivas, mas sobretudo referentes às relações políticas, sociais, espaciais e culturais, pesquisas prévias ligadas ao Grupo de Estudos em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (GEMAP), complexificando essa noção neoextrativismo numa chave de leitura menos "determinística", reconheceram que o processo em curso não é mera continuidade ou aprofundamento do modelo observado em décadas anteriores, portanto, não podendo ser bem compreendido à luz dos mesmos conceitos e noções. Nessa perspectiva, Leite (2019) identificou dois eixos centrais de trabalho para uma 'sociologia das transformações agrárias do período recente': i) o processo de financeirização da agricultura e a estrangeirização da terra; ii) o papel do *Estado* na questão agrária e as fronteiras do agronegócio.

A reflexão a partir da financeirização da agricultura e a estrangeirização da terra desdobra-se da análise de que as transformações sociais da agricultura no período recente não se explicam mais, como em outros períodos, pela sua vinculação a um determinado projeto nacional e regional de desenvolvimento, mas sim pela sua internacionalização conectada a um cenário marcado tanto por um regime de acumulação com dominância financeira, quanto por uma corrida por terras e recursos naturais, conhecida como *land grabbing*, ou açambarcamento de terras em português. Kato e Leite (2020), dialogando com os trabalhos de Borras et al. (2012) e Sauer e Borras (2016), definem que o *land grabbing* implica em apropriação, em larga escala de área ou de capitais envolvidos, de terra e de recursos naturais a ela associados, seja por transferência dos direitos de propriedade, seja pelo seu controle indireto. O foco sobre o controle e não apenas sobre a propriedade permite, para os autores, compreender melhor as cadeias de negócios, incluindo o papel dos agentes financeiros e corporativos que em muitos casos passam a exercê-lo sem, necessariamente, envolver uma transferência de títulos de propriedade.

Ainda segundo Kato e Leite (2020), pelo fato de a terra ser, ao mesmo tempo, um meio de produção e uma reserva de valor, os negócios com terras são impulsionados tanto por aspectos ligados à sua qualidade e à sua relação com a infraestrutura logística, como também por seu potencial de valorização nos mercados fundiários. Flexor e Leite (2017) demonstraram que, no período chamado de *boom* das *commodities,* houve uma correlação negativa entre preço da terra e inflação, ao passo em que uma correlação fortemente positiva com os preços das *commodities* e também com os índices do mercado financeiro foi detectada, o que reforça a tese de que os investimentos nas cadeias de produção de *commodities*, incluindo negócios com terra, estiveram mais relacionados com interesses produtivos e especulativos, reforçando a ideia de que no setor agropecuário essas duas dimensões se associam de maneira particular.

Em estudo mais recente, Leite (2024) indica que o preço das terras em regiões mais valorizadas do Matopiba[1] continuou crescendo, tanto no período de baixa dos preços das *commodities* a partir de 2012/2014, quanto nos períodos seguintes de estabilização e, em seguida, de retomada do crescimento os preços internacionais a partir de 2020. Esses dados reforçam a interpretação de que as terras ganharam importância no rol dos ativos financeiros, impulsionando sua valorização inclusive nas novas áreas de expansão da produção de *commodities*.

Essa dinâmica gerou uma situação favorável para as grandes corporações do agronegócio, tanto internacionais, como algumas nacionais, ampliando sua ação em compasso com o deslocamento da produção para as novas áreas de expansão dessas culturas, assim como abrindo novas frentes de atuação (biocombustíveis por exemplo). Reforçou-se, assim, o papel central das *tradings* na promoção dos negócios com terras e na formação de cadeias cada vez mais oligopolizadas e financeirizadas, corroborando para a multiplicação de novos mercados e ativos financeiros relacionados com agricultura, terra e recursos naturais, o que abriu espaço para a atuação de novos agentes (diferentes tipos de investidores e de firmas gerenciadoras de ativos), ampliando a integração entre capital financeiro e controle da terra (Kato e Leite, 2020).

Nesse cenário, o Brasil mostrou condições atrativas para os negócios com terras em função das dimensões de suas áreas agricultáveis, dos investimentos em infraestrutura, da competitividade na produção de *commodities* e do quadro legal em constante adequação para a criação de segurança jurídica a esses interesses, o que tornou o país como um dos principais destinos desses investimentos na América Latina (Kato e Leite, 2020), que impulsionaram tanto o crescimento da estrangeirização das suas terras, quanto a expansão territorial da produção de *commodities*, alargando as fronteiras agropecuárias e minerais e ampliando os conflitos agrários.

Em artigo mais recente, Kato, Vicente e Leite (2024), analisaram os investimentos realizados por capitais estrangeiros que passaram a se apropriar ou controlar terras e seus recursos, de forma direta ou indireta, conferindo uma característica de "estrangeirização de

terras" como parte de um quadro mais amplo do crescimento do número de diferentes atores investindo nas cadeias agropecuárias e nos mercados de terras. Considerando a inexistência de uma base de dados unificada e confiável sobre imóveis rurais no Brasil e, consequentemente, as dificuldades metodológicas de se contabilizar esse processo de transferências de terras, o artigo analisa as informações a partir de uma base de dados construída em pesquisas do grupo (Leite, 2022) e da tese de doutorado de Gomes (2020), que demonstrou a inconsistência e subestimação das bases oficiais e, portanto, a dificuldade de se monitorar o fenômeno.

Nessa pesquisa foram identificados 224 casos de empresas, companhias de capital aberto ou fundos de investimento com participação de capital estrangeiro que exerceram controle sobre um total de 9,1 milhões de hectares no período de 2017 a 2020, embora em alguns desses casos o investimento estrangeiro já tenha sido iniciado em períodos anteriores. Os casos indicam uma diversidade de atividades produtivas envolvidas, entre agropecuária, silvicultura, mineração, geração de energia e turismo, sendo a atividade agropecuária o maior número de casos e o setor florestal o que implica em maiores áreas. Análises detalhadas de alguns casos realizadas por Gomes (2020), reforça que os ganhos com esses investimentos em propriedades fundiárias impulsionam a exploração agropecuária das terras como garantia tanto de extração de renda, presente e futura, quanto de valorização do imóvel.

Kato, Vicente e Leite (2024) buscaram identificar situações de controle indireto das terras e dos recursos naturais, exercido por *tradings*, agroindústrias e fornecedoras de insumos que não são as proprietárias das terras. Além disso, identificaram casos de estrangeirização pela constituição de empresas subsidiárias nacionais ou *joint ventures*, visando contornar os limites legais para a compra direta por capitais estrangeiros. Por fim, chamaram a atenção de que as finanças, presentes em 15 casos, controlavam 22,5% do total de hectares mapeados, o que reforça a tese de que a financeirização é um aspecto fundamental da estrangeirização de terras.

Partindo de uma definição geral proposta por Van der Zwan (2014) de que financeirização está relacionada a processos econômicos, políticos, sociais, tecnológicos e culturais inter-relacionados que ampliam a influência das finanças sobre distintos domínios da vida social, Santos et. al. (2022) buscam refletir sobre como isso alcança a agricultura, impactando de forma direta ou indireta a vida no campo e na cidade e as relações com os territórios. No Brasil, a financeirização da agricultura começou a ganhar expressão com um deslocamento relativo do financiamento do Estado para um sistema baseado no crédito agrícola ofertado por atores privados captado por instituições financeiras especializadas. No entanto, esse processo não pode ser entendido apenas como uma mudança nas fontes de origem de recursos, pois representa sobretudo mudanças qualitativas na lógica do investimento, a partir de uma expectativa de ganhos especulativos para as aplicações, diferenciando-se do crédito rural tradicional.

Essas instituições financeiras especializadas, também conhecidas como 'investidores institucionais', captam recursos de investidores dispersos através de diferentes tipos de fundos, por exemplo de investimentos, de pensão, mútuos, de hedge, de *private equity*, e passam a administrá-los a partir de seus conhecimentos estratégicos nos mercados de ações e de capitais. A agricultura tornou-se atrativa para esses fundos tanto pelo crescimento do preço das *commodities*, quanto pela insegurança decorrente da convergência das crises financeira, alimentar, energética e ambiental de 2007/08 (Flexor e Leite, 2017; Santos et. al., 2022). Em todo o mundo, os fundos de investimento especializados em terras, agricultura e recursos naturais saltaram de 45, em 2005, para quase 1.000, em 2026, segundo dados do Valor Advisors, registrando um aumento exponencial.

Nesse contexto vem crescendo o controle das finanças sobre a produção agrícola e as terras, a partir de diferentes estratégias, instrumentos e discursos legitimadores. Santos et. al., (2022) identificam três tipos de agentes com suas estratégias específicas: as *tradings*, as empresas do agro, os fundos de investimentos e fundos de pensão. Em seguida, tem-se uma caracterização sintética de cada agente e suas respectivas estratégias, a partir dos autores citados.

As *tradings* são grandes corporações que atuam na comercialização de *commodities* agrícolas e de seus insumos e que exercem controle sobre a produção através de sistemas de crédito e de compra antecipada (*barter*), mas que também têm avançado sobre o mercado de terras e de infraestruturas, a partir da criação de subsidiárias com fundos próprios. A partir dessas estratégias atuam tanto nas tradicionais regiões produtoras, quanto no direcionamento das novas áreas em expansão. A capacidade das grandes corporações globais, como o grupo ABCD (ADM, Bunge, Cargill e L. Dreyfus) e a chinesa COFCO, de influenciarem o funcionamento das cadeias em seu conjunto confere-lhes não apenas possibilidades de ganhos produtivos, como também especulativos no mercado de *commodities*.

As empresas do agro têm sua origem ligada a produção agrícola, incorporaram as atividades de compra, venda e arrendamento de terras como parte significativa de sua capitalização. Dessa forma, a produção própria ou pela via do arrendamento têm a função de valorização da terra enquanto um ativo, ocorrendo muitas vezes em novas áreas de expansão, cujo principal objetivo passa a ser não a produção de uma *commodity* agrícola, mas a própria produção da propriedade fundiária. Uma estratégia associada a esse grupo é a

"securitização das suas transações no mercado de terras, através de títulos negociados nas bolsas de valores, transformando a terra e suas características notoriamente fixas em papéis" (idem, p. 26). O aprofundamento dessas estratégias tende a levar a uma separação entre as carteiras de terras e das atividades produtivas, em novas empresas isoladas ou em *joint ventures*, consolidando um negócio separado de gestão de ativos com fins sobretudo especulativos.

Por fim, ao contrário dos dois casos anteriores que têm suas origens ligadas ao setor rural, os fundos de investimento e fundos de pensão têm origem no setor financeiro, captando recursos de diferentes agentes e fontes e direcionando-os para a compra de terras que são transformadas "em uma carteira global de ativos altamente especulativa e descolada dos territórios e economias locais" (idem, p. 29). A produção de *commodities* atua como parte de uma estratégia mais geral de valorização das terras. Esses fundos podem atuar em *joint ventures* com empresas nacionais e grandes proprietários de terras nas novas fronteiras agrícolas, inclusive com aqueles cujas terras não possuem origem legalmente comprovada e que envolveram casos de violações de direitos, funcionando como uma "terceirização da grilagem de terras". Além dessas associações com empresas nacionais, utilizam outras estratégias para burlar as restrições a aquisição de terras por estrangeiros, incluindo abertura de subsidiárias 'nacionais', transformação de dívidas em debêntures de terras ou em securitização de dívidas ou de financiamentos do agronegócio.

Se esse panorama geral sobre os processos interconectados de *land grabbing*, estrangeirização e financeirização indicam uma chave de leitura relevante para uma 'sociologia das transformações agrárias do período recente' no Brasil, outra chave, conforme apontado por Leite (2019), refere-se ao Estado. Ao enfatizar essa perspectiva de análise, o autor busca relativizar o discurso muito presente entre os representantes do chamado agronegócio que tendem a associar sua expansão nas últimas décadas exclusivamente a uma iniciativa privada. Ignora-se, assim, o quanto as distintas formas assumidas pela intervenção governamental a exemplo dos planos e políticas de desenvolvimento regional, dos investimentos em projetos de colonização e de infraestruturas, da estruturação de instituições e programas de ciência e tecnologia regionalizados e da disponibilização de créditos e subsídios foram determinantes para a expansão da produção de *commodities* em muitas das áreas de destaque atualmente.

Para além das intervenções direcionadas às frentes de expansão agropecuária, o Estado também tem uma atuação central na formação de amplos arcabouços institucionais que viabilizam os processos em curso. Delgado (2012), por exemplo, indica que o próprio lançamento da estratégia do agronegócio durante o segundo governo FHC baseou-se em iniciativas governamentais como: investimento em infraestrutura para incorporação de novos territórios segundo uma política de 'eixos de desenvolvimento'; redirecionamento da pesquisa agropecuária para operar em sincronia com as multinacionais do agronegócio; regulação frouxa do mercado de terras; mudança na política cambial para tornar o agronegócio competitivo internacionalmente; reativação do crédito rural nos 'planos safra'. Essas iniciativas persistiram nos governos posteriores, sendo determinantes para o crescimento da produção de *commodities*.

No caso específico da financeirização da agricultura brasileira, Leite (2024) repertoriou as transformações mais impactantes para a criação de um novo arcabouço institucional financeirizado. Iniciativas criadas nos anos 1990, como a CPR - Cédula do Produto Rural e a CM-G – Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida, foram marcos iniciais no levantamento de recursos privados para o financiamento agrícola a partir de promessa de entrega da mercadoria. No entanto, foi a partir do ano 2000, com a CPR Financeira, que houve um deslocamento da produção de mercadoria e sua contraface financeira, com a autorização da liquidação do título sem a entrega física do produto (Leite, 2024, p. 1132).

Se nesse primeiro momento, essas mudanças institucionais guiavam-se pela necessidade de se buscar novas fontes de financiamento para a agricultura, na década seguinte elas foram levando a uma dissociação cada vez maior entre os investimentos e a produção propriamente dita, impulsionando a criação de novos títulos, mercados especializados e atores envolvidos[2]. As quatro crises da década de 2000, anteriormente informadas, estimularam investimentos na agricultura e, sobretudo, na terra, influenciando o desempenho dos títulos do agronegócio no Brasil, especialmente as LCAs e os CRAs (Leite, 2024). Posteriormente, a partir de 2020, esse arcabouço ganhou novo impulso com as Leis do Agro (13.986/2020 e 14.421/2022) e a Lei do Fiagro (14.130/2021) que permitem que, no agrário, ocorra a aplicação de instrumentos já experimentados no mercado imobiliário urbano para impulsionarem "os investimentos especulativos lastreados no patrimônio e na produção agropecuária" (Leite, 2024, p. 1140).

Essas transformações no arcabouço institucional que viabilizam a financeirização da agricultura no Brasil, como afirma Leite (2024), abrem uma nova agenda de pesquisa que permite compreender seus efeitos na dinâmica de financiamento da produção, seu impulso à corrida por terras, inclusive em novas fronteiras agropecuárias, além dos impactos sociais e ambientais e do agravamento dos conflitos territoriais que marcam historicamente o agrário brasileiro (Michelotti e Siqueira, 2019; Kato e Leite, 2020).

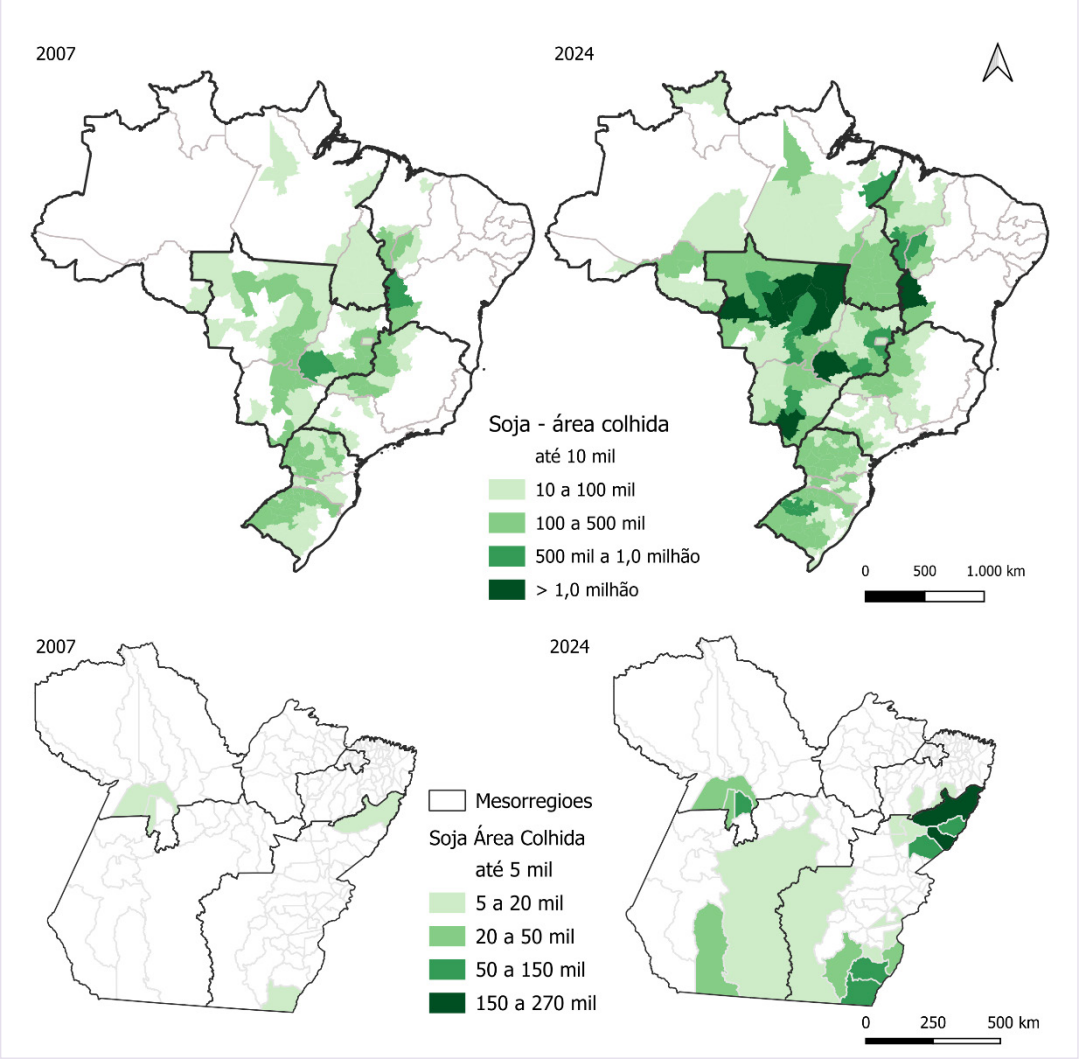
O agronegócio da soja e a expansão das *commodities* na Amazônia brasileira

Todo o processo descrito no item anterior pode ser bem ilustrado através da lavoura da soja que, desde o início do século XXI se tornou uma das principais *commodities* de exportação brasileira. Segundo os dados da Produção Agrícola Municipal – PAM, a área colhida passou de 8,8 milhões de hectares em 1980 para 10,3 milhões de hectares em 1995 (+ 17,4%), alcançando 20,6 milhões de hectares em 2007 (+ 99,7%) e 45,9 milhões de hectares em 2024 (+ 123,2%) (IBGE, 2026a). Nesse mesmo ano de 2024, a produção de soja foi de 144,5 milhões de toneladas, sendo 98,8 milhões de toneladas exportadas correspondendo a 12,7% do valor total das exportações brasileiras e 59,3% do total das exportações de produtos agropecuários (Brasil, 2026).

Essa expansão em área, para além dos aspectos quantitativos expressivos, trouxe deslocamentos regionais importantes (ver Figura 1). Se em 1980, a região Sul do país representava 78,9% da área colhida no Brasil, no ano de 2002 sua participação relativa havia sido reduzida para 41,8% enquanto a região Centro-Oeste havia sido responsável por 42,5% da área colhida total, tornando-se a principal produtora de soja do país. Em 2024, a região Centro Oeste foi responsável por 46,7% da área colhida e a região Sul por 28,5%, ambas se mantendo como as duas principais grandes regiões produtoras, porém com manchas significativas em sub-regiões específicas no Sudeste, Norte e Nordeste, como é o caso do Matopiba.

Sobre a região Norte, a comparação entre os mapas de 2007 e 2024 ilustra a expansão das áreas colhidas com soja em Rondônia e sul do Amazonas, bem como no Pará, além do próprio Tocantins que já apresentava uma área expressiva (incluída no Matopiba). Neste artigo, pretendemos dar destaque para a expansão da soja no estado do Pará onde, neste mesmo período ocorreu a consolidação dos três principais polos produtores (Paragominas, Santarém e Santana do Araguaia), bem como seu espraiamento no entorno, conformando complexos territoriais de produção de soja no estado[3].

Figura 1: Soja: Área Colhida por Microrregiões do Brasil e Municípios do Pará, 2007 e 2024 (em hectares).

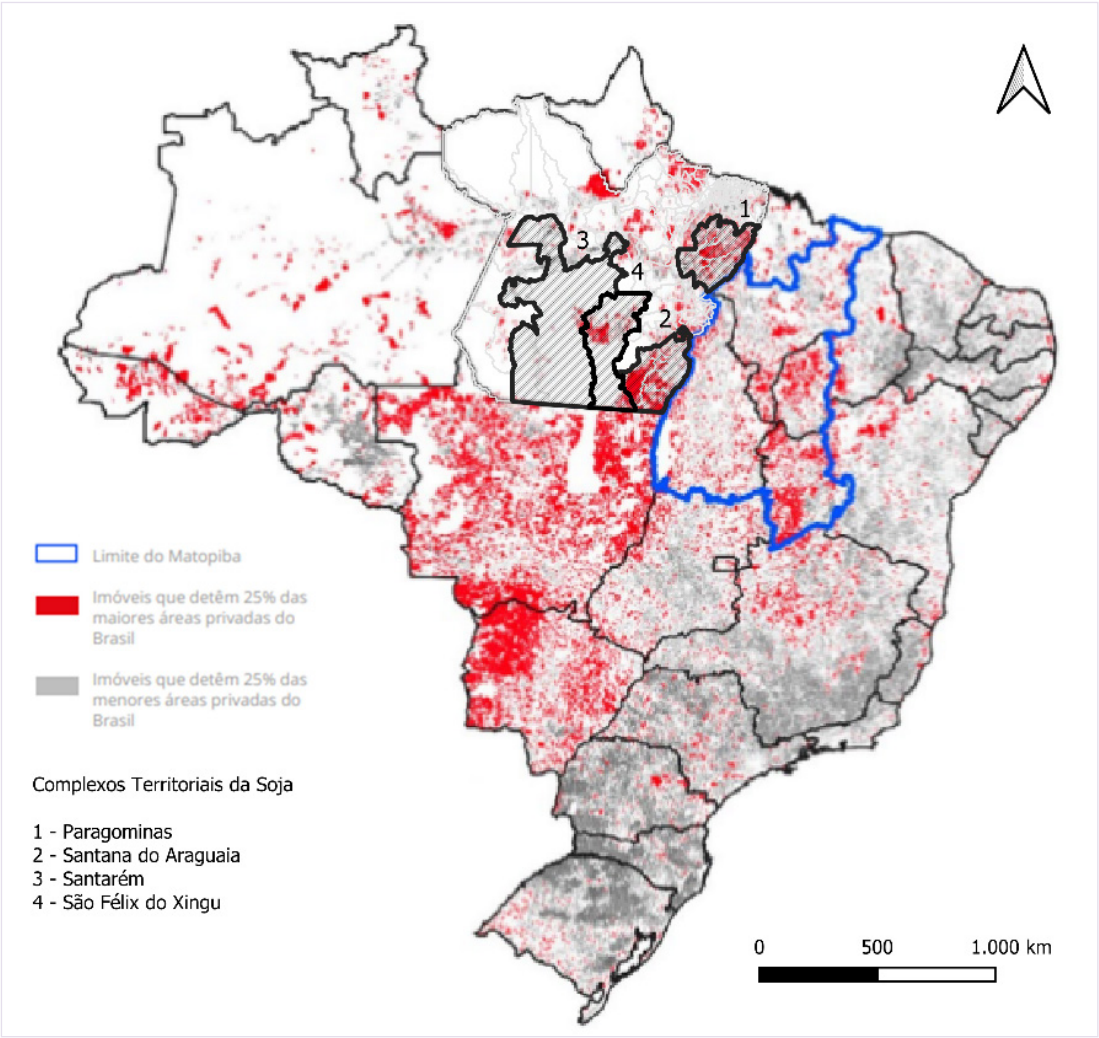


Fonte: IBGE (2026a). Elaboração dos autores.

O mapa da Figura 2 foi elaborado por Guedes Pinto et al. (2020) com o objetivo de identificar a desigualdade na distribuição de terras no Brasil a partir dos imóveis rurais cadastrados em bases públicas como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF). Ao contrário das análises mais comuns sobre desigualdade que são baseadas nos dados sobre estabelecimentos apresentados nos censos agropecuários, a produção desse dado a partir da base de imóveis rurais permitiu plotar sua localização geográfica, bem como comparar a diferença dos dados considerando ou não assentamentos de reforma agrária e somando imóveis diferentes do mesmo proprietário, sendo essa análise feita apenas para o caso do Pará que disponibiliza esse tipo de informação. Com isso, o trabalho reafirmou o elevado índice de Gini total no Brasil, mostrando que quando se excluem os assentamentos de reforma agrária ou se incluem a soma dos diferentes imóveis de um mesmo proprietário, esse índice aumenta ainda mais.

No caso do mapa em que são destacados os imóveis rurais que detém as 25% maiores áreas do Brasil, os autores chamam a atenção para sua concentração espacial principalmente nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e na região do Matopiba. Neste trabalho, aproveitamos a figura para indicar outras manchas de concentração desses imóveis com maiores áreas localizadas no sudeste do estado do Pará, sendo duas delas correspondentes aos complexos territoriais de produção de soja polarizados por Paragominas e Santana do Araguaia. Destaca-se, ainda, o município de São Félix do Xingu, para onde tem ocorrido uma expansão inicial do cultivo de soja, também com uma mancha de grandes imóveis.

Figura 2: Distribuição geográfica dos maiores e menores imóveis que ocupam 25% da área dos imóveis do Brasil, com destaque para MATOPIBA e Complexos de Produção de Soja do Pará – Brasil, 2020.

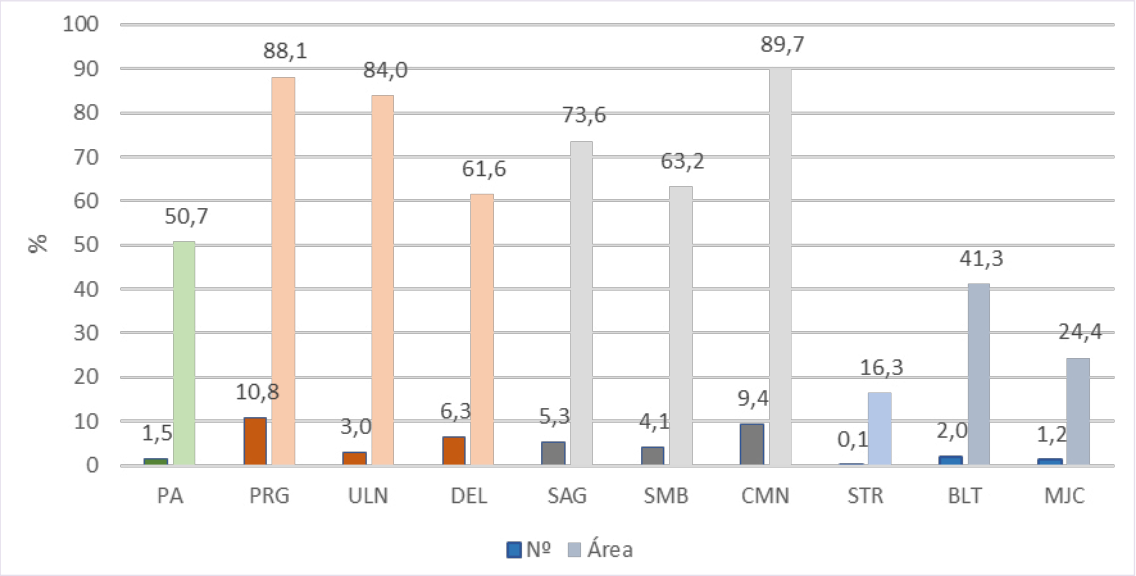


Fonte: Guedes Pinto, L. F. et al. (2020, p. 11). Complementado com complexos soja pelos autores.

Obs: Os complexos territoriais de produção de soja são compostos pelos seguintes municípios paraenses: (1) Paragominas, Dom Eliseu, Ulianópolis, Rondon do Pará, Goianésia do Pará, Tailândia, Ipixuna do Pará, Breu Branco, Tomé-Açu e Abel Figueiredo; (2) Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Cumaru do Norte, Conceição do Araguaia, Redenção, Floresta do Araguaia, Xinguara, Pau D'Arco, Rio Maria e Bannach; (3) Santarém, Mojuí dos Campos, Belterra, Trairão, Novo Progresso, Placas, Altamira e Vitória do Xingu. Inclui-se, de forma ainda não plenamente articulada a um único complexo, o município de (4) São Félix do Xingu.

Essa correspondência entre manchas de imóveis com grandes áreas e crescimento do cultivo da soja no sudeste paraense é reforçada pelo Gráfico 1 que indica a desigualdade da distribuição fundiária nos principais municípios produtores de soja no estado. Enquanto no conjunto do Pará os estabelecimentos maiores que mil hectares correspondem a 1,5% do total e ocupam 50,7% da área, o que já indica concentração fundiária, nos demais municípios que compõem os complexos territoriais em torno de Paragominas e de Santana do Araguaia esses grandes estabelecimentos variam em torno de 3,0% e 10,8% em quantidade e entre 61,6% e 89,7% da área total. Essa situação apresenta-se diferente no complexo territorial da soja em torno de Santarém, com uma concentração fundiária menor que a média estadual.

Gráfico 1: Percentual do número e área dos estabelecimentos agropecuário acima de mil hectares e em munícipios com presença expressiva do cultivo de soja - Pará, 2024.



Fonte: IBGE (2026b). Elaboração de Fernando Michelotti.

Obs. PA: estado do Pará; PRG: Paragominas; ULN: Ulianópolis; DEL: Dom Eliseu; SAG: Santana do Araguaia; SMB: Santa Maria das Barreiras; CMN: Cumaru do Norte; STR: Santarém; BLT: Belterra; MJC: Mojuí dos Campos.

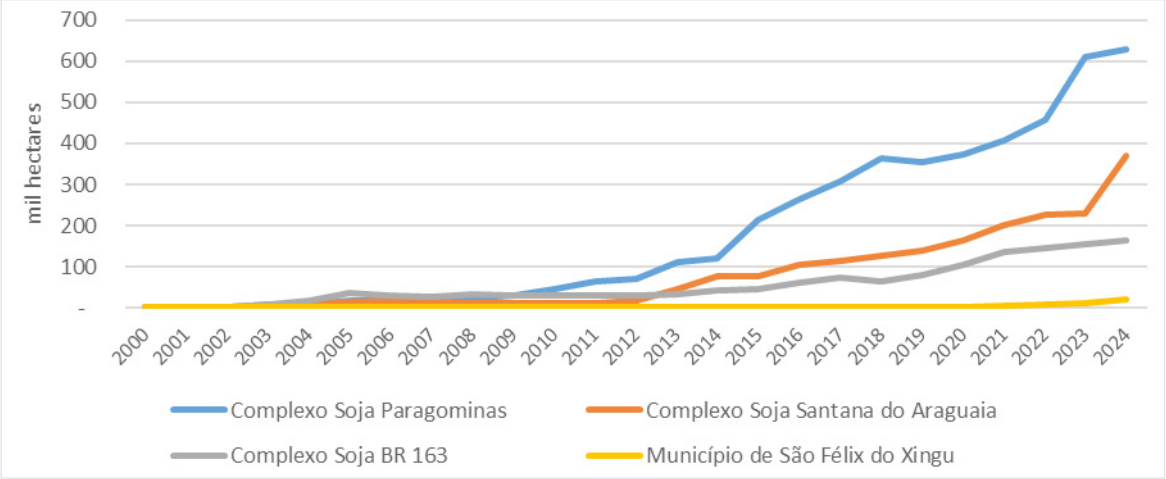
O peso dos estabelecimentos agropecuários acima de mil hectares nesses complexos territoriais da produção de soja é relevante pois, para o conjunto do estado, segundo dados do último Censo Agropecuário, essa classe de tamanho dos estabelecimentos foi responsável por 76,1% da área colhida com soja no estado em 2017, sendo que 30,0% da área colhida ocorreu em estabelecimentos acima de 10 mil hectares. A área média colhida em todo o estado foi de 593,6 ha/est., porém naqueles maiores que mil hectares, a área foi de 1.282,2 ha/est. e naqueles acima de 10 mil hectares foi de 5.423,8 ha/est.

Considerando-se, a partir dos dados acima, que os estabelecimentos com mil hectares ou mais são centrais para a produção de soja no estado do Pará e para a definição dos sistemas de produção estaduais, seu peso relativo na concentração fundiária dos complexos territoriais de Paragominas e de Santana do Araguaia amplifica a hipótese de que a expansão da soja na região tem apresentado uma afinidade com a concentração fundiária. A disponibilidade diferencial de imóveis de grandes dimensões, desde essa perspectiva, pode ser uma das explicações para o maior crescimento da cultura apresentado nos complexos territoriais do sudeste paraense do que no de Santarém/BR 163, conforme se observa no Gráfico 2.

Se a possibilidade de incorporação de terras é uma das determinações chaves para explicar a expansão do cultivo de soja no estado do Pará, outra de grande relevância é o financiamento rural. Como visto na parte inicial deste trabalho, o financiamento tradicional, via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) tem sido cada vez mais complementado por outros instrumentos financeiros, compondo uma financeirização da agricultura que extrapola o próprio financiamento da atividade produtiva em si, inserindo-a em circuitos mais amplos de valorização financeira. Apesar disso, o crédito rural continua sendo relevante para explicar a expansão produtiva, assim como para a própria financeirização do agronegócio.

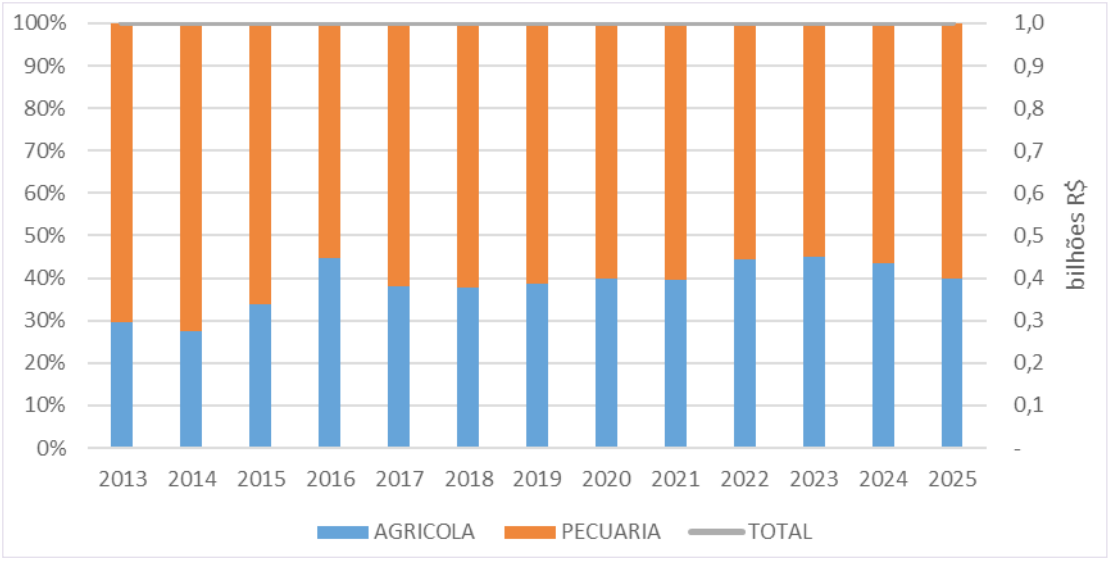
Os dados apresentados no Gráfico 3 indicam um crescimento total do crédito rural liberado no estado do Pará no período entre 2013 e 2023, que partiu de um patamar próximo a 1 bilhão de reais entre 2013 e 2015 para situar-se em torno de 5,4 bilhões de reais entre 2023 e 2025. Em que pese a importância da atividade

Gráfico 2: Soja - área colhida nos complexos territoriais de produção - Pará, 2000 a 2024.



Fonte: IBGE (2026a). Elaboração de Fernando Michelotti.

Gráfico 3: Composição relativa do custeio para pecuária e agricultura e valores absolutos (em R$ bilhões constantes de 2025) - Pará, 2013 a 2025.



Fonte: BACEN (2026a). Elaboração de Fernando Michelotti.

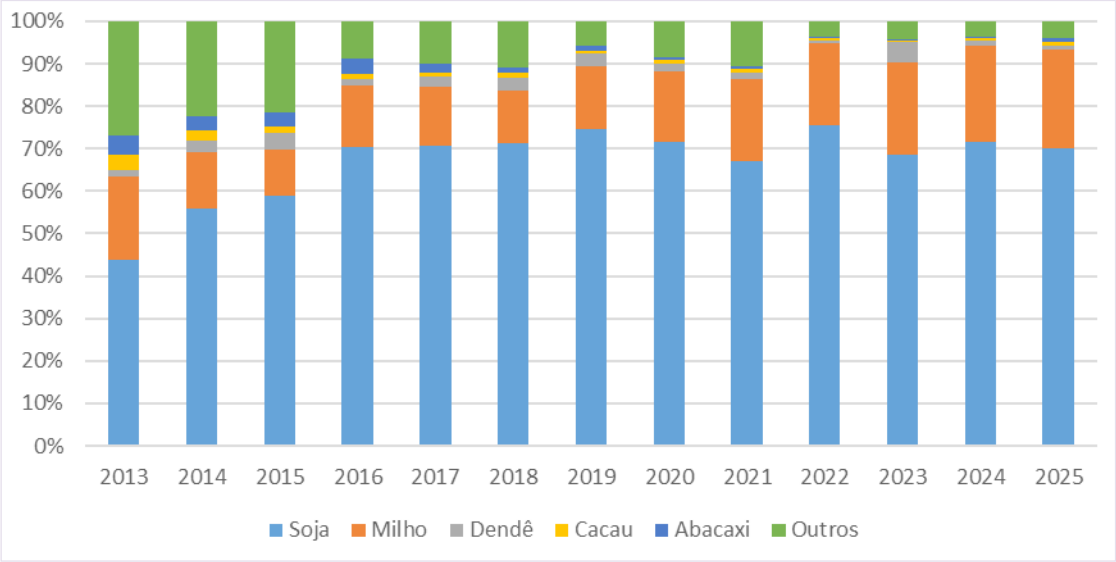
pecuária no estado, o custeio agrícola passou de 30% do valor total em 2013 para 40% em 2025, indicando um aumento nesse período, podendo ser considerado como um dos fatores impulsionadores do crescimento da área colhida com soja no estado, que passou de 20,7 mil hectares em 2013 para 262,4 mil hectares em 2024 (crescimento de 1.168%).

O Gráfico 4 indica a importância da soja dentre os custeios agrícolas paraense no período 2013 a 2025, cuja participação relativa cresceu a partir de 2013, alcançando o patamar de 70% do total a partir de 2016. Se for acrescentado o custeio ao cultivo do milho que, em grande medida, vem sendo cultivado na "safrinha" complementar à soja, o crédito para esses grãos vem se mantendo acima dos 90% do custeio agrícola no estado nos últimos anos.

Dinâmicas territoriais em curso: expansão – circulação/ fluxo – infraestrutura

O cenário da produção da soja no estado do Pará demonstrado até aqui, marcado por aumento das áreas colhidas especialmente em regiões com existência prévia de grandes imóveis rurais já convertidos em pastagens e de um sistema de crédito rural direcionado aos grãos, é importante para se compreender como esse agronegócio em expansão vai constituindo um sistema de produção de larga escala que reforça uma estrutura fundiária desigual e concentrada. Entretanto, tomando as áreas cultivadas com soja como a variável principal de expressão desse processo de expansão da produção de *commodities*, tem-se um quadro territorial limitado, uma vez que pouco informa sobre as conexões entre

Gráfico 4: Distribuição relativa dos valores de custeio agrícola liberados para os principais cultivos no estado do Pará – 2013 a 2025



Fonte: BACEN (2026a). Elaboração de Fernando Michelotti.

essas áreas e seus agentes. Buscando uma compreensão mais completa da dimensão territorial da produção de *commodities*, neste tópico buscar-se-á uma análise dos fluxos envolvidos e sua importância na conformação de novas frentes de produção.

Santos e Silveira (2006), interessados em uma geografia do movimento, partem da constatação de que a globalização amplificou as transformações no território brasileiro iniciadas na década de 1970, levando a novas divisões sociais e territoriais do trabalho com tendências a especializações dos lugares que, por sua vez, conduz a uma segmentação e fragmentação do território e exigências de maior fluidez do espaço com a expansão das redes de transporte e comunicação que permitem não apenas a circulação de trabalho e mercadorias, como de informações e finanças. Os sistemas técnicos, nesse processo, além de aumentarem seu tamanho, deixam de ser concebidos para atender as necessidades do lugar, sendo produzidos como parte de uma complexa rede material e imaterial que impulsiona a "difusão dos capitais fixos e constantes e a circulação veloz dos capitais especulativos" (idem, p. 102). Todo esse processo é direcionado para a criação de monofuncionalidades do uso da terra, negando a possibilidade de um uso plural do território, porém sempre com cooperações e resistências das rugosidades dos lugares (ibidem, p. 119)

Essa nova divisão territorial do trabalho aumenta a necessidade de intercâmbio e a circulação ganha maior impulso nesse contexto, conferindo importância para estudos do território que captem seus movimentos e valorizem uma perspectiva dinâmica. Nessa direção, Santos e Silveira (2006) recorrem aos conceitos de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação no espaço, formulados anteriormente por Milton Santos, que evidenciam como atuam os fluxos que perpassam o território, através da circulação de bens e produtos, mas também de capitais, informações e comandos que, ao mesmo tempo, evidenciam as hierarquias dos lugares. Entretanto, a importância dos fluxos, inclusive os imateriais, não pode ser compreendida descolada dos fixos, ou seja, da base material que permite a circulação e é por ela afetada. Exemplificando, os autores chamam a atenção para a relação dialética entre a conformação da malha rodo-ferro-aquaviária brasileira em cada momento histórico e os fluxos, potenciais e reais, de pessoas e mercadorias, assim como a relação entre as infraestruturas de comunicação, a expansão e interconexão da rede bancária e das bolsas de valores e a circulação frenética das várias formas de dinheiro, impulsionando a financeirização da sociedade e do território.

Este último exemplo dialoga com a proposição de Chiapello (2025) de fundamentar uma sociologia dos circuitos financeiros que contribua para a compreensão de diversas transformações políticas e econômicas que, no contexto atual, expressam os processos de financeirização de empresas e do próprio Estado, bem como seus circuitos específicos, corporativos ou estatais, de captação de recursos e financiamento, além dos circuitos de crédito e das metamorfoses das instituições bancárias e não bancárias que neles operam, influenciando o conjunto das políticas públicas. Para a autora, estudar esses fluxos financeiros e suas transformações permite compreender tanto seus efeitos distributivos, quando as mudanças nas relações de poder entre os agentes envolvidos, influenciando a capacidade de ação das organizações públicas ou privadas, em função de como obtém liquidez para realizarem suas atividades.

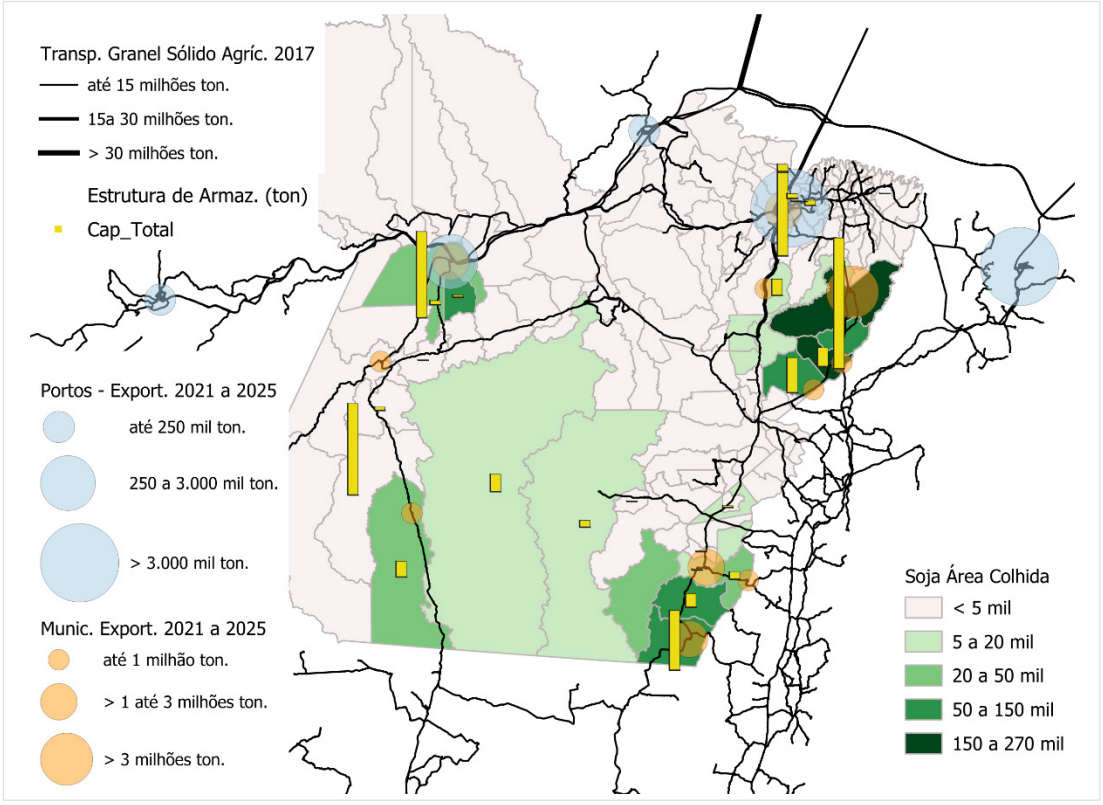
O estudo sociológico dos circuitos financeiros, entretanto, tem especificidades que os diferenciam do estudo de outros circuitos de produção e circulação de mercadorias, dado que o dinheiro não apresenta nem um momento específico de criação ou de consumo final, tampouco uma circunscrição delimitada, já que ele se mantém sempre em circulação por diferentes escalas e alternando suas formas específicas e seus sentidos sociais e culturais. Em função dessas características, Chiapello (2025) propõe analisar os circuitos a partir de sua materialidade, envolvendo de maneira indissociável tanto as múltiplas formas assumidas no processo concreto de circulação em função da origem e utilização, por exemplo salário, rendimento, doação, imposto etc, ou de práticas de gestão ou significado social ou cultural, quanto as infraestruturas que permitem a circulação do dinheiro, o que inclui suas bases materiais e físicas, mas também as estruturas legais, técnicas, de TI, administrativas e contábeis, bem como o trabalho social para construí-la, mantê-la e operá-la, atravessadas por dimensões políticas (relações de poder) e socioeconômicas (desigualdades distributivas ou de acesso). Embora os estudos da infraestrutura e dos arranjos sociotécnicos que viabilizem a circulação do dinheiro tendem a uma análise mais descritiva, a abordagem proposta por Chiapello (2025) se preocupa em compreendê-los como ponto de partida para formas relacionais que evidenciam as relações que os agentes forjam entre si e permitem uma abordagem efetivamente analítica.

As concepções de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação no espaço, abordadas por Santos e Silveira (2006) a partir da geografia, bem como as especificidades dos circuitos financeiros apresentados em uma perspectiva sociológica por Chiapello (2025) podem contribuir para as reflexões apresentada neste trabalho sobre a expansão da produção de *commodities* na Amazônia. Em primeiro lugar, provocam um olhar sobre as conexões entre as novas áreas e a totalidade do circuito de produção de *commodities*, evitando observar essas áreas como territórios isolados dos processos, dos agentes e das relações que se estruturam em múltiplas escalas espaciais e que lhe atribuem sentido.

Observar esses circuitos permite entender cada novo território da produção de *commodities* a partir de sua própria especificidade, compreendida como a superposição e interação de diversos circuitos de produção entre si e com as rugosidades do lugar (Santos e Silveira, 2006). Refletindo sobre essas especificidades do lugar, é possível uma melhor compreensão não apenas de como operam os vetores de expansão das *commodities*, mas como eles, mais concretamente, se territorializam em cada nova fronteira e atuam para imprimir uma monofuncionalidade no uso da terra que tendem a conformar uma especialização e financeirização desses territórios.

A Figura 3 é ilustra como a territorialização da soja no estado do Pará vai bem além dos municípios onde ocorre a produção. Como mercadoria de exportação, toda uma rede logística de armazenamento, rodovias,

Figura 3: Estrutura e fluxos de produção – circulação da soja no Pará, 2026.



Fonte: IBGE (2026a); ONTL (2026); CONAB (2026); BRASIL (2026). Elaboração de Fernando Michelotti.

hidrovias e portos vai se constituindo, estruturando o estado em seu conjunto como um território especializado em *commodities*. As novas áreas de expansão da produção não podem ser compreendidas isoladas das suas conexões a toda essa estrutura logística que articula a produção e a circulação.

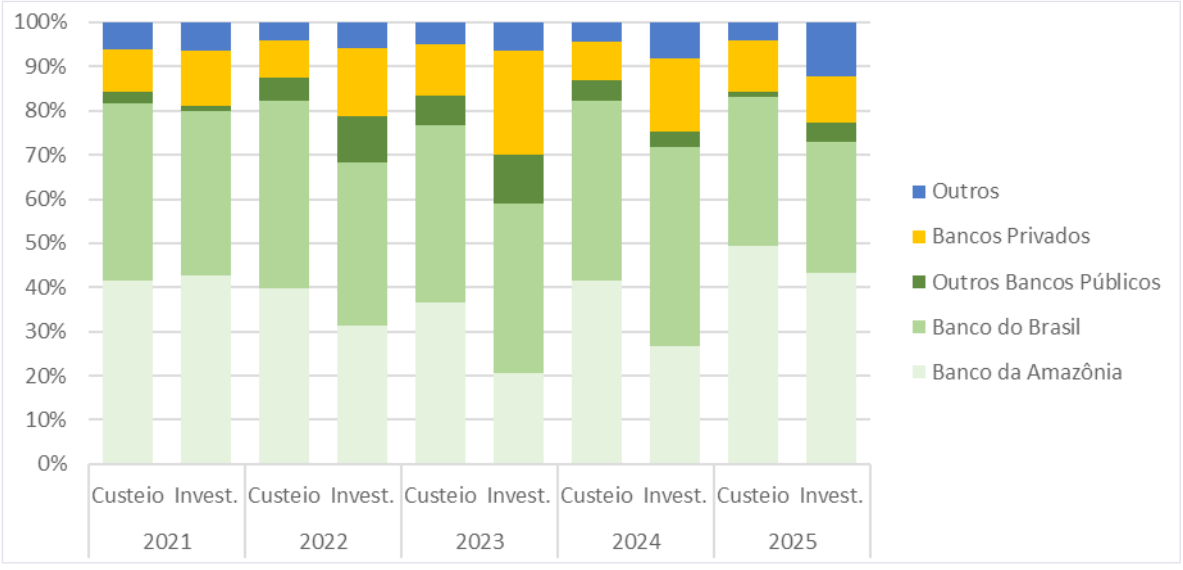
A complexa relação entre a produção e a base infraestrutural que viabiliza sua circulação é determinante para que se produza uma relativa homogeneização das condições de acumulação de capital, integrando as localidades, de forma polarizada e hierarquizada, ao processo de desenvolvimento desigual e combinado capitalista, mas também às suas contradições (Werner e Brandão, 2019). Localmente, sua implantação demanda disponibilidade de terras e de espaços disponíveis o que pode amplificar processos de expropriação e de *land grabbing*, além de potencializar blocos de agentes e frações de capitais com grande poder de decisão estratégica. Nessa mesma direção, Wesz Jr, Cuéllar Benavides, Kato (2024) aprofundam reflexões sobre as relações entre as infraestruturas logísticas, os avanços das fronteiras neoextrativistas e as dinâmicas de expropriação na Amazônia.

Werner e Brandão (2019) indicam que, dada sua escala e indivisibilidade técnica, elevada imobilização de capital e longo tempo de maturação dos investimentos, a infraestrutura tende a impor esquemas de financiamento específicos com ampla participação do Estado, seja investindo diretamente, seja criando as condições para os investimentos privados cada vez mais financeirizados. Analisando os nexos entre neoextrativismo, neoliberalização, finanças e infraestrutura, Yassu e Klink (2024) indicam que as necessidades crescentes de conectividade resultantes da globalização produtiva e financeira vêm impulsionando transformações profundas na logística, tanto em termos de mudanças nos meios de transporte e na gestão por meio de tecnologias de informação e comunicação, quanto em termos de grandes projetos de infraestrutura sob gestão corporativa. Com isso, a infraestrutura logística não só expande geograficamente as relações sociais e de poder capitalistas, sustentando a produção e circulação, como ela própria passa a ser concebida como ativo financeiro.

Essas sínteses das reflexões apresentadas por Wesz Jr, Cuéllar Benavides, Kato (2024), Yassu e Klink (2024) e Werner e Brandão (2019), complementam as reflexões sobre financeirização da terra e da agricultura apresentada na parte inicial deste artigo, indicando como a estruturação da produção-circulação de *commodities* vem impulsionando a financeirização do território em uma escala mais geral.

Na escala especificamente local, além dos impactos desses vetores mais gerais no impulso às tendências de financeirização da terra e dos grandes projetos de infraestrutura, esse processo ganha força pela expansão dos circuitos de crédito onde o Estado também possui participação significativa. Dados do crédito rural concedido no estado do Pará, no período entre 2021 e 2025, indicam uma significativa atuação dos bancos públicos, responsável por 70% ou mais da soma dos custeios e investimentos em atividades agrícolas e pecuárias, com destaque para o Banco da Amazônia e o Banco do Brasil (cf. Gráfico 5). Há que se chamar atenção, no entanto, para o crescimento de novos instrumentos que impulsionam a financeirização da agricultura, como por exemplo as LCAs que chegaram a 20,9% do crédito concedido no estado do Pará em 2025 e a 25,3% quando o produto financiado foi a soja. Além da LCA, devem ser lembradas outras fontes e agentes financeiros que não são registrados na Matriz do Crédito Rural do Banco Central (Bacen), como por exemplo os Fiagros, e que merecem estudos específicos mais detalhados.

Gráfico 5: Crédito rural concedido no estado do Pará, por segmento de instituição financeira – 2021 (em %).

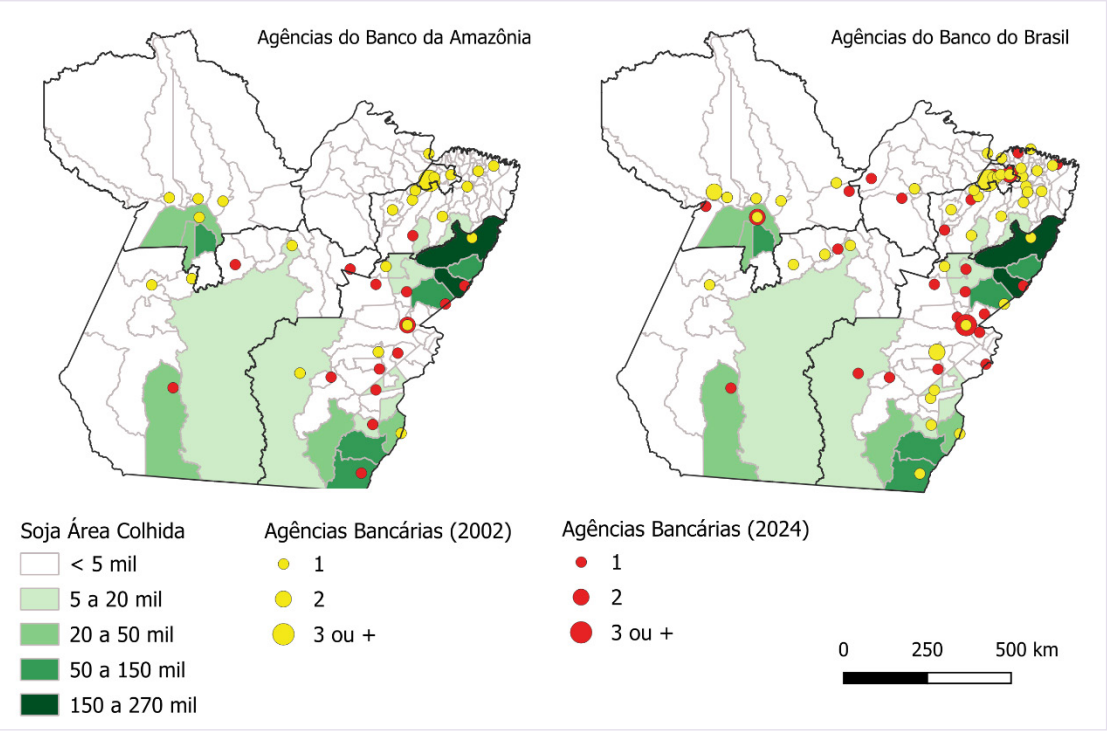


Fonte: BACEN (2026a). Elaboração dos autores.

Considerando a relevância do Banco da Amazônia e do Banco do Brasil na concessão do crédito rural no estado do Pará, é importante observar a expansão de suas redes de agência nas áreas de expansão da produção de *commodities*. Conforme ilustrado na Figura 4, no período entre 2002 e 2024 houve um crescimento significativo de agências desses bancos na mesorregião sudeste paraense, contribuindo para a expansão da infraestrutura financeira naquela região marcada pela expansão da produção de *commodities* como a pecuária, mas também da soja.

A expansão dos circuitos financeiros no sudeste paraense, expresso pelo crescimento da rede bancária, reflete-se também na distribuição do crédito rural nos distintos complexos territoriais da soja no estado. Considerando-se o período 2021 a 2025, a concessão de crédito agrícola nos complexos territoriais da soja de Santana do Araguaia e Paragominas oscilou em torno de 80% do custeio e de 60% dos investimentos do total paraense, indicando forte correlação entre essas variáveis e a expansão da produção de grãos nesses complexos territoriais (ver Gráfico 6). Enquanto o crédito de custeio foi predominantemente voltado à soja e ao milho, conforme visto no Gráfico 4 anteriormente, no investimento agrícola para o conjunto do estado do Pará, predominaram as concessões direcionadas à mecanização (aquisição de máquinas, implementos, tratores e caminhões), manejo do solo (correção, adubação e proteção), pastagens, implantação de cultivos perenes (açaí, dendê e cacau) e implantação de infraestrutura (armazéns, depósitos, silos e galpões), que alcançam quase 90% do total do crédito nessa modalidade.

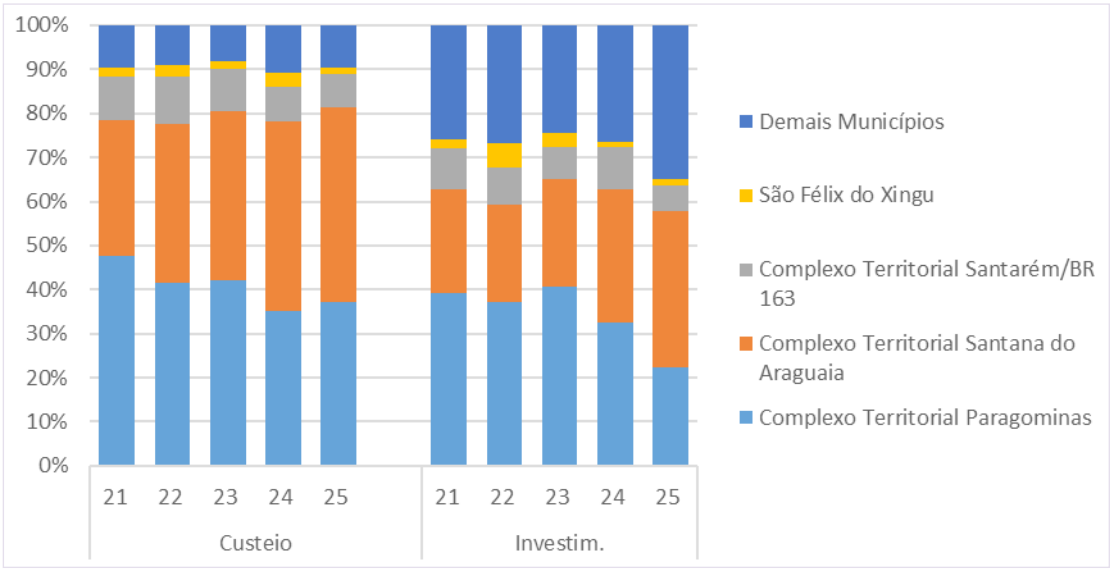
Figura 4: Agências do Banco da Amazônia e Banco do Brasil nos Municípios do Pará, 2002 e 2024.



Fonte: IBGE (2026a); BACEN (2026b). Elaboração de Fernando Michelotti.

O conjunto de dados apresentados acima busca embasar uma compreensão da expansão da produção de soja na região norte brasileira, em especial no estado do Pará, como parte de um processo mais amplo de "neoextrativismo" associado à reprimarização das exportações brasileiras, a um pacto de economia política em torno das *commodities* e à financeirização da agricultura que impactam a questão agrária nacional e os territórios específicos onde ocorrem. Essa expansão não se restringe à produção agropecuária em si, mas a uma totalidade que envolve a estruturação de amplos circuitos espaciais que garantem a circulação das mercadorias, das pessoas, das informações e das finanças, homogeneizando as condições de acumulação, integrando os territórios e aprofundando hierarquias espaciais, bem como tendências de especializações produtivas que limitam outros usos e outros sujeitos. Múltiplos agentes envolvem-se na estruturação desses circuitos, com papel de destaque ao Estado que atua consolidando interesses hegemônicos, ajustando os arcabouços institucionais e aportando recursos, seja através do investimento direto, seja através da concessão de crédito aos agentes privados, ou ainda por meio da mitigação dos riscos (inclusive jurídicos) que poderiam afastar tais investimentos, como bem lembrou Gabor (2021).

Gráfico 6: Crédito Agrícola Concedido no Pará – 2021-2025, por complexos territoriais da soja (em %).



Fonte: BACEN (2026a). Elaboração de Fernando Michelotti.

Os dados procuram enfatizar, ainda, que para além da dimensão tecnológica que atua para o aumento da produtividade do trabalho e da terra, informação muito presente no discurso dos representantes do chamado agronegócio, esses circuitos de produção e circulação são territorialmente expansivos, associando-se a um movi-mento mais geral de *land grabbing* que se beneficia e impulsiona a concentração de terras e de recursos no Brasil. No item seguinte, serão analisadas alguns desses processos territorialmente localizados, tomando como referência a recente expansão da soja para o município de São Félix do Xingu (SFX), localizado na porção mais a oeste do sudeste paraense.

Expansão das *commodities* em São Felix do Xingu: agentes, estratégias e especialização produtiva

São Félix do Xingu é um exemplo da contínua expansão das fronteiras agropecuárias na Amazônia, interligado por rodovia com o restante da região sudeste paraense na década de 1980 e vivenciando, desde então, um expressivo processo de crescimento demográfico, de incorporação de terras, de desflorestamento para implantação de pastagens e de conflitos agrários e socioambientais (Schmink e Wood, 2012; Castro, Monteiro e Castro, 2004; Cardoso, 2023, Andrade Júnior, 2024). Comparando-se os dados dos Censos Agropecuários de 1995-96 e 2017 verifica-se um aumento de cerca de 1,7 milhões de hectares recenseados no município. Processo este que aprofundou a desigualdade fundiária uma vez que os grandes estabelecimentos com mil hectares ou mais, que detinham 49,6% das terras em 1995, passaram a concentrar 65,0% do total em 2017.

Nesse mesmo período, as pastagens em SFX passaram de 170 mil hectares, o que correspondia a 22,9% da área dos estabelecimentos em 1995, para 1,4 milhões de hectares, correspondendo a 58,3% da área dos estabelecimentos em 2017. De forma correspondente, o rebanho bovino cresceu no município, neste mesmo período, de 148 mil cabeças para 1,4 milhões de cabeças e, assim como a terra, concentrou-se nos grandes estabelecimentos maiores que mil hectares que saltaram de 41,1% do rebanho em 1995 para 53,1% em 2017. Nesse período, a pecuária se tornou a principal atividade econômica do município e o maior vetor de desmatamentos e de incorporação de novas áreas.

É nesse cenário de uma pecuária já fortemente estabelecida, inclusive com agroindústrias frigoríficas implantadas no município, que a soja começou a ser introduzida no ano de 2018. Inicialmente com uma área colhida de 500 hectares e produtividade de 2,4 ton/ha nesse ano, a soja vem se expandindo e alcançando, segundo dados do IBGE-PAM, uma área colhida de 15 mil hectares e produtividade de 4 ton/ha em 2024. Parte dessa produção vem ocorrendo no extremo sul do município, em uma área separada da sede municipal por terras indígenas e que apresenta uma relação mais intensa com o complexo de Santana do Araguaia, além de áreas mais próximas da sede municipal, concentrando-se principalmente na região da estrada da Taboca/ Campo Verde, na margem oposta do rio Fresco e na Area de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, na margem oposta do rio Xingu.

Uma sistematização das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) do estado do Pará, referentes ao ano de 2021, indica que do valor total registrado como produto “soja, mesmo triturada, exceto para semeadura” em NF-e emitidas em SFX para fora do município, 74,7% tiveram como destino o município de Paragominas, enquanto 23,0% foram direcionadas para o município de Santana

do Araguaia. Totalizando 97,7% do valor total comercializado, pode-se dizer que a produção de soja em São Félix do Xingu vem se configurando como uma expansão dos complexos de produção do próprio sudeste paraense, principalmente de Paragominas, mas também de Santana do Araguaia.

Interessante observar que a perspectiva de conexão do município com o complexo territorial da soja da BR-163/Santarém que era levantada como projeto de modernização agropecuária no auge da abertura das fronteiras do Xingu/Iriri/Terra do Meio, captados em entrevistas no início da década de 2000 por Castro, Monteiro e Castro (2004), não se confirmou. Em parte, em função dos bloqueios a esse movimento de fronteira com a criação das unidades de conservação da Terra do Meio associados à diversas políticas de combate ao desmatamento, porém, também pela própria conexão com os complexos territoriais do sudeste paraense que acabaram por se configurar como mais expansivos do que o de Santarém.

Buscando compreender as transformações locais decorrentes da expansão dos circuitos das *commodities*, Heredia, Palmeira e Leite (2010) e Leite (2015) enfatizam que as análises não devem se restringir ao caráter quantitativo, negligenciando as modificações mais amplas nas sociedades das áreas onde ocorre essa expansão. Desde essa perspectiva, esses autores reforçam a importância de se analisar as "sociedades do agronegócio" que vão se formando nessas regiões, que extrapolam as unidades agrícolas ou empresas agroindustriais diretamente envolvidas e alcançam múltiplas dimensões sociais, culturais e políticas. Incluem-se, nessas dimensões, as relações da sociedade local com as intervenções do Estado, em especial, suas políticas relativas ao reordenamento territorial, ao mercado de trabalho, aos marcos regulatórios ambientais, às políticas de infraestrutura, além do próprio crédito e financiamento.

Especial atenção é dada pelos autores aos processos de deslocamento populacional, considerando que a presença dos "de fora" é um impulso importante da expansão do agronegócio. Considerando a intensidade e a velocidade da expansão da produção de *commodities* e das transformações regionais dela decorrentes, há uma complexidade de agentes que produzem as reconfigurações locais. Por isso, os conflitos são uma marca importante desse processo, como já afirmava o debate sobre o neoextrativismo (Svampa, 2019), porém pensados em sua complexidade, já que abarcam distintos sujeitos, interesses e estratégias, muitas vezes divergentes e de difícil equacionamento (Heredia, Palmeira e Leite, 2010).

Em escala local, compreender a expansão do cultivo de soja para além dos grandes vetores que a impulsionam tem como elemento central a identificação dos agentes sociais e suas estratégias. A partir de trabalho de campo e análise de dados públicos, obtidos através do CAR e do registro dos cultivos de soja na Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará), e considerando apenas as áreas de produção mais próximas à sede do município, foram identificados três tipos de agentes ligados ao cultivo de soja: empresas, fazendeiros de fora, fazendeiros locais. A seguir, uma breve caracterização de cada agente.

- **Empresas**: na verdade, trata-se de uma única empresa, cuja matriz se localiza em Paragominas e se dedica ao cultivo de soja e à sua comercialização e armazenamento, por meio de fazendas e unidades de armazenamento em diversos municípios da região. Em SFX atua apenas no cultivo, tendo adquirido fazendas na região em função da qualidade do solo e do regime de chuva local, o que permite iniciar o plantio mais de dois meses antes do que Paragominas. É a maior produtora individual, com aproximadamente 34% da área plantada no município na safra 2024/2025, segundo registro na Adepará. A fazenda possui amplo maquinário, incluindo avião agrícola, e estrutura própria de silos e, além da soja, está desenvolvendo cultivo de milho "safrinha" e integração lavoura-pecuária.
- **Produtores de Fora**: trata-se de um único grupo familiar, conhecido como os "gaúchos" pela sua origem sulista, porém com passagem anterior pelo Centro-Oeste. Ao contrário da empresa, adquiriram apenas uma pequena fração de terra onde instalaram silos de armazenamento, realizando a sua produção em terras arrendadas de fazendeiros locais. Os arredamentos são de cerca de 10 anos, cotados em soja, por isso têm se dedicado também ao cultivo do milho "safrinha", onde obtém importantes ganhos complementares. Possuem maquinário básico, além de alugarem outras máquinas no estado e no Rio Grande do Sul. Estão associados a uma nova loja agropecuária no município que articula a compra de insumos. Não são os principais produtores, em termos quantitativos, comandando apenas 14,5% da área cultivada na safra 2024/2025, porém possuem importância no processo pela sua experiência com a cultura e forte interação com os fazendeiros locais.
- **Fazendeiros Locais**: são fazendeiros que chegaram na região a partir das décadas de 1990 e 2000, associados direta ou indiretamente com a extração de madeira e o desflorestamento para abertura de pastagens e formação de fazendas dedicadas à pecuária. Vêm experimentando o cultivo de soja como uma atividade complementar à pecuária, em alguns casos a partir de interesses da segunda geração, mais jovem e conectada ao Centro-Oeste.

Todos são proprietários das terras, porém há casos de arrendamento dentro do grupo familiar, em que um membro da família assume a produção de grãos e arrenda as áreas dos parentes e vizinhos. Em termos de área plantada, se diferenciam em três subgrupos: aqueles cuja área de plantio varia entre 100 e 300 hectares, aqueles com área de cultivo entre 500 e mil hectares e outros com área superior a mil hectares. Em termos do peso relativo da área cultivada no município, respectivamente, esses subgrupos foram responsáveis por 7,3%, 38,7% e 27,6% da área cultivada na safra 2024/2025. Esses números indicam que, apesar da importância dos vetores exógenos, os fazendeiros locais têm sido os principais produtores em área, com 51,1% do total na última safra.

Em todas essas categorias de produtores de soja, chama a atenção a importância da integração entre o cultivo de soja e o cultivo de milho 'safrinha'[4]. Essa informação é compatível com o crédito rural concedido para atividade agrícola em SFX no período entre 2021 e 2025[5], cuja composição dos valores financiados foi de 38,3% para pastagens, 34,6% para soja, 25,3% para milho, 1,1% para cacau, 0,5% para estruturas de armazenamento (armazéns, depósitos, silos, galpão etc) e 0,2% para máquinas e implementos. Mesmo considerando a importância das pastagens para a agropecuária local, o que justifica o seu maior valor isolado, chama a atenção a participação relativa dos financiamentos para soja e milho, muito superiores ao cultivo de cacau, por exemplo, considerada como a principal cultura voltada para a sustentabilidade ambiental do município.

Em termos de valores, o financiamento da soja e do milho somados correspondem a 60,0% do total no período analisado. Esses dados informam não apenas sobre a importância que o cultivo de grãos vem adquirindo no município, mas também sobre a importância relativa que o milho vem alcançando em cultivo direta ou indiretamente associado à soja, porém com algumas características distintas.

A partir da sistematização das NF-e do ano 2021, enquanto a soja originada em SFX teve majoritariamente como destinatário empresas classificadas como "comércio atacadista de soja ou matérias primas agrícolas" (96,2% do valor) nos dois principais complexos produtores e exportadores de soja do estado – Paragominas e Santana do Araguaia, o milho foi destinado prioritariamente para empresas classificadas como "criação de bovinos para corte" localizados em outros municípios da região, incluindo São Félix do Xingu com 8,8% do valor. Essa diferença sugere que, enquanto a soja se integra mais diretamente aos circuitos de exportação de *commodities*, a produção de milho tende a uma maior integração com a produção pecuária regional.

Os vários elementos analisados parecem sugerir que a expansão da soja para SFX não indica, pelo menos nessa fase inicial, um conflito com a conformação anteriormente instituída de uma sociedade do agronegócio local fortemente ancorada na concentração fundiária e na produção pecuária extensiva. As várias sinergias entre a produção de soja, de milho e da pecuária, desde os mecanismos de apropriação e concentração da terra e das fontes de financiamento, os sistemas técnicos integrados de produção e de infraestrutura logística, mas também os próprios agentes locais envolvidos no cultivo, sugerem não uma ruptura, mas uma possibilidade de rearranjo da sociedade do agronegócio local, ampliando, através do controle da terra, seu papel de mediação local na especialização e financeirização do território em sua integração aos circuitos globais de *commodities*.

Conclusões

Ao longo desse artigo procuramos mostrar que o processo de expansão da produção de *commodities*, em particular a soja, vem produzindo novas dinâmicas territoriais e reorganização do espaço que não são mais capturadas pelas chaves anteriores de leitura da chamada "modernização agrícola", fundamentada especialmente na mudança da base técnica dos estabelecimentos agropecuários, tendo como base os recursos financeiros disponibilizados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, em particular nos anos 1970 e 1980. Além de ocupar novos biomas e regiões do meio rural brasileiro, como a região amazônica por exemplo, as estratégias de produção desses bens exportáveis praticados como monoculturas, engendram novas dimensões que o "pacto do agronegócio", para ficarmos nos termos propostos por Delgado (2012), passaram a desenhar no contexto histórico recente, sobretudo a partir dos anos 2000 com o "boom das commodities" (Flexor e Leite, 2017).

Nesse sentido, ganham relevo movimentos como aqueles da estrangeirização das terras e da financeirização da agricultura, facilitados por novos instrumentos (inclusive jurídico-legais) de políticas públicas, que integram fluxos específicos de ações que assumirão particularidades importantes em cada um dos territórios afetados. Associados aos fluxos de atores que passam a integrar esse novo cenário (por exemplo, produtores "gaúchos" que compram terras no Centro-Oeste ou na região Norte, ou ainda, mão-de-obra empregada nessas áreas composta por trabalhadores temporários oriundos de regiões vizinhas) e ao fluxo de investimentos (nacionais ou internacionais) derivados dos mais diferenciados fundos (de pensão, de investimento, soberanos, de doação etc.) que endereçam recursos para essas regiões de "fronteira agrícola", teremos portanto um complexo

quadro de questões que "aterrizam" nessas áreas e produzem nova ordem de questões (e oposições) sociais, revelando uma série de disputas, atores, territórios e projetos anteriormente não mobilizados (ou mobilizados com menor intensidade).

Esse parece ser o quadro informado pela dinâmica de expansão da produção de soja, por exemplo, na região amazônica, em especial no estado do Pará e de forma ainda mais específica nessa região onde está localizado o município de São Felix do Xingu. Procuramos mostrar como essas novas dinâmicas, seus fluxos e esquemas de circulação, se desenvolvem, com atores locais e/ou vindos de fora, e passar a ressignificar a paisagem agrária abrindo nova frente de questões (ambientais, econômicas, sociais, políticas, etc.). Ressaltamos que esse movimento se faz num contexto histórico e regionalmente específico, como no caso analisado, mas que, cada vez mais, ganha amplitude nacional e internacional, tendo em vista as conexões previamente estabelecidas, especialmente diante dos interesses financeiros dos fundos de investimento, mas também das ações derivadas de estratégias empresariais de (agro) indústrias, naquilo que poderíamos chamar de um fluxo de capital industrial, complementar aos anteriores.

O desfecho desse percurso ainda não está fechado, visto que ele provoca reações, especialmente de segmentos atingidos diretamente pelos movimentos acima, bem como novas contradições (inclusive entre os próprios segmentos industriais, agrários e financeiros presentes) e condicionalidades internacionais cada vez mais atuantes, especialmente no plano ambiental. No entanto, o que nos interessa nesse exercício, é mostrar que precisamos aprimorar novas ferramentas de análise para uma compreensão mais abrangente e complexa desse processo, buscando definir seus alcances, limites e contradições, questionando o sentido dessa transformação e os impactos daí derivados.

Notas

[1]Acrônimo para região que compreende áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

[2]Como exemplo de novos títulos criados em 2004 tem-se: CDCA – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio; LCA – Letra de Crédito do Agronegócio; CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio; CDA – Certificado de Depósito Agropecuário; WA – Warrant Agropecuário.

[3]Com base em Coraggio (1991), os complexos territoriais de produção são entendidos como um recorte espacialmente adensado de atividades que apresentam tanto articulação físico-técnica, quanto organicidade social entre si, expressas através de relações de trabalho, de produção, de acumulação e/ou de reprodução social. Sua análise busca evidenciar, de forma integrada, as bases físico-técnicas da produção e as relações com a natureza, a organicidade produção-circulação e a determinação dos agentes envolvidos, permitindo uma mediação entre o social e o espacial. Para a aplicação dessa perspectiva teórico-metodológica na delimitação de complexos territoriais neoextrativistas na Amazônia, ver Michelotti (2023).

[4]Esse consórcio entre soja e milho é muito comum entre produtores do Mato Grosso, também de origem gaúcha e que informam, de certo modo, a forma de produzir nas áreas posteriormente ocupadas nos estados de Rondônia, Roraima, Amapá e Pará, com famílias oriundas dessas áreas do Centro-Oeste ou diretamente do Sul do país (Heredia, Palmeira, Leite, 2010). Com o aumento exponencial do número de biodestilarias no Centro-Oeste e o impacto na cotação do milho, vários produtores estão considerando a substituição da safra de soja pela de milho ou tornar a soja objeto da "safrinha".

[5]Cálculo realizado a partir de valores deflacionados para dez. 2025. Parte dos dados disponibilizados pelo BACEN como crédito concedido por produto não indica o município financiado. Portanto, esses dados devem ser considerados apenas como indicativos, sendo possível que tenham ocorridos outras operações em SFX no período tratado que se encontrem no grupo dos créditos sem especificação de município.

Referências

ANDRADE JÚNIOR, J. R. P. Combate ao desmatamento na Amazônia: o caso de São Félix do Xingu-PA (1989-2023). *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 14, n. 2, 2024, p. 411-433.

BACEN – Banco Central do Brasil. *Matriz de Dados do Crédito Rural*/Crédito Concedido. Brasília, 2026a. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural

BACEN – Banco Central do Brasil. *Relação de Agências e Postos de Atendimento das Instituições Financeiras e Filiais das Administradoras de Consórcio*: nov/2024. Brasília, 2026b. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Ffis%2Finfo%2Fagencias.asp

BORRAS JR., S. M.; KAY, C.; GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. *Land grabbing* and global capitalist accumulation: key features in Latin America. *Canadian Journal of Development Studies*, 33:4, p. 402-416, 2012. DOI: https://doi.org/10.1080/02255189.2012.745394

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. *Resultados do Comércio Exterior Brasileiro – Dados Consolidados*: jun.2026. Brasília, 2026. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html

CARDOSO, N. *O paraíso do gado: a dinâmica do município de São Félix do Xingu na atualidade*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia -UERJ, 2023.

CASTRO, E. R.; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. P. Atores Sociais na Fronteira mais Avançada do Pará: São Félix do Xingu e a Terra do Meio. *Papers do NAEA,* nº 180, 2004.

CHIAPELLO, E. Introduction à la Sociologie des Circuits Financiers. In: CHIAPELLO, E.; VIOLLE, A. (dir.) *Sociologie des Circuits Financiers:* les infrastrutucters de l'argent et leurs politiques. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2025.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. *Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras*. Brasília, 2026.

CORAGGIO, J. L. Los Complexos Territoriales dentro del Contexto de los Subsistemas de Produccion y Circulacion. *Revista Geográfica de América Central,* n. 23-24, p. 43-83, 1991.

DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:* mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

FLEXOR, G.; LEITE, S. P. Land Market and Lan Grabbing in Brazil during the Commodity Boom of the 2000s. *Contexto Internacional,* 39(02), may/ago 2017.

GABOR, D. The Wall Street Consensus. *Development and Change,* p.1-31, 2021.

GOMES, C. M. P. *Um "novo mercado global de terras no Brasil": land grabbing* e "última fronteira agrícola" – MATOPIBA. Tese de Doutorado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2020.

GUEDES PINTO, L. F. et al. Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil? – o mapa da desigualdade. *Sustentabilidade em Debate,* n. 10, 2020.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do 'agronegócio' no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* 25 (74), p. 159 – 196, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário: 2017*. Rio de Janeiro, 2026b.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção Agrícola Municipal – PAM*: 2024. Rio de Janeiro, 2026a.

KATO, K. Y. M.; VICENTE, J. S.; LEITE, S. P. Estrangeirização de terras no Brasil contemporâneo: reflexões teórico-metodológicas e desdobramentos nos territórios. *Campo-Território: revista de Geografia Agrária*, v. 19, n. 57, p. 13-43, 2024.

KATO, K.; LEITE, S.P. *Land grabbing*, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. *Revista da ANPEGE*, v. 16, n.29, p. 452-483, 2020. DOI: https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12506

LEITE, S. P. Estado e Financeirização da Agricultura Brasileira: transformações em curso e implicações sociais, políticas e econômicas. In: LAVINAS, L. et al. (orgs.). *Financeirização: crise, estagnação e desigualdade*. Sào Paulo: Contracorrente, 2024.

LEITE, S. P. Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: por uma sociologia das transformações agrárias. *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales,* 4 (7), 2019.

LEITE, S. P. Politiques Publiques et Agribusiness: une analyse de la politique de financement agricole actuelle du Brésil. *Géographie, Économie, Société,* 17, p. 433-458, 2015.

MICHELOTTI, F. Complexo de produção e reprodução agromineral do sudeste paraense: produção capitalista do espaço, luta pela terra e disputas territoriais. SILVA, M. A. P. et. al. (orgs.) *Por Outras Regiões, para Outras Amazônias:* cidades, geopolítica da mineração e lutas por território. São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, UNIFESSPA, PPGEO/UFPA, LERASSP, 2023.

MICHELOTTI, F.; SIQUEIRA, H. Financeirização das *commodities* agrícolas e economia do agronegócio no Brasil: notas sobre suas implicações para o aumento dos conflitos pela terra. *Semestre Económico*, v. 22, p. 87-106, 2019.

ONTL. Observatório Nacional de Transporte e Logística/ INFRA S.A. *Planejamento Integrado de Transportes – Plano Nacional de Logística 2025* – Shapefiles. Brasília, 2026.

PAULANI, L. *Brasil Delivery:* servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, A. B. *et al*. *Financeirização da agricultura e da terra no Brasil:* dinâmicas em curso e disputas em jogo. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heirich Böll, 2022.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAUER, S.; BORRAS Jr., S. *Land grabbing* e Green Grabbing: uma leitura da corrida na produção acadêmica sobre a apropriação global de terras. *Campo-Território: revista de geografia agrária,* Edição especial, p. 6-42, 2016. DOI: https://doi.org/10.14393/RCT112301

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia.* Belém: EDUFPA, 2012.

SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina:* conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

VAN DER ZWAN, N. Making sense of financialization. *Socio-economic Review*, v. 12, 2014, p.99-129.

WERNER, D.; BRANDÃO, C. Infraestrutura e produção social do espaço: anotações sobre suas principais mediações teóricas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional – G&DR*, v. 15, n. 5, p. 287-301, 2019.

WESZ JUNIOR, V. J.; CUÉLLAR BENAVIDES, J.; KATO, K. Y. M. Agronegócio, infraestrutura logística e dinâmicas fundiárias na Amazônia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.32, n.2, e2432205, 2024. DOI: https://doi.org/10.36920/esa32-2_st01

YASSU, A. M. S.; KLINK, J. J. Finanças, infraestrutura e o espaço nacional: da integração produtiva à desintegração neoextrativista da nação. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 26, E202405pt, 2024. https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202405pt

ENDEREÇO EDITORIAL

Revista Território e Planejamento

Danilo Uzêda da Cruz (ducruz@uefs.br)

Universidade Estadual de Feira de Santana – DCHF

Av. Transnordestina, s/nº, Novo Horizonte - CEP: 44036-900, Feira de Santana-BA, Brasil.

E-mail: planterr@uefs.br Tel.: 55 (75) 3161-8990

Site: www.periodicos.uefs.br/index.php/territorioeplanejamento



PLANTERR

www.planterr.uefs.br

PPE

PORTAL DE PERIÓDICOS ELETRÔNICOS DA UEFS

www.periodicos.uefs.br